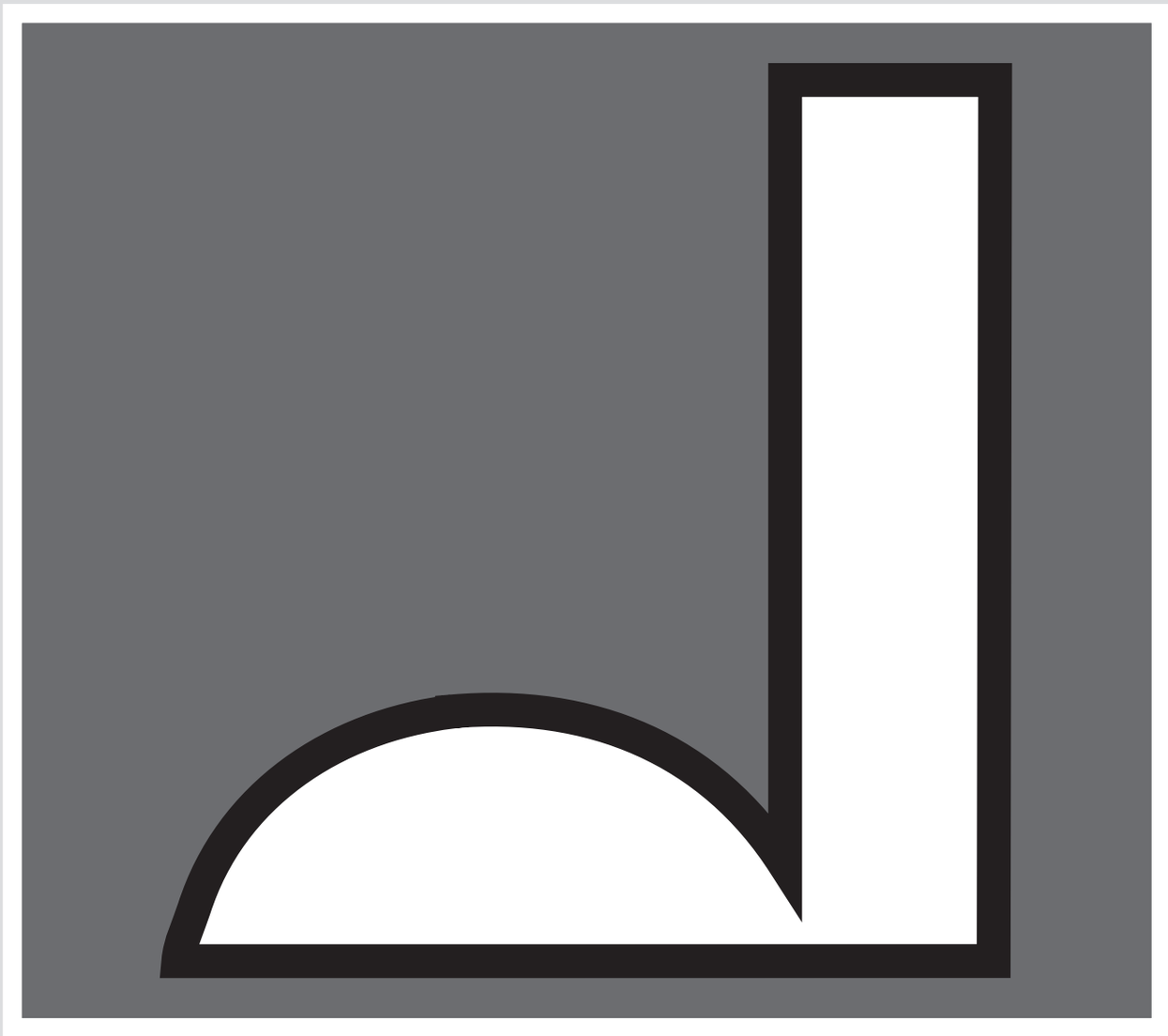
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 127 - QUARTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE	**3º SECRETÁRIO**
José Sarney - (PMDB-AP)	Mão Santa- (PMDB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE	**4º SECRETÁRIO**
Marconi Perillo - (PSDB-GO)	Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2º VICE-PRESIDENTE	
Serys Slhessarenko - (PT-MT)	**Suplentes de Secretário**
1º SECRETÁRIO	**1º** - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)	**2º** - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO	**3º** - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)	**4º** - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria
(PMDB/PP) - 20

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gilvam Borges
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Gilvam Borges
Leomar Quintanilha
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 20

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns

Líder do PR - 4
João Ribeiro

Vice-Líder do PR
Expedito Júnior

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria
(DEM/PSDB) - 27

Líder
Raimundo Colombo - DEM [1]

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 13
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 5

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

[1] Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra	**Cláudia Lyra Nascimento**
Diretor-Geral do Senado Federal	Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga	**Maria Amália Figueiredo da Luz**
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão	**Denise Ortega de Baere**
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 140ª SESSÃO ESPECIAL, EM 25 DE AGOSTO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Ano da França no Brasil e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural em nosso país, de acordo com o Requerimento nº 1.025, de 2009, do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores..... 38422

1.3 – FALA DA PRESIDÊNCIA (SENADOR ROMEU TUMA)

1.4 – Oradores

Senador Sérgio Zambiasi 38422

Senador Roberto Cavalcanti..... 38424

Senador Eduardo Azeredo 38425

Senador Marcelo Crivella..... 38427

Senador Mão Santa..... 38430

Senador Cristovam Buarque..... 38432

Senador Flexa Ribeiro (art. 203 do Regimento Interno) 38434

Senador Adelmir Santana (art. 203 do Regimento Interno) 38434

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 141ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE AGOSTO DE 2009

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR,* como Líder – Explicações em resposta a críticas da Senadora Ideli Salvatti sobre o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 315/2009. 38437

SENADOR *ROBERTO CAVALCANTI* – Comentários sobre matéria do jornal Folha de S. Paulo, intitulada "Pesquisa Antártica terá verba recorde de R$ 15 milhões, diz governo. Dinheiro será destinado a projetos em cooperação com outros países latinos." 38440

SENADOR *TIÃO VIANA* – Comentários a estudo do IPEA, intitulado "Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente".... 38441

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Agradecimentos de S. Exª pelas homenagens prestadas pelo Instituto Biosfera, da Sociedade Brasileira de Medicina de Patologia Clínica e da Força Aérea Brasileira. Considerações sobre a questão do comércio internacional de lixo. 38452

2.2.2 – Comunicação

Dos Senadores Sérgio Guerra (titular), Marisa Serrano (titular) e Arthur Virgílio (suplente), informando que, a partir da presente data, renunciam em caráter irrevogável ao cargo de membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício S/nº, de 25 do corrente). 38455

2.2.3 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.041, de 2009, lido em sessão anterior. Aprovado. 38455

Requerimento nº 1.048, de 2009, lido em sessão anterior. Aprovado. 38455

Requerimento nº 1.051, de 2009, lido em sessão anterior. Aprovado. 38455

2.2.4 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR *EXPEDITO JÚNIOR* – Relato de audiência pública realizada em Rondônia, no município de Seringueiras, com o objetivo de estudar a proposta da Funai de criar mais uma reserva indígena dentro de área já demarcada pelo Incra.... 38458

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Soldado. Análise sobre pontos do Plano da Estratégia Nacional de Defesa, contido em decreto editado pelo Executivo em dezembro do ano passado, o qual identifica três setores vitais à defesa do país: espacial, cibernético e nuclear, destacando a preocupação com a Amazônia..... 38460

SENADOR *RAIMUNDO COLOMBO,* como Líder – Críticas ao Presidente Lula por culpar às ações do Tribunal de Contas da União pelo atraso nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 38463

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Transcrição nos Anais do artigo de Benjamin Steinbruch intitulado "Novos impostos, não dá!", publicado no jornal **Folha de S. Paulo**. Apresentação de diversos votos de aplauso. 38465

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Apresentação de proposta de emenda à Constituição, que

objetiva regulamentar a convocação dos aprovados em concursos públicos. Anúncio da votação amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais, do piso nacional para os agentes comunitários de saúde..... 38467

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 1

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.287, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 38471

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009 (Parecer nº 1.375, de 2009-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados..... 38471

2.3.2 – Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.288, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final. 38472

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009 (Parecer nº 1.376, de 2009-CDIR). Aprovada. À Câmara dos Deputados..... 38472

2.3.3 – Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006. Aprovado. À promulgação. ... 38472

2.3.4 – Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007. Aprovado. À promulgação. 38473

2.3.5 – Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007. Aprovado. À promulgação..... 38473

2.3.6 – Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007. Aprovado. À promulgação. 38474

2.3.7 – Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007. Aprovado. À promulgação. 38474

2.3.8 – Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005. Aprovado. À promulgação. 38475

2.3.9 – Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002. Aprovado. À promulgação. 38475

2.3.10 – Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005. Aprovado. À promulgação. .. 38476

2.3.11 – Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005. Aprovado. À promulgação..... 38477

2.3.12 – Item 36

Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa "Non Aedificandi" em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008. Aprovado. À promulgação. 38477

2.3.13 – Item 43

Requerimento nº 656, de 2009, do Senado João Tenório, solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Sr. Mario Vargas Llosa pelas manifes-

tações no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade". Aprovado..... 38478

2.3.14 – Item 44

Requerimento nº 1.012, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007 – Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 72, 102, 497 e 678 de 2007 – Complementares; e 19, de 2009-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (cobrança de tarifas pelas instituições financeiras). Aprovado. 38478

2.3.15 – Item 45

Requerimento nº 1.030, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente). Aprovado..... 38478

2.3.16 – Item 46

Requerimento nº 1.031, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (normas para a comercialização de produto e serviços ao consumidor). Aprovado. 38478

2.3.17 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

2.4.1 – Discursos

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Leitura e comentários sobre o artigo do jornalista Merval Pereira, do jornal O Globo, intitulado "Suplantando o Congresso". 38483

SENADOR *CÉSAR BORGES*, como Líder – Protesto contra critérios do governo federal ao cortar emendas parlamentares do Orçamento da União..... 38486

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Comunicação da decisão de renúncia, em caráter irrevogável, dos membros titulares e suplentes do Democratas, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 38489

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Anuncio de saída dos membros do PSDB do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 38490

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Relato de audiência pública realizada no Município de Sena Madureira, no último sábado, no Estado do Acre, a qual contou com a participação de pequenos produtores rurais, representantes de órgãos federais ligados à questão ambiental e à reforma agrária, para tratar da proibição, expressa e terminativa, do fogo no processo produtivo rural..... 38492

2.4.2 – Comunicações

Do Senador Demóstenes Torres, informando que, a partir da presente data, renuncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício 116/2009, de 25 do corrente). 38496

Do Senador Eliseu Rezende, informando que, a partir da presente data, renuncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício 117/2009, de 25 do corrente). 38497

Do Senador Antonio Carlos Júnior, informando que, a partir da presente data, renuncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício 118/2009, de 25 do corrente). 38497

Da Senadora Rosalba Ciarlini, informando que, a partir da presente data, renúncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício 119/2009, de 25 do corrente). 38497

2.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Anúncio do encaminhamento à Mesa de dois ofícios ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual do Pará, solicitando interferência na ação do governo do Estado, que há meses começou a cobrar 10 por cento a mais do valor do ICMS..... 38497

SENADOR *ROMEU TUMA,* como Líder – Homenagem pelo transcurso hoje, do Dia do Soldado. Importância da criação pelo governo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Industrial para o combate ao contrabando. 38497

2.4.4 – Comunicação

Da Senadora Maria do Carmo Alves, informando que, a partir da presente data, renuncia, em caráter irrevogável, ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal. (Ofício 29/2009, de 25 do corrente). 38515

2.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Reiteração do pedido de afastamento do Senador José Sarney, da Presidência do Senado Federal. 38515

SENADOR ALMEIDA LIMA – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. 38528

SENADOR *FLEXA RIBEIRO*, como Líder – Relato sobre viagem feita por S. Exa. ao interior do Pará e trazendo o pleito de paraenses que não são atendidos nem pelo governo federal nem pelo estadual. 38529

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro do transcurso ontem dos 55 anos da morte de Getúlio Vargas. Esperança de construção de acordo que permita acabar com o fator previdenciário e garantir

aos aposentados e pensionistas aumento real que acompanhe o salário mínimo..... 38532

SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Apoio ao pronunciamento do Senador Paulo Paim. Realização de encontro, no Estado do Ceará, para analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, evento que contou com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, primeiro signatário da proposta. Aprovação, na 19ª edição do CineCeará, de carta de apoio à Petrobras..... 38533

SENADOR FLÁVIO ARNS – Registro da comemoração, no período de 21 a 28 de agosto, da Semana Nacional do Excepcional..... 38550

SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Relato sobre participação de S. Exa. nas comemorações dos 61 anos de emancipação política da capital provisória de Tocantins, a cidade de Miracema..... 38553

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO – Trabalho desenvolvido no APL da Opala de Pedro II, no Piauí, pelo INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial, e o Sebrae do Piauí, sobre a pedra preciosa Opala. 38556

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Comemoração, no próximo dia 27 de setembro, do Dia Mundial do Turismo. 38563

2.4.6 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2009 (nº 4.153/2008, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Itagiba), que dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Imigração Judaica e dá outras providências. 38566

2.4.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2009, lido anteriormente, onde será apreciado terminativamente. 38566

2.4.8 – Leitura de requerimentos

Nº 1.052, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Daniel Santos. 38566

Nº 1.053, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à paraatleta amazonense Valéria Santarém. 38567

Nº 1.054, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça. 38568

Nº 1.055, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. . 38568

Nº 1.056, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor à TV Amazonas. 38568

Nº 1.057, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça. 38568

Nº 1.058, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça. 38569

Nº 1.059, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à Fundação Padre Antonio Dante Civiero – FUNACI.Nº 1.060, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho..... 38570

Nº 1.061, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 24 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo. 38570

Nº 1.062, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria. 38571

Nº 1.063, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2006, seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 38571

Nº 1.064, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho... 38571

2.4.9 – Pareceres

Nºs 1.377 e 1.378, de 2009, das Comissões de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, que acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato..... 38572

Nº 1.379, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008 (nº 320/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio APA, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006. 38590

Nº 1.380, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009 (nº 400/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investiga-

ção e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006. 38596

Nº 1.381, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009 (nº 497/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004. 38601

Nº 1.382, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009 (nº 667/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2007. 38607

Nº 1.383, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009 (nº 791/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007..... 38612

Nº 1.384, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009 (nº 799/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007. ... 38619

Nº 1.385, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009 (nº 856/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Resoluções MSC.180(79), MSC.203(81), MSC.209(81), STCW.6/Circ.3, STCW.6/Circ.4, STCW.6/Circ.5, STCW.6/Circ.6, STCW.6/Circ.7, STCW.6/Circ.8, STCW.6/Circ.9, STCW.6/Circ.10, adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978)..... 38623

Nº 1.386, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009 (nº 1.352/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional..... 38630

Nº 1.387, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul..... 38638

Nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos. 38645

Nº 1.389, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009 (nº 36/1999, naquela Casa, do Deputado Paulo Rocha), que altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica..... 38651

Nºs 1.390 e 1.391, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007 (nº 761/2003, na Casa de origem, do Deputado Roberto Pessoa), que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf)..... 38654

Nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do **caput** do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos) 38665

Nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescente inciso VI ao artigo 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990..... 38674

2.4.10 – Comunicação

Do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009. (Ofício nº 233/2009, de 19 do corrente)..... 38678

2.4.11 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto

de Lei do Senado nº 183, de 2009, cujo parecer foi lido anteriormente..... 38678

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009, seja apreciado pelo Plenário. 38679

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nº 14, de 2007; Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008; e Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente.... 38679

2.4.12 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 51, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que dispõe sobre o planejamento das atividades do Senado Federal e a realização das sessões deliberativas. 38679

Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que susta o **caput** do art. 3º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, que regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública..... 38683

Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2009, de autoria do Senador Lobão Filho, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, com sede no município de Balsas, no Maranhão..... 38689

Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, no Estado do Pará. 38692

Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas o ganho de capital obtido na alienação de imóvel residencial..... 38695

Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivela, que acrescenta § 2º ao art. 87 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que a pena pelo cometimento de crime hediondo será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até a progressão para o regime semiaberto..... 38699

Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2009, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que insere artigo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir seleção unificada para os cursos de graduação nas instituições públicas de educação superior..... 38701

2.4.13 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 37, de 2009, tendo como primeiro signatário a Senadora Rosalba Ciarlini, que dá nova redação ao inciso IV do art. 37 da Constituição, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso público dentro do número de vagas determinado pelo edital..... 38706

2.4.14 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 51, de 2009, lido anteriormente.. 38710

2.4.15 – Comunicações

Do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância. (Ofício nº 150/2009, de 25 do corrente) 38710

2.4.16 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 38710

2.4.17 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada "Em carta, oposição pede que senador se afaste", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de agosto corrente..... 38711

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro da matéria intitulada "Cargos de afilhados crescem mais", publicada no jornal O Globo, edição de 07 de junho último..... 38712

SENADOR *GERSON CAMATA* – Críticas à implantação no Brasil, do sisema de cotas raciais. 38713

2.4.18 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 26, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 38713

2.5 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

– Do Senador Marco Maciel proferido na sessão do dia 24 de agosto de 2009, que retirado para revisão pelo orador, ora se publica..... 38719

– Do Senador Jarbas Vasconcelos proferido na sessão do dia 24 de agosto de 2009, que retirado para revisão pelo orador, ora se publica..... 38721

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 140ª Sessão Especial, em 25 de agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Marcelo Crivella

(Inicia-se a Sessão às 10 Horas e 37 Minutos e Encerra-se às 11 Horas e 55 Minutos)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão especial.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Ano da França no Brasil e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural em nosso País, de acordo com o **Requerimento nº 1.025, de 2009**, do Sr. Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores.

Convidaria para vir à Mesa o grande Senador Sérgio Zambiasi, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, que já se encontra à mesa; o Delegado-Geral da Aliança Francesa no Brasil, Sr. Yann Lorvo; a Srª Diretora da Aliança Francesa de Brasília, Srª Pascale Hualpa, a quem agradecemos a presença.

É uma honra para este Senador presidir a abertura desta sessão, Sr. Yann e Srª Pascale, Delegado-Geral da Aliança Francesa e Diretora da Aliança Francesa de Brasília.

Eu dizia aqui ao Senador Sérgio Zambiasi que estava cantando um pouco o Hino Nacional da França: "*Allons enfants de la Patrie"*. Ele perguntou: "Você sabe?" Eu falei: "Não. O problema é o seguinte: na época do primeiro grau, na escola, nós cantávamos o Hino Nacional Brasileiro e o Hino da França. Estava no currículo, na abertura do trabalho diário, o hasteamento da Bandeira do Brasil, o canto do Hino Nacional Brasileiro e o da França."

O Brasil sempre teve uma vinculação muito forte com a França, Senador Sérgio. Então, nesse aprendizado da canção, para a gente que é velho – o jovem não é desse tempo –, houve uma mudança muito grande do relacionamento depois da Guerra de 1945 quando das mudanças das táticas militares. A Polícia Militar de São Paulo, a maioria das Polícias Militares e as Forças Armadas tinham uma linha de trabalho segundo as Forças Armadas Francesas. Inclusive, há um treinamento, na Escola de Educação Física da Polícia Militar de São Paulo – não lembro o nome da canção –, em que eles fazem um exercício de dança com essa música francesa até hoje. Conversei recentemente com o Comandante, que disse que está no currículo e é um dos melhores treinamentos que se fazem fisicamente, porque traz uma distração, que é a música, a canção, a dança e o exercício físico, que se casam muito bem e são originários das Forças Armadas Francesas.

Por isso, é uma honra estarmos aqui neste momento em que se comemora o ano da França no Brasil.

E eu tenho a honra de passar a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, representante do Rio Grande do Sul, que hoje falará nesta cerimônia tão importante para o Senado Federal.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, colega Presidente Romeu Tuma.

Vou aproveitar desta solenidade, que é formal, mas entrando na informalidade que o Senador Tuma propôs, o que é muito bom, desmistificando um pouco o processo e nos aproximando ainda mais da compreensão da cidadania. Acho que, às vezes, romper esses conceitos é muito importante, porque o senhor acabou de me arremeter há muitos anos, há quarenta e poucos anos lá nos anos sessenta.

O senhor acabou de provocar em mim uma lembrança, uma imagem muito bonita do meu curso ginasial, com o Frei Carlos, se não me engano, que era um apaixonado pelo francês e incluiu no currículo da escola o francês. E durante os quatro anos do ginásio nós convivemos com a língua, o que para mim resultou numa informação complementar extremamente importante. Eu sou muito grato à época e ao Ginásio São José de Soledade e à Escola Técnica Frei Clemente, que tinham, no seu currículo, o francês.

E acabei de lembrar também que, neste exato momento, uma grande companheira, candidata a vice-governadora do Rio Grande do Sul, junto com o Governador Germano Rigotto, a Sônia Santos, está em Grenoble na França para aprender a língua. Ela é cientista política e na condição de cientista política entendeu que, para avançar mais, aprofundar mais o seu grau de conhecimento e a sua capacidade de análise do processo ela precisa saber Francês. Portanto, ela decidiu passar um

ano na França, com orientação da Aliança Francesa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Então, são esses fatos, esses vínculos que nos aproximam ainda mais e o Senador Adelmir Santana nos pediu que estivéssemos aqui, na impossibilidade da sua presença neste momento, para iniciarmos essa saudação merecida.

Após o retumbante sucesso do Ano do Brasil na França, realizado em 2005, os dois países amigos promovem, em 2009, o Ano da França no Brasil, iniciativa que, mesmo antes de seu término, já podemos reputar vitoriosa!

É nesse espírito de forte intercâmbio científico, tecnológico e sociocultural que marca o Ano da França no Brasil que o Senado Federal, por uma brilhante propositura encabeçada pelo Senador Adelmir Santana, promove esta Sessão Especial.

Falar sobre as relações entre o Brasil e a França é sempre tarefa muito extensa, porquanto é quase inesgotável a abrangência desse mister! Porém, é tarefa das mais amenas, dado o nível de amizade e de cooperação com o qual nossos países conduzem o intercâmbio nos mais diversos campos da atividade humana.

A influência da sociedade francesa no mundo, especialmente nos países do hemisfério ocidental, pode ser medida usando a régua da abrangência democrática nas nações modernas. Se hoje a democracia é uma regra, e não honrosa exceção, devemos isso à Revolução Francesa, que difundiu pelo mundo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Brasil e França sempre tiveram excelentes relações, tanto no campo oficial quanto em matéria de afinidades. A exemplo da sociedade francesa, somos um povo que não tolera a intolerância, que valoriza a liberdade de pensamento e de expressão, e dela não abdica.

No plano cultural, somos países de enorme riqueza e diversidade de movimentos e manifestações. Talvez seja esse o motivo do estrondoso sucesso de iniciativas como o Ano da França no Brasil, na esteira do Ano do Brasil na França.

De fato, a criação artística, o debate de ideias e a diversidade regional e sociocultural são eixos centrais deste Ano da França no Brasil, sempre como forma de priorizar a divulgação da cultura francesa em nosso País e a promoção de saudável e proveitoso intercâmbio de pensamento e de manifestações culturais.

Não menos importante é a troca de experiências nos campos da inovação tecnológica, da pesquisa científica e do dinamismo econômico, bem como a busca de parcerias franco-brasileiras em projetos nos dois países e também em outras regiões do mundo, especialmente na África, no Caribe e na nossa América Latina.

Esse espírito de profundo intercâmbio já estava previsto na declaração conjunta dos Presidentes Jacques Chirac e Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de Estado do Presidente Francês ao Brasil ocorrida em 2006. O mesmo espírito foi sabiamente reafirmado entre os Presidentes Lula e Nicolas Sarkozy em reunião na Guiana Francesa em fevereiro de 2008. E é exatamente pela Guiana Francesa, Senador Tuma, que o Brasil faz fronteira com a Europa. Nós surpreendemos quando discutimos as fronteiras do Brasil. Somos um país com mais de dezesseis mil quilômetros de fronteiras com onze Estados brasileiros, dez países sul-americanos e um país europeu, que é a França. Portanto, há mais um aspecto relevante que deve ser sempre lembrado. O Brasil faz fronteira com a Europa, com a França, através da Guiana Francesa, aqui na América do Sul.

A profunda troca de experiências entre as culturas brasileira e francesa não seria tão profícua não fosse a presença em nosso País da Aliança Francesa, agente de difusão cultural da França no Brasil e em todo o mundo, cuja trajetória de sucesso também homenageamos nesta Sessão Especial.

Presente no Brasil desde 1885, apenas dois anos depois da criação de sua sede em Paris, a instituição conta hoje com 39 associações e 8 centros correspondentes em quase todos os Estados brasileiros, levando a riquíssima cultura francesa aos quatro cantos do nosso País.

Além de divulgar a língua e a cultura francesas, a Aliança promove diversas manifestações artísticas em suas instituições, não só de responsabilidade de artistas franceses, mas também de artistas brasileiros, populares ou eruditos.

Nesta ocasião em que o Senado Federal homenageia o Ano da França no Brasil, eu gostaria de saudar a grande Nação Francesa, tão bem representada no Brasil por seus inúmeros diplomatas e pelas 39 Alianças Francesas.

O intercâmbio entre França e Brasil, que já era forte antes deste ano, certamente se fortalecerá ainda mais de agora em diante.

Esta é uma realidade de que o Senado da República se orgulha em participar.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Exª.

Eu aqui estou lembrando, Senador Sérgio Zambiasi – desculpe-me, é que a intimidade com a França não nos obriga a ter um segmento religioso na sessão –, que eu tinha uma brincadeira, de coração, com a minha

esposa sempre, de brincar em francês: **Mon amour, comment allez-vous? Très bien? Je t'aime.**

Então, era assim tão suave falar o francês que ela sorria. Sorria. E essa alegria permanece até hoje.

Eu, agora, estava falando com a nossa diretora da Aliança Francesa e me lembrei da Interpol, quando eu fui vice-presidente, que, pelo menos três vezes ao ano, eu tinha que lá comparecer para a reunião da Executiva: primeiro em Paris, depois em León.

Agora, em León se come bem: Paul Bocuse, um grande *chef* de cozinha, sempre fazia um jantar – uma vez, em cada reunião – para o grupo da Interpol, e cobrava a metade.

Uma vez, eu passando em León... É até interessante que tem uma exposição em antiguidade uma vez ao ano, muito bonita, em León. Então, ficam todas as ruas com tapetes vermelhos, e as lojas de antiguidade, abertas; são centenas delas.

Então, a França tem uma história de passado muito bonita. E a gente se sente até emocionado de estar aqui neste momento para esta solenidade.

Eu me lembro de que tratava muito de equipamentos de segurança com a Sofremi, uma empresa francesa dirigida por policiais. Até hoje, praticamente, na Polícia Federal, um grande número de equipamentos de atividades de segurança são franceses.

Saúdo o nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que tem acompanhado de perto as negociações de equipamento militar das nossas Forças Armadas, que têm a França como um dos principais parceiros.

Este é um ano importantíssimo para nós, pela presença efetiva da França em nosso solo trazendo o seu carinho, a sua boa vontade e a sua intenção de ter, na América do Sul, no continente americano, o Brasil como um grande parceiro. Peço desculpas por estar falando isso. É que a emoção vai tomando conta, e vamos lembrando da história da vida. Cada um de nós tem uma vida, faz o seu currículo e a própria caminhada.

Naquela novela Caminho das Índias, perguntaram: "Por que você beija os pés e não a mão dos mais velhos?" E responderam assim: "Eu não estou beijando os pés, estou beijando os caminhos por onde eles andaram". Então, eu estou me lembrando dos caminhos por onde andei.

Passo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, prezado amigo.

O Sr. Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, tem tido uma grande parceria com os membros da diplomacia francesa aqui no Senado Federal. Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Senador Presidente Romeu Tuma, Primeiro vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil/França, Exmº Sr. Senador Sérgio Zambiasi, Embaixador da Turquia, Exmº Sr. Ersin Ercin, Exmºs Srs. do corpo diplomático, Delegado-Geral da Aliança Francesa no Brasil, Sr. Yann Lorvo, Diretora da **Alliance Française** de Brasília, Srª Pascale Hualpa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é com bastante satisfação que venho à tribuna nesta Sessão Especial em comemoração ao Ano da França no Brasil e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural no Brasil.

A satisfação se dá em razão do respeito e da admiração que todos nós brasileiros temos pela França, que em tantas e tantas oportunidades serviu de modelo para nossas mais importantes aspirações nacionais.

A Revolução de 1789 e o Iluminismo transformaram em realidade as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, que tantos e tantos frutos renderam à construção da cidadania brasileira.

Se hoje podemos falar que vivemos numa sociedade mais justa, mais democrática e mais cidadã, devemos isso ao processo de absorção desses ideais criados na França em nossa própria cultura política.

Além disso, também em outras áreas, a França sempre foi fruto de admiração e respeito por parte dos brasileiros. Donos de uma cultura secular, os franceses sempre foram ponto de referência para áreas como pintura, escultura, música e arquitetura.

Para não cometer demasiadas injustiças, citemos apenas o nome do arquiteto Le Corbusier, que influenciou, decisivamente, a obra de Oscar Niemeyer, nosso mestre maior na arquitetura.

Essa influência que atravessa os séculos se faz presente de maneira bastante significativa ainda hoje, e há, com cada vez maior frequência, um intercâmbio de influências e ideias entre os dois lados do Atlântico.

Em um mundo cada vez mais globalizado e em que as fronteiras se mostram cada vez mais tênues, a amizade e a colaboração entre as nações é decisiva para construção de um mundo que possa diminuir as desigualdades e as diferenças entre os povos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Roberto, peço licença a V. Exª para convidar o Senador Eduardo Azeredo, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para vir ocupar um lugar à mesa. Peço desculpas a V. Exª.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Para mim é um privilégio, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço para dar continuidade a seu brilhante discurso. *(Pausa)*

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Além disso, parece-me importante destacar o reforço dos laços estratégicos entre Brasil e França, com a parceria firmada para o desenvolvimento do submarino brasileiro de propulsão nuclear.

Como é sabido, o Brasil desenvolve tal projeto desde a década de 1970. No entanto, por diversas razões, incluindo a ausência de estaleiros apropriados e de uma base tecnológica adequada, o nosso projeto não seguiu com a velocidade desejada.

A parceria com a França torna possível a realização do sonho nacional e, sobretudo, garante que o País possa ter acesso a tecnologias de ponta, essenciais para o desenvolvimento científico brasileiro, sem que o custo para aquisição de tais equipamentos seja danoso para os cofres públicos nacionais.

Por isso, neste ano cheio de atividades em que celebramos a França no Brasil, gostaria de destacar uma ação que me parece particularmente importante.

Não quero desmerecer outras iniciativas, mas essa é significativa porque me toca diretamente o coração.

Falo da presença de produtos do meu Estado da Paraíba em exposição no espaço *So Ethic*, dedicado à moda ética, dentro da Semana de Moda Pret-à-porter que se realizará em Paris, no próximo mês de setembro.

Moda ética é uma marca das mais respeitáveis porque significa a elaboração de produtos baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável e de atitudes responsáveis em relação à natureza.

A participação da Paraíba se dará por meio do trabalho levado a cabo por duzentas bordadeiras e labirinteiras do Agreste paraibano e que, por meio de coleção elaborada pelo estilista Ronaldo Fraga, puderam transformar seu trabalho em produto que pode ser consumido pelos mais sofisticados salões de moda do planeta.

Além disso, o trabalho das paraibanas já se mostrou presente em outros eventos importantes como, por exemplo, o Capital Fashion Week, realizado em Brasília, e estará no próximo Fashion Rio, a realizar-se em janeiro de 2010.

Essa atividade levada adiante por paraibanas significa a consecução de uma nova realidade social a partir da inserção de mulheres do interior paraibano no cenário mundial da moda, ao mesmo tempo em que consegue ser uma vitrine de como é possível produzir o belo e de qualidade, sem que haja agressão à natureza ou exploração de trabalhadores. É mais uma oportunidade em que França e Brasil se juntam para a construção de um mundo melhor.

Desejo, enfim, que haja mais e mais vezes em que possamos celebrar a presença da França no Brasil e, é claro, levar um pedacinho daquilo que o Brasil tem de melhor para a França.

Vive la France! Viva o Brasil!

Muito obrigado. (*Palmas*.)

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Registramos – e convidamos para compor a Mesa – a Srª Chantal Haage, Conselheira Cultural Adjunta da Embaixada da França.

Convido o Senador Marcelo Crivella para assumir a Presidência, para que eu mesmo possa fazer meu discurso de saudação.

O Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivela.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra ao nobre Senador do Estado de Minas Gerais Eduardo Azeredo, para proferir seu discurso.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella; Sr. Senador Romeu Tuma; Srs. Senadores aqui presentes, esta sessão teve a iniciativa do Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, Senador Sérgio Zambiasi, entre seus propositores.

Saudamos também o Embaixador da Turquia, Sr. Ersin Ercin; os membros do corpo diplomático aqui presentes; a Diretora da Aliança Francesa, Srª Pascale Hualpa, enfim, todos os que nos honram com sua presença nesta manhã.

A cultura brasileira é fortemente ligada à europeia pelas óbvias razões da colonização portuguesa, mas também o é pela forte presença da cultura francesa no mundo até o início do século XX, em especial.

Berço de boa parte dos eventos, movimentos e fenômenos culturais que influenciaram o planeta, a França moldou, por seus princípios humanísticos, germinados na Revolução de 1789, e por seus avanços na ciência, muito do que o Brasil é hoje.

Fato provavelmente desconhecido pela maioria do povo brasileiro deste século XXI é que as famílias nobres ou da alta burguesia brasileira utilizavam, até o final do século XIX, o francês como linguagem corrente em suas cartas familiares, e não o português.

As famílias mais bem educadas, que podiam frequentar escolas ou que dispunham de preceptores domésticos, tinham como segunda língua de expressão corrente, tanto oral como escrita, o francês.

Além disso, Sr. Presidente, a maioria das famílias abastadas enviavam seus jovens para estudar na França. Na verdade, ainda hoje, em menor número, mas muitos ainda vão também estudar seja na França, seja na Suíça, sempre buscando o ensino da língua francesa para sua formação. E, quando tal não lhes era possível, que pelo menos fossem viajar ao Velho Continente para conhecer a cultura do país.

Berço de grandes pensadores, literatos e cientistas, a França tornou-se o centro cultural do planeta, uma espécie de Meca cultural, que deveria ser visitada por todo aquele que desejasse impressionar seu espaço social.

Fertilizado pela prolífica cultura francesa, o Brasil desenvolveu elevado padrão cultural em suas elites, o que permitiu manter-se como País associado ao mundo culturalmente desenvolvido. O Imperador Pedro II, homem de vasta cultura humanística, escolheu o exílio em Paris, em vez da Lisboa de seus ancestrais paternos.

A França, por sua vez, obedecendo à sua ambição de influenciar o mundo até os mais longínquos recantos, utilizou-se de um dos poucos instrumentos de influência que não é opressor para os demais povos. Criou a rede de Alianças Francesas para difundir o francês como língua de comunicação e a cultura francesa como instrumento de comunicação com outros povos.

De fato, são muitas as famílias do Brasil que cursaram a Aliança Francesa, em alguns anos que seja. Ainda é muito grande sua presença neste momento. Fazia e faz parte da boa cultura o domínio da língua de Vítor Hugo, mesmo em tempos de inglês como fator de comunicação globalizada.

Sr. Presidente, a expansão das culturas no mundo sempre se fez por meio da dominação territorial de povos sobre povos. Ainda hoje é assim, trocada a dominação territorial pela econômica. Dos antiquíssimos assírios, gregos ou romanos, passando por portugueses, espanhóis, britânicos ou franceses, chegamos a norte-americanos ou russos, nos anos recentes. Em todos os casos, a dominação territorial ou econômica acabou por se tranferir também para a cultural. E só vingaram e produziram frutos duradouros aquelas em que o dominado aceitou como positiva a interação com a cultura do dominador. Por isso, até hoje o Direito Napoleônico influencia o mundo ocidental. O pensamento cartesiano, da mesma forma.

Hoje, Sr. Presidente, acabados os tempos de expansões territoriais pela força das armas, resta aos povos o meio da influência cultural. E nesse domínio a França é, inegavelmente, muito forte. Mas não pura e simplesmente pela ação da força opressora, mas porque os valores que estão impregnados na cultura são os da valorização do ser humano, tanto como indivíduo quanto pela coletividade.

Obras fundamentais do engenho humano nos chegaram dos gauleses, como os magníficos textos de Victor Hugo ou de Voltaire, as maravilhas arquitetônicas de Le Vau ou de Le Corbusier, aqui já citadas pelo Senador Roberto Cavalcanti; as obras filosóficas de Sartre e assim por diante, para não ter de listar interminável rol de obras mestras de origem francesa.

Arquitetura, engenharia, literatura, filosofia, matemática, física, medicina, direito, não há campo no qual a genialidade francesa não tenha e não continue a se manifestar para o benefício de todos.

Quero especialmente citar também e me derter um pouco no campo tecnológico, em que há grande presença da França aqui no Brasil. Eu, que sou representante do Estado de Minas Gerais, testemunho, há muitos anos, a presença da fábrica de helicópteros – única fábrica de helicópteros da América Latina –, que está localizada em Itajubá, no sul de Minas Gerais, e que terá agora uma grande expansão, com novos investimentos para a fabricação de helicópteros maiores dentro desta **joint venture**, dessa participação da tecnologia francesa com uma empresa brasileira. Assim, temos tido um avanço muito importante.

Ainda agora, temos também a participação francesa no processo de modernização da Força Aérea Brasileira – já na área dos jatos. Temos a participação também na área dos submarinos, na questão de o Brasil avançar na tecnologia nuclear. Portanto, são campos diferentes em que se vê a presença da tecnologia francesa. Muitas são as empresas que estão aqui trabalhando, que estão gerando emprego no País, de forma que, nesse setor, é muito importante que estejamos sempre também lembrando. Por isso me detive um pouco mais nele.

Quero lembrar, inclusive, que meu Estado é um grande produtor de cachaça. Lá encontram-se as melhores cachaças do Brasil. Poucos sabem que a cachaça teve uma melhoria de qualidade exatamente por convênios assinados com o governo francês. Exatamente a tecnologia que os franceses usam nos seus vinhos foi transferida para os produtores mineiros através da associação que, com o apoio do Governo, modernizou a produção. Saímos daquela produção, às vezes até sem condições sanitárias ideais, para a produção hoje muito melhor da cachaça mineira, que é tão admirada e que, sem dúvida

alguma, é a melhor. Perdoem-me os representantes dos outros Estados, mas a cachaça mineira evoluiu muito exatamente por causa da tecnologia francesa, não é Senador? O Senador Leomar Quintanilha concorda comigo que a mineira é a melhor cachaça mesmo.

Quero continuar, lembrando que o Brasil, moldado no berço da cultura europeia, viu-se fortemente influenciado pela capacidade irradiadora da cultura francesa, seja por meio do que nos chegava de Portugal, seja no que diretamente sorvemos de Paris.

Com isso, Srªs e Srs. Senadores, o povo brasileiro se moldou no melhor do pensamento humanístico, tornando-se essa gente tolerante com a diferença, pacífica por natureza, aberta por formação. Não é por razões meramente econômicas, oportunistas que surgiu a ideia de fazer do ano de 2009 o ano da França no Brasil. Recentemente, tivemos o ano do Brasil na França. E neste próprio ano de 2009, dentro desta comemoração,

Sr. Presidente, não é por razões meramente econômicas ou oportunistas que surgiu a idéia de fazer, do ano de 2009, o ano da França no Brasil. Recentemente, tivemos o ano do Brasil na França. Neste próprio ano de 2009, nessa comemoração, o orador oficial das solenidades de Tiradentes, em Ouro Preto, foi o Embaixador da França no Brasil, que lá realmente fez um belo discurso, lembrando toda essa ligação da liberdade, toda a inspiração da Revolução Francesa para a libertação do Brasil, para a independência do Brasil, para o movimento capitaneado por Tiradentes. Lá, nós nos emocionamos ao ouvir o Hino da França, de maneira tão bem expressada na praça de Ouro Preto, de maneira muito forte, lembrando toda essa importância da ligação entre Brasil e França.

De fato, a França já se encontra em nosso País desde o século XVI. Se, no início, foram incursões de conquista territorial, rapidamente fracassadas, restaram as raízes culturais, essas duradouras e prolíficas, já que moldaram o pensamento brasileiro de modo permanente.

Assim, comemorar a França no Brasil não é demonstração de servilismo diante de outra nação, mas o reconhecimento orgulhoso de que soubemos incorporar à cultura brasileira o que de mais nobre se produziu no país europeu.

Queremos aqui lembrar a imagem de Asterix para demonstrar a inventividade de seus autores, que souberam, com maestria dos grandes escritores e desenhistas, retratar, de modo lúdico, o que de mais genuinamente francês se consegue observar no cotidiano do país gaulês.

Sr. Presidente, com essa pequena nota final, saúdo o povo francês, que sempre nos acolheu com generosidade e que tantas demonstrações de apreço tem dado ao longo dos séculos em relação ao jovem povo brasileiro.

A amizade mútua que une franceses e brasileiros se reflete na comemoração deste Ano da França no Brasil, e simboliza a indissolubilidade que une esses povos amigos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores e senhoras aqui presentes, lembrando que essa amizade entre Brasil e França é, sem dúvida, um dos motivos que fazem com que o Brasil seja um país mais humano, mais alegre, onde a fraternidade e a solidariedade são muito fortes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós é que agradecemos a V. Exª por tão brilhante pronunciamento.

Passo a Presidência ao Senador Romeu Tuma, para que eu também possa fazer meu discurso. (Pausa.)

O Sr. Marcelo Crivela, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Passo a palavra ao Senador Crivella, para seu importante pronunciamento nesta bonita solenidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria, por gentileza, à Mesa que me passasse a lista das autoridades presentes para que eu pudesse saudá-las em meu nome e em nome do nosso Partido, o PRB, que represento, como Líder nesta Casa. Quero saudar também os senhores telespectadores da TV Senado, os senhores ouvintes da Rádio Senado, os senhores e senhoras presentes, o Senador Quintanilha e o Senador Romeu Tuma. Quero saudar o Primeiro Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-França, Senador Sérgio Zambiasi; o Embaixador da Turquia, Sr. Ersin; os Exmºs Membros do Corpo Diplomático; o Diretor-Geral da Aliança Francesa no Brasil, Sr. Yann; e a Diretora da Aliança Francesa de Brasília, Srª Pascale Hualpa.

Sr. Presidente, sou o último orador inscrito e não quero ser fastidioso lendo aqui um discurso, que vou pedir à Mesa que passe para os Anais da Casa.

Eu gostaria apenas de fazer rapidamente, Senador Quintanilha, uma retrospectiva dos laços entre Brasil e França, que se iniciam, como já foi dito pelo orador que me antecedeu, na minha terra, no Rio de Janeiro do século XVI, em 1555, quando protestantes, fugindo das guerras religiosas da Europa, vieram para estabelecer a França Antártica.

O primeiro deles foi o Almirante Villegaignon. E hoje a pequena ilha onde nós temos a Escola Naval, a Escola dos Oficiais da Marinha Brasileira, ao lado do aeroporto Santos Dumont, leva o nome do Almirante Villegaignon.

Em seguida, vieram alguns colonos, enviados por João Calvino, da Suíça, para povoar, porque Villegaignon trouxe apenas homens. E, devido ao eurocentrismo e também às crenças que havia naquela ocasião, em que prevalecia o pensamento da hegemonia da raça branca, era punido, com morte e prisão, o francês que fornicasse com as índias. Mas, por suas belezas naturais e pelos poucos trajes que tinham, acabava havendo a mistura das raças. Villegaignon, primeiro, puniu com prisão e, depois, ameaçou com pena de morte. Verificou que isso não era efetivo e, então, pediu a João Calvino que mandasse colonos protestantes, para que pudesse estabelecer a colônia. Vieram centenas de famílias e, por dez anos, ficaram estabelecidos na Baía de Guanabara.

Todos sabem que Estácio de Sá e Mem de Sá depois fizeram alianças com os índios, e um desses índios, Araribóia, numa noite escura, nadou nas águas da Baía de Guanabara, acendeu uma tocha no paiol dos franceses e eles foram derrotados.

Mas a presença da França no Brasil é muito mais pelo que disse Eduardo Azeredo: é muito mais física, é muito mais dos ideais da República, da Revolução Francesa que viria em 1789, cem anos antes da nossa revolução, a revolução brasileira. E falar dos ideais da Revolução Francesa e da sua importância para o Brasil é citar também o grande herói francês Napoleão, que não era da França Continental, mas era corso; e sua grande esposa, o maior amor da sua vida, Josephine, também não era francesa, mas era das Antilhas. Pois esse casal, que lutou contra todas as monarquias da Europa e tentou expandir os ideais da Revolução, de liberdade pelo mundo, esse Napoleão, que traçou com a ponta da sua espada o mapa da sua época, obstinado em todos os seus processos, em todas as suas empresas, deixou-nos grande lição.

Senador, atualmente discutimos muito, aqui no Brasil, a questão política do homem e das suas circunstâncias. Embora Napoleão Bonaparte tenha lutado a vida inteira contra as monarquias da Europa, houve um momento em que o homem político, premido pelas circunstâncias, teve que fazer a paz no Leste. Depois de ter combatido na Espanha, depois de ter combatido na Alemanha, depois de ter combatido na Prússia, na Rússia, na Polônia, na Itália diversas vezes, foi invadido pela Áustria, mas precisava de paz no Leste. Então, aquele herói francês, aquele homem que a vida inteira lutou contra as monarquias, acabou se casando com a arquiduquesa da Áustria, exatamente o país que há quinze anos antes havia dado uma rainha à França, Maria Antonieta, que foi guilhotinada.

Ora, na biografia de um homem comum, parece uma controvérsia, uma coisa inexplicável. Mas é a política, a política na sua essência, a política da qual nenhum homem político pode fugir. É o momento da vida, é o momento da evolução histórica.

Senador Quintanilha, aquele político que não consegue compreender essas contingências inevitáveis dos nossos processos de evolução social acaba sendo desmentido por si próprio ou pelo ato seguinte, quando, por si ou pelo partido, é obrigado a assumir aquilo que o seu mandato lhe impõe: decisões políticas.

Senador Mão Santa, V. Exª, que é um grande conhecedor da vida de Napoleão, sabe disto: Josephine, que não podia lhe dar um filho e foi seu grande amor, a grande paixão de Napoleão, então, cedeu. Logo ela, que havia sido coroada imperatriz, inclusive com a presença do Papa; não pelo Papa, porque Napoleão achava que o Papa também representava a monarquia e tinha pela monarquia grande aversão. Napoleão foi coroado por si mesmo. Ele tomou a coroa e a colocou em sua cabeça, tomou a coroa e a colocou na cabeça da imperatriz. O Papa assistiu a isso e nem sequer pôde fazer o casamento, porque Napoleão não queria casamento religioso; assumia que o seu casamento civil tinha validade.

Portanto, foi um homem que, na essência, na alma, na índole, na vocação, em tudo o que pregou e acreditou nas suas campanhas exaustivas, sempre lutou contra a monarquia.

Pois bem. Lá está agora Napoleão casado com uma mulher, uma arquiduquesa da Áustria, de casa real, e que foi que lhe deu o filho.

Senador Romeu Tuma, da França nós temos muito a aprender, muito mais do que o comércio, muito mais do que a geração de energia. Os franceses têm usinas nucleares, estão reaproveitando o lixo atômico e produzindo 80% da sua energia de maneira barata. São os grandes exportadores de energia hoje da Europa. E têm muito a nos ensinar. O Brasil, com esse vasto, imenso território, essa costa extraordinária, nós precisamos ter outras usinas nucleares, precisamos aprender muito com a França, no sentido de geração de energia, mas acho que o espírito francês, os seus ideais...

Também mais tarde, eu não poderia deixar de citar aqui Malreaux. No elogio fúnebre de De Gaulle, quando era dado à sepultura o corpo do grande herói francês – se não me engano, na Catedral de Les-Deux-Églises –, uma coluna de fuzileiros navais apresentava armas ao cortejo, contendo uma multidão que atrás dele se apinhava, quando de repente surge, no meio

do povo, uma camponesa de xale preto, uma francesa obscura e anônima que, dirigindo-se a um daqueles militares, com voz altiva e enérgica, disse: "Por que não me deixam passar?" E a resposta foi simples: "A ordem é para todos". Malreaux, que presenciou a cena, pousou a mão sobre o ombro daquele marinheiro e disse: "Deixe-a passar. Ela fala como a França. O General ficaria satisfeito". E o soldado, sem mover um músculo, sem dizer uma palavra, faz uma meia volta, abrindo um claro por onde penetra aquela francesa humilde e triste. Naquela cena, Malreaux sentiu e viu um apresentar de armas, a França eterna, fiel e miserável.

Essa evolução histórica de todos os processos que marcam essa grande nação, sem sombra de dúvida, é feita de grandes momentos sobre os quais o Brasil e os brasileiros refletem, precisam refletir e, muitas vezes, assimilar. Desse modo, as relações Brasil-França, muito mais que econômicas, são culturais e até espirituais. E eu não poderia deixar aqui de registrar as minhas palavras neste momento em que o Brasil comemora o Ano da França no nosso território.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado. Ilustres servidoras, servidores e visitantes, que nos honram com as suas presenças neste plenário, em 2005, os governos do Brasil e da França promoveram o *Ano do Brasil na França,* visando a aproveitar o interesse que nosso País e sua cultura suscitam no imaginário francês. A posição de destaque assumida pelo Brasil, no noticiário internacional na última década, trouxe sua identificação como potência emergente. Na França, país que teve, ao longo de nossa História, uma relação especial de influência cultural mútua, essa emersão do Brasil no panorama mundial demonstrou ser ainda mais profunda, por ocasião daquela série de eventos. Com efeito, tão grande foi o sucesso do *Ano do Brasil na França* que os presidentes das duas repúblicas decidiram-se por celebrar um programa semelhante, mas no sentido inverso: o *Ano da França no Brasil*.

É verdade que o conhecimento da cultura francesa pelos brasileiros já foi bem maior. Desde a década de 1950, a predominância crescente da influência norte-americana vem relegando a cultura francesa no Brasil a uma espécie de gueto. Isso não significa que tenhamos abandonado as relações culturais, comerciais e diplomáticas com a França.

Um bom exemplo dessas relações é a recente decisão de compra de submarinos de propulsão diesel para reequipar nossa Marinha de Guerra e da transferência de tecnologia para projeto e construção dos cascos desse tipo de embarcação. Meu Estado do Rio de Janeiro, aliás, será a sede do estaleiro das novas gerações de submarinos brasileiros, incluindo o antigo sonho dos estrategistas de nossa Força Naval de construir um submarino a propulsão nuclear. Quero, a propósito, deixar registrado meu apoio à Marinha do Brasil pela resposta pública que deu aos questionamentos que se fizeram sobre esse acordo com os franceses. Muitas vezes, os críticos escondem seus verdadeiros interesses nesses negócios de centenas de milhões de dólares.

Mas voltemos ao Ano da França no Brasil. Para os franceses responsáveis por sua programação, o propósito maior de uma série de eventos como essa deve ser o de trazer aos brasileiros a informação sobre setores de atividade e aspectos da cultura francesa que nós desconhecemos ou não constam de nossa idéia de França.

Um dos eixos mais importantes da programação, assim, é a noção da diversidade cultural da França. Ao contrário do que nos pode parecer, para um país muito menor que o nosso, a França tem, em suas comunidades territoriais, uma riqueza e variedade cultural surpreendentes.

Outro eixo temático da programação está voltado para a pujante criatividade contemporânea da França. Trata-se de um país com pesquisa científica e tecnológica próprias, em muitos dos setores mais avançados da fronteira do conhecimento.

O terceiro eixo temático trata da abertura cultural da França, de seu papel no debate das idéias no mundo globalizado. Sem resvalar para o antiamericanismo, que não faz sentido, é preciso reconhecer na França uma fonte inestimável de pensamento diferenciado, de uma reflexão segundo outros moldes. Um exemplo notável é o do entendimento da política mundial possibilitado pela leitura do *Monde Diplomatique*, hoje editado também em português do Brasil. Podemos discordar, algumas vezes, dos pontos-de-vista de americanos ou de franceses, mas é bom termos interpretações alternativas, conflitantes ou complementares. Trata-se da melhor maneira de formamos nossas opiniões próprias, a partir de nossos interesses.

Como destaca Danilo Santos de Miranda, presidente da Comissão Brasileira para o *Ano da França no Brasil*, as influências e as trocas culturais entre França e Brasil têm sido férteis, mesmo nestas décadas de predomínio da presença norte-americana. Cita, como exemplos, os estudos de Pierre Verger sobre os orixás

e a pesquisa de Claude Lévi-Strauss, enfeixada em seu livro seminal, *Tristes trópicos*.

Já para Yves Saint-Geour, presidente da comissão francesa análoga, é importante ressaltar que França e Brasil são parceiros estratégicos, que compartilham o mesmo conjunto de valores democráticos e sociais e a mesma visão da importância da diversidade cultural. E, no mundo globalizado, a mesma vontade de prover a comunidade internacional de regulações em matéria de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e equanimidade nos intercâmbios econômicos e financeiros.

Longa é a história das relações entre a França e o Brasil. Antes mesmo de nosso País existir como entidade nacional, os franceses se interessaram pela colonização destas terras, empreendendo as aventuras das ocupações no Rio de Janeiro e no Maranhão, que estudamos na escola como "invasões francesas".

A própria fundação da cidade do Rio de Janeiro foi decorrente da expedição de Villegaignon, que pretendia fundar ali a França Antártica. Nossa República, ao ser instituída, configurou-se como um misto entre as instituições do direito republicano francês e o modelo federativo norte-americano. A injunção do positivismo comteano, aliás, ainda figura no lema de nossa bandeira, como herança inapagável.

Na celebração do *Ano da França no Brasil* haveria ainda muito a se dizer, tão profundas têm sido as interações entre os dois países no curso da História. No âmbito desta sessão especial, porém, esses são pontos que considero especialmente relevantes, particularmente no que diz respeito a meu Rio de Janeiro.

Parabéns à França e ao Brasil, por suas identidades e interrelações, que espero continuem frutíferas no futuro como têm sido na História.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Parabéns pelo pronunciamento.

Senador Crivella, V. Exª traz aqui um princípio que eu acho que é do povo francês: *l'amour toujour l'amour*, porque diz a Bíblia – que o senhor deve conhecer bem melhor do que eu – que, nas reuniões onde houver amor, Cristo estará presente. A França sempre trouxe isso como princípio. E nós convivemos com esta provável simpatia; além do português, também há influência da França na História do Brasil.

Cumprimento V. Exª pelos fatos relatados.

Antes de convidá-lo à tribuna, Senador Mão Santa, queria cumprimentá-lo pela homenagem que o Exército brasileiro lhe prestou hoje, dando-lhe a Medalha do Pacificador de Duque de Caxias, que V. Exª teve ontem, por várias vezes, a honra de citar.

Convido-o para que use a tribuna e dou-lhe o abraço pela justa homenagem que recebeu do Exército Brasileiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores – o Senador mineiro Eduardo Azeredo -, meus senhores do Brasil e da França, encantadoras mulheres da França e do Brasil, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de televisão.

Romeu Tuma, acabei de receber essa homenagem do Exército Brasileiro, e eu digo que não é para mim; isto aqui é pelo respeito que o Senado da República tem no Exército Brasileiro, desde o nascedouro, porque o Patrono do Exército é Duque de Caxias, e ele foi Senador do Império. Ele é um dos nossos, como Rui Barbosa. E também não deixa de ser, no meio de tantos Parlamentares, um motivo de orgulho para o meu Piauí, Estado que represento.

Mas vim, deixei o coquetel, porque não podia faltar a esta sessão, bem idealizada pelo nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, esse mineiro brilhante, e, quis Deus, presidida pelo símbolo maior de virtudes de nosso Senado: Romeu Tuma. Uma Casa que tem um Corregedor como Romeu Tuma... Um quadro vale por dez mil palavras. Esse homem foi o xerife no momento mais difícil da nossa história: a transição democrática. E os franceses sabem como são difíceis essas transições.

Sabemos que lá começou o movimento por "liberdade, igualdade, fraternidade"; o povo mostrando que é soberano, que é forte. Com esse grito, caíram os reis do mundo todo. Passados 100 anos, esse grito chegou aqui ao Brasil. Mas chegou. Então, não poderia faltar.

E lá, como é difícil fazer essa democracia. Como é difícil! E ela é caracterizada... Antigamente, o governante era um Deus na Terra. Chegou um a dizer "**l'État c'est moi**". Como Deus, seria um governador lá do céu. Mas o homem, com a inteligência francesa do Direito, dividiu o poder – somos um desses Poderes – e instituiu a alternância do poder; se não houver isso, não há democracia.

Quis Deus estar Heráclito Fortes aqui, que também foi Presidente dessa Comissão de Relações Exteriores. Eu fui membro; o Presidente foi o Heráclito, com uma competência extraordinária.

Mas o que queremos afirmar aqui é a importância da França. Este País aqui – eu sou pai da Pátria, nós somos os pais da Pátria – está em democracia pelo Senado da República. Eu que estou dizendo. E pelas forças militares também. Daí a nossa... Só. Só. Aqui não passa. E nós apostamos nisso, mas não porque

apostamos na história. A nossa cultura vem da Grécia. O homem é um animal político. A democracia é direta. Não dava certo. Não poderia dar certo. Começava, Heráclito, às cinco horas da manhã – já pensou o Flexa Ribeiro lá? E lá havia vinho e tudo, não acabavam as reuniões da democracia direta.

Foi melhorada na Itália, e a evolução foi lá nas ruas da França, 1789, antecedida por luminosidades.

Voltaire, que era Parlamentar, mesmo no regime monárquico de lá, dizia e disse, mostrando a grandeza do Parlamento... Até nas monarquias, como é na Inglaterra, como foi que nos antecedeu, como Voltaire dizia... Heráclito, sabe o que Voltaire dizia e este povo não aprendeu? "À majestade tudo, menos a honra." Aqui tem de saber isso.

Ontem, eu presidia, quando eu vi aqui, eu me lembrei de Voltaire, e digo agora: Voltaire disse que achava bonito ele dizer aquilo, mas não discordava. Discordava de tudo que o opositor estava dizendo, mas daria a vida para ele ter direito de dizê-lo. E é isso que nós aprendemos. E foi isso. E a França que fez, e nós viemos aqui dizer o significado disso, influencia em todos nós. E vou ser prático. Todos nós.

Ô Romeu Tuma, eu estudei em Colégio Marista – é uma organização do Padre Champagnat, lá da França. E tive como tutor um grandão, Louis Du Bois. Heráclito, às cinco horas da manhã, ele batia duas palmas, e a gente tinha de se levantar, uma preguiça doida, botar a toalha e tomar banho, estudar. Às seis horas, ele permitia rezar, senão... Louis Du Bois. Ele me deu um livro, que eu reputo o melhor. Outro dia, eu andei atrás, para dar para o meu irmão Paulo de Tarso, viu, Heráclito? Não encontraram. Aí o César Fortes, que era meu assessor e estudou na França, eu pedi, e ele tirou uma cópia. Só tinha na Câmara.

André Malraux, esse Louis Du Bois me deu. "***Arte de Viver:*** *A* Pequena Filosofia da Vida". Eu vim aqui pra dar esse conselho. Outro dia, dei esse livro para o meu irmão. Cada pai dê de presente para o seu filho. Eu pude. Fui privilegiado, estudei em colégio de cultura francesa, do Padre Champagnat. O meu tutor era esse Louis Du Bois.

Cinco capítulos: "A Arte de Pensar". É o meu pensamento. Se ele pensa grande, vai ser grande. Se não pensa, pequeno ele vai ser, se terráqueo. O pensamento é que constrói.

"A Arte de Trabalhar". Olha, você não me venha aqui com negócio de telefone celular, pedi agora. Porque ele diz: cuidados inoportunos. Ele já disse que telefone é um bicho inoportuno. Por isso, eu fico aqui atento e tudo. Cuidado, ele cita lá. E a gente vê e tal. E é verdade. Esse negócio de telefone, eu vou contar, tem de ter a ordem, porque isto aqui também é um lema positivista de Auguste Comte. A mocidade estudou no Colégio Lafayette, do Rio de Janeiro. Era "amor, ordem e progresso". Tiraram o amor, envergonhado. Era bom demais. Nós vamos é botar, não é, Romeu Tuma? Amor, a primeira idéia. E era amor, ordem e progresso, esse lema positivista de Augusto Comte, da Filosofia francesa. Então, é essa a nossa arte de pensar, arte de trabalhar. E eu vou à França. "A Arte de trabalhar". Uma homenagem a Napoleão, um militar, o homem que deu o Código Civil à França, o Código de Napoleão, o grandioso.

Eu vou fazer também, para ensinar, fazer minhas as palavras de Napoleão e oferecê-las ao meu País, como presente da França à nossa cultura.

Senador Leomar Quintanilha, Napoleão disse: "Conheci os limites dos meus braços, conheci os limites das minhas pernas, conheci os limites da minha visão, mas não conheci o limite do trabalho". Que capacidade!

Depois de "Trabalhar", tem um capítulo: "A Arte de Comandar", Romeu Tuma, "A Arte de Amar". É bom o livro dele.

Aliás, você é o nosso Embaixador aqui. Não se encontra. O apelido do meu assessor é Sorbonne, porque ele andou estudando lá. E ele arrumou aí na biblioteca. Não tem nem na do Senado. Tirei uma cópia e a dei para o meu irmão. Vamos reimprimir isso.

Eu li, naquela fase de internato, do Irmão Louis Du Bois, no Colégio Marista de Fortaleza. "A Arte de Amar". Heráclito, ele disse lá no livro.

Atentai bem. A batalha do amor nunca está ganha. Que verdade!

Romeu Tuma, ele diz lá que a mulher é como um violino. É, a mulher é como um violino...

Ó Romeu, em que você está pensando? Olha, na normalista. É a esposa dele. A minha também.

Aí ele diz que o marido a toca como um ceguinho. Você já viu um ceguinho na porta da igreja? E vem o amante e toca o violino, dá todas as cordas. Você tem de ser o amado, o amante da sua esposa.

Eu sei, e "A Arte de Envelhecer". Que coisa bela! E a nossa dependência é tão grande... Por isso que eu persisti nessa luta democrática contra os ideais daquele que queria o terceiro, o quarto mandato, daqueles que queriam repetir Fidel Castro; Chávez; o Correa, do Equador; o Morales, da Bolívia; o padre reprodutor, do Paraguai; o da Nicarágua; e o rolo que está em Honduras.

Não foi de cego nenhum, Leomar Quintanilha. Eu sei. A nossa cultura é outra. A nossa cultura é da Grécia. A nossa cultura é da Itália, onde, no Senado, dizia Cícero: "Eu, o Senado e o povo de Roma". Nós podemos dizer: O Senado e o povo do Brasil. Nós podemos.

Então, a nossa era aí. Passa na França! Passa na França! E esse moço aqui. Houve aqui também, não foi só lá. Lá rolaram cabeças, mas aqui também. É difícil a democracia. O segundo General, Floriano Peixoto, a quem chamavam de aço, era duro, mais duro do que o Médici. O Rui Barbosa saiu de uma cadeira dessas com medo dele, foi para Buenos Aires. Não gostou e foi - já sabia francês - para a Inglaterra. Aí, ele aprendeu o inglês. Não só o inglês, mas a Constituição inglesa bicameral, que fez o rei Carlos I se curvar. É! É preciso saber, meu Presidente. Carlos I, então, que tinha fechado o Parlamento da Inglaterra, viu-se numa guerra. Não tinha credibilidade para buscar dinheiro, aí pediu para reabrir o Congresso, o Parlamento inglês. Aí, ele abriu. O líder de lá, Oliver Cromwell, disse: "Eu abro, mas jamais na Inglaterra o Rei vai ficar acima da lei". Nisso, Rui Barbosa foi para lá. Aprendeu, aprendeu a democracia presidencialista do filhote da Inglaterra – os Estados Unidos.

E essa é a nossa cultura. Nós somos isso. Eles que estavam enganados, estavam aí, gritando. Está aí, pressão, e nós aqui confiados. E este País pode ter demorado a chegar ao grito de liberdade, igualdade e fraternidade, 100 anos. Mas nós somos mais inteligentes, a democracia foi mais rápida e se aperfeiçoou. É esta Casa. Essa campanha toda é contra isto. Foi o que o Chávez fez: a primeira coisa foi fechar o Senado, porque eles querem mesmo é se perpetuar no poder. E aqui o poder é moral, nós somos povo, nós somos filhos da democracia e do voto. E nós temos moral. Bastava focalizar agora para o nosso Presidente. Quantas lutas esse homem enfrentou; 12 mil greves neste País na transição. Sarney era Presidente.

Então, este é o nosso País, do Louis Du Bois, mas eu sintetizaria o seguinte: a nossa dependência é tão grande, ô Cristovam, que o maior dos nossos filhos... Eu não ia citar todos dependentes como eu, direta ou indiretamente, o apaixonado por Paris, pelas francesas, pelo perfume, pelo vinho, pelo champagne; eu não ia citar; eu ia simbolizar... Nós somos o melhor filho da cultura da França, o filho maior desse País: Juscelino Kubitschek. A sua formação, a sua cultura e a sua visão foram do povo francês.

Juscelino Kubitschek, no Senado, foi cassado, humilhado, mas nunca largou o grito de liberdade, igualdade e fraternidade. Nós estamos aqui respirando Juscelino Kubitschek. Romeu Tuma, foi oferecido a ele continuar no Governo, mas Juscelino, fiel à divisão do poder, fiel à alternância do poder, não quis. Curvou-se aqui. Fez seu último discurso político nesta tribuna, dizendo que jamais canhões ou qualquer força enterrariam a democracia que construímos. E esse é o exemplo maior para citar.

Então, queremos dizer o seguinte: comemorar o Ano da França no Brasil, não é o ano, não; tem de ser todos os anos.

Nós somos a melhor gente da história do mundo. Brasil e França, exemplo maior da democracia! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, para falar em nome da Liderança do PDT.

Antes, eu queria pedir licença para ler um convite do Senado Cultural e Aliança Francesa, para a palestra "A política exterior das assembléias legislativas: apoio ou contra-apoio do Executivo", hoje, terça-feira, às 14h30, no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

A palestra em homenagem ao Ano da França no Brasil será ministrada pelo Ministro-Conselheiro da Embaixada da França, Exmº Sr. Xavier Lapeyre de Cabanes, e pelo Professor Dr. Amado Luiz Cervo, catedrático da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Logo após, as 16 horas, haverá performance dos artistas franceses Antoine le Menestrel e Jean-Marie Maddeddu.

Esse é o convite feito pelo Senado Cultura e pela Aliança Francesa para o dia de hoje.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. Delegado-Geral da Aliança Francesa no Brasil, Sr. Yann Lorvo; Diretora da Aliança Francesa de Brasília, Srª Pascale Hualpa, a quem cumprimento; todos os demais que estão na Mesa, senhores e senhoras, eu não poderia deixar de estar aqui, em primeiro lugar, em caráter muito pessoal; e, depois, representando meu Partido.

Em caráter muito pessoal é pela dívida que tenho com a França, porque, muito jovem e sem poder ficar aqui por motivos políticos, foi a França que me recebeu. Não apenas me recebeu: posso dizer que me educou. Ela me educou no sentido de abrir os horizontes da cultura para um jovem brasileiro, engenheiro como eu era, com a ortodoxia que nós engenheiros temos, ainda mais uma ortodoxia política, e chega na França e tem acesso à abertura cultural e a todo aquele mundo intelectual que ela representa.

Mas isso não teria sido possível para mim, pessoalmente, se não houvesse a relação antiga do Brasil com a França. Creio que podemos dizer que o Brasil nasceu de Portugal, mas estudou na França. Portugal foi a nossa maternidade, a França foi a nossa escola. Foi na França que começou a se formar o pensamento, ainda em gestação, que a gente pode dizer brasileiro.

Os primeiros livros que os brasileiros leram quando começaram a sua independência foram livros de autores franceses. Foi aí que nós aprendemos. Não é à toa que nossa bandeira tem tudo a ver com Auguste Comte. Não é à toa que a nossa República foi proclamada, desenhada, projetada a partir da visão filosófica da França.

Lembro de um encontro, Senador Tuma, que eu tive aqui durante a visita do Presidente Mitterrand, e o acompanhava o Lévi-Strauss. E ele contou como, nos anos 30, no começo dos anos 30, viajando pelo interior do Brasil, teve um encontro com uma pessoa que morava numa pequena casa no meio de Goiás – imaginem Goiás nos anos 30, imaginem essa região Centro-Oeste antes de Brasília, imaginem o interior dessa região. Ele disse que, quando foi apresentado como francês, o homem disse "Anatole, Anatole", se referindo a Anatole France. Ou seja, ali, naquele interior, chegavam os livros de Anatole France, como chegavam os livros de Alexandre Dumas, de Flaubert e de todos os outros que nos ajudaram a formar o imaginário brasileiro.

O Brasil é filho de Portugal, mas é aluno da França. E isso tem que ficar relembrado sempre. É nesse sentido que fico muito feliz pelo fato de termos este Ano França no Brasil. Claro que, como diz o Senador Mão Santa, não deveria ser apenas um ano; deveria ser uma década, duas décadas, mas que tenhamos um ano para lembrarmos dessa relação profunda que, com Portugal, é permanente, diária e até mesmo por causa do idioma, mas, com a França, é mais subliminar, porque é uma questão mental, é uma questão da maneira como pensamos.

Claro que, passadas umas décadas, nos meados do século XX, começamos a ter acesso a outras escolas, não mais apenas à França. Começamos a ter os nossos jovens estudando em muitos lugares, inclusive nos Estados Unidos. Mas a formação cultural do ponto de vista da intelectualidade no Brasil, essa formação devemos ao povo francês, ao Estado francês e à inteligência francesa.

Além disso, os exemplos de luta vieram da França. Foi 1789 que fez com que descobríssemos que não era um puro sonho a ideia da emancipação, quando descobrimos que não era um puro sonho quebrarmos essa divisão das classes sociais entre uma aristocracia e uma plebe.

Foi esse o grande exemplo que serviu ao mundo inteiro, com exceção obviamente dos Estados Unidos, que, já antes disso, tinham proclamado a sua república, três anos antes. Mas foi ali que surgiu a consolidação de um projeto de revolução social, porque os Estados Unidos fizeram aquilo, mas conviveram durante quase cem anos como uma república escravocrata, como uma república que ainda assim dividia entre uma elite e um povo, embora esse povo não fosse uma massa excluída; ele poderia ascender, como toda república deve permitir.

Por essas duas razões eu estou aqui pessoalmente, para lembrar – não é pagar, porque essa dívida é impagável – a dívida de um jovem brasileiro que teve a chance de ser recebido na França e de ter, na França, aberto os horizontes como pensa. Obviamente tive a sorte, naquele momento, de encontrar os professores certos, e nem todos franceses obviamente. Mas encontrar os professores certos que foram capazes de me ajudar a abrir a cabeça, no sentido da heterodoxia, no sentido do cosmopolitismo, no sentido do compromisso com o processo revolucionário que transforme a sociedade.

E, além dessa dívida, que cito apenas, quero – não falo em nome do povo brasileiro, mas como brasileiro, não apenas como pessoa – lembrar da dívida que esta República tem com os franceses, com a França, com a história da França, com os intelectuais franceses.

Nós, concluo, lembrando mais uma vez, nascemos em Portugal e estudamos na França. Portugal é nossa maternidade, a França é nossa escola.

E, para não deixar de falar, encerro com um agradecimento local e provinciano, mas importante, é agradecer a este programa Senado Cultural, que é capaz de fazer eventos como este, que, independente de quantos estejam aqui, são transmitidos pela televisão e são assistidos pela população brasileira, para que ela não esqueça e até descubra, porque muitos não sabem que foi na França que nossos líderes do passado, nossos intelectuais do passado foram buscar o germe do que eu espero que um dia venha a se consolidar mais, o germe do pensamento brasileiro, que terá tudo que é característico do Brasil, da sua maneira de pensar, dos seus problemas específicos, mas não vai deixar de reconhecer que teve uma escola onde aprendeu tudo isso.

Muito obrigado a vocês que representam aqui a França e muito obrigado a todos aqueles do Senado Cultural que organizaram este evento. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Cristovam Buarque, quando os oradores passam por esta tribuna para falar da França, eu lembro um pouquinho a minha história. Algumas vezes fui à França e ia sempre no Quartier Latin, onde os brasileiros se reuniam com toda liberdade e independência e, provavelmente, aspiravam o ar da liberdade e da democracia que trouxeram para a nossa vida hoje no Brasil . Cumprimento V. Exª pela reflexão histórica da sua passagem pela França.

Antes de terminar, eu queria agradecer profundamente a todos os que aqui compareceram; à nossa

Conselheira Cultural Adjunta da França, Srª Chantal Haage; ao Delegado-Geral da Aliança Francesa no Brasil, Sr. Yann Lorvo, que me deu a honra do cartão para eu poder visitá-lo – é isso? – e à Diretora da Aliança Francesa de Brasília, Srª Pascale Hualpa.

Eu gostaria de ter sobre a mesa uma taça de Kir Royale para dar um **saluer** à França.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Champagne Don Perignon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Adelmir Santana enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ao requerer a realização desta Sessão Especial do Senado Federal, destinada a comemorar o Ano da França no Brasil e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural em nosso País, o Senador Adelmir Santana foi extremamente feliz.

De um lado, celebra-se um programa – o *França. Br 2009* – que vem se desenvolvendo, desde 21 de abril, com raro brilhantismo, e que tem tudo para trazer às relações entre nossos dois Países resultados tão positivos como aqueles proporcionados, quatro anos atrás, pelo Ano do Brasil na França.

De outra parte, presta-se justa homenagem a uma instituição – a Aliança Francesa no Brasil – que aqui se faz presente há 124 anos, e que ao longo de todo esse período tem atuado não apenas no sentido de difundir o idioma, a cultura e os valores daquele País, mas também – e eu diria que acima de tudo – no sentido de estreitar o afeto e a amizade entre o povo francês e o povo brasileiro.

Sobre as especialíssimas ligações entre a França e o Brasil, Senhor Presidente, e principalmente sobre a decisiva influência das idéias e dos costumes provenientes daquele pedaço da Europa em nossa formação como Nação soberana e democrática, penso que não há muito a acrescentar.

Afinal, se existe um fato sempre destacado nos eventos em que confraternizamos com nossos irmãos franceses, é o de que nós, brasileiros, como tantos outros povos do mundo, também fomos tocados pelo pensamento iluminista que floresceu na França – também em outros países, mas em especial na França – no início do século XVIII.

Um pensamento que viria a inspirar o brado de "liberdade, igualdade e fraternidade" que fez desabar os muros da Bastilha.

Um pensamento que viria a inspirar movimentos de independência em dezenas de países da América, entre os quais o nosso Brasil.

Um pensamento, Srªs. e Srs. Senadores, que já no século XIX viria a inspirar, no meu Estado do Pará, o glorioso movimento cabano, epopéia forjada pela indignação contra a centralização do poder e das decisões e em que prevaleceu, mais que tudo, a ânsia libertária.

Mais recentemente, na década de 60, fomos outra vez agitados pelos ventos soprados de lá, com nossos jovens incorporando o espírito questionador que vinha das barricadas de Paris.

E não é somente nos campos filosófico, político e comportamental, Sr. Presidente, que se faz sentir a influência da França em nosso País. Todos sabemos que, na literatura, nas artes plásticas, na ciência, na culinária e em muitas outras áreas do conhecimento humano, a contribuição francesa para nossa cultura foi e continua sendo essencial.

Por outro lado, é inegável que essa transferência de costumes e valores se transforma cada vez mais em um processo de mão dupla, na medida em que o Brasil, nas últimas décadas, tem começado a fazer valer suas potencialidades e se colocado em condições de também oferecer, às outras nações, uma boa quota de experiências bem sucedidas.

Hoje, Srªs. e Srs. Senadores, temos bem mais a exibir, no cenário das trocas culturais, do que naqueles tempos longínquos em que Montaigne identificou, nos primitivos trazidos da América – na verdade, do Brasil –, um admirável toque de humanidade.

Hoje, para citar apenas um exemplo, nossa contribuição no campo das artes – especialmente da música – já pode ser considerada digna de registro.

É dar continuidade a tudo isso, Sr. Presidente, a esse intercâmbio profundamente enriquecedor de conhecimento e informações entre dois povos irmãos, que se pretende com o Ano da França no Brasil.

Estou plenamente convencido de que, quando 2009 tiver terminado, chegaremos à conclusão de que os resultados desse esforço foram consideráveis e ainda renderão bons frutos. Até porque eles continuarão a ser repercutidos de forma permanente, nos anos seguintes, pelas 39 associações e 8 centros correspondentes que formam a Aliança Francesa no Brasil.

Aos dois, portanto – ao Ano da França no Brasil e à Aliança Francesa –, o meu reconhecimento e as minhas homenagens.

Muito obrigado.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores,

É com muito entusiasmo que falo hoje, nesta tribuna, sobre o Ano da França no Brasil, com atividade-

des iniciadas em abril deste ano, estendendo-se até 15 de novembro.

Como presidente do SESC do Distrito Federal, estou plenamente integrado a essa promoção internacional, já com diversas atividades realizadas este ano em Brasília.

Na verdade, o SESC-DF tem parceria de mais de três anos com a Embaixada na França, para a realização de atividades culturais em Brasília, o que se intensifica este ano.

E março, no Teatro Nacional, tivemos oportunidade de apresentar ao público brasiliense a Orquestra dos Champs Elissé, assim como em junho levamos ao brasilienses, na Torre de TV, espetáculo dirigido pelo maestro Michel Legrande.

A programação do primeiro semestre teve atividades na área de cinema e também a vinda de grafiteiros franceses, que montaram oficinas de treinamento dirigidas a artistas do DF.

O ápice da nossa atividade ocorrerá no próximo mês, quando o SESC-DF oferecerá, gratuitamente, à população de Brasília, a exposição "obras Primas dos Museus da França" com destaque para material oriundo do Louvre.

Será de 4 a 20 de setembro, numa tenda especialmente montada ao lado do Teatro Nacional Cláudio Santoro, de mil e quinhentos metros quadrados, co inauguração oficial no dia 2. É um investimento de R$ 1 milhão, destinado a incentivar estudantes e a população em geral a apreciar a cultura produzida ao longo de oito mil anos, focalizando diversas civilizações.

O público terá contato com 131 reproduções de obras de arte, na forma de fotografias de altíssima qualidade, que certamente atrairão milhares de pessoas, na só de Brasília, mas também de áreas próximas.

Esta exposição relativa aos museus já passou por 50 países e chega a Brasília dentro da programação do Ano da França no Brasil. O presidente da França, Nicola Sarcozy, estar na Capital brasileira no dia 7 de setembro, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para assistir a Parada da Independência do Brasil. Fizemos convite a ele para que prestigie a exposição organizada pelo SESC, o que muito abrilhantará o evento.

É necessário destacar que o Ano da França no Brasil tem como objetivo principal fortalecer a parceria estratégica entre os dois países e ocorre em reciprocidade ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005.

Na França, em 2005, houve resultados surpreendentes. Na oportunidade, a programação mobilizou mais de 25 milhões de pessoas, com centenas de atrações realizadas em todo o território francês, que trouxeram impactos diretos não só para o intercâmbio cultural, mas também para as trocas comerciais entre os dois países.

Na ocasião, registrou-se aumento de três vezes no volume de negócios entre França e Brasil, em comparação co mo ano anterior, 2004. O resultado correspondeu a cerca de US$ 450 milhões de produtos brasileiros importados pela França em 2005.

Esperamos obter resultados tão auspiciosos este ano, quando a França está representada nessa série de programações.

De antemão, daqui da tribuna do Senado, convido a população brasiliense e todos os brasileiros a prestigiaram a Exposição sobre os Museus, que certamente fará muito sucesso no próximo mês.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB _ SP) _ Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 55 minutos).

Ata da 141ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de agosto de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Mão Santa e Papaléo Paes

(Inicia-se a Sessão às 14 Horas e Encerra-se às 22 Horas e 8 Minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/8/2009 07:32:59 até 25/8/2009 22:04:37

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PDT	CE	FLÁVIO TORRES	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São 14 horas em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil. Estamos no Parlamento do Senado da República do Brasil.

Hoje, 25 de agosto, terça-feira, sessão deliberativa ordinária da 53ª Legislatura.

Em 25 de agosto, o País homenageia os soldados brasileiros. É uma homenagem em respeito a Duque de Caxias, que foi nosso Ministro. Além de representar, com a sua grandeza, as gloriosas Forças Armadas, o Exército, ele foi um Senador da República. Hoje, o Exército brasileiro comemorou a data, entregando a algumas personalidades a Medalha do Pacificador da Pátria, Caxias. Em nome do Senado da República, eu a recebi, mostrando também a grandeza e a credibilidade do nosso Senado. Eu e o Piauí ficamos orgulhosos.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem. O Senado da República lembra o lema positivista que está na Bandeira, "Ordem e Progresso", Bandeira essa defendida pelo soldado brasileiro.

Pela ordem, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a V. Exª inscrever-me para uma breve comunicação no momento oportuno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço ao Sr. Secretário José Roberto que faça a sua inscrição.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, o Senador Jefferson Praia seria o segundo inscrito ou o primeiro. Mas como ele já vai fazer um pedido pela ordem e justificar seu pedido, eu também me inscreveria em segundo lugar. Entretanto, está aqui o Senador Geraldo Mesquita, meu vizinho, e eu não poderia deixar de ser cortês com ele. Vou permitir que ele se inscreva, então, em segundo lugar; e eu vou me inscrever pela Liderança do PR, como Líder do Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Jefferson Praia pede pela ordem.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O povo amazonense, sua cultura, sua arte, suas letras, sua imaginação e sua sensibilidade estão de luto pelo falecimento do nosso grande poeta, compositor, teatrólogo e jornalista Aníbal Beça, aos 62 anos. Ele morreu na manhã de hoje, terça-feira, vítima de complicações renais e de diabetes.

Nascido em 13 de setembro de 1946, Aníbal Beça ocupava a cadeira de número 28 na Academia Amazonense de Letras. Homem múltiplo, ele se dedicava tanto na vida contemplativa quanto no dinamismo de seu papel de grande animador cultural amazonense.

Percorreu, com o costumeiro brilho e o seu carisma comunicativo e generoso, todos os postos das redações de todos os jornais manauaras. Também dirigiu a produção da TV Cultura do Amazonas e atuou como consultor da Secretaria de Cultura do nosso Estado. Foi Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Manaus.

Líder classista de proverbial representatividade e legitimidade, vice-presidiu a União Brasileira de Escritores (seccional do Amazonas), além de presidir o Sindicato dos Escritores Amazonenses.

Aníbal Beça amava a música popular como expressão máxima do talento daquele "saber de experiência feito" (como dizia Camões) da nossa gente mais pobre, excluída das oportunidades educacionais neste País, infelizmente ainda formado por maioria de não leitores que compensam sua marginalização educacional com musicalidade e ritmo fora de série.

O povo do Amazonas e de todo o Brasil teve a felicidade de conhecer Aníbal Beça pelas suas numerosas contribuições ao cancioneiro pátrio.

Já em 1968, "o ano que não terminou", na famosa fórmula do escritor Zuenir Ventura, vencia ele o I Festival da Canção do Amazonas, o primeiro de uma série de 18 primeiros lugares em eventos semelhantes aqui e lá fora.

Representou o nosso País no 8º Festival de Joropo de Villa Vicencio, na Colômbia, em 1969, e, no ano seguinte, foi o único artista amazonense a se apresentar no saudoso Festival Internacional da Canção (FIC), no Rio de Janeiro, com a música "Lundu do Terreiro de Fogo", na voz poderosa da querida e eterna Sapoti (Ângela Maria).

Longa é a lista dos outros grandes intérpretes que tiveram a honra de gravar suas músicas, dentre eles: As Gatas, o coral do Joab, Raízes Caboclas, Lucinha Cabral, Pedro Callado e Grupo Tynbre, para ficar apenas em alguns poucos nomes famosos.

Apaixonado pelo Carnaval, Aníbal Beça prestigiou com seu talento a ala dos compositores das escolas de samba Reino Unido da Liberdade e Sem Compromisso. Esta última deve a ele, pelo enredo e pelo samba "Joana Galante – Axé dos Orixás", o seu único primeiro lugar.

Em 1999, recebeu justa homenagem da mesma escola de samba Sem Compromisso, com o enredo "Aníbal Bom à Beça".

Na cultura erudita, obteve o reconhecimento de figuras referenciais, como o poeta Carlos Drummond de Andrade que, em 1987, comentou: "Li Filhos da Várzea, os Poemas-Pôster e os Haicais afetuosamente a mim dedicados. Obrigado por tudo, meu caro poeta. É de coração aberto que lhe desejo a maior receptividade do público para a bela poesia que está elaborando e que, espero, marcará seu nome como um dos que engrandecem o cultivo artístico do verso".

A previsão do poeta maior frutificaria, poucos anos depois, em 1994, quando o livro "Suíte Para os Habitantes da Noite" venceu o 6º prêmio Nestlé de literatura brasileira, concorrendo com 7.038 obras de todo o País, na categoria poesia. No ano seguinte, essa obra foi publicada, no Rio, pela editora Paz e Terra.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, toda uma tarde triste como a de hoje seria insuficiente para arrolar toda a riqueza do legado artístico de Aníbal Beça. Por isso, prefiro encerrar a minha homenagem e a dos outros Senadores que fazem parte da Bancada do Amazonas, Senador Arthur Virgílio e Senador João Pedro, por aqui, enviando nossas sinceras condolências à sua família e deixando com os ilustres Pares uma breve amostra de sua arte eterna, a poesia "O Destino":

Em cerdas de seda arremeto em pausa
Meu coração toca arremato em pouso
Música de pasto linha de nervura
Nervos de galope todo corpo é frouxo
Na ravina clara todo corpo é fúria
As línguas de fogo são galhos erguidos
Incendeiam tufos tuas mãos ardentes
Brasas de gramínea regendo canteiros
Amornam primícias e a secreta rosa
No rubro casulo desvela essa tosa
Um sol veste orgasmo nas ervas das águas
E se põe arco-íris remato regaço
E o jato de curva molhado regaço
Alavanca a anca tão umida/mente
Em forte arremesso sereno adormeço

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir uma homenagem do Senador Jefferson Praia, que representa o Amazonas, o PDT, homenageando o poeta do seu Estado, da sua Região, Aníbal Beça.

A Mesa recebe a homenagem e apresenta nossos votos de pesar. O sofrimento não é só do seu Estado. Através dos seus trabalhos de literatura, ele diexa de luto todo o País.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria me inscrever para uma breve comunicação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª já está inscrito.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – E queria agradecer...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É o segundo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – ...a gentileza do Senador Expedito pela cessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O primeiro para fazer uma comunicação é Tião Viana; e Geraldo Mesquita, o segundo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

V. Exª não quer se inscrever?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, já estou inscrito. Estou inscrito pela Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Exª é o Líder mesmo?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sou o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Líder não está no painel.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Por enquanto, até o Líder chegar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª lidera todos nós.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Mão

Santa, na última terça-feira, quando V. Exª anunciou aqui, da Mesa, a entrega da proposta da reforma administrativa pela Fundação Getúlio Vargas, a Senadora Ideli Salvatti usou da palavra para anunciar algumas proposições da Bancada do Partido dos Trabalhadores que têm o objetivo de contribuir, como chamado por ela, para as mudanças positivas.

A Senadora destilou suas críticas para muitos lados e citou o meu nome e o do Senador Pedro Simon, como se eu estivesse impedindo, deliberadamente, o andamento do Projeto nº 315/2009, do qual sou Relator – e inclusive está aqui o autor do projeto, que é o Senador Tião Viana.

Quero dizer, Sr. Presidente, que este projeto do Senador Tião Viana é muito bom para ser apreciado e para ser votado. Ele limita as despesas do Poder Legislativo com pessoal.

Este projeto já conta com meu voto favorável – já o comuniquei ao Senador Tião Viana –, mas ele tem alguns problemas de mérito, de técnica legislativa e está, de repente, precisando ser aprimorado pelo corpo técnico desta Casa.

Recebi essa relatoria – por isso não aceito a crítica da Senadora Ideli – no dia 5 de agosto. Portanto, Sr. Presidente, estamos hoje completando 20 dias de análise e de estudos sobre esta matéria.

Quero aqui repudiar as insinuações de que esta matéria está parada ou está adormecida e que não está havendo cooperação da minha parte como Relator. O projeto está dentro do prazo regimental para apreciação e, certamente, será votado e receberá parecer favorável.

Não aceito essa insinuação, sobretudo vinda de uma Senadora que está com dois projetos de minha autoria para emitir relatório desde o ano de 2008 – portanto, ela não poderia estar usando a tribuna para fazer qualquer crítica a alguns projetos aos quais porventura não tenhamos dado parecer –: o Projeto nº 518, de 2007, que foi distribuído para a relatoria da Senadora Ideli, na CCJ, em fevereiro de 2008, que trata de nepotismo, antes mesmo da Súmula nº 13, do Supremo Tribunal Federal; e o PLS nº 22, de 2008, que foi distribuído também para a relatoria da Senadora Ideli, na CCJ, em maio de 2008. Matéria da maior importância, que atualiza a lei que define os crimes de responsabilidade.

Portanto, fica aqui meu registro, Sr. Presidente.

Sou muito crítico. E, principalmente aos projetos bons – tantos são os projetos que temos aprovado aqui e estão paralisados na Mesa do Senado, e outros, votados aqui e paralisados na Câmara dos Deputados – dou celeridade. Não seria este Senador que iria segurar algum projeto. Muito pelo contrário, dou andamento aos projetos cuja relatoria assumo, para que possamos votar projetos bons para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as considerações do Senador Expedito Júnior.

Há oradores inscritos.

Consultando a lista de oradores, o primeiro inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti. Tião Viana será o seguinte, alternando.

Encontra-se presente a nossa Vice-Presidente, a encantadora professora Serys Slhessarenko.

Quero contar que, pela sábia decisão do processo, identificamos a firmeza, a coragem e a sabedoria da mulher, que aqui nos ensina – e acompanhamos de Antonio Carlos Magalhães. Ele teria sido derrotado lá. É diferente. Então, *in dubio pro reo*. A Mesa mandou para o réu... O contrário do atual processo. A Comissão de Constituição, Justiça, na plenitude dos seus direitos, fez sua decisão, e na plenitude do seu Presidente. A maior ignomínia que se está fazendo nesta Casa é querer diminuir o Presidente porque ele é um suplente. Tião Viana, se fosse assim, não teríamos a República, porque, atentai bem: Deodoro era o Presidente. O suplente dele, o Vice, a mesma coisa. Não é votado. Marechal Floriano não tinha tomado posse. O José Alencar também nunca recebeu voto e é um extraordinário Vice-Presidente da República. Isso que ocorre com o suplente ocorre com os vice-presidentes, com os vice-governadores, com os vice-prefeitos.

Então, é uma ignomínia – a ignorância é audaciosa – se dizer que o Presidente do Conselho é suplente. É suplente, mas é um dos homens de maior probidade na vida pública do Estado do Brasil.

Outro dia, Tião Viana, eu estava ali ao lado de Paulo Duque, de quem me orgulho. Ele estava com umas revistas que V. Exª, talvez, nem conheça – V. Exª é muito novo: **O Cruzeiro, Manchete**. Estava revivendo o dia de ontem: a morte de Getúlio. Aí eu me aproximei e vi aquilo tudo, aquele povo chorando. Havia uma mulher encantadora na foto, do lado de Getúlio. Perguntei: "E essa mulher bonita aí quem é?" Ele disse: "É a minha esposa. Eu era Deputado Estadual, e ela era secretária de Getúlio."

Então, é um homem que tem vivência da história política do Brasil. Por que entrou como suplente? O suplente, o Senador mais importante dos dias atuais é o estadista Fernando Henrique Cardoso. Ele adentrou esta Casa como suplente de Franco Montoro. E quis Deus ter aí um suplente brilhante, trabalhador, que já fez discurso hoje pela França. Ele está inscrito.

Chamei V. Exª para, pelo menos, ficar aqui do lado, porque o Senado é dirigido por uma Mesa Diretora, que tem três na Presidência: a Serys, do PT, exercita-a com muita firmeza; o Marconi Perillo; e os secretários, dos quais também me orgulho.

Com a palavra Roberto Cavalcanti. Quero cumprimentá-lo também porque V. Exª engrandece o Senado e dá testemunho como suplente. Hoje mesmo, vi V. Exª aqui, homenageando a França, na sessão em que o Senado a está homenageando.

Regimentalmente, V. Exª pode usar a palavra por dez minutos, mas não ousarei cortar sua palavra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço as referências elogiosas. Fazem parte da nossa fraterna amizade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, semana passada, o jornal *Folha de S.Paulo* estampou auspiciosa notícia sob o título: "Pesquisa antártica terá verba recorde de R$15 milhões, diz governo. Dinheiro será destinado a projetos em cooperação com outros países latinos."

Na realidade, o que é festejado na imprensa e pela comunidade científica brasileira é o lançamento do edital do Proantar – Programa Antártico Brasileiro, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em nota técnica da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, Coordenação para Mar e Antártica, destinada a subsidiar a celebração do lançamento do edital Proantar, consta a seguinte epígrafe:

Um sonho que se sonha só

É um só um sonho que se sonha só;
Um sonho que se sonha junto

É realidade.

E é dessa realidade que me ocupo na tarde de hoje.

A participação do Brasil em estudos sobre o continente antártico expressa assunto estratégico de impacto direto na vida e no cotidiano da população.

Pesquisas na Antártica levantam o véu de uma questão nova e que diz respeito a todos e ainda muito pouco compreendida: as mudanças climáticas.

São essas pesquisas que permitem que se compreenda a formação do buraco na camada de ozônio, a implicação de mudanças da biodiversidade da Antártica nos recursos pesqueiros do Brasil e a formulação de modelos climáticos brasileiros de altíssima precisão.

Entender o genoma dos peixes que têm anticongelante no sangue e conhecer detalhes da fauna e da flora, que, no futuro, poderão ser utilizados em diferentes áreas de pesquisa para distintas aplicações, todas elas voltadas à melhoria da qualidade de vida no planeta, dentro de normas de segurança ambiental capazes de garantir condições de vida para as gerações futuras.

Ainda, segundo a nota técnica do MCT, tendo em vista a evolução das interações científicas e ambientais dos Programas Antárticos Sul-Americanos, inclusive envolvendo ações conjuntas do contexto do Ano Polar Internacional, que se encerrou em março passado, verificou-se a necessidade e a relevância de uma ampliação eficiente da cooperação científica e ambiental entre os países sul-americanos.

Assim, o MCT-CNPq lançou o edital Proantar para fomentar uma estratégia de incentivo à pesquisa antártica sul-americana, tendo em vista o favorecimento da cooperação científica e a integração multilateral.

O principal objetivo é estimular as interações entre cientistas antárticos sul-americanos para promover a qualidade da ciência antártica desse bloco, aumentando a formação de recursos humanos e o intercâmbio de dados nas áreas de Geociências, Ciências Físicas, Ciências da Vida e Mudanças Climáticas.

Tais pesquisas terão o condão de propiciar o aprofundamento e o avanço do conhecimento das ciências antárticas na América do Sul, financiando as atividades de pesquisa, num enfoque onde a cooperação dará a tônica do projeto.

Os recursos do edital, da ordem de R$15 milhões, representam mais de 1.500% de aumento em relação à dotação habitual da pesquisa antártica, anteriormente estacionada em R$900 mil.

O glaciologista Jefferson Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, comemora: "agora está proporcional ao nosso PIB".

A euforia se justifica, porque até então, dos países signatários do Tratado da Antártida, o Brasil era um dos que menos investiam em pesquisa polar, em proporção ao Produto Interno Bruto.

Dados apropriados pela *Folha de S.Paulo* junto ao Orçamento da União dão conta de que, em 23 anos, o Proantar só gastou em ciência cerca de R$25 milhões, pouco mais do que custou a viagem do astronauta Marcos Pontes ao espaço em 2006.

Todavia, os sérios problemas enfrentados pelo planeta, em decorrência das mudanças climáticas, colocaram a Antártica no epicentro da agenda científica global e a crônica falta de financiamento virou um problemão.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devo lembrar aqui que o lançamento desse edital, novo marco referencial do Proantar, começou a tomar contornos de realidade por meio do trabalho incansável da Frente Parlamentar de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro.

Atualmente, a Frente é composta por 54 Senadores e 121 Deputados, presididos pelo meu amigo Senador Cristovam Buarque, e tem por missão mais importante e intransferível o apoio às atividades científicas desenvolvidas na Antártica.

Essa missão não se restringe ao campo da retórica. Antes, reflete uma postura agressiva na busca de recursos orçamentários que permitam convertê-la em ação.

Devemos lembrar que o lançamento desse festejado edital do CNPq só se tornou possível graças à aprovação de uma emenda parlamentar da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado Federal no valor global de R$15 milhões.

Referida emenda consubstanciou a parceria vitoriosa entre MCT, Ministério da Defesa/Comando da Marinha/Secretaria da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (SeCIRM), a quem compete toda a parte logística do Proantar, Senado e Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, cabe aqui uma reflexão importante sobre o papel do Congresso no estabelecimento de prioridades na aplicação dos recursos orçamentários.

Mais que tudo, o lançamento do Edital Proantar é fruto do trabalho competente das duas Casas do Parlamento em prol do desenvolvimento nacional.

As emendas parlamentares, ao oferecerem os recursos financeiros destinados a consolidar um programa de investigação de nível internacional na Região Antártica, viabilizaram a continuidade do Proantar em bases sólidas.

No exercício das suas prerrogativas constitucionais, Câmara e Senado colaboraram decisivamente com as possibilidades de ampliação das pesquisas científicas brasileiras, de modo a compreender os fenômenos ambientais ocorrentes na Antártica e suas influências globais, em particular suas consequências sobre o território brasileiro, e deram um exemplo de força da organização parlamentar quando se tem um propósito claro e no horizonte: o bem coletivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após a palavra do Senador Roberto Cavalcanti, que representa a Paraíba, convidamos agora, para uma comunicação inadiável, o Senador Tião Viana, que é do PT, representa o Acre e, com muito brilho, a classe médica, professor catedrático da nossa Universidade de Brasília.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, trago uma solicitação à Mesa do Senado para que possa colocar nos *Anais* da Casa este comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, que saiu agora, dia 19 de agosto de 2009, que diz respeito à produtividade na Administração Pública brasileira e diz respeito à trajetória recente.

É uma análise histórica, com alta eficiência em termos de interpretação técnica, que aborda a situação da produtividade da Administração Pública brasileira desde 1872 até o ano de 2008.

O que se nota, Sr. Presidente, é que há um avanço consistente. Enquanto a produtividade no setor privado foi da ordem de 13,5% em termos de aumento, o aumento da produtividade na Administração Pública foi da ordem de 14,7%. Então, isso é uma verdadeira e justa homenagem aos servidores públicos brasileiros.

Nós temos sempre uma visão melancólica, negativa, dos servidores públicos brasileiros, e essa matéria é um encontro sincero, técnico e que presta justa homenagem.

Ele está inserido num contexto histórico e político que é digno de ser considerado também. Nós tivemos o chamado Consenso de Washington, no início dos anos 1990, que apresentava como grande receita para a gestão pública mundial o Estado mínimo. O deus mercado passaria a substituir as políticas públicas; o princípio da governança falaria mais alto, ou seja, a efetividade da gestão seria mais importante do que a própria gestão em si; e nós teríamos uma retração natural do que seria um inchaço da máquina pública dando lugar ao "senhor" mercado.

E o que se viu, Sr. Presidente? Uma retração da produtividade, uma estagnação do conceito de eficiência dos servidores públicos brasileiros, sobretudo nos anos de 1997 a 1999, e um crescimento muito discreto até o ano de 2004. A partir de 2005, é retomada a consideração da produtividade do servidor público, e ela passa a encontrar uma política pública central, federal, no Governo do Presidente Lula, que não assume as regras da ortodoxia do mercado; um governo que fez o contrário: valorizou o servidor público, procurou homenagear as carreiras de Estado e ampliou as oportunidades de políticas de Estado. Isso coincide com os concursos públicos no Brasil dos últimos anos,

que encontra uma verdadeira busca dos profissionais da vida nacional mais qualificados em tentar chegar a uma função que possa ter a sua presença técnica, o seu valor, a sua consideração.

É claro que, no meio dessa ascensão de reconsideração para o servidor público brasileiro, muita coisa ficou para trás. Houve uma desconstrução da função pública, houve uma corrosão dos salários, o dragão inflacionário afetou fortemente os trabalhadores públicos brasileiros, nos últimos anos, especialmente nos anos de 1990 até 1995, e a força desse "senhor" mercado, que viria substituir o setor público, trouxe um gravíssimo prejuízo às carreiras de Estado. Então, todo um reordenamento precisou ser retificado, precisou ser reorientado, com o conceito de que cidadania depende de inclusão, é um indicador da inclusão social e da inclusão econômica, associado à máquina pública como o grande fomentador, o grande vetor de uma melhor resposta de um pensamento de Estado-nação.

Esse estudo, apresentado pelo Ipea, que fala da produtividade da administração pública brasileira, que aborda a trajetória recente, encontra as melhores considerações do Presidente do Ipea, Dr. Marcio Pochmann, que fala sobre os números e os fatores que contribuíram para o bom desempenho do setor. E mais: ele não teme o conceito que muitos apregoam de que há uma ação deficitária da eficiência do Estado, de que a máquina pública está inchada, está corroída. Ele diz que não. Quando se compara a máquina pública com a privada, há um déficit ainda de preenchimento dos servidores públicos brasileiros; quando se olha a ocupação dos espaços em termos de representação de servidores da União, servidores estaduais e servidores municipais, a proporção de servidores ocupando as esferas municipais é muito maior.

Então, chegamos a uma hora em que a encruzilhada está posta. É preciso que alguns não tenham medo de defender os servidores públicos no Brasil, de afirmar a necessidade de carreiras de Estado, fortalecidas a partir de salários, de qualificação, de controle social, de democracia, e da revisão de um verdadeiro consócio entre o setor público, o setor privado, o setor de eficiência, perdendo o medo dos mitos, Sr. Presidente, entendendo o que é público, não estatal, entendendo o que é serviço vinculado à iniciativa privada e aquilo que, efetivamente, tem de estar subordinado às políticas de Estado, às políticas públicas.

Temos de superar rapidamente esses preconceitos, essa desconsideração que foi muito forte, que fez parte de uma onda internacional do neoliberalismo e que ainda assola algumas periferias do mundo. O Brasil, graças ao Governo que temos, o Governo do Presidente Lula, teve a coragem de enfrentar preconceitos, valorizar o servidor público e procurar o fortalecimento das carreiras de Estado. O caminho é longo da recuperação: a queda das desigualdades; a quebra do que foi o prejuízo construído por uma visão de o "senhor" mercado ser mais forte do que os Estados nacionais; e temos aos olhos o que está na crise internacional econômica e o que está ainda nos princípios de eficiência que são cobrados a partir das esferas do setor da máquina estatal.

Agora, vale o bom senso, vale a consideração. O Governo brasileiro rompeu com o chamado Plano Diretor da Gestão Pública, de 1995, que estava impregnado por conceitos de Estado mínimo, e alcançou a chamada Agenda Nacional do Desempenho do Serviço Público Brasileiro, promovida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pelo chamado Movimento Brasil Competitivo. Esse movimento chegou a considerar, segundo os estudos, que, para cada real investido na qualificação do servidor público, há um ganho de R$159,00 no sentido da arrecadação e da redução das despesas que são geradas a partir daí.

Então, que não tenhamos mais medo de defender os servidores públicos, de falar firme pelas carreiras de Estado e de romper, definitivamente, com conceitos equivocados de Estado mínimo, o que, no fundo, era um manto que encobria a ineficiência das esferas públicas das diversas carreiras apresentadas, a desmotivação, a corrosão salarial, a falta de condições de trabalho.

Quando se olham hoje instrumentos de gestão incorporando tecnologia, como a Receita Federal, os serviços de órgãos de proteção social do Estado brasileiro, o avanço nas políticas nas áreas de licitação e o avanço nas áreas de controle externo, passamos a ter confiança e a perder, efetivamente, a insegurança em olhar, homenagear e valorizar o servidor público do Brasil.

Então, que este documento memorável do Ipea falando sobre a produtividade da Administração Pública sirva de novo referencial e reflexão para todos nós, agentes públicos que fazemos parte do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

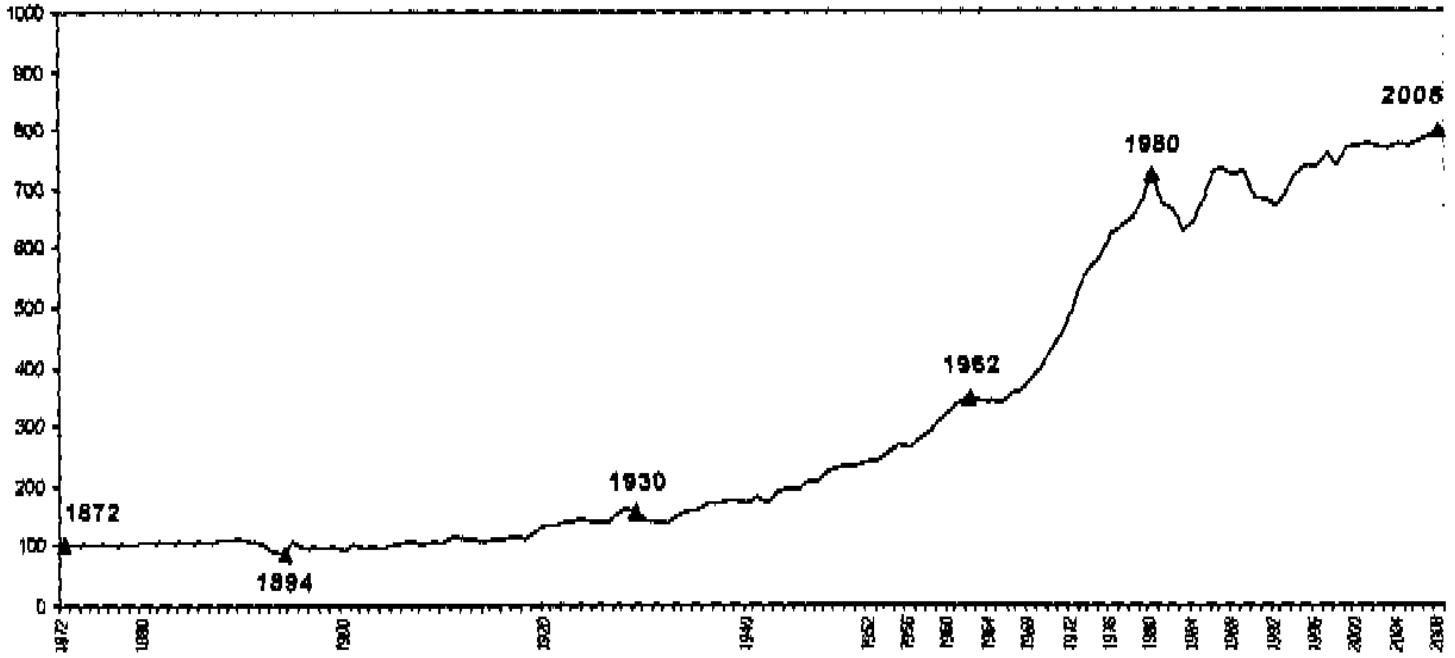
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
BRASIL

Brasília, 19 de agosto de 2009

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

ipea 45

Gráfico: Brasil - evolução no índice de produtividade do trabalho (produção por ocupado, 1872 = 100)

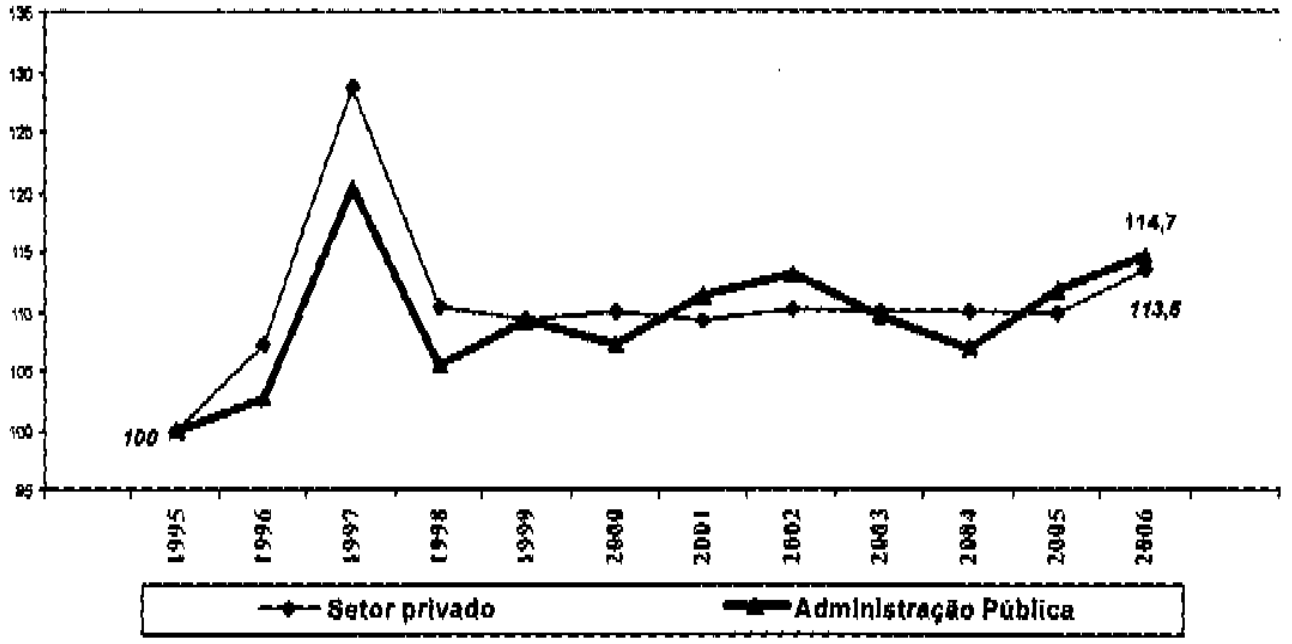


Fonte: MADDISON, A. (2003) The World Economy: Historical Statistics. Paris: OCDE; IBGE (2003) Estatísticas do século. Rio de Janeiro; Ipeadata
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

ipea 45

Gráfico Brasil - evolução do índice de produtividade no setor privado e na administração pública (valor adicionado por ocupado, em 1995 = 100)

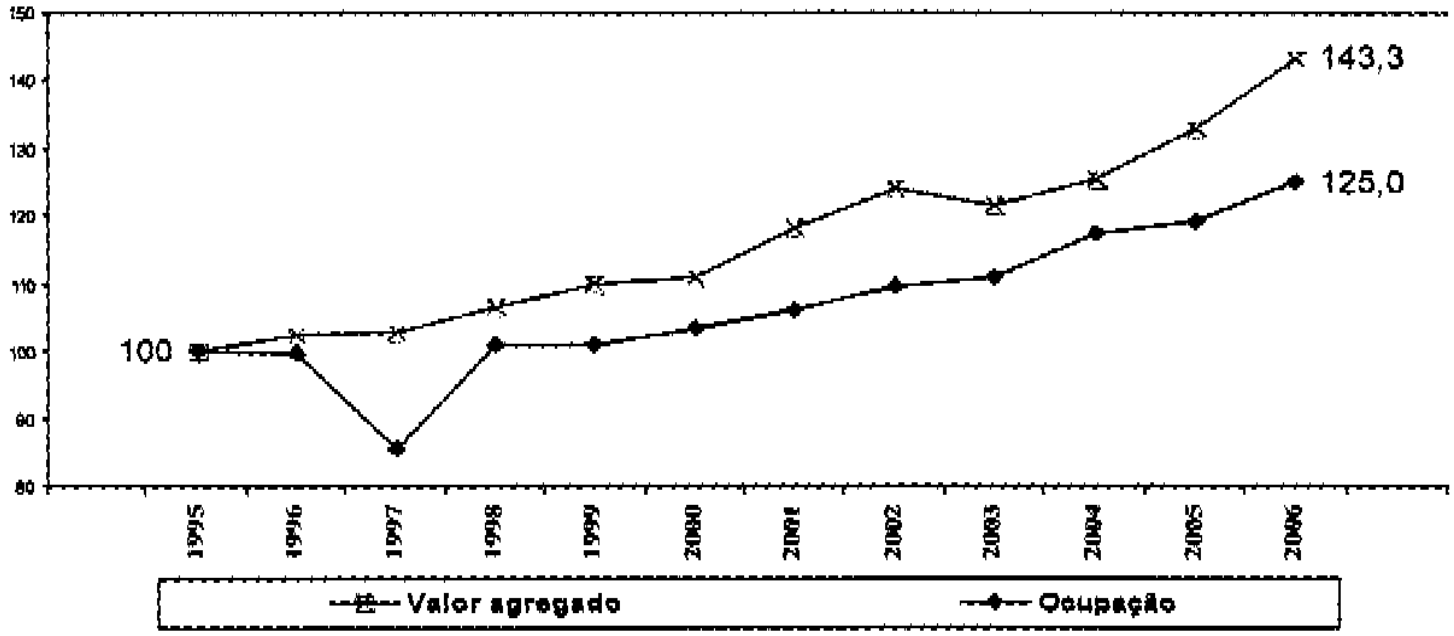


Fonte: IBGE, Contas nacionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

ipea 45

Gráfico: Brasil, evolução do índice do valor adicionado e da ocupação na administração pública (1995 = 100)

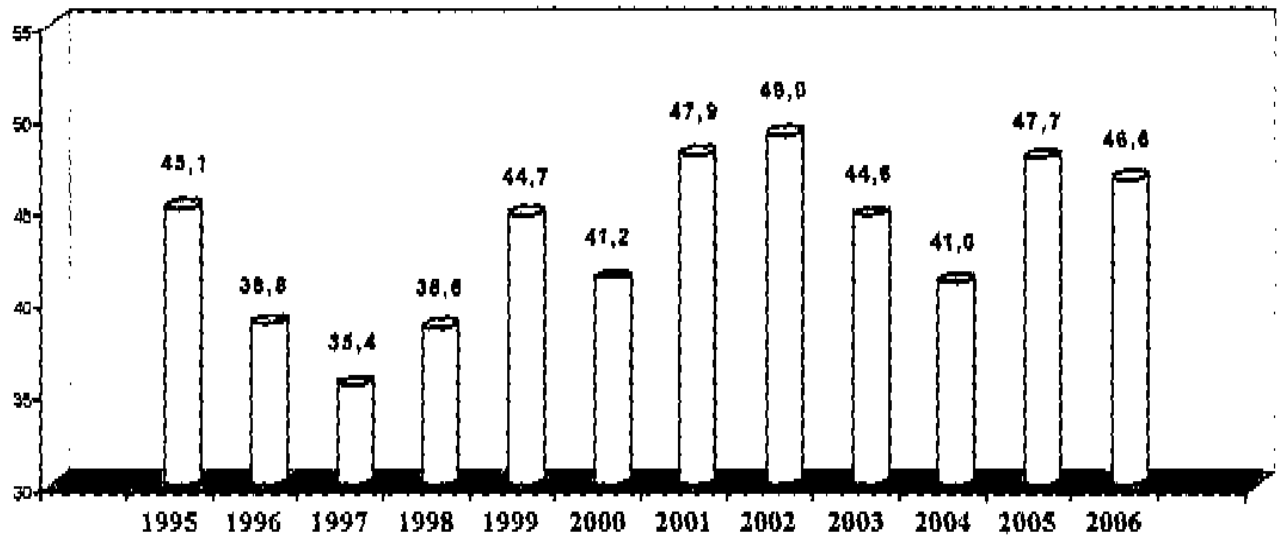


Fonte: IBGE, Contas nacionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

ipea 45

Gráfico Brasil - evolução da diferença de produtividade na administração pública em relação a do setor privado (valor adicionado por ocupado)

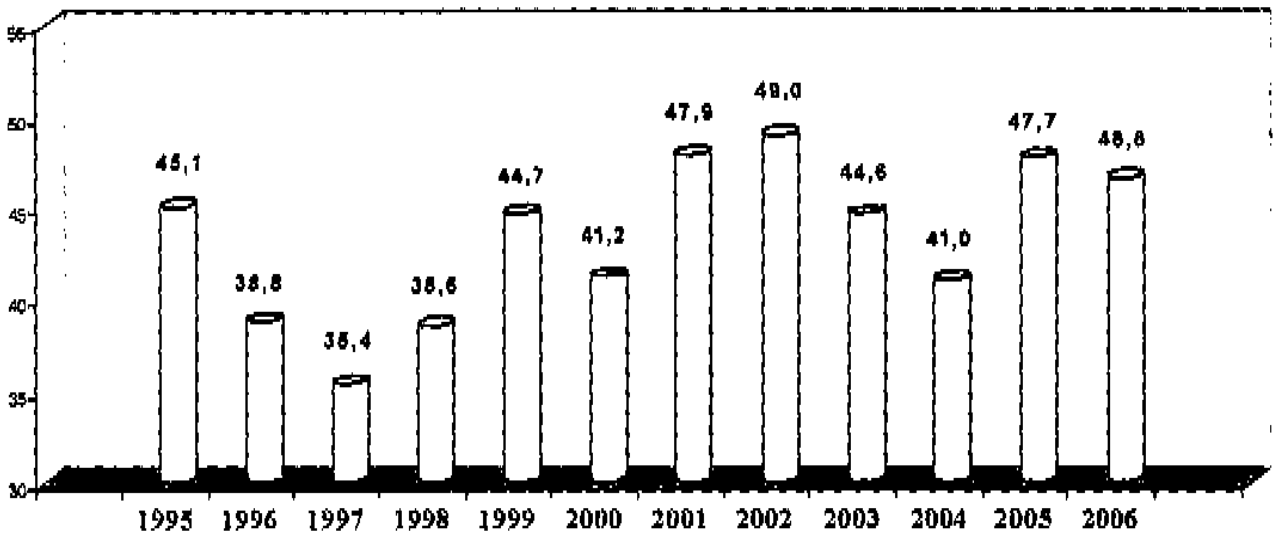


Fonte: IBGE, Contas nacionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

ipea 45 anos

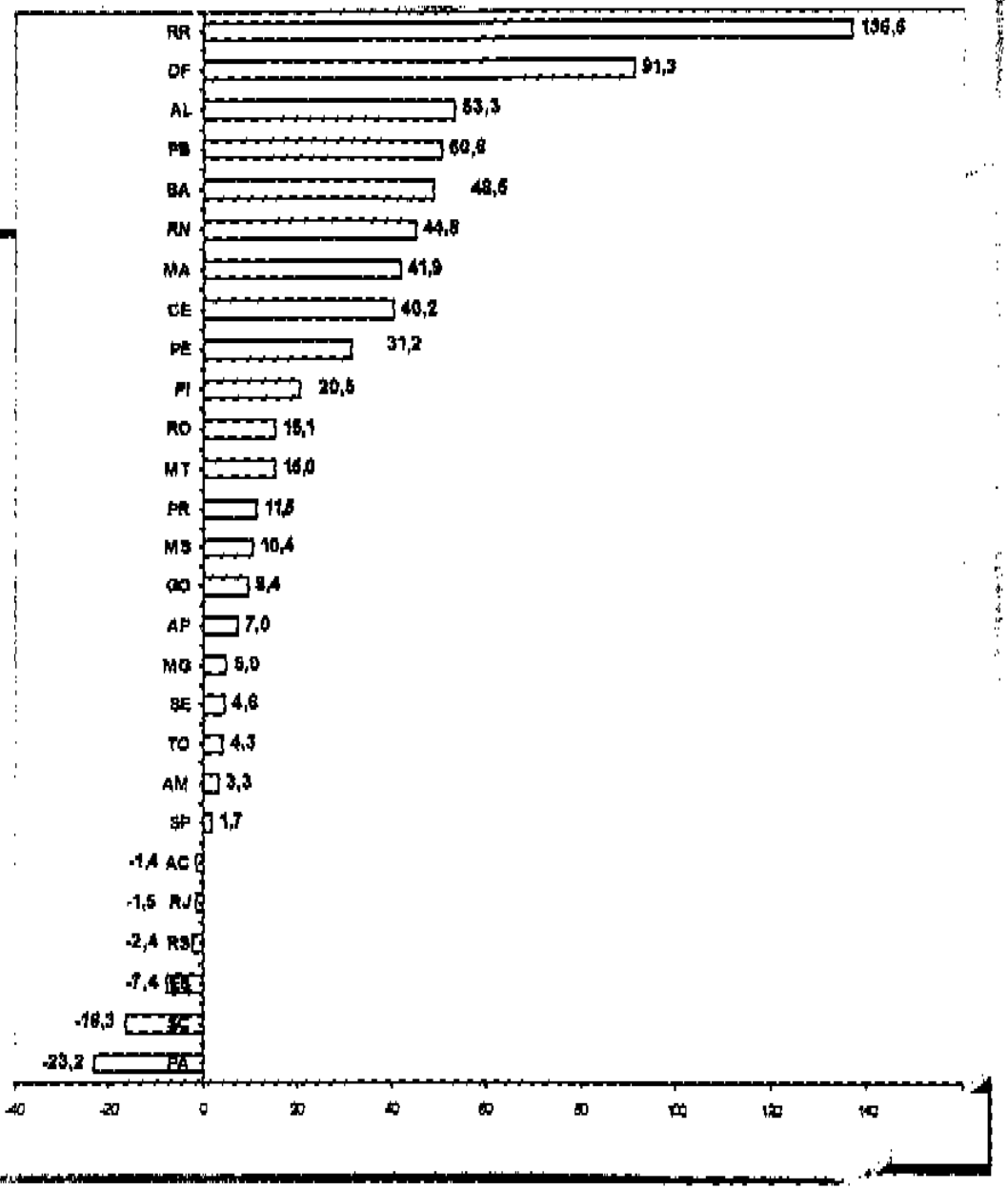
Gráfico Brasil - evolução da diferença de produtividade na administração pública em relação a do setor privado (valor adicionado por ocupado)



Fonte: IBGE, Contas nacionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

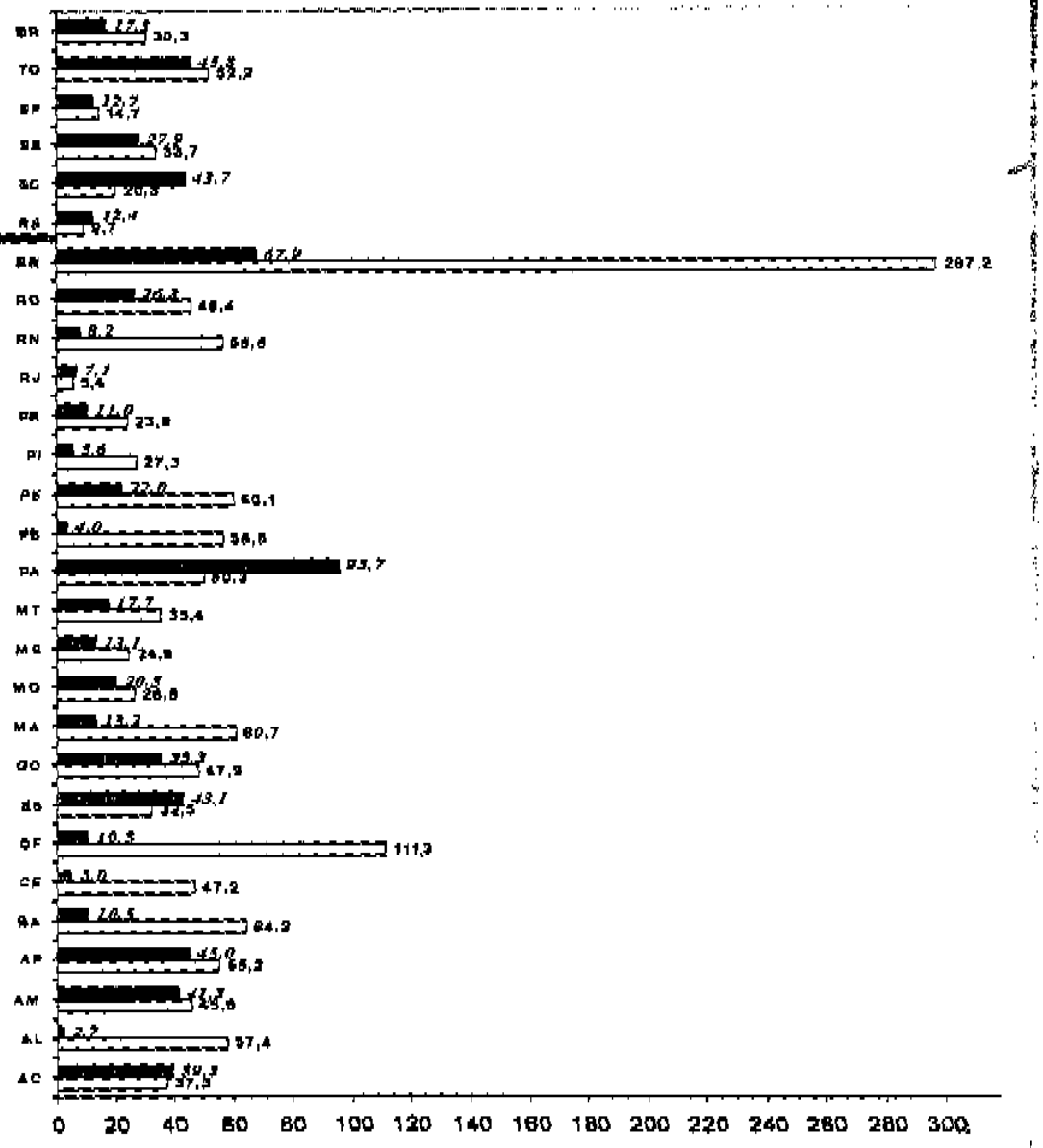
Gráfico: Brasil - evolução acumulada da produtividade na administração pública nos Estados da federação entre 1995 e 2004 (valor adicionado por ocupado, em %)



Fonte: IBGE, Contas regionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

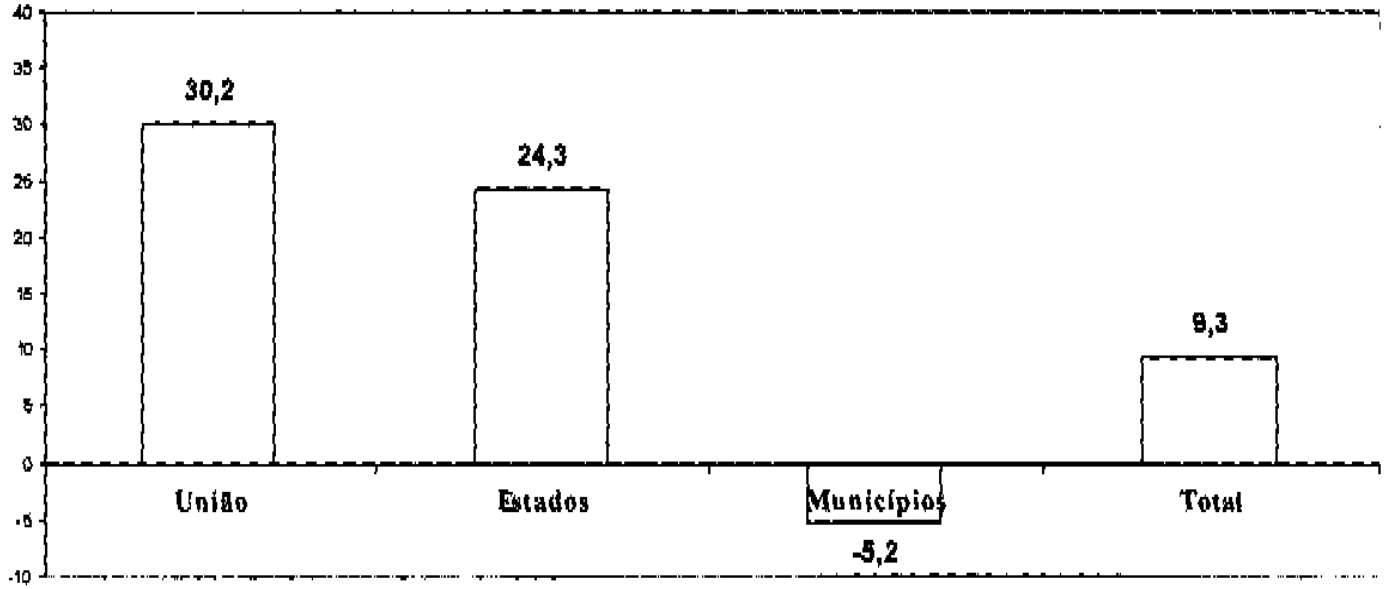
Gráfico: Brasil - evolução acumulada do valor agregado e da ocupação na administração pública nos Estados da federação entre 1995 e 2004 (em %)



Fonte: IBGE, Contas regionais e PNAD
Elaboração Ipea

Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente

Brasil - evolução acumulada da produtividade na administração pública entre 1999 e 2007 (despesa orçamentária executada por ocupado, em %)



Fonte: MF/STN, Prodasen, Finbra e PNAD
Elaboração Ipea

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Tião Viana, vamos chamar um orador inscrito.

O Senador João Pedro permutou com Serys Slhessarenko. Ela é do PT do Estado do Mato Grosso e Vice-Presidente da Casa. Quero dar o testemunho, como da Mesa, da sua dedicação, do estoicismo e da competência que tem dedicado à Administração do Senado conosco.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, antes de fazer minha fala de hoje, eu gostaria de parabenizar a equipe do Instituto Biosfera, na pessoa do Professor Dorival Correia Bruni, pelo bom êxito do Seminário Nacional de Desenvolvimento Social, Cidadania e Pacto Global, realizado na semana passada no Rio de Janeiro. Agradeço, principalmente, ao Professor Dorival Correia Bruni o convite que me foi oferecido para participar do evento para o qual, devido aos compromissos no meu Estado, Mato Grosso, não pude confirmar minha presença.

O Instituto Biosfera tem forte atuação em vários setores, e não só no que tange ao meio ambiente e às mudanças climáticas. Esse seminário, em específico, contemplou uma análise aprofundada sobre o estado da arte e do desenvolvimento social no Brasil. Foram conferidos enfoques sobre políticas, diretrizes e ações governamentais, acadêmicas e empresariais, nas áreas de cidadania e bem-estar social, assuntos esses de extrema importância para a sociedade.

Mais uma vez, meus parabéns à iniciativa do Instituto Biosfera pelos trabalhos desenvolvidos em prol de uma sociedade melhor.

Também aproveito para agradecer à Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial, na pessoa do presidente da entidade, Dr. Álvaro Martins. Fui homenageada, durante o 43º Congresso Brasileiro de Patologia Clínica e Medicina Laboratorial, no Expominas, em Belo Horizonte, na semana passada, dia 15 de agosto.

Infelizmente, também por compromissos marcados em Mato Grosso, não pude comparecer à cerimônia. No entanto, enviei uma representante, por sinal também médica e minha filha, a Drª Natasha Slhessarenko, formada pela Universidade Federal de Mato Grosso, que entende da área e me representou.

Também na semana passada, recebi do Ministério da Aeronáutica a Medalha Mérito Santos Dumont, uma homenagem devida aos serviços prestados à Força Aérea Brasileira (FAB), órgão que sempre procuro ajudar, seja por meio de projetos, votos ou reuniões com outras entidades.

Sinto-me extremamente honrada em receber, em uma semana, três grandes homenagens – do Instituto Biosfera, da Sociedade Brasileira de Medicina de Patologia Clínica e da Força Aérea Brasileira –, homenagens importantes em áreas tão distintas. Sei da importância das premiações e espero continuar ajudando e atuando favoravelmente em todos os segmentos, Sr. Presidente.

Mas, hoje, eu venho a esta tribuna abordar um tema que recentemente ocupou as manchetes dos jornais de grande circulação e os meios de comunicação em todo o País. Venho falar do famigerado comércio internacional de lixo, um negócio milionário, que enriquece uns poucos, favorece os países industrializados que já não sabem o que fazer com seu lixo e, na outra ponta, humilham e prejudicam os países pobres e os países em desenvolvimento. Isso não é justo.

Por isso, nós, que tratamos desse assunto, inclusive muito próximo, como o Senador Cícero Lucena, que está aqui, somos da mesma comissão internacional – eu, o Senador Casagrande, o Senador Cícero Lucena, o Deputado Antonio Palocci e o Deputado Pizzatto –, somos três Senadores e dois Deputados que participamos desse grupo internacional de Parlamentares que tratam dessa questão. E sei que o senhor, Senador Cícero Lucena, teve já todo um trabalho quando era Governador, Prefeito. Com esse pessoal que já foi muita coisa, a gente fica meio atrapalhado, Senador.

O Senador Cícero pede um aparte. Pois não, Senador.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senadora, embora no início do seu pronunciamento, a senhora já concedeu o aparte, mas obrigado pelo registro, renovando exatamente a lucidez deste pronunciamento, quando retoma nesta Casa um tema tão importante e tão atualizado. Nós estamos convivendo com a necessidade urgente, urgentíssima de o Brasil adotar uma política, não no papel, mas uma política de forma persistente, determinada, obsessiva, podemos assim dizer, porque é um tema que mexe. Não é apenas uma obra que precisa ser feita, é uma ação de engenharia social que precisa ser cuidada, porque você tem, no quadro brasileiro em particular, na questão do resíduo sólido, problemas sociais gravíssimos, não em alguns aterros sanitários, mas em lixões, onde há várias famílias tentando sobreviver de forma desumana. Precisam ser cuidadas com a inserção social, com respeito à cidadania, preocupando-se com as crianças que disputam alimentos muitas vezes estragados, disputam com urubus – infelizmente, essa é a realidade – e que precisam ter um projeto, não digo apenas de um órgão

governamental, mas de todos aqueles que possam dar a contribuição: a sociedade organizada, o poder municipal, o poder estadual, a União tem de se fazer presente. Fala-se muito em obras de saneamento, e a questão do resíduo sólido, do lixo é fundamental. Além da preocupação de que o Brasil está vivendo recentemente algo que é inadmissível, que é, de repente, passar a importar, sabemos que de forma ilegal. O Governo, no momento em que está identificando, está tomando as providências, mas é uma questão diplomática, inclusive para fazermos reclamações aos países que estão emitindo esses resíduos. Se está chegando no Brasil, deve estar chegando também em outras comunidades. Então, essa nossa participação na Comissão Internacional a que a senhora fez referência e a preocupação com a questão de mudanças climáticas é fundamental para que esse item também se faça presente. Mais uma vez, eu a parabenizo e dou o meu testemunho e o meu reconhecimento do quanto é importante para nós, que participamos dessa Comissão, estar sob a sua coordenação.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Para mim, é muito honroso estar coordenando essa missão. Já tem dois anos que participamos dessa missão e ainda temos muito trabalho pela frente.

E, diga-se de passagem, Senador, antes que alguém fique preocupado: sem nenhuma despesa para o Brasil. Nenhuma despesa para o Brasil.

Senador Cícero Lucena, eu concordo inteiramente com o seu aparte, quando diz que até no nosso Brasil encontramos do tráfico internacional de lixo. Em nosso País, que, nos últimos anos, vem experimentando um ciclo virtuoso de significativo crescimento e estabilidade econômica, com o aumento substancial da qualidade de vida e eliminação de muitos bolsões de pobreza. O Brasil, que hoje já tem assento garantido entre as potências mundiais.

Pois bem, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nem mesmo o nosso Brasil está a salvo dos especuladores do lucrativo negócio de "fachada" da reciclagem de lixo. Digo fachada, porque existe, sim, um segmento de reciclagem, principalmente em países que estão preparados para isso. Seja no campo da sucata de embarcações, nos refinos de óleos pesados, como aqueles dos transformadores elétricos, nas embalagens pet, na sucata de alumínio, entre tantas fontes de reciclagem.

Mas o que observamos, no episódio dos 40 contêineres de lixo que vieram da Inglaterra, foi uma absurda operação de exportação de lixo, que foi declarado como material de reciclagem e brinquedo para as crianças mais carentes. A esses 40 contêineres de lixo, mais 25 se somaram, descobertos recentemente.

A gente sabe da posição do nosso Governo, contrário a isso. Sabemos do nosso Ministro do Meio Ambiente tomando posturas muito claras contra, e vamos devolver esses contêineres do jeito que vieram.

Nós não somos lixeira de ninguém. E não aceitamos esse tipo de coisa, ainda mais, pior ainda, de forma camuflada. Se fosse jogo aberto, com certeza, a gente não teria acatado, teria tido condições de dizer "não", de nos posicionarmos. Assim, foi tentado, de forma subliminar, de forma discreta, impor o recebimento de lixo. Mas isso não vai acontecer conosco.

Ora, esse tráfico de lixo tem duas pontas: alguém exporta para o Brasil, mas alguém completou o negócio atuando como importador. A fraude na declaração da verdadeira natureza e do conteúdo dos contêineres é um crime grave e ofende o nosso sistema legal, moral e, principalmente, mostra o descaso com o meio ambiente por parte daqueles que mandaram o lixo para cá. Será que o meio ambiente brasileiro é menos importante que o europeu? Será que o ecossistema da África é menos respeitável do que o da América do Norte?

No caso do lixo inglês, um processo foi instaurado na Europa, com prisões efetuadas. Da mesma forma, no Brasil, o Ibama autuou os importadores, mas devemos fazer mais do que reagir a casos específicos. Temos de adotar uma postura preventiva e de defesa sanitária e de nossa proteção. Para isso, precisamos urgentemente implementar uma legislação eficaz de controle de resíduos poluentes, sejam de natureza sólida, líquida ou gasosa. Sobre isso, o Senador Cícero Lucena acaba de fazer sua fala.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senadores presentes, isto é muito importante: que a gente pare, como Parlamento, como Senado Federal, reflita e realmente entenda que compete essa parte de legislação a nós.

Esse cuidado deve ser observado não só quanto ao lixo que possa vir do exterior, mas, principalmente, quanto ao lixo aqui produzido, muitas vezes de origem orgânica e hospitalar.

Não há mais lugar para lixões no Brasil. Lixões são vergonhosas provas de absurdo desrespeito humano e degradação do meio ambiente. Trata-se de um grave caso de saúde pública e de política de defesa ambiental, que deve ser abordado também com a maior urgência.

Pasmem colegas Parlamentas, são mais de 60 milhões de toneladas de lixo por ano, que recebem insuficiente atenção e cuidado.

Senhores, aqui existem muitas alternativas, desde produção de energia, existe essa possibilidade, a

possibilidade de fertilizantes, são muitas as possibilidades que podem ser trabalhadas para extinguirmos esses lixões. Mas isso com o nosso lixo, o lixo interno do País.

Agora, vamos impedir a entrada de lixo estrangeiro, mas vamos também, é claro, tratar o lixo que é produzido aqui em nosso País.

Além do lixo urbano, merecem atenção também o lixo de natureza industrial, além daquele oriundo da exploração dos nossos recursos minerais e dos resíduos de características tóxicas que podem contaminar o solo e nossos mananciais e lençóis freáticos.

Lembremos o projeto que tramita na Câmara dos Deputados desde 1991, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos. São 18 anos para se definir uma política para o setor e até agora nada se concretizou. Nem mesmo a iniciativa do Executivo, do nosso Governo, em 2007, com o projeto de lei disciplinando a Polícia de Resíduos, foi para frente.

É notável o esforço do Ministério do Meio Ambiente para lidar com o caso do lixo que veio do exterior.

O Ministro Minc, inclusive, acompanhou de perto a repatriação dos contêineres, ao mesmo tempo que o Itamaraty trabalha para garantir que os países desenvolvidos e aqueles que exportam materiais para reciclagem reforcem os controles para impedir o tráfico internacional de lixo. Os países desenvolvidos têm recursos financeiros e tecnológicos para lidar com seu próprio lixo! Não há, portanto, justificativa para que seu lixo seja exportado para países como o Brasil, os da Ásia, países africanos e países do Caribe. Não. Não à exportação do lixo dos países ricos para países como o Brasil, para continentes como a África e Ásia e países do Caribe.

Ainda no campo do lixo internacional, houve o caso dos 89 contêineres declarados como polímeros para reciclagem. Estes contêineres também deverão ser repatriados e os envolvidos investigados. Mas não vamos nos iludir de que convenções internacionais serão suficientes. Atualmente está em vigor a Convenção de Basiléia, da qual o Brasil é signatário, tal como a ampla minoria dos países desenvolvidos, e que desde 1992 regulamenta a movimentação de resíduos perigosos através de fronteiras.

De nada adianta a letra fria no papel, sem controle e fiscalização. Neste sentido, acreditamos que o Ibama, em conjunto com a Vigilância e Controle Aduaneiro da Receita Federal nos portos brasileiros, pode coibir o tráfico de lixo.

Como Parlamentar, faço parte da Frente Ambientalista do Congresso e estarei vigilante e ativamente dedicada a buscar soluções para o grave problema do tráfico internacional de lixo e para disciplinar ainda mais o setor de reciclagem.

Mais além, vou estar atenta e engajada pela implementação de uma Política Nacional de Resíduos, que controle efetivamente o tratamento e descarte de rejeitos industriais sólidos e líquidos, além do mais adequado tratamento do tema do lixo urbano e de consumo, trabalhando para a solução do problema dos lixões e sempre pela proteção do meio ambiente e da qualidade de vida dos nossos filhos e descendentes.

Vamos deixar uma herança de valor, um planeta limpo e livre dos resíduos tóxicos, principalmente.

E para isso é necessário o engajamento de cada um de nós e conscientizar toda a população da importância do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável do nosso país!

Encerrando, Sr. Presidente, o senhor que é médico, juntamente com o Senador Papaléo que está próximo ao senhor, que também é médico, sabe da importância que precisamos dar e valorizar para não permitirmos que o meio ambiente seja afetado pelos lixões e outras coisas mais, porque a saúde é a primeira a ser comprometida, e nós queremos saúde de qualidade. Essa é uma das questões que tem que ser tratada com a seriedade necessária. E o projeto de resíduos sólidos que tramita há 18 anos e está na Câmara precisa ser ultimado.

Quer dizer, nós batalhamos em termos de legislação, nós batalhamos em termos de ações, o Governo do Presidente Lula vem realmente se posicionando de forma muito firme, o nosso Ministro Minc vem se posicionando de forma firme, tanto quanto com relação à questão do lixo internacional que fizeram essa tentativa. E se a gente não estivesse esperto, se o Brasil e as nossas autoridades também, certamente, Senador Mão Santa, estaria chegando lixo de todo o Planeta para ser despejado aqui no Brasil. Como nós estivemos atentos, e são 89 contêineres que ainda estão nessa tramitação, eles voltarão para os seus países de origem, e que esse lixo não venha nunca mais nem de lá e nem de outro país desenvolvido. Os países desenvolvidos não só prejudicaram o seu meio ambiente desmatando, comprometendo águas etc, querem que a gente proteja o que é nosso, e nós vamos proteger, sim, mas vão ter que dar sua contribuição com tecnologia e com recursos para que a gente realmente proteja o nosso meio ambiente.

Queremos e vamos proteger porque se faz necessário, mas queremos conquistar um desenvolvimento econômico com sustentabilidade e não ficar mantendo a pobreza do povo brasileiro. Não queremos acabar com os pobres e não vamos acabar com os pobres, vamos acabar é com a pobreza neste país. E para acabar com

a pobreza precisamos do desenvolvimento econômico, mas com sustentabilidade. E não é com países ricos mandando lixo para cá que isso vai acontecer. Eles fazendo a troca conosco, realmente vamos proteger o meio ambiente. E que eles forneçam cada vez mais tecnologia para que possamos não somente proteger o meio ambiente, mas proteger o meio ambiente com desenvolvimento, produzindo mais alimentação, conservando as nossas matas, conservando as nossas águas, produzindo mais alimentos e trazendo melhores condições de vida para o nosso povo brasileiro, especialmente para o povo mais despossuído.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos, principalmente nossos parabéns pela comenda que V. Exª recebeu do Instituto Biosfera, que é uma entidade que há mais de 20 anos zela pelo meio ambiente.

Também essa comenda eu recebi há alguns meses, e a Aeronáutica dando a comenda Santos Dumont. Isso traduz o respeito e a credibilidade do Senado da República. Hoje, em nome do Senado, recebi no Dia do Soldado essa comenda maior do Exército, a Duque de Caxias, a medalha pacificador, traduzindo a credibilidade do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, Comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Brasília, 25 de agosto de 2009.

Sr. Presidente, comunicamos a V. Exª que a partir da presente data renunciamos, em caráter irrevogável, ao cargo de Membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Guerra**, Titular; Senadora **Marisa Serrano**, Titular; **Arthur Virgílio**, Suplente.

É a seguinte a comunicação na íntegra:

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência que, a partir da presente data, renunciamos em caráter irrevogável ao cargo de membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Guerra,** Titular – Senadora **Marisa Serrano,** Titular – Senador **Arthur Virgílio,** Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação o **Requerimento nº 1.041, de 2009**, de autoria do Senador Jayme Campos, lido na sessão do dia 20 de agosto do corrente, pelo qual solicita uma licença de 130 dias, nos termos do art.43, inciso II, do Regimento Interno.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permancer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Mas eu voto contra, porque eu não queria a ausência do Senador Jayme Campos não. Mas, enfim, fica concedida a licença solicitada.

A Presidência tomará as providências para a convocação do 1º Suplente do Senador Jayme Campos, em virtude da aprovação do requerimento lido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senado Federal, 25 de agosto de 2009.

Em votação o **Requerimento nº 1.048, de 2009**, de autoria do Senador Cícero Lucena, lido na sessão de 24 de agosto do corrente, para participação de S. Exª como integrante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, no Congresso Anual promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, na cidade de São Paulo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada, e a certeza de que o Senado estará bem representado com a inteligência do Engenheiro e Senador da República, Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senado Federal, 25 de agosto, de 2009.

Em votação o **Requerimento 1.051, de 2009**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, lido na sessão do dia 24 de agosto do corrente, para participação de S. Exª na audiência pública da Comissão Temporária, destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que trata da reforma do Código de Processo Penal na Cidade de Vitória-ES.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.)*

Aprovado.

Fica concedida a licença e que esse Senado será bem representado pelo Senador Demóstenes Torres, uma das maiores inteligências do Direito do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultamos a lista de comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui é o Geraldo que permutou com o Expedito Júnior. Então, V. Exª está sendo chamado para a tribuna.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio. Estou com muita saudade de V. Exª aqui no Plenário – umas 48 ou 72 horas que não o vejo. Se eu estou, imagine o País.

Pela ordem, Senador Arthur Virgílio e na tribuna o Senador Expedito Júnior.

O SR. ARTHUR VÍRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria – parece-me que já há consenso por parte da própria Liderança do Governo, mas há uma prerrogativa minha que a estou solicitando – que fosse lida a medida provisória que já está na Mesa. Nós entendemos que não adianta fingirmos que há normalidade em um quadro que normal não está. Não houve nenhum passe de mágica que tivesse transformado o Senado em uma Casa que pudesse hoje já funcionar normalmente. Seria bom que fosse assim, mas não é. Estamos dispostos a realizar matérias relevantes que são indispensáveis ao País. Não queremos obstaculizar matérias relevantes para o País, mas não vimos ainda, nós da Oposição, clima para uma reunião de Líderes...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, desculpe-me. Ontem, alguns também fizeram essa indagação, então, perguntei, e não tinha chegado. Agora, o Secretário João Pedro está dizendo que ainda não chegou essa medida provisória de interesse dos Municípios.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É incrível. Ela está...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aqui ela ainda não chegou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É. Seria bom saber e, talvez, urgenciasse, porque não há razão para toda essa demora. E creio que essa, Sr. Presidente, é a solução mais hábil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aliás, adianto que ontem o Senador Garibaldi Alves, que é, vamos dizer, muito atento as coisas, já fez críticas, de que ela está cheia, está pesada demais. Mas o Dr. João Pedro está informando que ainda não chegou à Mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Seria bom que o Dr. João fosse encarregado de pedir pressa nisso, porque já comunicamos – o Senador José Agripino e eu – ao Senador Romero Jucá que nós, hoje, pediríamos o trancamento da pauta com base nessa medida provisória.

De qualquer maneira, nós não nos sentimos à vontade para participar da reunião de Líderes que está havendo neste momento, ou que haverá daqui a pouco. Nós não nos sentimos à vontade. Infelizmente, essa é a realidade.

Então, o Senador Colombo não participará, Líder da Minoria, o Senador José Agripino e eu – ele, Líder do DEM, e eu, Líder do PSDB – também não participaremos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Secretário, o Dr. João Pedro, está informando que ontem o Senador Alvaro Dias, que é o Vice-Líder do Partido de V. Exª, teve as mesmas preocupações e fez pedido de aceleração.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Seria bom que pedisse para agilizar, porque nós temos mesmo que discutir a medida. Creio que ela é a solução política para esse impasse que ainda vivemos aqui. Isso é um fato.

Sr. Presidente, antes de o Senador Expedito usar da palavra, eu quero fazer aqui uma comunicação muito triste à Casa, porque ela vem no voto de pesar que eu requeiro pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça, ocorrido em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça, ocorrido hoje, dia 25 de agosto de 2009, em Manaus.

Morreu esta madrugada, em Manaus, um dos mais consagrados nomes da cultura amazonense, o professor, compositor e poeta Aníbal Beça. Especialista em tecnologia educacional na área de Comunicação Social, Aníbal era, até aqui, consultor da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado do Amazonas.

Estudou em diversos colégios de Manaus (Aparecida, Dom Bosco e Brasileiro) e em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul (Colégio São Jacó). Em Porto Alegre, manteve amizade com o poeta Mário Quintana, de quem recebeu os primeiros ensinamentos, estímulos e técnicas de poesia.

Como jornalista, foi repórter, redator, colunista, **copy-desk** e editor, em todas as redações dos jornais de Manaus, do início da década de 60 até o fim da década de 80. Foi, também, diretor de produção da Televisão Educativa do Amazonas – TVE. Atualmente, era consultor da Secretaria de Cultura e Turismo do Amazonas, onde idealizou e era editor do suplemento literário "O Muhra", de circulação bimestral, editado pela Secretaria.

Foi na música popular que a presença de Aníbal Beça se fez mais efetiva como compositor, letrista e produtor de espetáculos e discos. Desde 1968, vitorioso no I Festival da Canção do Amazonas, foi colecionando prêmios com mais de 18 primeiros lugares em festivais

em sua terra, no Brasil e no exterior. Representou o Brasil, por exemplo, no VIII Festival de Joropo de Villa Vicencio, na Colômbia (1969).

Foi o único artista amazonense a se classificar e se apresentar no Festival Internacional da Canção, o FIC, em 1970, com a música "Lundu do Terreiro de Fogo", defendida pela cantora Ângela Maria.

Tem músicas gravadas por vários artistas brasileiros, como: As Gatas, Coral JOAB, Felicidade Suzy, Nilson Chaves, Eudes Fraga, Lucinha Cabral, Dominguinhos do Estácio; Bira Hawaí, Aroldo Melodia, Jander, Raízes Caboclas, Mureru, Roberto Dibo, Célio Cruz, Torrinho, Arlindo Junior, Paulo Onça, Paulo André Barata, Almino Henrique, Pedrinho Cavalero, Pedro Callado, Delço Taynara, Grupo Tynbre e outros.

Tamanha foi sua abrangência na área artística que ele pôde, sem dúvida, se incluir na categoria, hoje muito difundida, de Multimídia.

No âmbito de entidades de classe, foi diretor do Sindicato dos Escritores, Presidente da ACLIA – Associação de Compositores, Letristas e Intérpretes do Amazonas, Presidente do Coletivo Gens da Selva (ONG), Vice-Presidente da UBE-AM – União Brasileira de Escritores, seção Amazonas.

Foi, ainda, destacado membro da Ala dos Compositores das Escolas de Samba Reino Unido da Liberdade e Sem Compromisso, dando a esta última seu único título pela autoria do enredo e do samba enredo "Joana Galante – Axé Orixás", e classificou a referida escola entre as três primeiras colocações com os samba enredo: "Hotel Cassina – Apoteose Boêmia", "Hoje tem Guarany", "Vento e sol, passa cerol – A Arte de empinar papagaios"; "Sol de Feira – O Pregão da Alegria".

Seu primeiro livro, *Convite Frugal*, data de 1966 (este ano comemora 33 anos de atividade literária e 35 de produção musical).

Sobre sua poesia, Carlos Drummond disse, em 31 de julho de 1987 – pouco antes de morrer:

> *"Li Filhos da Várzea, os poemas-pôster e haicais afetuosamente a mim dedicados. Obrigado por tudo, meu caro poeta. É de coração aberto que lhe desejo a maior receptividade pública e compreensão para a bela poesia que está elaborando e que, espero, marcará seu nome como um dos que engrandeceram o cultivo artístico do verso".*

Em 1994, com o livro *Suíte para os Habitantes da Noite*, sagrou-se vencedor, dentre 7.038 livros de todo o País, do 6º Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira – categoria poesia. O livro, lançado sob o selo da Editora Paz e Terra saiu em 1995.

Entre os livros escritos por Aníbal, incluem--se: *Filhos da Várzea*, Ed. Madrugada, 1984, abrigando o livro *Hora Nua*; *Marupiara – Antologia de Novos Poetas do Amazonas*, (organizador) Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1985; *Quem foi ao vento, perdeu o assento* (Teatro) Ed. SEMEC, 1986, Itinerário poético da *Noite Desmedida à Mínima Fratura*, Ed. Madrugada, 1987; *Banda de Asa* – poesia reunida – Ed. Sette Letras, 1998; contendo o livro inédito *Ter/na colheita*.

Foi membro da UBE, União Brasileira de Escritores, do coletivo Gens da Selva (ONG) e do Clube da Madrugada, entidade instauradora dos movimentos renovadores no campo literário e artístico do Amazonas.

Recentemente, em junho de 99, representou o Brasil no VIII Festival Internacional de Poesia de Medellín, e em agosto de 99, no Encontro Internacional de Escritores da Associação Americana para o Desenvolvimento Cultural, em Bogotá.

Registre-se, ainda, sua participação em diversas antologias: *A Nova Poesia Brasileira*, de Olga Savary; *A Poesia do séc. XX – Amazonas*, de Assis Brasil; *Poesia Sempre*, da Fundação Biblioteca Nacional; *Antologia FUI EU*, de Eunice Arruda; *Saciedade de Poetas Vivos: erótica e de haicais*, de Leila Miccollis e Urhacy Faustino.

Aníbal Beça, esse poeta maior, é, pois, merecedor desse preito em homenagem à sua saudosa presença no meio literário brasileiro.

Hoje, Sr. Presidente – perdoe-me, Senador Expedito –, recebi a notícia por intermédio de um querido amigo, amigo de Aníbal, como eu era amigo de Aníbal e sou amigo dessa pessoa, o Professor Cirino Bessa. Não é parente dele. Cirino Bessa é com dois esses; Aníbal Beça é com c cedilha. Ele disse: "Arthur, Aníbal Beça acabou de escrever a sua última poesia".

Por isso, requeiro voto de pesar, que sei que será unanimemente concedido a esse grande brasileiro pelo Senado Federal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, mande o requerimento para formalizarmos. Apenas queria comunicar a V. Exª que, embora não tenha feito um requerimento, também foi prestada uma homenagem ao Aníbal Beça, no começo desta sessão, pelo Senador Jefferson Praia. Nós nos associamos ao voto de pesar pela morte do poeta e intelectual Aníbal Beça.

Ô, Expedito Júnior, V. Exª é o símbolo da liderança de poder municipal. Ninguém mais do que V. Exª tem defendido os Vereadores nesta Casa. Eu não sei se V. Exª gosta mais de Vereador ou de mototaxista, *motoboy*, porque a sua luta foi enorme também.

Mas quero dizer que há uma comitiva de Vereadores do Município de Ponte Alta do Bom Jesus, Estado de Tocantins: o Presidente da Câmara, Gerson Monteiro; os Vereadores Abdias, Zé Curica, João Coruja e Tiãozinho de Hilário. Eles estão na nossa tribuna de honra. Entendemos que Vereadores são Senadores Municipais. E as Câmaras Municipais têm de tornar-se templos, catedrais da democracia abertas ao povo. Está escrito no Livro de Deus: "Muitos são os chamados, poucos os escolhidos". V. Exªs foram os escolhidos.

Com a palavra, o Senador Expedito Júnior, que recebeu a condecoração "paciência".

V. Exª poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente como prêmio pela paciência, Senador Expedito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, para ouvir o Senador Arthur Virgílio, eu ficaria a tarde inteira de pé nesta tribuna, porque ele realmente é um dos grandes Senadores que defendem o Senado e o povo brasileiro. Para mim, é orgulho sempre poder ouvi-lo.

Sr. Presidente Mão Santa, na semana passada, estive na tribuna desta Casa, fazendo uma solicitação a V. Exª e ao Senado da República. Eu recebia, naquela ocasião, uma denúncia principalmente dos moradores do Município de Guajará-Mirim sobre mais uma reserva indígena que queria a Funai criar no Estado de Rondônia, mais precisamente nos Pacas Novas. Fiz um pronunciamento aqui na semana passada.

Durante a semana, Sr. Presidente, houve uma audiência pública no Estado de Rondônia, realizada no Município de Seringueiras, região do Vale do Guaporé, com o objetivo de estudar a reivindicação, a proposta da Fundação Nacional do Índio, a Funai, de criar mais uma reserva indígena para a etnia puruborá dentro de áreas já demarcadas pelo Incra.

Senador Mão Santa, de acordo com o chefe do Incra de Ji-Paraná, o Sr. João Luiz Esteves, essas áreas já foram demarcadas desde a década de 80.

Ora, nós estivemos lá, Senador Geraldo Mesquita. A população estava reunida no Município de Seringueiras. Estava lá o Prefeito da cidade, estavam lá os Prefeitos das cidades vizinhas, as lideranças locais, os Vereadores que estão aqui representando o Estado do Tocantins, e lá estavam também os Vereadores do meu Estado. Isso é um absurdo! Nós temos em torno de duas mil famílias que, de repente, serão desalojadas pela criação de mais uma reserva indígena no meu Estado! E acho que isso não acontece só em Rondônia.

Ouvi atentamente lá o índio Tanadi, que representa a etnia miguelenos, que participou da audiência pública e fez um relato, Senador Flexa Ribeiro, que deixou todo mundo de boca aberta. Ele disse que os índios não querem mais terras, ele disse que os índios não querem brigar com os brancos, que isso não passa de idéias, de teses do Presidente da Funai e também de algumas organizações não-governamentais, principalmente ONGs que não são brasileiras e que mandam mais no nosso Estado do que nós, brasileiros.

Então, não é possível permitir que o Presidente da Funai, por livre e espontânea vontade, entenda de criar mais uma ou duas reservas indígenas em nosso Estado contra a vontade dos seus liderados, contra a vontade dos índios. Fiz o compromisso com eles de trazê-los aqui, ao Congresso Nacional, para que nós possamos ouvi-los dizer: "Nós não queremos mais terras. Nós não estamos dando conta. As terras que nós temos não conseguimos cuidar porque o próprio Governo não nos dá estrutura para isso, a própria Funai não dá condições para que isso possa acontecer".

Então, não entendo como, em uma ignorância, o Presidente da Funai queira criar mais duas reservas no meu Estado. Ele teria que discutir com a sociedade, ele teria que discutir com o Congresso

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou permitir um aparte a V. Exª, mas gostaria de fazer um apelo antes de conceder o aparte.

Senador Flexa, nós temos um projeto de lei para votar nesta Casa. É o projeto do Senador Mozarildo que está pronto para ser votado, está na Comissão de Constituição e Justiça. É um dos projetos mais justos; é para que, no caso de serem criadas mais algumas reservas indígenas ou qualquer reserva que seja em nosso País, seja ouvido o Senado, que seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que seja ouvida esta Casa. Temos que votar esse projeto do Senador Mozarildo que está pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça.

Fiz o compromisso com a população do Município de Seringueiras e também do Município de São Francisco, Senador Flexa Ribeiro, de que iria trazê-los aqui – se for o caso –, em uma audiência pública, quem sabe, para discutir o projeto do Senador Mozarildo.

Ouço V. Exª.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Expedito Júnior, V. Exª traz à tribuna uma preocupação que é de todos nós, principalmente nós amazônidas. V. Exª denuncia aqui a tentativa de criação de mais duas reservas indígenas no Estado de Rondônia. Lamentavelmente, no meu Estado, o Pará, foi criado, há pouco mais de um ano, a reserva indígena de Apitereua. Olha, o Presidente da Funai é paraense, meu amigo,

Dr. Márcio Meira. Estive com ele antes da homologação por parte do Presidente, fazendo tratativas com o Ministério da Justiça, com a Funai. Assim como acontece lá em Rondônia, os índios e os não índios estavam em acordo. A área total era de 750 mil hectares; os 142 índios dessa reserva de Apitereua ficariam com 550 mil hectares, e 200 mil hectares seriam apartados para atender 3 mil famílias que estão lá assentadas, muitas delas pelo Incra, que fez o assentamento naquela região. Negociamos com o Ministério da Justiça e com a Funai, e, no ano passado, acho que no Dia do Índio, 19 de abril, contra todos os entendimentos, foi homologada pelo Presidente a reserva de Apitereua. Os pequenos agricultores que lá estão trabalhando há décadas já montaram aqui acampamento em frente ao Ministério da Justiça. O Secretário Executivo Dr. Luiz Paulo já os atendeu por várias vezes e está consciente do drama que foi lá criado, assim como serão criadas, se forem homologadas, essas reservas no seu Estado. O Senador Mozarildo tem um projeto, eu também tenho um projeto que tramita nessa linha. V. Exª tem toda a razão: não podemos mais deixar que reservas de qualquer tipo sejam criadas por decreto, até porque para a criação de reserva subentende-se que sejam feitas audiências públicas para se ouvir a população. As audiências públicas são todas contrárias à criação das reservas, mas elas são criadas. Então, é preciso realmente que o Congresso, o Senado, a Comissão de Constituição e Justiça façam uma avaliação. Por exemplo, essa lá de Apitereua pode ter 550 mil hectares para 142 índios, mas que os 200 mil hectares fiquem para aquelas famílias que lá já estão, como é o caso dessas duas reservas de que V. Exª fala do seu Estado. Concluindo, Senador Expedito Júnior, eu estive, no sábado retrasado, no Município de Trairão, lá no oeste do Pará, no distrito de Caracol. Lá, fizemos uma reunião também sobre a questão da Flona de Itaituba I e II, que atingem também uma série de pequenos produtores que estão impedidos inclusive de dar seqüência ao financiamento do Basa – que já tinham – e do Pronaf. Mas o Vice-Prefeito de lá, Isael Torres, é seu amigo, é amigo do Senador Valdir Raupp, fez até um bilhete que era para lhe ter sido entregue já de que gostaria muito de entrar em contato. Ele foi o primeiro Prefeito nomeado, não foi eleito, de Buritis.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Buritis.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Buritis, lá em Rondônia. Ele lhe manda um grande abraço. E muitos conterrâneos seus nos ajudam a desenvolver o Pará, em especial lá no Município de Trairão, no distrito de Caracol. Parabéns! V. Exª também é ouvido pela TV Senado e é reconhecido por todos os seus conterrâneos como um Senador diligente, competente e que defende Rondônia diuturnamente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Obrigado, Senador Flexa. Verdadeiramente, há muitos paraenses que ajudaram a desbravar o Estado de Rondônia e, hoje, certamente, estão ajudando no desenvolvimento, no crescimento e na retomada que o Governador Ivo Cassol está imprimindo, no seu "ritmo cassol" de governar nosso Estado, o que está ajudando nessa nova empreitada do Governador.

Quero aqui cumprimentar o Israel e dizer que há vários rondonienses espalhados por este Brasil afora que representam nosso Estado. Estão lá sempre defendendo o Pará e, certamente, também defendem seu Estado de origem, que é Rondônia.

Senador Flexa, ouvi atentamente o aparte de V. Exª.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não sei se é o mesmo caso, mas, no caso de Rondônia, só para V. Exª ter uma noção, não são posseiros; pessoas foram levadas pelo Incra, as áreas foram demarcadas por decreto estadual; outras, por decreto federal e assentadas pelo Incra, assentadas pelo próprio Governo Federal. Como é que agora a Funai vai querer tirar essas pessoas que foram levadas para lá? Como é que a Funai agora vai querer passar por cima de um decreto? Como é que a Funai não vai discutir com ninguém? Como é que não vai discutir com os pequenos produtores? Como é que não vai ouvir a sociedade, não vai ouvir a população, que mora nessas áreas de reservas que a Funai agora está criando?

Ouvi o Dr. João Luiz Esteves dizer que essas áreas já foram marcadas desde a década de 1980.

E, conforme o advogado Wagner Barbedo, produtores rurais estão preocupados com a decisão da Funai, pois, no local da proposta da criação da reserva, existem hoje mais de 1,5 mil famílias trabalhando pelo nosso Estado.

Então, não posso me calar, não posso permitir que isso aconteça no meu Estado. Não posso ficar quieto, ficar calado. Foi este o compromisso que fiz com a população do meu Estado, foi este o compromisso que fiz com a população de Rondônia: defender aqui os interesses, sempre, do meu Estado. E não posso, Senador Mão Santa, permitir que, de uma hora para outra, o Presidente da Funai entenda que deva criar mais duas unidades, no meu Estado, de áreas de reserva sem discutir com a sociedade, sem ouvir inclusive seus próprios liderados, que são os índios, que são contra a criação dessa reserva nacional, dessa reserva indígena no meu Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer este registro. E o faço porque o jornal *Folha de Rondônia* destaca essa reunião, essa audiência pública, que foi feita no Município de Seringueiras, inclusive com a presença do Senador Valdir Raupp, que assumiu também compromissos com a população do meu Estado, com a população principalmente de São Francisco e de Seringueiras, no sentido de defendê-las aqui, no Congresso Nacional, principalmente no Senado. De repente, a aprovação desse projeto de lei do Senador Mozarildo, em que estamos regulamentando essa questão, determinando que antes de se criar uma reserva, seja ela qual for, indígena ou reserva de qualquer natureza, que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que seja ouvida esta Casa, que seja ouvido o Senado brasileiro.

Senador Mão Santa, faço esse apelo a V. Exª, que é um grande líder hoje pelo Brasil, que conheceu, pessoalmente, meu Estado e que sabe o quanto é sofrida a população de Rondônia.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Tudo para meu Estado, Senador Mão Santa, é mais difícil, haja vista a questão da transposição dos servidores públicos de Rondônia. Os dois ex-Territórios vizinhos de Rondônia, Amapá e Roraima, tiveram sua transposição aprovada, ou seja, os servidores saíram do quadro estadual e passaram para o quadro federal. Para o meu Estado, Rondônia, é difícil! As coisas não acontecem com a mesma agilidade que aconteceu com os ex-Territórios. E não posso me calar! O compromisso que fiz com a população de Rondônia foi o de defender os interesses do meu Estado. Sou Senador da República para defender os interesses do Brasil, mas, acima de tudo, para defender os interesses de Rondônia, para defender os interesses do Governador Ivo Cassol, que defende a população do meu Estado.

Nunca vi o Estado de Rondônia, Senador Mão Santa, com tantas obras sendo realizadas, como está acontecendo hoje, na administração do Governador Ivo Cassol. Então, não posso me calar.

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Tento vir sempre a esta tribuna defender os interesses da população de Rondônia. É lógico que, quando estou defendendo, estou falando do Governador Ivo Cassol, falo da população do meu Estado, falo da minha querida Rondônia.

Agora, dia 16 de setembro, está marcada a transposição dos servidores públicos. Espero que o Presidente da Câmara dos Deputados cumpra com sua palavra. Vamos fazer uma manifestação aqui, pacífica, ordeira. Vamos trazer aqui em torno de 600 servidores públicos do meu Estado, mas não vamos aceitar o "não" como resposta. Vamos exigir o tratamento isonômico, vamos exigir aqui a paridade com os ex-Territórios; ou seja, que seja dado o mesmo tratamento ao nosso ex-Território, que é o Estado de Rondônia.

Por isso, Senador Mão Santa, eu gostaria de reafirmar aqui, sempre, o meu compromisso em defesa da população do meu Estado, da população do meu querido Estado de Rondônia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora é o orador Papaléo Paes. Está inscrito.

Então, concedo a palavra, pela ordem, rapidamente, enquanto Papaléo chega à tribuna, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª está inscrito. Está logo atrás do Senador Colombo, que fez antecipadamente a dele. V. Exª está atrás dele. Colombo é Líder da Minoria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou após o orador Senador Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Alternamos. Há um orador inscrito. Agora, como está na Bandeira, e hoje é Dia do Soldado, que resguarda a Bandeira, "Ordem e Progresso", será o orador inscrito Papaléo Paes. Depois, chamaremos um Líder. Ainda falta Geraldo Mesquita Júnior, que fará uma comunicação inadiável.

Com a palavra, Papaléo, que representa o PSDB no Amapá, que é pleno de virtudes e engrandece este Senado da República.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Hoje, Dia do Soldado, quero dizer que já fui soldado e, em homenagem a este Dia, trago um discurso que tem muito a ver com as nossas Forças Armadas. É realmente uma necessidade absoluta começarmos a estudar, debater, porque esse assunto virá para o Senado Federal. É um assunto de grande importância nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em dezembro do ano passado, o Governo editou um decreto aprovando a Estratégia Nacional de Defesa. Em bre-

ve, seremos chamados a deliberar sobre importantes matérias relacionadas a essa estratégia, de modo que julgo oportuno trazer o assunto à atenção das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, assim como de todos os cidadãos brasileiros que aqui acompanham esta sessão ou nos assistem pelo rádio, pela TV ou pela Internet.

De fato, Sr. Presidente, dado o caráter e a relevância da matéria, é imperativo que nos preparemos adequadamente para analisar, entender, apreciar e, finalmente, tomar as decisões mais acertadas para o pleno sucesso da estratégia – e disso, dos seu sucesso, muita coisa depende. Para se ter uma idéia do quanto está em jogo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, basta mencionar que a perspectiva temporal com que o plano estratégico trabalha é de 50 anos – meio século, Sr. Presidente, ou seja, tempo suficiente para ver uma mudança geracional.

O plano, como não poderia deixar de ser, é complexo, e analisá-lo completamente no tempo de um pronunciamento é tarefa impossível. Vou destacar apenas alguns pontos, antes de me referir à contribuição que nós, no Congresso Nacional, seremos chamados a dar, no que se refere à viabilização e ao aprimoramento dessa estratégia.

O primeiro ponto que gostaria de destacar diz respeito à instrumentação das Forças Armadas. O Brasil investe pouco em defesa. Para se ter uma idéia, em 2007, investiu-se apenas 0,2% do PIB na defesa nacional. Aumentar o investimento nessa área passa, necessariamente, pelo investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Não por acaso, Srªs e Srs. Senadores, a Estratégia Nacional de Defesa identifica três setores como especialmente estratégicos para defesa, todos os três implicando investimento intensivo em tecnologia. São eles: o setor espacial, o setor cibernético e o setor nuclear.

A ideia é que, nesses setores que envolvem tecnologia sensível, em que a cooperação internacional é sempre problemática e limitada, o Brasil possa adquirir o máximo possível de autonomia, dominando tecnologias que outros países não estão dispostos a compartilhar.

Veja, Sr. Presidente, que o investimento nessas áreas, inevitavelmente, tem um reflexo positivo que vai além do domínio restrito da defesa, dado que os investimentos necessários em pesquisa e em formação de recursos humanos se espalham, beneficiando diversas áreas científicas, promovendo também a pesquisa básica e especulativa.

Complementarmente, Sr.Presidente, a Estratégia Nacional de Defesa prevê, com base no desenvolvimento tecnológico independente, a reorganização da indústria brasileira de defesa. Nesse ponto, a nossa contribuição, como legisladores, será fundamental.

Outro ponto do plano que merece destaque diz respeito ao serviço militar obrigatório. Sempre há um número muito maior de jovens com idade e aptos para prestar o serviço militar do que vagas para incorporá-los. Atualmente, o critério básico de seleção entre os considerados aptos acaba sendo o desejo expresso pelo jovem conscrito de servir.

Eu quero aqui dizer que eu passei pelo Exército Brasileiro, servindo, primeiro, em Belém e, depois, em Macapá, em 1980 e, realmente, o número de conscritos, de jovens que estavam começando o serviço militar obrigatório era considerável. E nós tínhamos uma estrutura muito boa, dando assistência em saúde para esses jovens, uma boa alimentação dentro do quartel, dando instrução para aquele jovem, com consequências altamente positivas. Depois, nós fomos fazer uma avaliação, cinco ou dez anos depois, e se viu que os jovens que passavam pelo serviço militar obrigatório tinham um futuro melhor do que aqueles que não passavam pelo serviço militar obrigatório.

Diferentemente do que se pensa, dentro das Forças Armadas, o jovem que não tem uma boa orientação da sua família, que tem problemas durante a sua vida pré-admissional no serviço militar, geralmente é despertado para as suas responsabilidades quando está incorporado nas Forças Armadas. Por isso os resultados altamente positivos depois que ele dá baixa do serviço militar.

Mas quero dizer aqui, inclusive na presença de militares que estão participando deste nosso discurso, que estão ouvindo o nosso discurso, que, lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio, nós passamos também por um período muito difícil nesse mesmo Estado, nessa mesma capital que eu estou dando esse exemplo. Nós passamos por uma fase em que o número de conscritos foi reduzido drasticamente, com um prejuízo muito grande à sociedade. Nós passamos pelo vexame, pelo mal-estar de termos esses conscritos praticando suas atividades, recebendo suas instruções apenas por um expediente. Ou seja, quando dava uma hora da tarde, eles eram dispensados, porque o quartel não tinha condições de lhes fornecer alimentação. Então, isso é muito triste.

Eu vejo, pela experiência que tive, que realmente o País, que o Governo Federal deveria investir de uma maneira digna nas Forças Armadas. Nós estamos, hoje, com a maioria dos equipamentos das Forças Armadas sucateada, e, de repente, queremos dar um passo gigantesco para comprar um equipamento para a nossa Marinha que realmente não condiz muito com

as necessidades do geral das nossas Forças Armadas, um equipamento extremamente caro e que deveria ser reavaliado, Sr. Presidente. Por que isso? Para haver uma melhor distribuição no sentido de reerguer toda aquela potencialidade básica que as nossas Forças Armadas tinham: credibilidade, determinação em manter profissionais altamente gabaritados, porque ali dentro nós temos profissionais que hoje estão na iminência de abandonarem a vida militar para tentarem melhores salários na vida civil.

Então, nós temos que ter essa obrigação, temos que olhar melhor para as Forças Armadas, olhar melhor para nossos profissionais, que são formados com investimento do dinheiro público, o que lhes dá a qualidade de técnicos, de profissionais que realmente orgulham as Forças Armadas. Temos que fazer com que esses técnicos sejam mantidos no sentido principal de eles exercerem suas funções em prol da Pátria, em prol das nossas Forças Armadas. Mas, para que isso aconteça, nós não podemos submetê-los também a salários inadequados e, até certo ponto, ridículos como os que estão recebendo muitos dos servidores das nossas Forças Armadas, tanto do Exército, como Marinha e Aeronáutica.

O plano prevê que a seleção será mais efetiva, independentemente do desejo expresso. Essa seleção ainda deverá observar a necessidade de que todas as classes sociais e de todas as regiões do País estejam representadas no continente de recrutas das Forças. Além disso, prevê-se a criação de um serviço civil, nos moldes de um projeto como o Projeto Rondon ampliado, que aproveitará progressivamente os jovens não incorporados ao serviço militar.

Por fim, Sr. Presidente, quero destacar aqui o lugar que ocupa na estratégia nacional de defesa a preocupação com a nossa Amazônia. Um dos objetivos prioritários do plano é justamente o reforço absoluto da presença militar na região, cuja importância estratégica para o Brasil e, eu diria sem medo de exagerar, para o mundo, só tende a crescer nas próximas décadas.

O plano prevê a criação de 28 pelotões especiais de fronteira...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Papaléo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Vou já conceder um aparte a V. Exª, com muita honra.

O plano prevê a criação de 28 pelotões especiais de fronteira em terras indígenas e em unidades de conservação.

Com muita honra, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Papaléo, peguemos, por exemplo, o Exército Brasileiro, que treina o melhor guerreiro de selva do mundo. Esse é um fato. Eles estão prontos para quaisquer eventualidades, na eventualidade da necessidade de defesa da segurança nacional na nossa região. O orçamento deles é mínimo e ainda sofre contingenciamentos. O treinamento é duro, o elemento indígena, e o seu descendente caboclo, caminham mais rápido na selva do que qualquer outro soldado. Nem um oficial decatleta, triatleta consegue acompanhar na selva o passo dos nativos, dos nossos caboclos, dos índios da nossa região. Algumas coisas têm que ser feitas. Vejo o Comando Militar da Amazônia sob a direção segura do General Mattos, quatro estrelas, que faz um trabalho belíssimo, e constato com tristeza algumas coisas: primeiro, contingenciam verbas; segundo, o leste, que não faz fronteira com nenhum país, tem mais soldados do que o Comando Militar da Amazônia, a Amazônia que faz fronteira com tantos países complicados, com situações às vezes críticas nas fronteiras. Era hora de invertermos essa ordem de prioridade e irmos para uma prioridade verdadeira. Mas o trabalho enternece; quem vai a São Gabriel da Cachoeira, quem vai a Vila Bittencourt, quem vai a Tefé, quem vai a Tabatinga, lá sente o peso do trabalho social, do trabalho militar, do trabalho profissional do Exército Brasileiro. Eu poderia estender isso à Aeronáutica e à Marinha, que fazem um trabalho essencialmente social, de atendimento médico, de atendimento a catástrofes, de atendimento à necessidade dos ribeirinhos, absolutamente imprescindível à região. Queria, neste momento, saudar o esforço dos nossos militares e dizer que era preciso uma prioridade governamental, de dizer: "A Amazônia é estratégica mesmo". Vamos compreender isso de uma vez por todas. Vamos, então, apoiar o esforço que os militares fazem. Eles fazem das tripas coração para obter os resultados que obtêm. Eu lhe digo, sem medo de errar: nenhuma potência estrangeira se consolidaria – na hipótese impossível, improvável, improbabilíssima de uma invasão da Amazônia –, nenhuma potência estrangeira se consolidaria lá. Esse é o nível de confiança que tenho no guerreiro da selva que se forja no CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva), que tem sede em Manaus e que se espraia pelas ramificações das jurisdições do Comando Militar da Amazônia. Parabéns a V. Exª pelo discurso tão oportuno.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero agradecer também a V. Exª, porque justamente V. Exª conhece bem a região, é da região e vê o trabalho que o Exército, principalmente, faz naquele local e que merece ser assistido com mais objetividade, com mais atenção.

Falo sobre a estratégia nacional de defesa, exatamente porque esse tema vai passar por nós aqui. Temos que nos preparar para discutir essa questão,

porque é um assunto extremamente importante, que vai olhar com mais atenção, com mais vigor para as nossas fronteiras na Amazônia.

Como falei, esses 28 pelotões que serão criados se juntariam aos 20 que hoje existem e que seriam modernizados. Além disso, prevê-se a criação de uma base naval junto à foz do rio Amazonas para proteger a entrada das águas marrons.

Aliás, Sr. Presidente, a esse propósito, eu gostaria de lembrar aqui dois Municípios do Amapá que se apresentam como candidatos naturais, até por sua posição geográfica, à instalação dessa nova base. Refiro-me aos Municípios de Macapá e Santana, estrategicamente situados no braço esquerdo da Foz do Amazonas, em posição simetricamente oposta a Belém, no braço direito, onde é a sede do 4º Distrito Naval. Então, espero que a escolha dessa sede seja feita de maneira extremamente técnica. E, se for feita dessa forma, tenho certeza absoluta de que o Estado do Amapá terá a honra de deter a sede que está sendo planejada para ser construída.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Estratégia Nacional de Defesa, para ser efetivamente implantada, precisará de uma contribuição bem articulada de nossa parte como legisladores. Várias intervenções legislativas se impõem, por exemplo, para criar as condições necessárias ao estímulo à indústria de defesa. Também seremos chamados a decidir sobre a reestruturação do Ministério da Defesa; sobre a criação de um Estado-Maior conjunto do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; sobre a criação de um quadro de especialistas civis em defesa; sobre a estruturação do serviço civil; sobre o regimento jurídico para o emprego das Forças Armadas em ações de segurança interna; entre outras questões relevantes. Possivelmente, começaremos a discutir alguns desses temas ainda nesta Legislatura, o que nos impõe, como corresponsáveis, uma estratégia que, como disse, tem uma mirada de longuíssimo prazo.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma estratégia de defesa nacional é parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento do nosso País. Pensar em estratégia e tomar as decisões que vão criar as condições para o seu funcionamento são atividades de grande responsabilidade. Tenho certeza de que esta Casa está à altura do desafio que nos espera – um desafio, de resto, que ocupará mais de uma legislatura além desta –, claro, quando formos chamados a tratar dos detalhes normativos que possibilitarão o pleno sucesso da estratégia.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer da tribuna. Senti-me na responsabilidade de trazer este tema para discutirmos aqui e, logicamente, chamarmos a atenção de todos os nossos legisladores, que passarão por um processo de estudo e avaliação da estratégia que nós acabamos de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Papaléo Paes, do Amapá, convidamos agora, como Líder, o Senador Raimundo Colombo. Ele é Líder da Minoria, representa o DEM e, com muita grandeza, o Estado de Santa Catarina.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Desde 1985.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Colombo, três vezes prefeito da sua cidade. E não foi simplesmente prefeito, mas extraordinário prefeito. Ele simboliza a grandeza e a experiência do Senado da República do Brasil.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, é um prazer muito grande estar aqui sob a presidência de V. Exª. Quero cumprimentar o Prefeito de Santa Catarina, Prefeito de Vargem, Vice-Prefeito, cumprimentar o ex-Governador Eduardo Moreira, que também visita este Senado, e trazer um assunto que vem sendo trazido pela imprensa: os constantes pronunciamentos do Presidente Lula combatendo as ações do Tribunal de Contas da União.

Parece que as coisas não andam porque o Tribunal de Contas impede o Governo e o PAC de andarem, de realizarem as obras, de cumprirem o seu dever, o seu compromisso.

No dia 13 de agosto, o Presidente Lula disse que, ao visitar um trecho da ferrovia Norte–Sul, em Anápolis, Goiás – quando, aliás, ele fez política lançando o Presidente do Banco Central como candidato a governador –, voltou a criticar a paralisação das obras pelo Tribunal de Contas da União. Segundo Lula, o maior prejuízo é o aumento dos custos: "Mesmo que esteja errado, não é justo mandar parar a obra. Que se abra um processo, que se faça uma denúncia, enfim, mas paralisar a obra nunca."

Hoje, no **Correio Braziliense**, a jornalista Denise Rottemburg traz a informação de que o Tribunal de Contas rechaça a culpa pelo atraso do PAC. O jornal *O Estado de S. Paulo* também mostra um pronunciamento do Presidente Ubiratan Aguiar esclarecendo a posição do Tribunal de Contas.

Será que o Presidente Lula, Senador Demóstenes, tem razão em apontar o Tribunal de Contas como um obstáculo ao desenvolvimento do País?

Na verdade, nenhum de nós gosta de burocracia em excesso, mas transparência, Senador Arthur Virgílio, é uma coisa essencial na vida pública, é a base de tudo. Aliás, nós, aqui no Senado, sabemos

mais e melhor do que ninguém, porque aqui se pratica ato secreto no serviço público. Acho que é inédito na história da humanidade serviço público conviver com ato secreto.

Mas será que o Presidente Lula tem razão? A gente fez uma pesquisa para ver se realmente o Tribunal de Contas, que é um órgão complementar, de assessoramento do Poder Judiciário, tem atrapalhado.

E, Senador Demóstenes, hoje, no jornal – e tenho aqui os dados oficiais também –, no ano de 2009, apenas 0,2% das obras estão suspensas por ação do Tribunal de Contas. Só neste semestre, segundo ele, já representou uma economia de R$6 bilhões à fiscalização e às ações do Tribunal de Contas. O atraso não tem nada a ver com o Tribunal de Contas da União. Hoje, somente cinco obras do PAC estão paralisadas por indícios de irregularidades, contabiliza o comandante do Tribunal de Contas, lembrando que o número significa exatamente 0,2% do total das ações.

Agora, no ano de 2007, 1,66% das obras paralisadas foi por ação do Tribunal de Contas. Mas, vejam bem, 80% eram decorrentes dos problemas de fluxo orçamentário e financeiro da obra, ou seja, por culpa do Governo.

Então, o fato é o seguinte, quem tem 80% de culpa culpa quem tem 0,2% da paralisação das obras.

É realmente algo que a gente não pode aceitar, porque, quando o governante vem e pratica esse tipo de ação, ele foge das suas responsabilidades. Fiscalizar, controlar é uma coisa essencial.

O Tribunal de Contas passou a poder paralisar as obras quando, em relação ao Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, houve todo um processo de investigação, de apresentação das irregularidades, de demonstração de superfaturamento, mas as obras continuavam. Ninguém tinha o poder de paralisar. E depois todo mundo viu o que aconteceu com o juiz Lalau e companhia limitada.

Então, foi a partir dali que o Tribunal de Contas teve essa atuação mais forte de poder, inclusive, paralisar aquelas obras com irregularidades graves.

Em 1788, James Madison disse o seguinte: "Se os homens fossem anjos, nenhum governo seria necessário; se os anjos fossem governar os homens, nenhum controle externo nem interno sobre o governo seriam necessários".

Então, o Tribunal de Contas cumpre bem. Eu fui prefeito três vezes. Tenho 30 anos de vida pública. Fui presidente da Companhia de Energia Elétrica de Santa Catarina, da Companhia de Saneamento; diretor da companhia de telefone; Secretário de Estado e, às vezes, me incomoda, incomoda qualquer um. Quem é que gosta de ser fiscalizado? Mas a verdade é que a vida pública impõe sobre nós transparência. É ação de tudo.

Então, essa ação irresponsável do Governo Federal em jogar para o Tribunal de Contas a sua incompetência, a sua ineficiência, a falta de resultados é uma ação que nós não podemos aceitar.

Com o maior prazer, eu concedo o aparte ao Líder Demóstenes Torres, que é uma autoridade aqui no Senado e conhece, mais do que ninguém, esse tipo de ação, porque é um promotor público respeitado e reconhecido no Brasil inteiro.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Agradeço a V. Exª, Senador Raimundo Colombo. V. Exª, sim, é nosso Líder da Minoria, com todos os méritos e que tem feito um grande trabalho, principalmente coletando esses dados, que demonstram, na prática, a inoperância do Governo. Então, o PAC, na realidade, foi a junção de diversos projetos já existentes que o Governo tinha a intenção de colocar para andar. Deu a impressão também de que era ele, Governo atual, que tinha começado tudo, era o raio, era o "*fiat lux*", fez-se a luz, surgiu o mundo a partir deste Governo. Só que a prática tem demonstrado justamente o contrário. Ao longo dos anos, nós temos levantadas as ações do PAC, o que é empenhado, o que é efetivamente realizado e é tudo lorota, tudo conversa. O Governo, agora, resolveu atacar diversos órgãos. De vez em quando, é o Ibama, porque cria problemas ambientais imensos, segundo o Governo; depois, é o próprio Ministro Minc, com a sua atuação, digamos assim, exótica. Tem servido também para que o Governo, vez por outra, lhe dê uma carraspana. Chegam a ameaçá-lo fisicamente, um constrangimento corporal entre um Ministro e outro. E por aí vai: é a lei de licitação, é o Ministério Público... Todo mundo, segundo o Governo, está conspirando contra ele. O novo vilão apontado pelo Governo agora é o Tribunal de Contas da União, que nada mais faz do que cumprir com sua obrigação. O Governo, aliás, deveria tomar uma atitude, submeter previamente todas as suas obras ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas daria o seu aval e acompanharia o preço, passo a passo, a partir de determinado momento em que ele, Tribunal de Contas, autorizasse a obra com aquele preço, com as etapas, etc, etc. Mas não, se prefere sempre optar pelo escândalo, se prefere sempre...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – ...fazer oposição, fazer o posicionamento incorreto. Então, o Tribunal de Contas paralisa as obras, ele evita que a sangria pública continue e ele toma providências para evitar o sobrepreço e até mesmo o superfaturamento. Vamos pegar os exemplos dos aeroportos, que esta-

vam já fora do PAC, do primeiro governo, uma corrupção imensa que se instalou na Infraero naquela época. Tudo medido, tudo comprovado. A ação do Tribunal de Contas da União, que hoje virou ação judicial, por intermédio das demandas por improbidade que o Ministério Público acabou ajuizando, evitou a perda de mais de R$1 bilhão. O que o Governo quer? Que a obra, comprovadamente corrupta, que a obra superfaturada, que a obra que favoreça...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – ...determinadas empresas, que elas continuem a existir apesar das irregularidades? Então, se o Governo agisse honradamente, decentemente, honestamente, as obras não estariam nesse impasse. Mas resolveram fazer o quê? Resolveram criar a figura da mãe do PAC, e o PAC empacou. Esta é a verdade: o PAC empacou. Empacou por excesso de burocracia, excesso de vaidade. Colocar todos os projetos na mão de uma só pessoa, nenhuma pessoa do mundo dá conta de fazer isso, tem de ter uma equipe para fazer essa gerência, e, principalmente, excesso de corrupção. Se não parar o processo de corrupção, o Tribunal de Contas da União não tem outra coisa a fazer senão paralisar as obras. Daí porque parabenizo V. Exª, que nos lembra o que está acontecendo neste País.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Agradeço muito o aparte de V. Exª, que enriquece muito as ideias que procurei aqui colocar. Veja bem, Senador Demóstenes: a transparência é a essência. Os exemplos que parte de Senadores aqui praticou na semana passada, se política é a arte de liderar as pessoas, aquele procedimento mostrou para as pessoas que não há, realmente, razão para você ser sério e bem...

Não preciso relembrar Rui Barbosa e a sua famosa frase, o seu famoso pensamento. E, agora, se as ações que o Tribunal de Contas desenvolve na fiscalização, demonstrando os erros, isso também está errado, realmente nós estamos construindo uma sociedade em que a gente vai-se envergonhar de ser sério. Eu não tenho vergonha. E luto muito para ser. Tenho certeza de que V. Exª também e muitos aqui.

Por isso, eu acho que nós temos uma grande batalha para recuperar a imagem do Senado, a imagem política. Se nós não conseguirmos mudar muitas das leis que precisam ser mudadas, eu acho que nós temos o grande desafio de mudar a prática. E isso depende de cada um de nós.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Raimundo Colombo, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Raimundo Colombo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço que V. Exª acate a publicação, nos Anais da Casa, do artigo publicado hoje, no jornal *Folha de S.Paulo*, do empresário Benjamin Steinbruch, sob título "Novos impostos, não dá!". Diz ele: "Nunca é hora de pensar em criar impostos, muito menos neste momento em que a crise começa a ser superada".

Obviamente que endossando as palavras do empresário Steinbruch, eu me lembro que foi igualmente falando em nome da sociedade que, no final de 2007, as oposições no Senado enfrentaram a vontade sempre incontida do atual Governo de sacrificar as parcas economias do povo. Naquele momento nós rejeitamos, aqui no Senado, a CPMF. Essa tentativa de criação igualmente esbarrará na nossa resistência. Já começo com a dúvida constitucional: se pode ser por lei complementar. Para mim, deveria ser emenda constitucional. Mas, mesmo por lei complementar, eu duvido muito que logre êxito essa tentativa.

Hoje, em uma reunião dos treze Senadores do PSDB – dois estavam ausentes, mas não há nenhuma dúvida sobre a posição deles –, os outros onze, unanimemente, estão fechados com a ideia de que um novo imposto não.

Portanto, que os Anais acolham essa manifestação muito clara do empresário Steinbruch.

Peço a V. Exª ainda que acolha o voto de aplauso à para-atleta amazonense Valéria Santarem, medalha de prata no Meeting Internacional de Natação, realizado no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto último, e ainda voto de aplauso para o judoca amazonense Daniel Santos, destaque no Campeonato Brasileiro de Judô Sub 23, com a conquista da medalha de ouro para o Minas Tênis Clube, de Belo Horizonte, no dia 15 de agosto de 2009.

Peço a V. Exª que me inscreva como Líder para após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

São Paulo, terça-feira, 25 de agosto de 2009 FOLHA DE S.PAULO dinheiro

BENJAMIN STEINBRUCH

Novos impostos, não dá!

Nunca é hora de pensar em criar impostos, muito menos neste momento em que a crise começa a ser superada

VASCULHANDO arquivos desde 2001, observo que abordei o tema da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) em 19 oportunidades em artigos neste espaço. Esta será, portanto, a 20ª vez, porque se articula a recriação desse imposto.

É preciso reconhecer: impostos são mesmo difíceis de matar no país. Foi uma proeza a decisão tomada em Brasília, na madrugada de 13 de dezembro de 2007, quando o Senado derrubou, por 45 votos contra 34, a emenda constitucional que prorrogaria a vigência da CPMF até 2011. Até onde a memória alcança, não havia notícia sobre a eliminação de um imposto importante na história do país.

Morta há quase dois anos, porém, a CPMF nunca descansou em paz. Na semana passada, materializou-se mais uma iniciativa para tentar ressuscitá-la. Bancadas governistas manifestaram-se a favor da votação de destaque da emenda constitucional nº 29, que destina mais recursos à saúde, pelo que será criada a CSS (Contribuição Social para a Saúde).

O discurso é o mesmo que sustentou a criação da CPMF: a saúde precisa de mais recursos, agora em razão dos gastos públicos com a gripe suína. Em 1997, quando nasceu, era provisória e deveria durar dois anos, porque havia falta total de recursos nos hospitais do país. Mas acabou durando dez anos, com alíquotas sobre movimentações financeiras que cresceram de 0,25% para até 0,38%.

Ao regulamentar a EC nº 29, o governo resolveu deixar de lado o destaque sobre a CSS com alíquota de 0,1%, porque temia sofrer derrota na votação. Agora, pretende fazer nova tentativa de aprovação.

Desta vez, ninguém se preocupou em chamar o imposto de provisório, ainda que o mote seja o combate à epidemia de gripe suína, que certamente não é para sempre. Não dá para aceitar a volta da CPMF, travestida ou não de CSS, por várias razões. Primeira e mais importante: o imposto é iníquo, porque eleva custos de forma cumulativa na cadeia produtiva, uma vez que é cobrado em cada uma das fases da produção.

Incide até sobre a quitação de outros impostos quando se faz a operação bancária para pagar o fisco. A segunda razão vem da experiência com a CPMF, que foi criada exclusivamente para financiar gastos com a saúde, mas seus recursos acabaram entrando no caixa único do governo e desviados para outros fins. Quando foi extinta, a CPMF direcionava apenas metade de seus recursos para a saúde.

Argumenta-se que a CSS é um bom imposto por ser "insonegável".

Mas o fato de ser facilmente cobrável não pode representar justificativa para a criação de um tributo. Até porque existem sérias dúvidas sobre a constitucionalidade dessa contribuição, que teria de ser aprovada por emenda constitucional -e não por lei complementar.

Outro argumento inaceitável é o de que a alíquota, por ser muito baixa, terá pequeno impacto fiscal. Não há nenhuma garantia de que essa taxa, começando com 0,1%, não seja depois aumentada, como ocorreu com a CPMF. Além disso, a extinção de tributos direcionados como esse é útil, porque obriga o governo a repensar a maneira de gastar e a reservar mais verbas para áreas importantes como saúde e educação.

Nunca é hora de pensar em criar impostos, por menores que sejam, muito menos neste momento em que a grande crise global começa a ser superada. A atitude contrária, da desoneração, é que poderá estimular a produção e o consumo para, na sequência, aumentar a arrecadação fiscal. Criar impostos agora, não dá!

BENJAMIN STEINBRUCH, 56, empresário, é diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente do conselho de administração da empresa e primeiro vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª será atendido regimentalmente nas solicitações feitas. Sobre sua inscrição após a Ordem do Dia... temos o Senador Flexa Ribeiro antes da Ordem do Dia...

Bom, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que, como orador inscrito, terá 10 minutos para seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em virtude de audiência que a Senadora Rosalba Ciarlini tem daqui a instantes no Ministério, ela pediu-me que eu possa fazer a permuta com ela pela ordem, então eu ficaria como próximo orador.

Aproveito a oportunidade, prezado Presidente Papaléo Paes, para informar ao Presidente José Sarney que, como irei falar daqui a pouco, gostaria muito de poder falar na presença dele, porque vou-me referir ao pronunciamento e a certas expressões que ele usou na tarde de ontem, em resposta a mim.

Então como vou falar a respeito da Presidência do Senado, do Senador José Sarney, gostaria de aqui avisá-lo que, após a Senadora Rosalba Ciarlini, a não ser que surja outro Senador pela ordem... O Senador José Sarney já está presente. Agradeço a providência.

Muito obrigado.

Durante o discurdo do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney,

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada pela compreensão. Gostaria de agradecer ao Senador Suplicy, que me concedeu seu espaço de 10 minutos, mas vou ser a mais rápida possível porque entendo da importância de começarmos a Ordem do Dia.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de dizer que dei entrada a uma Proposta de Emenda à Constituição, voltada exatamente a regulamentar uma questão em concursos públicos: de que o preenchimento das vagas seja cumprido religiosamente dentro do prazo de vigência daquele concurso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me motivou a trazer essa PEC é o fato de que nós encontramos, no dia a dia, com muita frequência, muitos daqueles que passando no concurso público aguardam a sua vigência por dois anos; depois, esse concurso é revalidado por mais dois anos; e ao terminar, não são convocados e já é anunciado um outro concurso. Isso é injusto com aqueles que tiveram a condição, a capacidade, a competência de serem aprovados.

Se vão fazer um concurso público, seja em nível federal, estadual ou municipal, que seja feito de acordo com o ordenamento, respeitando o número de vagas que ali está colocado. Que tenham responsabilidade, os órgãos federais, as autarquias, as instituições, de realmente definir as vagas de que vão precisar e assim que sejam convocados. Porque não se admite que pessoas, muitas vezes carentes, façam um esforço imenso para conseguir realizar a inscrição, sejam aprovados e fiquem aguardando, muitas vezes em detrimento de outra oportunidade, porque quando se é aprovado num concurso público dentro do número de vagas que está estipulado você tem certeza de que será logo convocado. Mas, infelizmente, isso não acontece.

Encontrei muitos desses exemplos lá no meu Estado e sei que os Srs. Senadores – já vi que o Senador Expedito e o Senador Romeu Tuma desejam fazer um aparte –, porque realmente essa realidade é em todo o Brasil.

Não podemos continuar desta forma. Eu acho que é enganar a boa-fé daqueles que estudam, se preparam, pagam a inscrição, fazem o concurso e, infelizmente, não são convocados dentro do prazo limite desse concurso e ficam nessa angústia e perdem essa oportunidade, muitas vezes, a única que surge vida.

E eu queria fazer uma referência especial ao Vereador Ney Lopes Júnior, filho do ex-Deputado Ney Lopes, lá do nosso Estado. Ney Lopes Júnior, já no seu primeiro mandato, no âmbito municipal, lá na Câmara Municipal de Natal, apresentou esse projeto, que já foi sancionado, específico para os concursos realizados EM nível municipal.

Então, eu trago já a esta Casa esta proposta, que espero, já que tivemos a assinatura necessária à apresentação, porque trata-se de uma PEC que tenhamos andamento rápido e que possamos corrigir essa injustiça, trazendo mais segurança a todos aqueles que realizam os seus concursos.

Senador Romeu Tuma, com muito prazer, concedo a V. Exª um aparte.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senadora Rosalba, sabe V. Exª o respeito que tenho pelo seu trabalho nesta Casa e na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais. Senadora Rosalba e Senador Expedito, eu fui relator de uma matéria que pedia abertura de concurso – eu vou falar da Polícia Federal, que é um órgão que tem permanentemente concursos públicos para preenchimento de vagas ou renovação, por causa de aposentadorias e outros fatos que diminuem o número de delegados em outra atividades da Polícia Federal. Então, durante o relatório, eu quis colocar o aprovei-

tamento dos remanescentes do último concurso que foram aprovados. Só que o Governo dá um número de vagas, preenche um número "x" e, depois, as outras ficam aguardando um outro concurso. O que traz um prejuízo enorme, uma amargura, uma angústia, uma luta no Judiciário para aqueles que foram aprovados e não conseguiram a sua vaga, porque o outro concurso vai trazer novos candidatos. Mas, no relatório, eu coloquei indicativo ao Ministro da Justiça que fizesse uma medida de aproveitamento daqueles que já fizeram concurso e que estavam ansiosos pela nomeação. Então, é da senhora a PEC? Se eu já não assinei, eu quero assinar se for possível.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O senhor já assinou, Senador Romeu Tuma, e quero inclusive agradecer a sua atenção.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – A senhora tem toda a razão. É um sacrifício enorme realizar um concurso, custa caro para o Estado, custa caro para o candidato que, às vezes, tem que viajar de longe, largar o emprego para poder se preparar para o concurso e, às vezes, é aprovado e não é aproveitado. Então, eu acho que V. Exª tem razão, qualquer concurso deverá ser realizado, depois do aproveitamento de todos aqueles que foram aprovados em um concurso público corretamente realizado.

A SRA. ROSALBA CIARILINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Romeu.

Inclusive no nosso Estado do Rio Grande do Norte, também está acontecendo um caso desses com a Polícia Militar em relação àqueles que foram aprovados em concurso, foram inclusive treinados, o concurso já foi revalidado e está próximo o fim dessa revalidação. E muitos desses jovens inclusive já estão chegando à idade limite para acesso à Polícia Militar, num Estado onde é imensa a carência de policiais e precisa de aumento para dar mais segurança à população.

Inclusive, nessa carência muito grande – o Senador Agripino sabe disso, porque lá no Estado dele deve ouvir, quando caminha, não somente na capital, como no interior, as reclamações imensas com segurança –, esses jovens estão aguardando, muitos tiveram que deixar o emprego anterior para fazer a preparação e até agora não foram convocados, não estão trabalhando. Eu recebi uma comissão imensa desses jovens que se dizem suplentes para essa vaga, que eles estão aguardando. Inclusive, tendo à frente a Vereadora Mary Regina, que conhece essa área, trabalha, dá apoio exatamente a essas questões. Isso são fatos que acontecem.

Senador Expedito, com muito prazer lhe concedo um aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senadora Rosalba, quero parabenizá-la pela sua atuação tanto aqui, quanto nas Comissões, como presidindo a Comissão de Assuntos Sociais no Senado. Tenho projeto idêntico ao projeto que V. Exª está apresentando e quero cumprimentá-la e parabenizá-la pelo projeto, porque, na verdade, é uma injustiça que fazem com aqueles que estão desempregados, na expectativa, na esperança de terem um emprego. Às vezes, não têm dinheiro sequer para pagar as inscrições. Fazem as inscrições, com muita dificuldade, com muita labuta, passam num concurso, de repente, esperam um ano, dois anos e, infelizmente, não são chamados. Eu quero cumprimentar V. Exª e dizer que, também, outro projeto que acho V. Exª o relata amanhã na Comissão de Assuntos Sociais do Senado e que está gerando uma expectativa muito grande, que vários servidores do meu Estado, que são os agentes comunitários de saúde em endemias estão se deslocando do Estado de Rondônia, vindo para cá, para presenciar, para prestigiar o relatório de V. Exª que, certamente, será um relatório favorável, no qual estamos estabelecendo o piso nacional dessa categoria. Eu quero cumprimentar V. Exª na defesa que faz dos nossos servidores, da classe operária, dos servidores públicos do Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Expedito. Realmente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Eu peço aos Senadores aparteantes que observem o Regimento dos dois minutos porque eu acabo de ser cobrado, na reunião que tivemos, por não começar a Ordem do Dia na hora exata.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Mas o senhor começará dentro de poucos minutos porque eu já estou finalizando. Eu gostaria aqui só de, aproveitando a observação do Senador Expedito, mais uma vez, convidar todos os Senadores, principalmente aqueles que fazem parte da Comissão de Assuntos Sociais, para que, amanhã, estejam presentes na Comissão, a fim de que possamos aprovar, em caráter terminativo, o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e os agentes em endemias, algo que eu considero importantíssimo e justo pelo trabalho que eles realizam, tão relevante, em prol da saúde da população.

Então, são homens e mulheres do Brasil todo que merecem ser reconhecidos, ser valorizados, ter melhores condições de trabalho. E, como Relatora desse projeto, já foi lido o relatório e o relatório é pela aprovação e eu gostaria de, amanhã, contar com V. Exªs nessa reunião.

Para finalizar, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão, eu gostaria também de, mais uma vez, dizer, só para complementar com relação a essa pro-

posta que foi apresentada, a PEC, Senador Expedito, que, na realidade, o senhor tem um projeto parecido, semelhante, que, com certeza, somando o projeto do senhor com o que eu apresentei, que é um PEC, poderemos – se Deus quiser – chegar a um projeto, vamos dizer assim, bem mais lapidado, preparado, que alcance o objetivo maior: que é a garantia aos trabalhadores, àqueles que chegam por competência, por seus próprios valores a serem aprovados em concurso público, a segurança de que não estão fazendo um concurso público de mentirinha, mas para valer, e fazer com que possam vencer na vida.

O Sr. Edison Lobão Filho (DEM - MA) – Senadora Rosalba, conceda-me um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não. Se o Presidente permitir.

O Sr. Edison Lobão Filho (DEM – MA) – É um aparte muito rápido. Senadora Rosalba, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-la pela iniciativa do importante projeto que visa diminuir a injustiça praticadas contra aqueles que se dedicam a um concurso, a participar de um concurso, estudar, pagar as taxas e não se verem no direito de ingressar no serviço público, desde que tenham obtido sua aprovação. Quero relatar a V. Exª que estou tendo a oportunidade de relatar também um importante projeto, complementar ao de V. Exª, do Senador Flexa Ribeiro, que impede que os concursos sejam utilizados em épocas eleitorais também. Estamos fazendo esse projeto conjuntamente, eu e o Senador Flexa, para que aqueles concursos realizados não possam ser efetivados no período eleitoral, no ano eleitoral. Então, concurso não tem que ser usado com fins eleitorais, tem que ser usado para que a máquina administrativa pública, tanto estadual, municipal ou Federal, possa cumprir o seu objetivo principal que é de servir ao povo e ao nosso País. Então, parabenizo V. Exª. Saiba que estamos todos imbuídos nesse mesmo propósito, por meio, às vezes, de projetos diferentes, mas com o mesmo propósito. Parabéns a V. Exª.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Lobão Filho. Na realidade, eu gostaria de dizer, só para concluir, que realmente o mérito dessa questão é trazer mais transparência e valorizar exatamente a capacidade que tem cada cidadão quando vai ser submetido a um concurso. Que jamais ele seja usado.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Rosalba?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Estou finalizando.

Que jamais ele seja utilizado como moeda eleitoreira, porque isso é um crime contra a inteligência e a capacidade do povo brasileiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora Rosalba? Senadora Rosalba, aqui. Flexa Ribeiro.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu já estou finalizando, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Dois minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Só se o Senador Sarney, nosso Presidente, conceder. Só com a permissão do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª falará em seguida.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – É sobre o assunto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Mas nós não terminaremos nunca, se cada vez ampliarmos mais. Peço a sua compreensão, porque a Senadora já terminou o seu discurso três vezes.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Arthur Virgílio. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, antes que o Senador Arthur Virgílio chegue à tribuna, eu gostaria de reforçar a decisão tomada agora pelo Colégio de Líderes de iniciarmos a Ordem do Dia às 16 horas. Já são 16h17, mas poderíamos começar logo após a fala do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendemos, com muito desagrado, que o Senado não vive, neste momento, uma situação de plena normalidade. Por essa razão, a ausência dos Líderes de Oposição na reunião de Líderes com V. Exª no dia de hoje, o que não nos impediu de manter diálogos com a Liderança do Governo e procurar ver o que seria palatável para se trabalhar em termos de votação no dia de hoje.

Comunico, ainda, a V. Exª que já está na Mesa a renúncia dos Senadores Sérgio Guerra, Marisa Serrano, titulares, e a minha própria como suplente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, entendendo que não é justo trabalhar esse jogo de Maioria contra Minoria, Minoria condena, Minoria absolve, Maioria absolve ou condena. Isso não é uma coisa correta.

Fui, Sr. Presidente, a um estudo muito rápido sobre como nasceu o Conselho de Ética. Foi o Projeto de Resolução do Senado nº 30/92 que propôs esse Conselho, apresentado pelo Senador Humberto Lucena, do PMDB paraibano. Na época, o Congresso Nacional e

o Executivo viviam em meio a muitos escândalos, que culminaram em CPMIs e denúncias tanto na área do Executivo quanto na área do Legislativo.

Sob esse contexto, Humberto Lucena sustentou que havia necessidade de criar uma corregedoria e um conselho de ética no Senado Federal, a fim de investigar e punir questões relativas aos Senadores. Ambos os projetos de criação da Corregedoria e do Conselho de Ética foram calcados em legislação análoga existente na Câmara dos Deputados para apurar fatos que importassem em quebra de decoro por parte dos Senadores.

Ao apresentar seu parecer, o Relator das matérias, Senador Élcio Álvares, do PFL do Espírito Santo, afirmou que o projeto tinha o propósito de agilizar e institucionalizar regras que seriam observadas na questão relativa à conduta dos Senadores.

Entre os tópicos da reforma política já há discussões sobre como se tratar essa questão das suplências no Senado, a criação de câmaras especiais de Justiça para decidir, em caráter definitivo, o que fazer com os chamados candidatos fichas-sujas. E, eventualmente, mantido o Conselho de Ética, vedar a presença de pessoas que respondam a crimes que atentem contra a ordem financeira, que signifiquem fraude contra a Previdência, ou formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, coisas que tais.

Eu próprio tenho dúvida, Senador Sarney, se o melhor não é se extinguir o Conselho de Ética e se voltar a fazer como antes, nos tempos em que Djalma Marinho julgou Márcio Moreira Alves: se voltar à Comissão de Justiça.

A Senadora Marisa Serrano está encarregada por nós, do PSDB, de fazer um anteprojeto, com idéias muito boas, tentando dar efetivo caráter de legitimidade ao Conselho de Ética da Casa, que, hoje, a meu ver, está eivado de ilegitimidade.

Muito bem.

Apresentando a V. Exª os termos da nossa renúncia, entendemos que o Senado vive uma fase que não é de normalidade, mas não se justifica a paralisia, por inteiro, da nossa atividade parlamentar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Exª algum tempo para concluir.

Assim, hoje tomei o cuidado de enviar ao Líder José Agripino, que, por sua vez, enviou ao Líder Romero Jucá, se não me engano, dezesseis propostas.

Nós concordamos em votar o Projeto de Decreto Legislativo 611, de 2009, que aprova a programação monetária para o segundo semestre de 2009; o Projeto de Decreto Legislativo 612, de 2009, que aprova a programação monetária também relativa ao terceiro trimestre de 2009; o Projeto de Decreto Legislativo 391, de 2009, que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino Superior e Pesquisa; o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009, que aprova o texto de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de El Salvador sobre a isenção de vistos em passaportes comuns; o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Cazaquistão; o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009, que aprova o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre cooperação do domínio da defesa, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2007; o PDL nº 400, de 2009, que aprova o texto modificativo do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em janeiro de 2007; o Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009, que aprova o texto do primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, República do Paraguai, República Oriental do Uruguai, Estados que fazem parte do Mercosul, e Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 2005.

Indo para o final, O Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009, que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República do Brasil e o Reino de Espanha, celebrado em Valência, em 2002.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Exª algum tempo, Sr. Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009, que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre o compromisso com a Proteção e Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul, adotado em Assunção, em 21 de junho de 2005; Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, sobre exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático; Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de

2009, que aprova o texto de acordo por troca de notas para estabelecimento de uma Faixa "Non Aedificandi" em Zonas Urbanas entre o Governo da República do Brasil e o governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Ainda temos o Requerimento nº 656, de 2009, que é um voto de solidariedade e aplauso ao Sr. Mário Vargas Llosa pelas manifestações no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade"; Requerimento nº 1.012, da Senadora Kátia Abreu, solicitando que o Projeto de Lei do Senado 595, de 2007, projeto de lei complementar que tramita em conjunto com outros projetos, venha à baila; Requerimento nº 1.030, do Senador Romero Jucá, solicitando que o Projeto de Lei da Câmara 75, de 2009, venha igualmente à baila também; Requerimento nº 1.031, de 2009, também do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara 55, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, normas para comercialização de produtos e serviços ao consumidor.

Vimos que esta pauta, que se tornou comum entre PSDB e DEM, me parece aprovada pelo Líder do Governo, e essa foi a contribuição que podemos dar neste momento e nesta quadra, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa procederá à votação de acordo com o acordo de V. Exª.

Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, só para me inscrever após a Ordem do Dia, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 611, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, da Comissão de Assuntos Econômicos, sendo Relator o Senador Romero Jucá, que aprova a programação monetária para o segundo trimestre de 2009.

Discussão do projeto, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão e submeto o projeto a votos.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer da redação final:

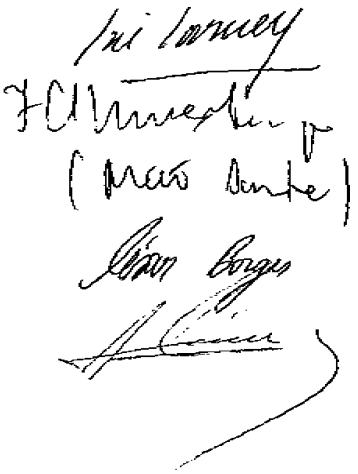
PARECER Nº 1.375, DE 2009

(Da Comissão Diretora)

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009, que aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de agosto de 2009.



ANEXO AO PARECER Nº 1.375, DE 2009

Aprova a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009, nos termos da Mensagem nº 51, de 2009 (nº 210, de 2009, na origem).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Discussão da redação final.

Todos de acordo?(*Pausa.*)

A redação final está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 612, DE 2009

O projeto tem o Parecer nº 1288, da Comissão de Assuntos Econômicos, sendo Relator o Senador Romero Jucá, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2009.

Discussão do projeto.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão e submeto o projeto à votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, declaro aprovado o projeto.

É o seguinte o parecer da redação final:

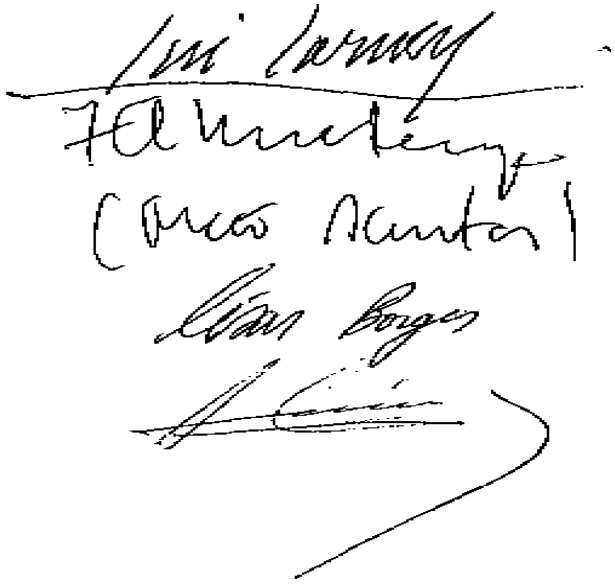
PARECER Nº 1.376, DE 2009

(Da Comissao Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n° 612, de 2009, que *aprova a Programação Monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.*

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de agosto de 2009.



ANEXO AO PARECER N° 1.376, DE 2009.

Aprova a Programação Monetária relativa ao 3° trimestre de 2009.

0 Congresso Nacional decreta:

Art. 1° É aprovada a Programação Monetária relativa ao *3º* trimestre de 2009, com as estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários e as metas indicativas de sua evolução, nos termos da Mensagem n° 109, de 2009 (n° 510, de 2009, na origem).

Art. 2° Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Discussão da redação final.

Sem oradores, encerrada a discussão da redação final.

Em votação a redação final. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Todos de acordo.

Declaro aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 27:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, referente à criação de um fórum franco-brasileiro de ensino superior e de pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, vamos passar à votação.

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

***PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 391, DE 2009**

(nº 404/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à criação de um Fórum Franco-Brasileiro de Ensino superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A integra do texto encontra-se publicado no DSF de 28-05-2009

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 28**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação contrária, declaro o projeto aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2009

(nº 565/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 28-05-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 29**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Vamos passar à discussão do projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão e submeto à votação. (*Pausa.*)

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Sem manifestação contrária, aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores aprovaram o projeto.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 394, DE 2009

(nº 662/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 28/05/2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 30**.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

O Senador Flexa Ribeiro foi o Relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e seu parecer é favorável.

Para discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Sem manifestação contrária, aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 398, DE 2009

(nº 798/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 28/05/2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 31:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Parecer favorável, sob o nº 1.272, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, declaro aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2009

(Nº 500/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão ao referido Protocolo Modificativo, bem como quaisquer ajustes complementares que nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 28-05-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 32:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Torres.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e submeto à votação. (*Pausa.*)

As Srªs e e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 432, DE 2009

(nº 405/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica Aprovado o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevidéu, em 30 de novembro de 2005.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação de Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 09-06-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 33:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.

Parecer favorável, sob o nº 1.300, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns.

Submeto à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Sem nenhuma manifestação contrária, aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 476, DE 2009

(nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrando em Valência, em 14 de maio de 2002.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrando em Valência, em 14 de maio de 2002.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da constituição federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 24-06-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 34:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.031, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Efraim Morais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Submeto à votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 486, DE 2009

(nº 495/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo de Assunção sobre compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como possam quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 24-06-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 35:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 1.273, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 489, DE 2009

(nº 516/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o Texto do Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

Parágrafo Único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **Diário do Senado** Federal de 24-6-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 36:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa "Non Aedificandi" em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.274, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Em discussão. (*Pausa.*)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2009

(nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa **Non Aedificandi** em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto encontra-se publicado no **DSF** de 24-06-2009.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 43:**

REQUERIMENTO Nº 656, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 656, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando voto de solidariedade e aplauso ao Sr. Mario Vargas Llosa pelas manifestações no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade".

Parecer favorável, sob nº 1.309, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

É a seguinte a matéria aprovada:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 44:**

REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.012, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007-Complementar, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102 e 497, de 2007-Complementares; e 19, de 2009-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também a de Constituição, Justiça e Cidadania (cobrança de tarifas pelas instituições financeiras).

Votação do requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – **Item 45:**

REQUERIMENTO Nº 1.030, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.030, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (proíbe a cobrança indevida de encargos diversos na cobrança extrajudicial ao consumidor inadimplente).

Votação do requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Último item de votação.

Item 46:

REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.031, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (normas para a comercialização de produto e serviços ao consumidor).

Votação do requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste contrariamente, declaro aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, I do Regimento Interno, à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

7
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

8
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).*

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bue-

no), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

-de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

-de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 -Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).*

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a pu-*

blicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea "o" do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Neuto de Conto.

24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 136, de 2008 -Complementar (no 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nos 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

26
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

37
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

38
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades*

especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; – de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator "ad hoc": Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e - de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Jose Nery), que *altera o §1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei n 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

O primeiro orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Senadora Rosalba Ciarlini havia me informado que ela pediu para falar antes de mim...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – PI) – Pois está trocado. Ela está inscrita como a número oito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pensei que fosse logo a seguir. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – PI) – Ela está adiante. Por isso é que não dei a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, então.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – PI) – Na alternância, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti como Líder. Em seguida, será o Senador César Borges e, depois, voltando à lista de oradores, falará o Senador Mão Santa no lugar do Senador Marco Maciel. Em seguida, o Senador José Agripino.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nos últimos tempos, temos ouvido, de todas as formas,

notícias sobre o Congresso Nacional, seja sobre a Câmara dos Deputados seja sobre o Senado. Às vezes, coisas que nem têm a ver com a atividade parlamentar são aqui misturadas. E ficamos girando em torno de certos temas e percebemos que, no fundo, no fundo, por trás dessa história, deve haver algo mais. Existe um ditado popular que diz o seguinte: "Quando o jabuti é encontrado em cima de árvore, ou foi enchente ou mão de gente, porque sozinho ele não sobe".

Eu li, Senador Mão Santa, mais precisamente no sábado, dia 22, um artigo muito interessante, da lavra do jornalista Merval Pereira, no jornal **O Globo**, cujo título é "Suplantando o Congresso". Eu quero ler esse artigo como se fosse o meu discurso, pedindo, portanto, ao jornalista emprestadas as suas palavras para que a gente possa refletir sobre essa questão.

Diz o artigo "Suplantando o Congresso":

> Uma das razões para a permanente crise em que vive o Congresso Nacional, afora as questões de decoro parlamentar e nepotismo, é a maneira como o governo encaminha os principais temas políticos, retirando os parlamentares da discussão da maioria deles. Ou o assunto é encaminhado através de medida provisória, ou discutido diretamente com as centrais sindicais e organizações da [dita] sociedade civil.

Como se os partidos não fossem organizações da sociedade civil, como se a atividade parlamentar não fosse uma atividade da sociedade civil.

Aí prossegue o jornalista:

> Lula já disse que é impossível governar sem medidas provisórias, e recentemente a pauta do Senado ficou travada por sete meses devido a medidas provisórias em excesso. A contabilização oficial mostra que o Governo Lula tem editado uma média de 4,5 medidas provisórias por mês [isto é, quase cinco medidas provisórias por mês, mais do que uma por semana portanto], ultrapassando seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, que editou em oito anos 365 medidas, enquanto Lula já editara 345 até janeiro deste ano.

E aqui cabe aquela frase do Presidente Lula: nunca antes neste País se editaram tantas medidas provisórias como no Governo Lula.

> Mas é a negociação direta, ultrapassando a prerrogativa do Congresso, que traz mais prejuízos às relações institucionais, subvertendo-as e enfraquecendo a representação parlamentar. As negociações fisiológicas tomam o lugar, então, dos debates programáticos.
>
> A primeira tentativa foi usar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para dar ao Congresso um 'prato feito', com as reformas estruturais como a previdenciária e até mesmo a política.

Isto é, discutia-se nesse Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e mandava-se para o Congresso uma coisa como se fosse pronta e acabada, feita por luminares da sociedade brasileira.

> A reação foi imediata, e o CDES acabou se transformando no que nunca deveria ter deixado de ser, um conselho consultivo do Governo, formado por representantes do empresariado, das centrais sindicais e da sociedade civil.
>
> Outros assuntos, no entanto, são tratados de maneira terminativa diretamente entre o Governo, as centrais sindicais e as ONGs, cabendo ao Congresso apenas ratificar as decisões.
>
> Lula gaba-se de que 'nunca desde que o Brasil foi descoberto as centrais sindicais foram tratadas como eu trato'.

É verdade, nunca mesmo. Só não sabemos se é a mais ou a menos. Mas nunca foram tão excessivamente donas das decisões deste País.

E é verdade, só que esse tratamento excepcional é dado em detrimento do Congresso – [aí, Senador José Agripino, veja bem, nada haveria de mal o tratamento a essas centrais sindicais e às próprias ONGs, se essas atenções não fossem dadas em detrimento do Congresso Nacional] –, que fica sem agenda para negociar com a sociedade que representa, e um bom exemplo é o aumento do salário mínimo.

O acordo que fixou que o aumento será dado com base em um índice que engloba a inflação do último ano, mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior,foi feito diretamente com as centrais sindicais.

E não em um debate iniciado aqui dentro do Congresso Nacional.

Da mesma forma, o aumento dos aposentados que ganham mais de um salário mínimo, que ficou para o ano que vem, foi negociado com representantes dos aposentados e das centrais sindicais.

O pior é que essas negociações, na maioria das vezes, são uma farsa, com o Governo combinando com os sindicatos o quanto pode dar, e os sindicatos fixando essas metas como reivindicações suas.

Isso é que é grave. Quer dizer, o Governo combina, em uma aparente negociação, o quanto ele quer dar e, a partir daí, as centrais sindicais e as ONGs passam a dizer que aquilo que o Governo vai dar é a

reivindicação delas. Portanto, um faz-de-conta, para não dizer, uma mentira.

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, exacerbou essa maneira de governar ao assinar recentemente portaria conjunta de sua pasta e do Ibama que dá às entidades sindicais de trabalhadores parcela da decisão no processo de licenciamento ambiental de um empreendimento empresarial.

> A portaria – assinada durante o 10º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo – obriga os empreendedores a incluir, no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (Rima), capítulo específico sobre 'alternativa de tecnologias limpas para reduzir os impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório'.
>
> O mais recente embate entre o Governo e as empresas privadas tem em sua raiz justamente a participação de ONGs e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na rediscussão de toda a política nacional de comunicações.
>
> A Conferência Nacional das Comunicações está sendo convocada pelo Governo com a participação de organizações da sociedade civil, como Intervozes, FNDC, Pró-comunicação, a CUT e as representações de entidades empresariais.
>
> *Na impossibilidade de se chegar a um acordo sobre o escopo da conferência e, sobretudo, sobre o peso do voto de cada representação, seis das oito entidades empresariais saíram da Confecom: a Abert (de radiodifusores), Abranet (dos provedores), ABTA (das TVs por assinatura), Aner, Adjori e ANJ (da mídia impressa).*
>
> *Curiosamente, um dos organizadores da Conferência é o Ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, que, na sua encarnação anterior como jornalista, teve um debate com o sociólogo Betinho, em junho de 1996, sobre o papel das ONGs.*
>
> *Naquela ocasião, Franklin considerava 'qualquer tentativa de contornar o Parlamento, ou de achar que se definem políticas públicas sem passar por ele, não é uma atitude democrática. Isso investiria contra a essência do Estado democrático, que é o voto'.*
>
> *Para ele, havia o perigo de, 'a pretexto de dar voz a esses interesses fragmentados, se criarem condições para que a vontade de pequenos grupos seja imposta, e o voto, base da democracia, acabe relativizado e deixado de lado'.*
>
> *A participação das ONGs nos conselhos, quando ultrapassa os limites de um simples grupo de pressão ou de assessoramento, é delicada, afirmava na ocasião Franklin Martins.*
>
> *Ele dizia acreditar que 'ao se apresentar como representante da sociedade civil e participar de reuniões com direito a voto, as ONGs negam o sistema representativo'.*
>
> *E concluía seu pensamento: 'Não vejo a menor autoridade para que falem em nome da sociedade. Quem fala em nome da sociedade é quem tem voto para isso'.*
>
> *Hoje, essas afirmações soam como uma crítica à atuação do Governo como um todo, e a sua [de Franklin Martins] especificamente*."

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, fiz questão de trazer este artigo para análise porque é o que se vem passando, hoje, Senador Mário Couto. Nós, que fomos eleitos – e não há que se reclamar da eleição de nenhum de nós, Senadores ou Deputados Federais – para aqui representar a população, no caso da Câmara dos Deputados, e, no caso do Senado, os Estados. Para isso, tivemos que ter votos, ganhar dos adversários, ser diplomados pelo Tribunal Regional Eleitoral e estar aqui, portanto, a mando e por procuração do povo.

Mas as políticas do Governo Lula são tomadas à revelia do Congresso. Para isso, é importante que ele desacredite o Congresso perante a opinião pública. Consequentemente, uma ONG qualquer, um sindicato qualquer passam a ter mais importância do que aqueles que estão aqui representando, inclusive, parcelas desses sindicatos.

Temos, aqui, Senadores que são, digamos assim, oriundos da luta sindical; outros que têm relação com entidades empresariais. Mas há aqui Senadores que representam a parcela do pensamento nacional convalidada e, portanto, validada pelo voto. Não pode, portanto, haver um projeto de modelo para o Governo que substitua o Congresso por uma espécie de assembleísmo que não é colocado pelo voto.

Ainda mais quando nós vemos que a maioria, infelizmente... digo infelizmente mesmo, porque eu acho que as entidades devem estar representadas. Por exemplo, no meu caso, como médico, eu acho que o Sindicato dos Médicos tem que ter voz, acho que o Conselho Federal de Medicina tem que ter voz, que a Associação Médica Brasileira tem que ter voz. Mas elas não podem substituir quem aqui foi eleito para legislar, para debater, para discutir em nome da própria categoria médica. Eles devem fazer a pressão sobre os eleitos, e não resolverem diretamente através de acertos.

Estou falando dos médicos porque é a minha categoria, mas isso poderia se aplicar a qualquer outra

categoria aqui. De repente, vê-se a OAB querer substituir o pensamento dos parlamentares. Cabe a ela, por exemplo, dar o seu parecer para que o parlamentar se baseie no que pensa a entidade para defender e aqui votar as leis do interesse da categoria, e não, em hipótese alguma, substituir o Parlamento por entidades, sejam elas compostas pelos mais notáveis que sejam. Não se pode substituir a instituição por essas vozes.

Então, eu quero deixar esse pensamento, Senador Mão Santa, para reflexão, porque me parece que isso está sendo feito. Existe um politburo, que pensa as coisas, e aí combina depois com as instituições – essas instituições da dita "sociedade civil" –, e aí aparece como uma coisa legitimamente emanada da população.

Todas as vezes, na história, que essa política foi colocada em prática resultou numa ditadura. Seja na ditadura onde até haja eleição, mas eleições manipuladas. Aliás, por falar em manipulada, este Governo é o campeão da manipulação de tudo. Há manipulação de dados estatísticos na saúde, o que é um crime. Todo dia vê-se uma estatística para qualquer gosto. E é muito bom ver como essa manipulação surte efeito, principalmente quando o Governo dá para essas ONGs, para certas entidades, recursos generosos, ao ponto, por exemplo, de nós vermos hoje uma União Nacional de Estudantes firmemente patrocinada pelo Governo Federal. Não seria nenhum favor destinar recursos para manter uma entidade do porte da União Nacional de Estudantes, mas não se pode fazer dessa entidade um braço do Governo Federal.

Fiz questão de ler o artigo do jornalista Merval Pereira, cujo título é "Suplantando o Congresso", para que possamos refletir que o que este Governo quer é montar um modelo em que não haja Congresso ou que haja um Congresso subserviente, desmoralizado. E, para isso, inventa qualquer tipo de história. É muito fácil manipular, principalmente quando a gente assiste na televisão ou ouve no rádio a enxurrada de propaganda oficial, do Governo, das entidades ligadas direta ou indiretamente ao Governo, como Petrobras, Eletrobrás. É uma propaganda atrás da outra em horário nobre. Quanto custa isso? Muito caro e muito dinheiro, portanto. Com isso, é muito fácil manipular até vozes importantes.

Dessa forma, quero aqui parabenizar o jornalista Merval Pereira, que escreve inclusive no jornal **O Globo**, participa como comentarista do **Globo News** e que tem realmente uma visão muito clara do momento em que estamos vivendo.

É preciso, portanto, que tenhamos também essa consciência e não nos curvemos, não nos amedrontemos em face de um momento que possa estar negativo para nós de alguma forma, e até piorado de maneira artificial.

Quero encerrar fazendo esse apelo a todos os brasileiros. Engana-se o Presidente Lula quando acredita que quem recebe um Bolsa Família também não pensa. Engana-se o Presidente Lula quando acredita que aqueles que ganham salário mínimo ou que têm algum tipo de apoio de programas assistenciais do Governo não pensam. Eles pensam.

E tenho certeza de que temos um dever neste momento: não esquecer que ali do outro lado da praça dos Três Poderes está instalado um esquema muito inteligente, um politburo muito eficaz para transformar esta República não em um república realmente democrática, mas em uma república falsamente democrática, em que ONGs têm mais voz do que o Congresso, em que instituições da sociedade dita civil querem suplantar, querem abocanhar o papel do Congresso Nacional.

E nós não podemos passar esse recibo e ficarmos quietos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, pelo critério de alternância entre os Líderes e os inscritos, o Senador César Borges.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

Hoje pela manhã participei de um seminário no **Correio Braziliense**, em que se discutia a figura do empreendedor individual. Por essa razão, mesmo sendo um dos requerentes da realização da sessão de homenagem do Ano da França no Brasil, eu não estive aqui presente; contudo, pediria que fosse considerado como lido o pronunciamento que haveria de fazer naquela sessão. (*Pausa.*)

Qual é a ordem dos oradores, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Em seguida ao Senador César Borges, vai falar o Senador Mão Santa, como orador inscrito. Depois, como Líder, o Senador Romeu Tuma. Depois, como inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, no lugar da Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. *Intervenção fora do microfone.*) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Exª está inscrito como Líder do PSDB... Não, V. Exª não estava inscrito. É o quinto depois do... (*Pausa.*)

Tem V. Exª a palavra, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho a esta tribuna para fazer um protesto e lamentar a falta de critérios do Governo Federal com

relação ao corte das emendas parlamentares lançadas no Orçamento da União.

Não discuto sequer se elas estão sendo liberadas, como cumpre ao Governo fazê-lo. O problema, Sr. Presidente, é pior. O problema é que as emendas são simplesmente canceladas, sem qualquer tipo de aviso, sem nenhuma explicação e muito menos sem guardar qualquer bom senso.

O Congresso Nacional se esmera, durante meses, para elaborar aqui a lei orçamentária da União, a partir de um projeto oriundo do Executivo. Há relatores setoriais;, e todos nós nos esforçamos, com a ajuda da Consultoria da Casa; há coordenadores de bancada, emendas coletivas de bancada. E essas emendas, depois, são simplesmente cortadas. Qual é o critério? O que preside o critério do corte dessas emendas?

Na semana passada, lamentavelmente, houve um corte de uma emenda de R$19 milhões que eu havia alocado para a cidade de Salvador, para a infraestrutura urbana nas ilhas de Salvador, ilhas que precisam da atenção do Poder Público. A emenda foi cortada, e não houve qualquer informação prévia, e só tomamos conhecimento através do **Diário Oficial**.

Nisso acho que temos culpa, Sr. Presidente, porque, infelizmente, foi o próprio Congresso que deu ao Executivo a autonomia de cancelar as emendas através de simples decreto.

O cancelamento, além de ser um desrespeito ao Congresso, pela forma como é feito, neste caso específico também foi um desrespeito ao Município de Salvador, que é a capital do Estado da Bahia e tem a terceira população do País, mas que, entretanto, é uma capital que tem uma pobreza muito grande. É uma capital que atinge quase o contingente de três milhões de habitantes.

Esta semana, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro divulgou um Índice de Desenvolvimento Municipal, que é um estudo que mede o desenvolvimento humano nas cidades, e fez uma escala de 0 a 1, em que 1 é a melhor avaliação. E, lamentavelmente, Salvador foi incluída entre as cinco piores capitais no Índice de Desenvolvimento da Firjan. É essa capital que precisa tanto de ajuda que foi punida pelos cortes feitos pelos burocratas do Governo Federal.

A situação de Salvador, Sr. Presidente, é uma situação crítica. Salvador tem uma baixa arrecadação, cresceu muito nas últimas décadas do século XX e continua crescendo neste século XXI.

Na semana passada, o IBGE divulgou a estimativa da população dos Municípios brasileiros. Salvador cresce, nessa estimativa, 22,7% num período de quase dez anos, que vai de 2000 a 2009. E fica a pergunta: como administrar uma cidade nessas condições? Uma cidade com poucas indústrias, porque as indústrias estão localizadas na região metropolitana. Camaçari, especialmente, passa a ser uma cidade-dormitório com baixa renda e com uma população que foi afugentada do campo pelas dificuldades que nós sabemos, recorrentes do meio rural endividado, com dificuldade de pagamento. Essas pessoas, sem a qualificação necessária, vão à capital e lá começam a viver em dificuldades, praticamente de biscates.

E essa pressão demográfica é grande, porque todos os dias chegam pessoas novas, oriundas do interior de um Estado que tem quase 14 milhões de habitantes.

Segundo o IBGE, o Rio teria crescido 5,6% no período, enquanto São Paulo avançou 5,8%; Porto Alegre teve a população ampliada em 5,5%. A Bahia, ou melhor, Salvador, em 22,7%. Igual a Salvador, só Manaus, que teve 23,7%. Maior, apenas Brasília, com 27%. Mas Brasília é uma cidade rica, que tem o Governo Federal alocando recursos para os serviços públicos de Brasília, para o pagamento da segurança pública e assim por diante. E Brasília tem a maior renda *per capita* entre as capitais e ainda conta – volto a repetir – com esses recursos diretos da União.

Sr. Presidente, Salvador ainda sofreu cortes em outras emendas, propostas por outros parlamentares. Eu fui o Relator do Setor de Infraestrutura Urbana, e mantive essa emenda para Salvador no valor de R$36 milhões. Pois foi cortada essa emenda. Perdeu recursos de 8,5 milhões, que seriam aplicados nas instituições federais de educação sediadas em Salvador.

Outros cortes injustos também foram feitos no atual Orçamento, punindo outros Municípios baianos importantes. Vou citar dois exemplos: a cidade de Juazeiro perdeu R$30 milhões, que era uma dotação para construção do anel viário da cidade de Juazeiro, uma importantíssima cidade do interior da Bahia, do Vale do São Francisco. A dotação foi zerada. A construção da BR-235, que é uma luta de décadas, de vários parlamentares de todos os partidos, Senadores e Deputados Federais, uma BR que serviria ao Estado de Sergipe e ao Estado da Bahia, também teve cancelados R$40 milhões, zerando a dotação.

A cidade de Feira de Santana, que é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, teve um corte de R$36 milhões para infraestrutura urbana. Foi cancelada inteiramente a emenda, Sr. Presidente.

Presidente Mão Santa, veja como nós lutamos aqui para colocar uma emenda de bancada, e o Governo, sem qualquer tipo de explicação, sem critério, corta essas emendas. Como não protestar contra isso?

Eu me pergunto: qual o critério que o Governo adota? Por que faz cancelamentos drásticos aqui e ali,

verdadeiras amputações, quando poderia adotar cortes proporcionais ou lineares em todas as dotações?

Eu não acredito que a coordenadora da bancada da Bahia, a Deputada Federal Lídice da Mata, que apresentou um conjunto de emendas baianas, tenha sido consultada sobre tais cortes. Eu não posso acreditar que ela tenha sido consultada, porque ela não aceitaria esse tipo de corte. Ela é ex-prefeita da cidade de Salvador, conhecedora de todas as dificuldades inerentes à administração de uma cidade como a cidade de Salvador. Ela não admitiria esses cancelamentos. Por isso, espero que a própria Deputada Lídice da Mata possa explicar a sua posição, como ela vê esses cortes no Orçamento da União.

Também não acredito que possa ter havido qualquer ingerência política – não quero acreditar, Sr. Presidente – do Governo baiano. Não posso e não quero acreditar que haja qualquer perseguição à capital baiana, cujo Prefeito é do PMDB. Como agora, recentemente, houve o rompimento do PMDB com o Partido dos Trabalhadores, com o Governo Jaques Wagner, não posso crer que isso tenha sido motivo para cortes no Orçamento. Não quero acreditar nisto.

Portanto, espero também um posicionamento público do Governo baiano, ou pelo Governador Jaques Wagner, ou pelo seu Secretário de Planejamento, o Deputado Walter Pinheiro, que foi candidato a Prefeito de Salvador e que tem compromisso com a cidade de Salvador. Espero que mostrem esse compromisso publicamente, protestando contra esses cortes.

Sr. Presidente, acho que falta cuidado do Governo Federal com o Congresso Nacional quando pratica atos desse tipo. E nos faz pensar como é distorcido o sistema da composição do Orçamento da União, que, sendo autorizativo, permite todo tipo de manipulação por parte do Executivo quando da sua execução.

Atualmente, mais de 90% das despesas do Orçamento estão comprometidas com despesas rígidas, tais como pessoal, benefícios previdenciários, transferências constitucionais e legais para Estados e Municípios, entre outras.

Portanto, Sr. Presidente, é residual, muito residual, muito pequeno, o grau de interferência do Congresso Nacional na feitura do Orçamento da União. E, mesmo assim, após todo esse esforço e essa capacidade mínima de mexer nas dotações do Orçamento, ficamos sujeitos a esses cortes drásticos nas emendas das Bancadas de cada Estado, sem nenhum espaço para negociação, sem nenhum espaço para uma atuação na realocação de recursos orçamentários nos Estados e Municípios que representamos aqui, no Congresso Nacional.

Sem dúvida, é um desprestígio da atuação parlamentar, que fica minimizado diante do poder hipertrofiado do Executivo.

Foi contra esse estado de coisas que aprovamos aqui no Senado – não sei se o Presidente Mão Santa se lembra – a PEC nº 22, de 2000, do saudoso ex-Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que criava e lutava pelo orçamento impositivo.

Qual é a idéia dessa PEC? É trocar o atual sistema de orçamento autorizativo, fazendo com que o Governo fique obrigado a cumprir a programação orçamentária que for aprovada pelo Congresso.

O modelo impositivo é adotado hoje entre os países presidencialistas e em alguns países desenvolvidos de regime parlamentarista. Com ele, o Executivo é obrigado a dar explicações ao Congresso ao cortar verbas orçamentárias ou alterar certas prioridades aprovadas pelo Parlamento.

No modelo autorizativo que usamos, o Executivo, seja quem for – não estou falando só deste Governo; estou falando de Executivo, qualquer Executivo –, tem liberdade para realizar os gastos definidos por emenda de parlamentares. Isso permite os cortes e a manipulação política, inclusive, na liberação dessas verbas.

Aprovamos esse projeto do orçamento impositivo em agosto de 2006, mas, infelizmente, até hoje, a proposta se encontra parada na Câmara dos Deputados dormindo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa.

O que ocorreu é que a Mesa da Câmara – não sei se por ser, à época, comandada por quem tivesse esse tipo de interesse – amarrou o projeto com o apensamento de outras propostas e travou a tramitação da PEC do orçamento impositivo.

O que vemos hoje é o Executivo trabalhando e não respeitando essas emendas, que tanto trabalho deram para que fossem elaboradas, aceitas, votadas nos relatórios setoriais, no plenário da Comissão Mista de Orçamento, e, finalmente, no plenário do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, agradecendo a compreensão, nós que somos ex-Governadores, que somos líderes em nossos Estados, temos que fazer valer aquilo que for aprovado neste Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, como emenda parlamentar, emendas coletivas ou emendas individuais.

Lamentavelmente, não vejo esse enfrentamento, porque era preciso aprovar o orçamento impositivo. Volto a lamentar – e encerro, Sr. Presidente – o corte de recursos orçamentários tão importantes, como esses a que eu acabei de me referir, para a cidade de Salvador, para Juazeiro, para Feira de Santana, para o Estado da Bahia, com a perda de tantos milhões de

reais que poderiam, sem sombra de dúvida, contribuir para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o Discurso do Sr. César Borges, o Sr.José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Segretario

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador José Agripino. Como orador inscrito, aproxima-se Geraldo Mesquita Júnior. Depois, como Líder, falará Romeu Tuma.

Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exª e à Casa que já estão sobre a mesa da Presidência os requerimentos apresentados pelos membros titulares e suplentes do Democratas integrantes do Conselho de Ética. Esses requerimentos solicitam em caráter irrevogável – irrevogável mesmo – a renúncia às funções.

Eu gostaria de oferecer uma explicação e, evidentemente, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Eliseu Resende, a Senadora Maria do Carmo, a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador ACM Júnior terão a oportunidade de manifestar as suas posições individualmente.

O que quero dizer a V. Exª e à Casa é que essa decisão foi tomada em reunião de bancada, hoje pela manhã, e foi motivada por um desconforto absoluto do partido e da bancada com o processo com que o Conselho de Ética definiu e chegou a resultados, pela via aritmética, usando a truculência da maioria e frustrando a sociedade, que queria – não quero dizer a condenação ou absolvição dos denunciados – que o contraditório fosse assistido pelos brasileiros: que a acusação tivesse a oportunidade de se manifestar, e a defesa – como o fez o Senador Arthur Virgílio – tivesse a oportunidade de falar.

Por decisão unilateral do Presidente, os processos foram arquivados, e a decisão do Presidente foi levada a votos. E, pelo voto, sem que o contraditório tivesse se estabelecido, com o constrangimento de líderes, as matérias foram todas arquivadas.

A nossa presença significa coonestar um processo com o qual não concordamos. E, para não continuar coonestando esse tipo de processo, é que nós estamos nos retirando deste Conselho de Ética – deste, com esta composição.

Peço ao Senador Geraldo Mesquita desculpas por dois minutos mais.

Nós não damos nenhuma contribuição no sentido de que o Conselho de Ética fique vago ou fique ineficaz. A par da renúncia dos membros do Democratas, que são acompanhados, no gesto, pelos membros peessedebistas, tucanos, nós, Democratas, estamos apresentando uma proposta, que vamos debater com tucanos e com os demais partidos da Casa, Sr. Presidente, no sentido de que o Conselho de Ética, mediante projeto de resolução, passe a ter a sua composição mudada, para que cada partido com assento na Casa tenha direito a um representante para discutir ética, não em torno de ética maior ou ética menor. A ética que o PMDB, com seus quatro membros, defende é maior do que a ética ou menor do que a ética que o Democratas defende, com seus três membros?

Ética é o fato que se esclarece – ou se absolve ou se condena – pela via do argumento, pela via daquilo que você tem a oferecer em sua defesa, ou daquilo de que você não tem como se defender e tem que conviver com a acusação e com a culpa. Ética não é questão de aritmética. Ética é uma questão de argumento e comprovação.

O que nós estamos propondo é que o novo Conselho de Ética seja composto pelos líderes partidários. Nós temos exemplos agora, agora, na votação da semana passada, de um respeitável líder, Senador Aloizio Mercadante, que terminou em conflito com a sua própria bancada porque não teve como sintonizar, em função do pensamento do Governo, um pensamento que o seu partido pudesse apresentar como o pensamento do partido perante a sociedade brasileira. E pagou um preço muito alto.

Acho que está na hora de os partidos políticos encararem a questão da ética como uma questão séria e assumirem responsabilidades perante o Brasil, não distribuindo votos individualmente, mas assumindo, como partido político, que tem contas a prestar ao País, assumindo pelos líderes, que são eleitos pelos seus liderados, pelos seus companheiros, uma postura a favor ou contra aquela representação ou denúncia.

A proposta que apresentamos para debate pelos diversos partidos políticos, na hora em que renunciamos à participação neste Conselho de Ética, é que o Conselho de Ética passe a ser integrado pelos líderes partidários, que terão cada um direito a um voto, baseado em argumentos, nos fatos e nas circunstâncias que envolvem cada denúncia, cada representação. Será bom para a representação partidária, será bom para a democracia brasileira, será bom para a instituição Senado e será uma manifestação de respeito ao pensamento da opinião pública do Brasil.

Era o que tinha a dizer. Agradeço a V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a propósito, se me permitir o Senador Geraldo Mesquita...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O inscrito está na tribuna. Peço sua compreensão e sua capacidade de síntese.

O Senador José Agripino deu, vamos dizer, o seu pensamento quanto a isso. Isso tem de ser debatido muito, esse pensamento. Eu concordo em parte, não concordo, mas busco a verdade... Não, é porque não é específico para isso, mas eu tenho argumentos contra também. Eu estava atentamente ouvindo.

V. Exª, pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu peço licença ao Senador Geraldo Mesquita e serei bastante breve.

Sr. Presidente, o Senador José Agripino tem bastante razão. Eu não sei se a fórmula...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele deu uma tese. Isso não foi discutido em plenário, pode ser até um corporativismo de líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Isso é um negócio a discutir, a votar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem. Eu não sei se a fórmula...O que é que não é discutível? É que nós cinco renunciamos ao Conselho de Ética e não voltaremos a ele estando ele como ele está. Esse é um fato. Decidirão o que quiserem lá, sem a nossa presença, sem a nossa coonestação, sem a nossa legitimação.

Agora, eu, por exemplo, tenho a ideia – e essa não é unânime na minha bancada – de que seria melhor a extinção do Conselho e o retorno aos quadros da Comissão de Justiça, que, na hipótese de uma acusação a alguém por quebra de decoro, criaria uma comissão especial.

Eu não esqueço nunca que quem absolveu Márcio Moreira Alves, nas vésperas do AI-5, foi a Comissão de Justiça da Câmara, presidida pelo ilustre, ilustríssimo potiguar Djalma Marinho, dono daquela célebre frase dirigida ao General Costa e Silva: "Ao meu rei tudo concedo, menos a honra".

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É Voltaire. Foi Voltaire, antes da República.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, ele a repetiu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele morreu em 1788 e o "liberdade, igualdade, fraternidade" foi em 1789.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Voltaire disse: "À majestade tudo, menos a honra".

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso foi repetido de maneira muito corajosa, numa situação de fato, numa situação ditatorial, por Djalma Marinho, que pertencia ao mesmo partido do Presidente da República.

Mas o fato é que a Senadora Marisa Serrano, a exemplo do Senador José Agripino, está preparando um anteprojeto também, com ideias muito boas, com ideias que poderiam significar até a mudança da minha própria ideia, aderindo à dela, e uma reforma ampla, radical do Conselho de Ética. Como está, não dá para ficar.

Vou lhe dar o sentimento de quem passou por lá ainda há pouco: primeiro, eu tive que lutar para que me deixassem falar antes de me absolverem, porque eu vi que o *animus* era *absolvendi*. Eu tive, então, que dizer: "Eu não concordo com isso, eu não aceito isso". Segundo, tive que pedir silêncio à sala porque, em algum momento, parece que não estavam interessados em ouvir os meus argumentos: já havia a decisão de absolver. Em terceiro lugar, do jeito que a coisa está, com grupo tal contra grupo tal, o que menos tem guarida ali é a própria preocupação com a ética nela mesma.

Eu saí dali, e vou lhe dizer qual é a minha sensação, Presidente: se tivesse, porventura, sido aberto um processo contra mim, eu não sairia menor aos meus olhos. Não sairia, porque eu não estava vendo legitimidade naquele colegiado. Absolvido, eu não abri nenhum champanha, não comemorei, não saí dali feliz, não estou feliz neste momento. Volto a repetir, pela milésima vez: eu não tenho a menor felicidade de estar aqui, não me traz felicidade estar aqui. Nós estamos vivendo, ainda, um quadro de crise e essa crise não foi resolvida, essa crise não será resolvida se nós todos fingirmos que não há crise. Essa crise tem que ser resolvida com medidas muito claras, enfim, e isso explica a nossa atitude da não presença na reunião de líderes hoje, no gabinete da Presidência; explica a nossa atitude de resignar do Conselho de Ética, de renunciar ao Conselho de Ética. Mas o fato é que, do jeito que está, eu não vejo legitimidade nele. É preciso algo muito radical, uma mudança forte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, já que estamos no debate, quando esta Mesa Diretora, e estou nela graças ao apoio de V. Exª...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tive muita honra nisso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós instituímos uma comissão para mudar o Regimento e parece que o Presidente é o nosso ético Camata. Ela tem aí... Acho que era hora de a gente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Marco Maciel. A Mesa Diretora instituiu uma comissão, não estou lembrado de todos os nomes: Camata, Marco Maciel...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem uma questão de fundo, Presidente. A crise do Senado não é só pela questão do Regimento, é porque há acusações que têm que ser respondidas, há respostas que têm que ser dadas, cabalmente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim, mas nessa mudança do Regimento...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A questão não é só regimental. Tem uma questão moral aí, que tem que ser vista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...pode acontecer isso que V. Exª está sugerindo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, e a Senadora Marisa Serrano vai fazer. Essa parte regimental se vai fazer, mas o fato é que do jeito que está... Eu não consigo ver relevância no Conselho de Ética tal como ele está posto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me só responder quem são: Marco Maciel, Antonio Carlos Valadares – que é do partido de V. Exª; não, é do DEM –, Senador Gerson Camata, César Borges, Papaléo Paes e Inácio Arruda. Há uma comissão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ótimo, mas eu volto a dizer a V. Exª:...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, estou chamando atenção da comissão...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...essa comissão está, digamos, autorizada...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ...para satisfazer à aspiração de V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Presidente, ela está autorizada a cuidar da questão regimental, não da questão ética, da questão moral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB–PI) – Mas pode estar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, não. Ou seja, se eu sou acusado de alguma coisa, eu faço o que eu fiz: eu vou lá e explico. É preciso que o Presidente Sarney dê explicações cabais sobre fatos que ainda não foram explicados com clareza. Esse é um fato e a gente não pode fugir dessa questão de fundo. Mas, em relação à questão regimental, nós estamos também trabalhando isso. Hoje, acedemos em votar matérias que julgo relevantes, e estamos prontos para votar a matéria que beneficiará as prefeituras que perderam, com a crise, dinheiro de ICMS. Estamos dispostos a analisar passo a passo, enfim. Não precisamos de fotos, nem de festividades, não precisamos fingir normalidade. Mas o fato é que a nossa decisão se deu em função de não nos sentirmos bem. O que você faz quando você não se sente bem em um lugar? Sai dele.

Provem o que quiserem lá, façam o que quiserem e trabalhem sem nós. Não sei se tem sentido reunir aquele Conselho sem a presença das oposições, mas, se quiserem reunir, reúnam e façam o que bem entenderem. As matérias virão para o plenário. Mas exigimos uma mudança muito firme, muito clara, muito radical dos métodos de julgamento de pessoas aqui, porque, do jeito que está, monta-se uma maioria que visa a, quem sabe, absolver A de qualquer maneira e a condenar B de qualquer maneira também; ou, quem sabe, absolver todo mundo de qualquer maneira, como costuma ser um pouco a praxe da Casa.

Pessoalmente, volto a dizer, não sairia menor se tivesse sido aberto um processo contra mim; nem saí orgulhoso por ter tido a votação que obtive, enfim. Sinceramente, não. Simplesmente sai dali entendendo que pertenço a uma Casa que vive uma crise muito profunda.

Obrigado, Senador Mesquita.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero lhe dizer que eu mesmo, representando a Mesa Diretora neste instante, entrarei em contato imediato com o Senador Marco Maciel para vermos como o Regimento pode estabelecer uma prevenção para que não ocorra tudo o que está ocorrendo hoje. Agora mesmo.

Senador Demóstenes, com a aquiescência e a paciência do orador inscrito, Geraldo Mesquita, que falará logo em seguida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Sem revisão do orador.) – Perdão, Senador Geraldo Mesquita. É só para dizer que já apresentei a minha renúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pelas razões já expendidas pelo Senador José Agripino.

Não adianta fazer parte de um Conselho em que há uma maioria contra uma minoria, ou seja, você não tem a condição mínima de fazer qualquer processo investigativo. Agora, estou desejoso de que o Conselho seja recomposto.

Qualquer que seja, a Comissão ou mesmo o Plenário podem fazer essa investigação. Acontece que a Constituição não menciona as palavras "Conselho de Ética". A Constituição diz que é um direito de representação da Mesa ou de Partido Político com representação no Congresso. Por isso, extinguir o Conselho não significa absolutamente nada, daí a tentativa que estamos fazendo –não é a melhor ideia, mas já é uma que surgiu – de, primeiro, acabar com a composição proporcional e estabelecer uma composição paritária, ou seja, todo Partido que aqui existe terá direito

a indicar alguém. Esse alguém poderá ser o próprio líder, preferencialmente, ou outro por ele indicado, desde que não responda a processo criminal, não responda a ação por ato de improbidade, não tenha as suas contas rejeitas por decisão do Tribunal de Contas.

Isso implica alguma coisa no mandato? Não. Ele continua Senador do mesmo jeito, só não pode pertencer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Demóstenes, tenho, aliás, projeto de resolução já tramitando na Casa nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito. É verdade, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E o meu. Tem o meu também. Podemos trabalhar juntos, vamos ver.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então, também aquele que está sentado aqui, definitivamente, terá direito a participar desse Conselho, mas os que estão apenas substituindo, não. Quer dizer, os suplentes não terão direito de participar desse Conselho, porque estão aqui apenas de maneira transitória, temporária. Aqueles que já se estabeleceram, que vieram na condição de suplentes e já se transformaram em titulares, tudo bem. Aqueles em que houve renúncia de mandato, em que o titular morreu, esses já são Senadores em sua plenitude e podem suportar qualquer espécie de pressão.

Também é nossa ideia suprimir o artigo que dá ao presidente o direito de sepultar qualquer representação sem investigação; outra ideia é a possibilidade de recurso, quando houver arquivamento, do Conselho para o Plenário da Casa. Deixar isso bastante explícito. Então, são algumas ideias.

Amanhã, o Senador Antonio Carlos Júnior retirará de pauta – eu concederei – ou serão três projetos apensados – um do Senador Tião Viana; outro do Senador Mozarildo; e um terceiro do Senador Osmar Dias –, podemos apensar o do Senador Arthur Virgílio também, para que, retirado na semana que vem, se retorne com a proposta.

É óbvio que o que a Casa já decidiu, não tem retorno. Isto é regimental. Então, a expectativa é: o caminhar, o ir para a frente, o que vai aparecer para que essas pessoas tenham maior isenção e não fiquem como em um tribunal de exceção, ou seja, aqueles que são companheiros são imediatamente absolvidos; e aqueles que são adversários são automaticamente condenados. A nossa ideia é buscar um Conselho justo, ético, composto de pessoas que são representativas da grande qualidade que a Casa tem, e que possa, efetivamente, ter autoridade para processar e julgar algum colega em desconforto, quando houver a imputação de que ele quebrou a ética ou o decoro parlamentar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O que ouvi de V. Exª, coincide com o que aprendi com Ortega Y Gasset: o que vale é o vir a ser, é o porvir, é que é o capitão.

Então, convoco, como Presidente neste instante, aquela comissão temporária que a Mesa designou: Presidente, o Senador Marco Maciel; Vice-Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator, o Senador Gerson Camata, para analisarmos e levarmos até eles esses apelos de S. Exªs.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com todo o respeito ao Senador Geraldo Mesquita, que já está na tribuna, apenas para pedir a minha inscrição em nome da Liderança do PDT.

Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Secretário da Mesa vai providenciar.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, com nossos cumprimentos pelo prêmio que acaba de ganhar – porque hoje eu ganhei a Medalha do Exército de Pacificador –: o da paciência.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, meus agradecimentos, Senador Mão Santa, pela cessão do tempo que lhe pertencia para que eu pudesse falar neste momento.

Sr, Presidente, julgo importante que esta Casa tome conhecimento de alguns fatos que vêm ocorrendo no meu Estado, o Acre, até porque esses fatos, de repente, podem ocorrer em outros Estados da Federação.

Ontem, rapidamente, falando no curto espaço de tempo de uma breve comunicação, fiz referência à audiência pública realizada no Município de Sena Madureira, no último sábado, no meu Estado do Acre, da qual participaram mais de 600 pequenos produtores rurais, representantes de órgãos federais ligados às questões ambientais e reforma agrária, representantes do Ministério Público Estadual e Federal. Por que dessa audiência pública?

Recentemente – já tive a oportunidade de, aqui do Plenário, tratar dessa questão –, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, sediados no Estado do Acre, ajuizaram Ação Civil Pública junto à Justiça Federal, pedindo – entre outras providências – que a Justiça, enfim, no momento de se pronunciar, em caráter definitivo, determine, dentro de um pequeno espaço de tempo, de um cronograma, a proibição expressa e terminativa do fogo, a queimada, no processo produtivo rural. Essa medida, segundo pedido do Ministério Público Federal, seria tomada – como disse –, escalo-

nadamente até o ano 2012, me parece. Mas, de forma diria até inédita, o Ministério Público também vincula o Estado do Acre e a própria União a promoverem as condições para que os pequenos produtores, os produtores rurais, enfim, possam substituir o processo de queima por outro processo tecnológico qualquer.

Já disse mais de um vez que tal medida não se faria, talvez, nem necessária caso o Estado do Acre, o Governo do Estado do Acre, nesses últimos anos tivesse tomado medidas nesse sentido inclusive.

Tenho, aqui, um dado aqui assustador – aliás, dois dados – acerca do que está acontecendo no setor produtivo rural do meu Estado. Hoje, no Acre, produz-se menos alimentos – grãos – do que se produzia na década de 70, Senador. Olha que coisa impressionante! Hoje, 2009, produzimos menos grãos no Acre do que se produzia na década de 70. Hoje, o Acre depende em mais de 70%, para comer, da importação de alimentos de outros Estados. Um Estado que tem terras abundantes, ricas, uma área já, como a gente diz lá, "derrubada" muito grande, que poderia ser reaproveitada várias vezes, precisa, para comer – não é para andar de bicicleta não; não estou falando aqui de computador, de bicicleta –, para comer, importar 70% do que a população necessita em seu dia a dia. Essa situação faz-me lembrar do caso do vizinho relaxado, aquele que todos os dias vai à casa do seu vizinho para pedir uma xícara de café ou um pouquinho de açúcar. O Acre, hoje, em termos de produção de alimentos, sofre essa circunstância, vive essa situação.

Sr. Presidente, essa audiência pública se deu por provocação dos produtores, que estão apavorados, lá no meu Estado. Os Vereadores de Sena Madureira fizeram o meio de campo, ou seja, intermediaram a realização dessa audiência pública. Foi uma audiência muito boa, da qual inclusive participei, porque, como Parlamentar, senti-me no dever de estar lá para ouvir e para me colocar à disposição, caso seja necessário tomarmos alguma iniciativa legislativa no sentido de fazer com que os interesses se encontrem e sejam acomodados; audiência acalorada inclusive.

Para essa Ação Civil Pública já existe medida liminar, concedida pelo juiz que aprecia o feito. Ele acolhe o pedido parcial com vistas ao escalonamento desse período. Este ano, por exemplo, os pequenos produtores terão uma quantidade x para derrubar e eventualmente até queimar. No ano que vem, será reduzida drasticamente; e, em 2011, nenhuma perspectiva da utilização da queimada no Estado. Então, o que não foi feito durante 10, 12 anos no meu Estado, em termos da parceria do Estado com os pequenos produtores, o Ministério Público e a própria Justiça Federal entendem que isso terá de ocorrer dentro de dois anos.

E eu digo que o que está acontecendo no Acre deve chamar a atenção dos Srs Senadores de outros Estados, porque, no caso de prosperar essa ação civil pública e de ela ser bem sucedida no Acre, logicamente, os Ministérios Públicos sediados nos demais Estados tomarão a mesma iniciativa. E é por isso que o assunto não diz respeito só ao Acre.

Então, vejam a situação de milhares de pequenos produtores no meu Estado. Eles que, geração após geração, estão habituados com aquele processo de derrubar um hectare, dois hectares, três hectares, brocar, queimar, para poder plantar, a partir de 2011, tudo indica que serão definitivamente proibidos de utilizarem essa tecnologia, que é uma tecnologia artesanal, arcaica, superada, mas é uma tecnologia. É a única a que eles têm acesso.

Pode se criar uma situação terrível no Estado do Acre, pior do que já está. Acho, em sã consciência, que o Ministério Público está cumprindo seu papel. Acho que a Justiça Federal, se decidir acolher o pedido do Ministério Público e a sentença for nesse sentido, também estará cumprindo seu papel. Os produtores estão da maneira como podem, também tentando cumprir o seu papel. Agora, para a sociedade acreana que está lá na zona rural, lutando, dando duro, um sacrifício danado, para eles quem não está cumprindo o seu papel, e já há muito tempo, Senador Mozarildo, é o Governo do Estado, que equivocadamente entendeu que não há que se falar em agricultura no Acre. É o que se depreende da situação como um todo. No Acre não pode haver agricultura.

Resultado dessa confusão toda: dentro de dois anos poderemos ter o maior êxodo no campo. As pessoas, sem condições de sobrevivência no campo, irão para a periferia das cidades. E aí quero ver como é que a gente vai fazer. Será que vai ter Bolsa Família para todo mundo? Será que essa é uma perspectiva e uma opção digna para o povo acreano que está no campo? Tirá-lo da produção? Conceder-lhe uma bolsa miserável para que possa sustentar a sua família, quando ele tem vontade, capacidade, conhecimento e determinação para ser um produtor? Será que é essa a opção? Vamos ser o Estado do Bolsa Família? Porque, em sã consciência, não enxergo alternativa.

Os produtores raciocinam como qualquer pessoa normal raciocina. Ora, se em dez, doze anos, não tiveram a parceria do Estado, a não ser topicamente, a não ser topicamente, mas, em termos de política agrícola, que não existe, os produtores do Acre sabem que não contaram com o Governo do Estado nesses últimos anos para promover essa substituição tecnológica na forma de se produzir.

Então, isso poderá gerar uma situação política, social, econômica catastrófica no Estado do Acre. Catastrófica! Não é fácil você dizer para milhares de produtores, pequenos produtores, humildes produtores, que daqui a

dois anos eles não mais poderão produzir, porque não mais poderão derrubar e queimar, que é a forma que eles têm hoje para fazer funcionar o setor produtivo.

Será que a sentença do Juiz será forte o suficiente para obrigar o Governo do Estado, em dois anos, a se juntar com os produtores e promover o ingresso de tratores, de insumos, de crédito, de assistência técnica que não fez em dez, doze anos?

Os investimentos virão de onde? Os investimentos virão de onde? De onde é que virá esse dinheiro? Porque vai ser muito dinheiro, Senador; é necessário muito dinheiro, sabe-se disso. É necessário muito dinheiro. E se não fizemos em dez, doze anos, como vamos concentrar recursos dessa forma num único setor quando sabemos que os demais setores da sociedade, da economia acreana, necessitam também de recursos? Como é que vamos fazer?

Alguns dos senhores podem dizer: o meu Estado não tem nada a ver com isso. Mas poderá ter; poderá ter. Essa decisão judicial poderá ser inédita no País e poderá gerar uma série de iniciativas por parte do Ministério Público no mesmo sentido. E aí, como se diz no meio da rua, popularmente, "a porca vai torcer o rabo".

Então, é necessário que o Senado, sim, tome conhecimento do que está acontecendo e participe dessa discussão. Estou aflito na busca de sugestões, de ideias, para que a gente, por meio de uma proposição legislativa, possa ajudar a composição desse litígio, digamos assim. Como é que a gente vai poder ajudar? Tem gente propondo, Senador Simon, que se estabeleça uma moratória nos níveis em que as coisas estão hoje. Por exemplo, hoje, o pequeno produtor está autorizado a derrubar três hectares da sua propriedade, para poder ali plantar e colher; no ano que vem, apenas um hectare. Há uma proposta para que se estabeleça uma moratória por algum tempo, até que, tecnicamente – inclusive, porque há aspectos técnicos a serem levados em consideração –, se deslinde essa questão, se enxerguem meios e condições adequadas para resolvê-la.

Em áreas produtivas do meu Estado, o lençol freático é muito superficial. Essa é uma informação técnica que me foi passada. E a preocupação passa a ser a seguinte: você proíbe a queimada, introduz aqueles elementos, produtos que são, a rigor, utilizados na agricultura, os insumos, os fertilizantes etc. Será que, a curto prazo, nós não teremos a contaminação do nosso lençol freático? Essa é uma pergunta que se faz hoje.

Portanto, uma tese defensável, inclusive, é o estabelecimento de uma moratória nas condições em que estamos hoje. Ou seja, o produtor continuará autorizado a derrubar, se for necessário, até três hectares, até que instituições, governos, a ciência, as pessoas, organismos envolvidos nessa questão possam falar, com clareza, quais são as opções que se têm, o que se deve fazer e como fazê-lo.

Para que V. Exªs tenham uma ideia de como o Governo bate cabeça dentro do próprio Governo: ontem, eu relatei brevemente e vou aqui falar um pouquinho mais sobre isso. Eu ouvi, nessa audiência pública, de parte do representante do Incra que esteve lá, algo que me deixou estarrecido. Ele relatou o seguinte fato. O Incra, que tem assentamentos, como tem em outros Estados, autoriza verbalmente os produtores a derrubarem aquilo que eles podem derrubar, ao argumento de que o Incra teria comprado uma área, a reserva Cazumbá, para efeito de compensação ambiental. Ou seja, o produtor fica autorizado a derrubar dentro da sua propriedade, porque o Incra, da mesma forma, tem uma grande área de mais de 700 mil hectares que é considerada área de compensação ambiental.

Agora, Senador Simon, vai o representante do Ibama e, não sabendo disso... Olha que coisa impressionante: Incra e Ibama não se comunicam! O Incra autoriza o produtor a fazer, o Ibama vai lá e multa porque ele fez. Porque o Ibama não sabe que o Incra autorizou. É um negócio absurdo isso, uma coisa absurda demais. É dessa forma que o Governo Federal – o Poder Público, de maneira geral – trata o pequeno produtor. Porque os grandes produtores, os grandes fazendeiros, são tratados de outra forma: com tapete vermelho, com cafezinho, com conversa mole. Eles têm um tratamento *vip*, como se diz. Agora, o pequeno produtor, até nessas circunstâncias, sofre, pela falta de comunicação entre dois órgãos do Governo Federal que tratam praticamente da mesma questão.

Então, o pequeno produtor tem de sair da sua lavoura, ir para a sede do Município contratar um advogado, com uma dificuldade extrema, e ir conversar com o juiz: "Pelo amor de Deus, tire essa multa que eu não mereço". É uma confusão estabelecida no Estado.

É por isso que o Vereador Wanderlei Zaire, com base em um fato como esse, dramático, propõe inclusive a anistia dessas multas. Neste País, o que se anistia "picareta" não é brincadeira, Senador Mão Santa. Por que não anistiar, então, aquele que tem calo na mão de trabalhar, que é vítima da estupidez do Governo Federal e do Poder Público? Por que não anistiar uma multa que não deveria ter sido nem imposta a ele? É uma proposta que também está sendo debatida, discutida.

E eu, como disse, compareci àquela audiência com o espírito de me colocar à disposição para trazer o assunto a esta Casa, que não pode virar as costas para este assunto. Esta Casa tem que ser...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Portanto, eu havia me comprometido a falar mais detalhadamente sobre este assunto. Vou voltar ao assunto. Este é um assunto dramático. Alguém pode dizer: "Mas o Acre? O Acre é pequenininho. Quem é que está se importando com Acre?". Vocês vão ter que se importar com o Acre sim. Nós teremos que nos importar com Acre. Porque, como eu disse, o que está acontecendo lá hoje poderá acontecer brevemente em outros Estados, a depender do acolhimento que der o juiz federal dessa ação civil pública, proposta pelo Ministério Público. Se ela for bem-sucedida, logicamente que gerará um precedente, e os Ministérios Públicos sediados nos demais Estados poderão ser inclusive chamados à responsabilidade se não enveredarem pelo mesmo caminho. Por que como é que eles poderão justificar, no caso, até uma omissão nesse sentido? Portanto, o que está acontecendo no Acre hoje é o que poderá acontecer amanhã no Estado de V. Exªs.

E, portanto, estou aqui fazendo, primeiro, um apelo ao Governo Federal. Primeiro, um apelo ao próprio Governo do meu Estado: vamos nos compenetrar de que algo precisa ser feito com a maior urgência, com a maior brevidade. Imaginem, olhem, nós estamos aqui. A maioria das pessoas que moram na zona urbana tem na sua frente uma perspectiva de continuidade de vida, de continuidade de um...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Imaginem agora, coloquem-se na posição e na situação de um pequeno produtor como esse. Ele vem fazendo isso a vida inteira. De repente, dizem para ele o seguinte: "Olha, daqui a dois anos você não vai mais poder fazer isso". Eu queria que cada um dos senhores e das senhoras se colocasse na situação de um pequeno produtor desses. É uma situação dramática, Senador Goellner. É uma situação dramática. E todos eles – todos eles – têm a consciência ecológica, têm a consciência da preservação. Aliás, são eles mesmos que preservam.

Aqueles que aqui e acolá enchem a boca para falar de desenvolvimento sustentável, ecologia, preservação são os primeiros a fechar os olhos para a devastação intensa que está acontecendo no Acre: a derrubada de madeira para madeireiros. Os pequenos produtores não. Eles estão ali, é uma coisa minúscula, uma coisa pequena, uma coisa muito pequena, e eles precisam da nossa solidariedade, precisam da parceria do Estado. Eu digo sempre: na Amazônia, o Poder Público precisa ser o principal indutor do processo de desenvolvimento. Sem que ele se envolva nesse processo, as pessoas estarão sempre condenadas à grande miséria.

Eu quero fazer um apelo, Senador Mão Santa, às senhoras, aos senhores, ao Governo Federal, ao Governo do meu Estado: não deixemos...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Não deixemos essa situação chegar a um momento de impasse. Há um momento de impasse sim. Nós estamos, mal ou bem, com a perspectiva de emparedamento de centenas, de milhares de pessoas, que terão a perspectiva de continuidade de vida, em cima dos que eles possam fazer, truncada, rigorosamente truncada.

Senador Mão Santa, essa questão me preocupa muito. E, além de me preocupar, preocupa milhares de produtores no meu Estado; homens e mulheres sofridos, calejados, a grande maioria passando extrema necessidade, porque, isoladamente, ou até em pequenos grupos, não têm capacidade financeira e econômica de arcar com o custo da compra de um trator, da movimentação de insumos para a sua produção. Eles precisam da parceria do Estado, infelizmente, eu diria, porque o ideal seria que eles tivessem essa independência, como os produtores de outros Estados têm, pelo que sabemos.

Portanto, é um chamamento a esta Casa. Pretendo provocar comissões desta Casa que tratam desta questão para que possamos nos mostrar solidários, inclusive, para que possamos apontar rumos inclusive ao próprio Estado.

Concedo, com muito prazer, Senador Goellner, um aparte a V. Exª.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Eu ouvi...

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – ...sua preocupação. E não é diferente, não é só no Acre. No Estado do Mato Grosso está a mesma situação. Temos lá mais de quinhentos assentamentos rurais. Estão todos embargados. Por outro lado, são mais de dezenove mil produtores embargados. Esses assentamentos não receberam um centavo sequer do Pronaf, para fazer o custeio da sua lavoura, porque não estão legalizados ambientalmente. Então, nós precisamos, Senador Geraldo Mesquita – está aqui uma impressão feita pelo Senado Federal –, de um novo Código Ambiental. Precisamos ter uma nova legislação. E como o Ibama não fez uma fiscalização competente na hora em que houve a ocupação dessas áreas,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – ... não será agora, com uma legislação retroativa, que vamos viabilizá-las. Eram 50% à época, agora são 80% de reserva. O próprio Incra já adquiriu algumas áreas com muito mais ocupação que desmatamento. Então, como

está sendo colocada agora uma responsabilidade que não cabe ao produtor? Nós só teremos apoio aqui no Congresso, quando isso atingir o Sul e o Sudeste. O próprio Decreto nº 6.514 e o Decreto nº 6.686 colocam uma data fatídica, para todos os produtores rurais do País averbarem, à margem da matrícula, a sua reserva legal. Ninguém está conseguindo fazer. Ninguém vai conseguir tirar uma área do sustento, que está sendo ocupada, para colocar uma reserva no lugar. Então, precisamos realmente fazer esse debate. Vejo que precisamos consolidar essas áreas em produção, ter a responsabilidade consciente da produção sustentada, conseguir preservar daqui para frente, fazer um desmatamento zero, sim, tornar todo desmatamento ilegal. Agora, o senhor fala que continuam desmatando. Isso é incoerente. Quer dizer, enquanto o Ibama não passar uma responsabilidade maior aos Estados, às Secretarias de Meio Ambiente, ou seja, colocar-lhes uma responsabilidade maior e o poder concorrente, que existe pelo art. 24 da Constituição, de o Estado promover a fiscalização e a sua legislação ambiental de acordo com a necessidade em cada bacia hidrográfica, de acordo com as áreas frágeis que necessitam preservação ambiental total, quer dizer, enquanto não tivermos uma consolidação integrada...

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – ... envolvendo todos os atores, todos os órgãos – federal, estadual e municipal –, não vamos nunca conseguir. Estão aí os embargos à pequena propriedade, também à média e à grande. Já aconteceu em toda a Amazônia Legal. Então, esperamos que, quando estiver o problema ocorrendo em todo o País – o que vai ser no dia 11 de dezembro –, achemos uma solução de aprovar uma nova proposta de código ambiental, que é o Projeto de Lei nº 5.367, que foi protocolado na Câmara e que deverá também ser discutido aqui no Senado. Esse, sim, dá aos Estados o poder de transferir a responsabilidade, que hoje recai exclusivamente sobre o Ibama, e também a competência de legislar e fiscalizar o meio ambiente. Aí vamos conseguir. Agora, o que falamos: é preciso retirar as multas. O senhor bem falou: nós precisamos retirar as multas.

(Interrupção do som.)

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Isso está hoje impedindo a continuidade da produção de alimentos. Nós estamos embargando a produção de alimentos no Brasil, que tanta falta faz para o mundo. No mundo vão faltar alimentos. Nós vamos chegar a nove bilhões de pessoas já, já, daqui a mais 30 ou 40 anos. Então, é impossível criarmos preconceitos a quem já está produzindo. Nesse sentido, eu o parabenizo pela sua preocupação. Os Estados todos estão-se rebelando, porque um embargo como o que está acontecendo hoje está impedindo a livre iniciativa e a livre produção de tudo que já foi consolidado há vinte, trinta, quarenta anos. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sou eu que agradeço, Senador.

Senador Mão Santa, esse era o tema que queria trazer à Casa hoje, essa preocupação...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu lhe digo, Senador Goellner, que os pequenos produtores, para desenvolver seu trabalho, continuam ainda precisando desmatar um pouquinho, exatamente por isto: as áreas já derrubadas no Estado são imensas e não podem ser reaproveitadas. Faltam equipamentos, trator, tecnologia, assistência técnica, para que essas áreas possam ser reaproveitadas várias vezes, no Estado. Por isso, essa situação dramática que vive o pequeno produtor acreano.

Peço a solidariedade da Casa. Peço que aqui, discutindo o assunto, possamos encontrar caminhos, meios e formas de superar essa grande dificuldade que vive hoje grande parte do povo acreano.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento em defesa do homem do campo do Acre, do produtor do Acre.

Há um documento sobre a mesa, que passo a ler: "Sr. Presidente, comunico a V. Exª que o Senador Romeu Tuma fará uso da palavra por delegação da Liderança do Partido Trabalhista. Senador Gim Argello".

Vai usar pela Liderança...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

Antes, porém, quero ler aqui alguns expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 116/09-GLDEM

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 117/09-GLDEM

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Cordialmente, – Senador **Eliseu Resende.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 118/09-GLDEM

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Júnior.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 119/09-GLDEM

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência o meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Cordialmente , – Senadora **Rosalba Ciarlini.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício lido vai à publicação.

Pela ordem, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Tuma.

Senador Mão Santa, estou encaminhado à Mesa dois ofícios, pedindo ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do meu Estado, Estado do Pará, que possam interferir na ação do Governo do Estado, que, há meses, começou a cobrar, logicamente sem o consentimento constitucional da Assembléia Legislativa do Estado, 10% a mais no valor cobrado pelo imposto ICMS.

As micro e pequenas empresas começam a fechar suas portas. No entendimento da Governadora Ana Júlia Carepa, com certeza, se fosse cobrar a mais, isso traria receita ao Estado. Mas o entendimento dela está errado. Quando ela faz isso, quebra as empresas.

Será assunto meu, na minha fala da tribuna, na quinta-feira. Farei um amplo relato, mas já estou tomando a providência de encaminhar os ofícios à Mesa. E solicito urgência no encaminhamento. Que a Mesa imediatamente faça o pedido ao Ministério Público Federal e ao Estadual, para que possa parar, frear essa cobrança irregular que o Governo está fazendo desesperadamente, para arrecadar, para ter receita e poder pagar ao pessoal, já que o pagamento começou a dar sinal de atraso, pela irresponsabilidade e incompetência da administração da Governadora do Estado do Pará.

Eu, antecipadamente, agradeço a V. Exª, porque sei que vai tomar medidas imediatas.

Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aguardamos a chegada do requerimento de V. Exª para darmos o encaminhamento que a legislação permite.

Agora, como Líder, o Senador Romeu Tuma. S. Exª apresenta-se como Líder do PTB.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, quero, primeiro, me dirigir ao Senador Geraldo Mesquita que acabou de usar a tribuna; e ao Senador Gilberto Goellner também, que faz parte da Comissão de Agricultura. Eu propus ao Senador Geraldo Mesquita – e conversarei com o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Valter Pereira – para convidarmos para uma audiência pública os nomes que foram sugeridos pelos dois Geraldos, que poderão indicar... e, assim, a gente estabelecer ao conhecimento público e tomar providências no sentido de suprir essa angústia que toma conta dos Senadores do Estado do Acre e de Mato Grosso – como os dois Geraldos a que se referiram há poucos instantes.

Outra coisa, Senador Mão Santa. Quero cumprimentar V. Exª – Secretário, peço que saia da frente do Senador Mão Santa para que eu possa vê-lo. Eu quero cumprimentar o Senador Mão Santa – é mais gostoso *vis à vis* – pela homenagem que V. Exª recebeu hoje com a Medalha do Pacificador, representando Duque de Caxias que foi Senador nesta Casa.

E, hoje, Dia do Soldado, aproveito também para prestar homenagem às forças terrestres que tanto trabalho e desenvolvimento em bem da sociedade têm

feito neste País, principalmente na região amazônica e nas regiões de fronteira.

Mas, Senador Raupp, o que me traz a esta tribuna é o problema da pirataria que vem aumentando assustadoramente. Eu vi que o Governo cria o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Industrial.

Eu me lembro, quando policial em São Paulo, junto com o diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que estudamos e fizemos um projeto, que foi aprovado pelo Governo do Estado, de criarmos a delegacia especializada de contrafação, que era a cópia de produtos de marca, camisas, tênis, tudo isso que a gente vê hoje. Isso tem mais de 20 anos.

O que aconteceu? Triplicou esse movimento de contrabando, não só através das nossas fronteiras, como em importações ilegais, conhecidas as operações que a própria Polícia Federal tem demonstrado.

Então, nós sabemos que São Paulo aumentou sua população: está com mais de 11 milhões de habitantes. O senhor imagina o que pode o Estado oferecer para reprimir o contrabando, a contrafação e tudo aquilo que traz um prejuízo enorme à economia do Estado.

O Senador Mário Couto acabou de falar que estão cobrando 10% a mais. Talvez, se coibissem o contrabando na região de fronteira, não precisariam cobrar nenhum tostão a mais, porque a renda do Estado automaticamente aumentaria dentro de operações legais.

Fiz um trabalho aqui e vou entregá-lo como lido, mas os itens que foram apresentados pelo Governo...Não vou ler um a um porque são 89 itens levantados pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Justiça e por todos aqueles que militam com trabalho contra o contrabando. São 99 itens de operações, o que deve ser feito para coibir completamente, com o Plano Nacional de Combate à Pirataria, que foi apresentado pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro, integrado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci. O projeto é os olhos do Governo, em que a segurança com atividade social tem realmente trazido bons resultados.

É claro que os Municípios hoje têm bastante empenho em assinar convênios com o Pronasci para melhorar a situação principalmente das guardas municipais, cujo projeto eu tenho. O Senado aprovou por unanimidade; está parado na Câmara há quase seis anos. Falei com o Presidente Michel Temer, e ele me disse que não há razão para ficar segurando, que vai colocar em pauta a criação do poder de polícia, as guardas municipais que, em convênio com a PM, ou com a Polícia Civil, poderão executar principalmente o trabalho de polícia comunitária.

Senador Raupp, com muita honra ouço V. Exª.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Eu queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, principalmente hoje quando comemoramos o Dia do Soldado – tanto do Exército, das polícias estaduais, das guardas municipais. Acho que esse projeto das guardas municipais é muito importante; ele auxilia demais as polícias estaduais. No meu Estado, o Prefeito de Ariquemes, uma cidade média, de 80 mil habitantes, criou a guarda municipal. Então, na parte de trânsito ela praticamente está fazendo tudo; dá uma assistência inclusive às pessoas que estão na rua naquele período dos picos, de hora de mais movimento. Eles auxiliam as pessoas de idade a atravessar as ruas, os deficientes físicos; eles fazem esse trabalho de trânsito. É um trabalho exemplar, magnífico, muito bonito mesmo! Deveríamos regulamentar essa profissão para que as prefeituras possam auxiliar as polícias estaduais. E, nessa questão do contrabando das fronteiras, eu acho que o Brasil tem sido muito flexível. Muito duro na hora de importar – na hora em que as empresas precisam importar, é uma burocracia terrível –, mas, nessa área da fiscalização das fronteiras, tem sido muito frouxo, muito flexível, trazendo prejuízo inclusive aos comércios do nosso País. Então, eu quero parabenizá-lo por esse pronunciamento e, mais uma vez, parabenizar todos os soldados brasileiros pelo seu dia. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Agradeço a V. Exª, e V. Exª tem razão sobre a guarda municipal . Ela praticamente seria uma polícia comunitária, porque conhece todos os cidadãos da cidade e pode ser designada para um bairro ou para uma região – vão ser conhecidos e reconhecidos pelos populares que lá moram.

Não há, como na PM ou na Polícia Civil, a revolução da remoção permanente. Às vezes, está trabalhando num Município, vai para outro, tem que aprender o que se faz naquele Município. E eles não têm nenhuma cobertura jurídica eficaz, que possa garantir uma atividade de risco permanente, e são os vigilantes praticamente que podem servir de grandes informantes às Polícias Civil e Militar dentro do sistema único de segurança, que nós temos de reformular. Não dá para permanecer com essa situação de incompatibilidade entre polícias, com um planejamento às vezes falho em operações. Realmente, a gente tem que reestudar o sistema de segurança pública.

Eu fiz aqui também, Senador, um parágrafo sobre o contrabando de medicamentos e falsificação de medicamentos. Há um trabalho da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal: efetuaram 57 prisões e apreenderam mais de 170 toneladas de medicamentos dotados de todo tipo de irregularidades. Um recorde, pois, no

ano anterior inteiro, o ano passado, as apreensões somaram 20 toneladas de medicamentos.

Eu pedi aqui, está correndo um pedido meu para uma CPI sobre os medicamentos – falsificação de medicamentos, cópia de medicamentos, contrabando de medicamentos e tudo o que diga respeito àquilo que pode caracterizar, sem dúvida nenhuma, se não for tentativa de homicídio, homicídio, com essa venda até em praça pública de remédios contrabandeados através de nossas fronteiras.

Então, eu acho que é importante aqui cumprimentar o Governo por ter lançado esse projeto. Acredito eu que um lado só não consegue combater o contrabando. O Senador Pedro Simon mora no Rio Grande do Sul e sabe que, se não houver colaboração do Uruguai, da Argentina, dificilmente, você pode coibir o contrabando, como também nas fronteiras do Paraguai com o Brasil, Bolívia e outros. Isso realmente traz uma intranquilidade muito grande, um abuso enorme dos contrabandistas bem estruturados, e isso nos assusta.

Por falar em Bolívia – até não posso nem pensar em criticar o Presidente Lula –, mas me entristeceu ele estar com um colar de folha de coca, que nós aqui estamos combatendo com todas as forças há muitos anos.

Repentinamente aparece em Chapare, que é um estado produtor de coca. Lembro-me de que, quando houve uma reunião de representantes parlamentares do mundo inteiro com o objetivo de substituir a produção de coca pela produção de outros produtos agrícolas, Evo Morales era deputado e esteve presente à reunião. Marcaram uma visita à região de plantio da droga, que deveria ser ocupada por outros produtos agrícolas. Pois nós não conseguimos, por indicação das Forças Armadas da Bolívia, sair do lugar para nos dirigirmos à visitação porque os cocaleros poderiam ter uma reação e não atender bem a delegação dos mais de 150 países que se fizeram representar nessa reunião na Bolívia.

Eu também critico os americanos, principalmente eles, porque, na venda dos produtos substitutos da coca, queriam pagar preço de mercado. Então, o cocalero ganhava três vezes mais do que ganharia se vendesse abacaxi ou folha de alface. Então, caiu por terra todo o projeto de investimento na substituição do produto de coca.

Então, eu não posso dizer que não fiquei triste com o colar de folha de coca. Fiquei triste mesmo. Pode-se dizer que a folha não é o produto para se cheirar, mas é dela que sai, é com ela que se produz, é ela que é vendida para a transformação pelos laboratórios, que, infelizmente, estão tomando conta de vários Estados brasileiros.

O consumo de *crack* vem crescendo muito. Vários Senadores, Tasso Jereissati e outros, têm vindo à tribuna porque começam a se assustar com o aumento do consumo do *crack* em seus Estados.

Em São Paulo, a situação está terrível. Já há até uma área designada como Cracolândia. Infelizmente, o trabalho de combate não tem conseguido sucesso. Lá V. Exª encontra vários menores que abandonaram suas famílias e passaram a ser delinquentes para poder custear o seu uso, o seu vício.

Agradeço e espero conseguir a CPI contra a pirataria, contra a falsificação de medicamentos, para que possamos impedir que isso aconteça. V. Exª, como médico, sabe o risco que corre um cidadão que compra, no meio da Praça da Sé, comprimidos que, amanhã, podem trazer-lhe risco de vida.

Senador Mozarildo, como médico, ajude-me.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Tuma, sobre um ponto do pronunciamento de V. Exª, já tive oportunidade de fazer dois pronunciamentos. O jornal **Correio Braziliense,** juntamente com o jornal **O Estado de Minas**, fez uma cobertura muito ampla sobre essa questão...

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Estou com esses recortes de jornal aqui.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – ... sobre essa questão do contrabando de medicamentos, de equipamentos médicos que colocaram em risco várias pessoas. Várias pessoas, inclusive, já morreram com contraste para Raio-X, com medicamentos falsos para o tratamento do câncer. Isso é um negócio sério demais para desapercebido. Já apresentei um requerimento para que o Ministro da Saúde e o Diretor-Presidente da Anvisa sejam ouvidos pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Subcomissão de Saúde dessa Comissão. Acho que V. Exª tem razão, temos realmente de ir mais longe. Temos realmente de fazer uma CPI para passar a limpo essa questão. Relatos dessa reportagem do **Correio Braziliense** são de estarrecer! Há empresas instaladas no Brasil e no Uruguai produzindo medicamentos falsificados e, também, paralelamente, uma organização que assalta cargas de medicamentos e vende esses medicamentos, inclusive adulterados, para as farmácias e até para o Governo! Então, é muito importante que a gente passe essa questão a limpo, que vá profundamente nessa questão. O contrabando, o descaminho, a pirataria de modo geral é altamente perigosa para a população, mas pirataria com medicamentos, com produtos médicos e equipamentos médicos, é o absurdo dos absurdos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – É uma arma na mão de quem quer ganhar dinheiro fácil.

Agradeço a V. Exª.

Além das reportagens mencionadas por V. Exª, as revistas de fim de semana publicaram vastas ma-

térias sobre isso, a própria televisão filmou operações das quadrilhas, a distribuição de medicamentos, a sua venda e como eles passam pela fronteira, principalmente do Paraguai para o Brasil.

Então, tem de haver um acordo internacional sobre esse assunto. Quando a gente discute acordos internacionais na Comissão de Relações Exteriores, a gente não sabe se outro país vai cumprir aquilo que está acordado com o Brasil. Se, com relação às fronteiras, não houver colaboração entre os dois lados, dificilmente um lado só consegue vencer a guerra.

Agradeço a V. Exª. Sem dúvida, faremos parte da CPI para podermos combater este terrível mal que hoje atinge vários cidadãos brasileiros.

Muito obrigado. Obrigado ao Presidente e aos Srs. Senadores.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

Pronunciamento do Senador Romeu Tuma

Relata e enaltece o trabalho do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Senadores,

Já se foi o tempo em que uma só delegacia de polícia especializada em falsificações e defraudações mostrava-se suficiente para reprimir com eficiência a produção e comercialização de mercadorias pirateadas em um Estado do tamanho daquele que tenho a honra de representar neste Senado da República.

Não que o vertiginoso aumento populacional de cidades brasileiras como São Paulo, hoje com mais de 11 milhões de habitantes e possuidora dos pólos comerciais de maior expressão na América do Sul, exigisse, por si só, o incremento do poder repressivo estatal à pirataria e à contrafação. Mas, sim, porque os avançados meios tecnológicos, banalizados e postos ao dispor dos falsificadores depois da revolução cibernética, passaram a permitir tais atividades criminosas em oficinas de fundo de quintal, mas com a capacidade de ludibriar em larga escala compradores de boa fé ou de saciar a ânsia popular por "*produtos de marca*" a bom preço.

Estamos falando de uma atividade criminosa que movimenta bilhões de reais no solo pátrio todos os anos, em grande parte drenada para os cofres dos magnatas dessa modalidade de crime organizado, no Exterior. Aliás, uma modalidade delituosa e perversa que, a par de enfraquecer os cofres públicos e as atividades econômicas legítimas, serve ainda para financiar outras ações criminosas e camuflar lucros obtidos ilegalmente, ou seja, permite lavar dinheiro sujo, principalmente no narcotráfico.

Principalmente nos anos 80 e 90, aquelas antigas delegacias especializadas ampliaram-se e proliferaram. Ganharam meios técnicos e recursos para poder agir a compasso com o crescimento das organizações criminosas. Mas, por terem atuação restrita aos respectivos Estados, ressentiam-se de algum órgão federal que as coordenasse em nível nacional, respeitadas as jurisdições. Em 2004, graças ao Ministério da Justiça, essa coordenação materializou-se no Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

Pois bem, Sras. e Srs. Senadores, veio-me às mãos um exemplar de uma publicação que deve estar aterrorizando delinqüentes dedicados à produção e venda de produtos pirateados em massa. Trata-se do livro Brasil Original – Compre essa Atitude, editado pelo CNCP e que – como diz sua apresentação – "*é o retrato do momento atual vivido pelo Brasil no que se refere ao combate à pirataria e à contrafação.*" Um momento de "*ampla articulação de forças em vigor hoje no País envolvendo entes públicos e privados e cuja base começou a ser construída a partir da criação do CNCP.*"

Nessa obra, as palavras do Presidente do CNCP e Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Dr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, surgem como síntese informativa do que é, faz e ainda almeja fazer o CNCP. Tem ele razão ao afirmar que "*o Brasil já não é mais o mesmo no que diz respeito ao combate à pirataria.*" Sim, porque o CNCP constitui instituição "*responsável pela aplicação de abordagens e metodologias inéditas para o tratamento da questão*". E cumpre essa missão com a autoridade de quem conta com o apoio de toda a estrutura do Ministério da Justiça e possui em seus quadros, além de representantes do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria da Receita Federal, membros dos ministérios de Relações Exteriores; Cultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Senado Federal; e Câmara dos Deputados.

Talvez sua maior força resida na representatividade que lhe confere a Sociedade Civil através das mais expressivas entidades relacionadas ao assunto, a exemplo da Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES; Associação Brasileira dos Produtores de Discos – ABPD; Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO; Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI; Motion Picture Association of America – MPA; Confederação Nacional da Indústria – CNI; e Confederação Nacional do Comércio – CNC, todas dele participantes.

Desde 2005 – ano seguinte ao de sua criação –, o CNCP segue uma linha estratégica que abrange 99 ações concretas de guerra à pirataria, com três vertentes prioritárias: a repressiva, a educativa e a econômica. A experiência mostrou-se eficaz a ponto de resultar na quebra de todos os recordes de apreensões de produtos falsos, de prisões e de instauração de inquéritos e processos contra falsificadores. Despertou o interesse de vários países como modelo de atuação a ser seguido, especialmente devido à paulatina conscientização da sociedade sobre os malefícios em larga escala e o elevado custo social acarretados pelo consumo de produtos piratas.

Desde o final de 2008, o CNCP utiliza a ferramenta de gestão Balanced Scorecard (BSC), internacionalmente reconhecida e que lhe abriu um novo panorama estratégico destinado a consolidar um ainda mais amplo movimento de combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual. Assim, o CNCP busca consolidar e fortalecer a sintonia entre os setores público e privado, esposando filosofia de que somente através dessa união e conjugação de esforços a vitória será alcançada.

No momento, o CNCP dedica-se principalmente a

• Consolidar as principais informações sobre o combate à pirataria no Brasil entre 2007 e 2008, complementando os relatórios de atividades referentes a 2005 e a 2006;

• Dar publicidade às diretrizes do novo Plano Nacional de Combate à Pirataria, que contém os objetivos estratégicos para o período 2009-2012;

• Abrigar relatos de entidades públicas de outras esferas de governo, de diferentes legendas partidárias, de modo a evidenciar que o combate à pirataria no Brasil é uma política de Estado, e não de governo; que essa luta ocupa posição central nas políticas de governos estaduais e municipais; e que, cada vez mais, os governos federal, estaduais e municipais se alinham na busca de soluções para o problema;

• Abrir espaço para relatos das entidades da sociedade civil integrantes do CNCP, evidenciando, assim, a união de esforços crescente entre o setor público e o setor privado no combate à pirataria e à contrafação;

• Evidenciar a disposição do País para o diálogo internacional relacionado ao tema, por meio de informações sobre a troca de experiências com algumas nações e sobre as perspectivas futuras de aproximação com outros parceiros comerciais importantes;

• Apresentar o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, órgão responsável pela definição da política de governo para a propriedade intelectual (em sintonia com as atribuições do CNCP na promoção do exercício e na observância dos direitos de propriedade intelectual) e pelo suporte às negociações do Brasil no cenário internacional.

Além disso, dentro o Plano de Ação do CNCP continua a priorizar as 99 ações previstas na estratégia original, isto é:

1. Criar as Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho e de Combate à Pirataria no Departamento de Polícia Federal e uma seção da mesma natureza no Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

2. Divulgar amplamente as ações do Governo no combate à pirataria;

3. Recomendar ao Poder Judiciário a criação de Varas especializadas ou preferenciais em Propriedade Intelectual;

4. Recomendar a criação de Promotorias de Justiça especializadas em Propriedade Intelectual;

5. Incrementar os processos de expulsão do País de estrangeiros envolvidos com delitos contra a Propriedade Intelectual;

6. Incrementar a troca de informações e acordos visando à extradição de criminosos;

7. Incluir o tema da pirataria no Sistema Único de Segurança Pública;

8. Recomendar aos Estados, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública, a instalação de Delegacias Especializadas no combate à Pirataria e violações dos direitos de Propriedade Industrial;

9. Promover estudos sobre ingresso, trânsito e custos de insumos para produção de artigos piratas;

10. Recomendar ao Ministério da Educação de ação junto aos reitores, para efetivo cumprimento da Lei 9.610 (direitos autorais) nas Faculdades e Universidades;

11. Recomendar ao Ministério da Educação a reavaliação do número de exemplares de livros por disciplina/aluno;

12. Realizar seminários/eventos junto às associações de magistrados, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público;

13. Realizar seminário sobre Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, no âmbito do MERCOSUL;

14. Apoiar a tramitação de alterações legislativas, que permitam a realização de perícia por amostragem de produtos piratas apreendidos, bem como para retirar a necessidade de descrição de todos os bens apreendidos;

15. Identificar mecanismos transparentes de financiamento pelo setor privado de medidas de combate à pirataria;

16. Estudar os acordos internacionais que podem influenciar a prática da pirataria no Brasil;

17. Sugerir aos países limítrofes maior fiscalização das fronteiras suspeitas de pirataria;

18. Propor ao Ministério do Planejamento a priorização de recursos para construção, ampliação, reforma e aparelhamento das instalações dos órgãos fiscalizadores (SRF, DPF, DPRF);

19. Apoiar, junto ao Ministério do Planejamento, o incremento dos efetivos das Policias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal;

20. Dar conhecimento ao SBOC da ocorrência de práticas anticoncorrenciais ou práticas abusivas nos diferentes segmentos de produção, distribuição e comercialização de produtos originais;

21. Fortalecer e difundir sistemas de trocas e garantias de produtos legais mais visados para a pirataria;

22. Criar campanha educativa: "O BARATO SAI CARO";

23. Demonstrar à população como se forma o preço do produto legal;

24. Orientar o consumidor para avaliar não somente o preço dos produtos;

25. Informar a sociedade sobre oferta de softwares a preços menores para estudantes e professores bem como estimular outros setores à mesma prática;

26. Sugerir a ANATEL o incremento do monitoramento das emissões radiofônicas e televisivas de obras intelectuais, atentando para as pirateadas;

27. Solicitar às entidades de classe de defesa de Direitos Intelectuais que enviem periodicamente ao CNCP informações sobre as novas formas de pirataria e falsificação;

28. Criar cartilhas de orientação para instrução de inquérito policial, referente aos delitos contra a Propriedade Intelectual;

29. Recomendar as autoridades policiais e administrativas que solicitem autorização para a destruição dos produtos piratas em depósitos públicos e privados;

30. Criar no CNCP de um canal de comunicação para recebimento e encaminhamento de denúncias;

31. Sugerir à OAB a colocação de questões de Propriedade Intelectual nos exames da ordem;

32. Buscar junto ao MEC e Entidades Educacionais a inclusão do tema Propriedade Intelectual em disciplinas dos cursos superiores, em especial nos cursos de Direito;

33. Propor ao Ministério do Planejamento a regulamentação, por Decreto, da destinação para o INPI dos recursos financeiros por ele arrecadados, em decorrência de suas atividades;

34. Propor ao Poder Judiciário a criação de banco de dados relativo aos processos cíveis e criminais por violação aos direitos de Propriedade Intelectual;

35. Promover gestões com os governos estaduais e municipais que concedem espaço público para comercialização de produtos piratas;

36. Enviar (CNCP) comunicado aos estabelecimentos de ensino superior alertando sobre a prática de pirataria de livros;

37. Desenvolver parceria público/privada visando o envolvimento dos meios de comunicação em campanhas de esclarecimento sobre o tema;

38. Realizar campanhas para a informação sobre os riscos de consumo de produtos pirateados;

39. Disseminar o trabalho do CNCP junto ao setor produtivo com vistas a fomentar a sua participação nas atividades de combate à pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;

40. Propor alteração legislativa que permita a célere destruição ou destinação alternativa, quando possível, de produtos piratas apreendidos, mesmo antes do transito em julgado da ação penal;

41. Sugerir a manutenção e intensificação das operações, das Policias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal, de combate à produção e distribuição de produtos piratas no Brasil;

42. Criar canal para receber e encaminhar denúncias e acompanhar averiguações acerca de corrupção nas ações que tratam dos crimes contra propriedade intelectual;

43. Propor inclusão, na próxima revisão do PPA, do Programa de Combate á Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, de caráter multissetorial, com ações transversais envolvendo os diversos órgãos públicos afetos ao tema;

44. Estabelecer mecanismos especificos de monitoramento e avaliação do Plano estratégico do CNCP, bem como do Programa de Combate á Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual;

45. Realizar campanhas educativas focando direitos e deveres estabelecidos nas legislações que tratam da propriedade intelectual;

46. Desenvolver o cadastro geral com informações sobre os direitos de propriedade intelectual, seus titulares e representantes (com o objetivo de facilitar o contato entre os órgãos de fiscalização e os titulares desses direitos);

47. Controlar a imigração de estrangeiros envolvidos na pirataria;

48. Estabelecer maior cooperação alfandegária e policial, em particular entre países membros do Mercosul e países fronteiriços;

49. Propor a criação de Fórum Internacional de Combate à Pirataria;

50. Estabelecer cooperação para capacitação e treinamento de pessoal com o apoio de organizações e entidades internacionais;

51. Estreitar cooperação com países fronteiriços (tríplice fronteira em especial) e terceiros países;

52. Realizar encontro nacional anual de combate à pirataria para troca de informações;

53. Propor a criação de produtos populares a preços baixos (alternativos);

54. Incentivar desenvolvimento de estudos entre governo e setor produtivo industrial visando reduzir os preços de produtos alvos da pirataria;

55. Auxiliar no estabelecimento de parâmetros de preços de referência para auxiliar a fiscalização no ingresso de produtos piratas e objeto de descaminho;

56. Identificar a necessidade de aprimoramento da legislação e estudar os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam de Propriedade Intelectual;

57. Propor aos chefes de polícia e Ministério Público a edição de normas administrativas internas, padronizando procedimentos referentes ao combate à pirataria;

58. Identificar e propor regiões geográficas prioritárias para ações na fronteira;

59. Solicitar operações sistemáticas nos pontos críticos conhecidos;

60. Estudar a forma de aplicação do código de valoração aduaneira da OMC, assim como do Mercosul e da ALADI;

61. Realizar campanhas de âmbito nacional e recorrente na mídia, com o apoio de entidades públicas e privadas, de artistas e dos próprios meios de comunicação;

62. Promover atividades de conscientização em institutos de formação e extensão profissional e em estabelecimentos de ensino;

63. Propor a criação de forças-tarefa estaduais e municipais de fiscalização nos centros emblemáticos de distribuição de produtos ilegais;

64. Avaliar os instrumentos já existentes para a formação do banco de dados;

65. Difundir junto aos meios de comunicação informações quanto à ilegalidade de publicação de anúncios de produtos piratas;

66. Avaliar o Decreto 4.543/02, sobre regras aduaneiras, eliminando eventuais dispositivos que dificultem o combate à pirataria;

67. Formular propostas quanto à adequada destinação de produtos e equipamentos apreendidos;

68. Formular proposta para responsabilizar os agentes que atuam na cadeia de comércio eletrônico de produtos que violam a Propriedade Intelectual;

69. Buscar mecanismos públicos e privados para incrementar o acervo de obras didáticas de bibliotecas, instituições de ensino e outras entidades de interesse público;

70. Instituir ou aprimorar sistemas de inteligência integrada para o combate à pirataria na Secretaria da Receita Federal e nos Departamentos de Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal;

71. Promover seminários, cursos e outras atividades envolvendo os setores público e privado e as associações de classe, desenhadas para públicos-alvo específicos (juízes, promotores, peritos, policiais, agentes aduaneiros, autores, artistas etc.) com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre a legislação e sua observância;

72. Desenvolver mecanismos para compartilhamento de dados operacionais sobre o tema entre os órgãos policiais, administrativos, fiscalizadores e poder judiciário;

73. Apoiar a inclusão do tema da pirataria nos currículos das academias de polícia e dos órgãos de fiscalização federais, estaduais e municipais;

74. Apoiar os Estados e municípios em suas iniciativas de aplicação respectiva do poder de polícia e de fiscalização administrativa;

75. Realizar campanhas educativas para estudantes referentes a reprodução ilegal de livros ;

76. Firmar convênios com instituições de pesquisa para a geração de estudos, números e estatísticas sobre a dimensão da pirataria no país (para todos os setores);

77. Firmar convênios com instituições de pesquisa (IPEA, IBGE etc.) para elaborar análises socioeconômicas do problema da pirataria no país;

78. Apoiar ao fortalecimento das corregedorias e criação de órgãos nas estruturas nas quais ainda não existam;

79. Promover e estimular intercâmbio de informações entre agências internacionais relacionadas ao combate ao crime contra a Propriedade Intelectual;

80. Obter dos órgãos públicos pertinentes, em particular, órgãos de repressão, subsídios que permitam elaborar diagnósticos sobre as dificuldades de natureza técnica e financeira para a execução das atividades de prevenção ou de repressão;

81. Desenvolver políticas comuns no campo educacional visando o esclarecimento da população quanto aos malefícios da pirataria;

82. Apoiar iniciativas para o desenvolvimento de atividades substitutivas à pirataria nos países de fronteira;

83. Realizar e incentivar treinamento e cursos de capacitação para agentes policiais, peritos e, especificamente, agentes da Receita Federal e Secretarias de Fazenda Estaduais;

84. Promover mecanismos de coordenação de ações entre os órgãos governamentais de polícia e de fiscalização administrativa;

85. Estimular e apoiar a criação de conselhos estaduais de combate à pirataria;

86. Divulgar periodicamente estatísticas referentes a informações obtidas sobre a pirataria;

87. Criar e manter o banco de dados, a partir de informações coletadas em âmbito nacional, integrado ao sistema único de segurança pública;

88. Firmar convênios com entidades especializadas no desenvolvimento e gestão de banco de dados;

89. Promover e elaborar pesquisas e avaliações periódicas sobre a situação da pirataria nos setores-alvos;

90. Propor a melhoria do método de aplicação de penas alternativas, em delitos contra a propriedade intelectual, impondo maior rigor no seu cumprimento;

91. Realizar estudos quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos de subfaturamento aduaneiro;

92. Realizar estudos quanto à possibilidade de apreensão de veículos e bens utilizados na pirataria;

93. Realizar estudos quanto à responsabilidade solidária dos proprietários dos estabelecimentos comerciais e de ensino em pirataria nas instituições;

94. Realizar estudos sobre mecanismos para promoção do equilíbrio das relações entre detentores do direito de Propriedade Intelectual e consumidores;

95. Coordenar de campanhas de marketing visando a valorização e o respeito à propriedade intelectual e contra a pirataria;

96. Criar e aperfeiçoar banco de dados, de forma integrada com outros órgãos públicos, contendo informações de estrangeiros suspeitos de envolvimento com atos de pirataria, com a conseqüente difusão aos órgãos congêneres estrangeiros;

97. Firmar convênios com instituições de pesquisa para identificar a conformação das atividades de produção, distribuição e comercialização (padrão de concorrência e formação de preços);

98. Estudar a viabilidade junto ao Setor Público e Privado de substituição, por parte dos pequenos distribuidores, dos produtos piratas por outro tipo de produto legal e de outros empregos alternativos;

99. Estudar em parceria com o setor privado possíveis alternativas para a redução do diferencial de preços /custos entre produtos legais e ilegais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Plano Nacional de Combate à Pirataria foi apresentado pelo Ministro da Justiça, Tarso Genro e integrado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em maio último. Como essa gama de crimes tem caráter dinâmico e acompanha os avanços tecnológicos, o Plano enfatiza 23 ações a serem implementadas de 2009 a 2012, várias delas fortalecendo a parceria com Estados, municípios e

entidades representantes da indústria e do comércio. Com ele, surgiu a marca "***Brasil Original - Compre essa Atitude***", destinada a figurar em embalagens ou etiquetas de produtos legítimos, como tênis, camisetas, eletrônicos etc. Valoriza a indústria formal que paga impostos, gera empregos e é penalizada pela concorrência delituosa dos falsificadores de todo tipo de produto, até medicamentos, instrumentos cirúrgicos e peças de avião.

Dia 18 do corrente mês, no Palácio do Itamaraty, o CNCP apresentou aquele Plano aos representantes de diversas embaixadas. Os projetos nele preconizados começarão ser desenvolvidos no presente semestre. Por exemplo, em novembro, veremos o início do "Cidade Livre de Pirataria", que objetiva parcerias com os municípios, muitas delas já em negociação pelo CNCP. Outra novidade – o Portal de Combate à Pirataria – deverá funcionar antes de dezembro, com interatividade, textos educativos e idéias promocionais. Também está em progresso a articulação com provedores para criar na Internet mecanismos de bloqueio à oferta de produtos pirateados.

Só pelas estatísticas operacionais computadas em abril último, já se adquire suficiente noção dos malefícios acarretados pelos defraudadores. Em vários Estados e atuando conjuntamente durante os três primeiros meses do ano, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) efetuaram 57 prisões e apreenderam mais de 170 toneladas de medicamentos dotados de todo tipo de irregularidades. Um recorde, pois, no ano anterior inteiro, as apreensões somaram 20 toneladas de remédios.

Tudo resultou de um Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNCP e a Anvisa e comprovou que a falsificação de medicamentos ocorre principalmente no Exterior. Na maior parte, o produto fraudado chega ao território brasileiro vindo do Paraguai e Bolívia.

Como sabem as Sras. e Srs. Senadores, nossa legislação tipifica a falsificação de medicamentos como crime hediondo, graças a amplo trabalho legislativo realizado nesta Casa e na Câmara dos Deputados. E, entre os

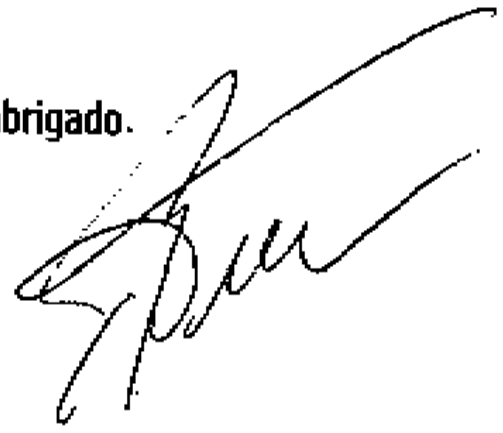
produtos apreendidos naquelas operações, havia remédios usados para tratar doenças gravíssimas, a exemplo do câncer, o que fez aumentar a preocupação do governo, pois os remédios sem registro ou falsificados eram vendidos não só por camelôs e pela Internet, como também por farmácias estabelecidas legalmente.

Meus nobres pares, a perversidade da pirataria transcende em muito a simples contrafação de algum CD com músicas ou programas aplicativos de informática. Não é à-toa que a Interpol a considera "o mal do século" e ao seu combate também dedica ingentes esforços.

Além do mais, o mercado pirata motiva queda da arrecadação tributária, enfraquece a economia formal e debilita a oferta de empregos, a par de constituir o primado da baixa qualidade e da falta de garantia. Portanto, merece repulsa e repressão.

Era o que desejava comunicar.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 29/2009 – GSMALV

Brasília, 25 de agosto de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a meu pedido de renúncia em caráter irrevogável do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual tive a honra de ser escolhido por meus pares.

Respeitosamente, – Senadora **Maria do Carmo Alves**, DEM/SE.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Ofício vai à publicação.

Convidamos agora, como orador inscrito, Eduardo Suplicy, que representa São Paulo e pertence ao Partido dos Trabalhadores. Sua presença aqui é fruto da austeridade com que administrou a Câmara Municipal de São Paulo – pelo reconhecimento desse fato, várias vezes S. Exª se reelegeu. É um dos que engrandecem o Senado da República, ao qual pertencemos com orgulho e presidimos neste instante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Romeu Tuma solicita a publicação de seu discurso na íntegra.

Determino ao Secretário da Mesa João Pedro a publicação do trabalho.

Como a sessão deveria terminar às 18h30min, eu já a prorrogo por uma hora para que os demais oradores inscritos possam usar da palavra. Daqui a três minutos estará aberto o livro para novas inscrições.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Disse, no meio da tarde de hoje ao Presidente José Sarney, que aqui estava em torno das quatro horas, e quero aqui reiterar a importância que o meu discurso possa ser feito perante ele próprio porque irei falar do Senador José Sarney, de sua condição como Presidente e da representação junto ao Conselho de Ética.

O Senador José Sarney me informou que tinha uma entrevista marcada em seu gabinete, mas que possivelmente estaria aqui na hora em que eu fosse falar.

Quero, para dar-lhe tempo de vir do Gabinete da Presidência para cá, aproveitar para daqui transmitir o meu cumprimento a Rubens Barrichello por sua extraordinária vitória, a centésima do Brasil, a décima de Rubens Barrichello, obtida com muito brilhantismo em Valência, uma das etapas do Campeonato de Fórmula I.

Quero também cumprimentar as extraordinárias jogadoras da Seleção Feminina de Voleibol, que, invictas, sagraram-se campeãs do mundo mais uma vez neste final de semana.

Sr. Presidente, há ainda um outro assunto importante para a minha cidade de São Paulo. Impressionou a todos ontem os tristes episódios em que a Polícia Militar desalojou dois mil moradores de favela no Capão Redondo. Essa ação causou tal revolta na população que esta constituiu barricadas para procurar impedir que a Polícia destruísse suas casas tão simples, os seus pertences, enfim, tentou impedir que houvesse um desalojamento com violência, o que acabou acontecendo. Quero aqui alertar o Governador José Serra e o próprio Prefeito Gilberto Kassab que eventuais reintegrações de posse precisam ser feitas, sobretudo com o diálogo, de forma a respeitar as populações mais pobres que vivem na capital paulista.

Sr. Presidente, tendo avisado o Presidente José Sarney que aqui iria me pronunciar e dado tempo para que S. Exª pudesse estar aqui o quanto antes, venho a esta tribuna reiterar que não vejo como o Senador José Sarney continue na Presidência do Senado Federal enquanto S. Exª não explicar satisfatoriamente todas as questões relativas aos fatos contidos nas representações apresentadas perante o Conselho de Ética.

Em discurso, disse que, como homens públicos, todas as irregularidades ou desvios de que somos acusados devem ser investigados com mais rigor do que aquele que é dispensado à população em geral. Por que digo isto? Pelo fato de sermos tomados como paradigmas, como exemplos a serem seguidos.

O País não suporta mais tantas denúncias sem respostas à altura. Precisamos apurar a verdade das acusações que pesam sobre os ombros de todos os Senadores e de funcionários desta Casa.

No início deste mês de agosto, o Senador José Sarney ocupou a tribuna e, durante aproximadamente uma hora, apresentou sua defesa para as denúncias representadas contra ele no Conselho de Ética. Entretanto, várias dúvidas persistem, ainda não foram suficientemente esclarecidas. Apesar dos apelos, inclusive um apelo pessoal meu, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Líder do PT, Senador Aloizio Mercadante, o Senador Sarney não se dispôs a comparecer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e esclarecer inúmeras questões.

Vejamos:

Naquele pronunciamento de 5 de agosto, o Senador Sarney afirmou: "...Vera Portela Macieira Borges. Realmen-

te, é sobrinha por afinidade minha. Eu requisitei do Ministério da Agricultura para a Presidência e pedi ao Senador Delcídio que a colocasse no gabinete em Mato Grosso, porque ela tinha se casado e, assim, ela continuava trabalhando, não me julgando que nisso houvesse qualquer falha, ou qualquer um dos Srs. Senadores aqui nunca deixou na vida de cumprir ou de ajudar as pessoas que lhes pediram que legalmente tomassem providências."

Será que pode ser considerado ético o Presidente requisitar uma sobrinha que mora em outro Estado para trabalhar em seu gabinete, no caso da Presidência, e depois pedir para outro Senador que a coloque à disposição de seu gabinete?

No meu entender, o Senador José Sarney colocou em situação difícil o meu colega de Bancada, o Senador Delcídio Amaral. Alguns podem considerar normal, mas eu gostaria aqui de expressar: não recomendaria que isso fosse feito a mim próprio e ao próprio Senador José Sarney.

Ainda em seu pronunciamento o Senador Sarney disse: "Isabella Murad Cabral Alves dos Santos também não é minha parenta. Foi nomeada pelo Senador Cafeteira, que, segundo me afirmou, foi a pedido do Sr. Eduardo Lago, que é primo do Governador do Maranhão, que era meu adversário, e não por mim".

Ora, nesta passagem, o Senador Sarney deixou de dizer que Isabella Murad é sobrinha de seu genro, Jorge Murad. O Senador também apontou o parentesco do empresário Eduardo Lago com adversários seus na política maranhense. Mas não mencionou que Lago está sendo investigado pela Polícia Federal por ter feito, às vésperas da campanha eleitoral de 2006, diversos depósitos em contas controladas pelo seu filho.

Outro ponto: o Senador Sarney afirma não conhecer Luiz Cantuária. Como acreditar em tal afirmação tendo em vista ser esse senhor um político ligado a seu grupo político do Amapá, tendo sido nomeado pelo próprio Senador Sarney para vaga no Conselho Editorial do Senado, cujo Presidente também é o Senador José Sarney?

Quarto ponto. Em outro trecho, o Senador afirma: "Outra denúncia que fizeram é que meu neto tinha sido privilegiado com agenciamento de créditos consignados de uma forma fraudulenta. Meu neto nunca teve nenhuma relação com o Senado".

Entretanto, o Senador Sarney deixou de dizer que, de acordo com as representações apresentadas, foi após a contratação da empresa de seu neto pelos Bancos HSBC, Caixa Econômica Federal, Fibra e Daycoval, que essas instituições ampliaram o volume de empréstimos consignados para funcionários do Senado.

Não estou dizendo que existam irregularidades nessas relações comerciais. Estou afirmando que aqui cabe uma investigação, no mínimo, para que não pairem dúvidas acerca da lisura de tais operações.

Quinto, com relação à fundação que leva seu nome, o Senador José Sarney disse: "Tratou-se também da Fundação Sarney, acusando-me de nela ter funções administrativas e ter negado isso desta tribuna".

Mais uma vez, o Presidente José Sarney não disse tudo. Ele é presidente vitalício da Fundação e, pelo seu estatuto, ele tem responsabilidades. Também não se lembrou de dizer que foi graças a um expediente seu, dirigido ao Ministério da Cultura, que a Fundação conseguiu autorização para captação de recursos através da Lei Rouanet e de ter sido amplamente divulgado pela imprensa foto em que o Senador Sarney aparece juntamente com o Presidente da Petrobras na assinatura do contrato de patrocínio para a liberação de R$1,3 milhão. Da mesma forma, é importante ressaltar que o Ministério Público Estadual do Maranhão reprovou as contas apresentadas pela Fundação entre 2004 e 2007 e decidiu intervir na entidade. Relatório de auditores do Ministério Público apontou que R$500 mil, de um patrocínio repassado à entidade, foram parar em contas de firmas fantasmas, em nome de aliados políticos da família Sarney e em outras empresas da família.

Pois bem, Presidente Sarney – gostaria que estivesse aqui, mas, quem sabe, ele esteja me ouvindo –, em uma entidade que, pelo seu estatuto, prevê que em caso de extinção todos os seus bens serão incorporados ao patrimônio da família de seu instituidor e onde, apesar da insistência do Ministério Público, a direção se nega a alterar esse item, o mínimo que se pode esperar é que S. Exª, além de não trabalhar pela captação de recursos para ela, também batalhasse pela correção de suas contas e já tivesse alterado suas normas para desvinculá-la de sua família. Parece-me que é uma questão de bom senso. O que dizer de tal situação?

Ainda há mais uma denúncia que diz respeito ao Senador. É o caso da filha de um de seus ajudantes de ordem, o Sr. Aluísio Guimarães Mendes Filho. A estudante Gabriela Aragão Guimarães Mendes, 25 anos, foi nomeada, em 5 de janeiro de 2007, como assessora parlamentar do gabinete de S. Exª. Até hoje está na folha de pagamento do Senado, mas, de acordo com o jornal *O Estado de S.Paulo*, trabalha como estagiária na Caixa Econômica Federal. É mais um caso que ainda não foi devidamente explicado.

Em outra matéria do jornal *O Estado de S.Paulo*, de 22 de julho do corrente, são transcritos trechos de uma conversa telefônica entre S. Exª e seu filho, Fernando Sarney, que teria ocorrido em 2 de abril de 2008. Nela, Fernando solicita a sua interferência no sentido de contratar o então namorado de sua neta, filha de

Fernando, Henrique Dias Bernardes, para o cargo em comissão de assistente parlamentar, AP3, na vaga antes ocupada pelo irmão de sua neta, Bernardo Brandão Cavalcanti Gomes. S. Exª diz que vai falar com o então Diretor-Geral, Agaciel Maia. O Henrique foi nomeado. Não vi sua negativa a respeito dessa interferência, que me parece indevida. A impressão que ficou é que os cargos comissionados do Senado são preenchidos não por competência, mas por ligações familiares.

Desta tribuna pedi ao Senador José Sarney, com todo o respeito, mais do que isso, pedi pessoalmente em conversa com ele, ali onde está o Senador Pedro Simon e perto do Senador Almeida Lima. Eu me lembro muito bem, foi no dia em que aqui houve a homenagem aos 15 anos do Plano Real. Estava presente o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. Ali, na cadeira vizinha ao Senador Almeida Lima, estava o ex-Ministro Hargreaves. E eu, então, conversei, por 12 a 15 minutos, com o Senador José Sarney, nós dois, olho no olho. Eu sei bem porque imaginava que fossem poucos minutos, mas colegas meus observaram que coincidiu de ter havido três votações de Embaixadores e dificilmente elas se dão sem um intervalo de quase 15 minutos.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Almeida Lima, permita-me concluir e, em seguida, com o maior respeito, terei a honra de ouvir V. Exª.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, naquela ocasião, eu sugeri que avaliasse a possibilidade de se licenciar da Presidência do Senado, a fim de garantir a imparcialidade necessária ao andamento das apurações que envolvem o seu nome. Eu cheguei a citar – ele estava sentado, ali, ao nosso lado – o exemplo do Ministro Henrique Hargreaves que, durante o Governo Itamar Franco – foi isso, não é, Senador Pedro Simon? –, em 1992, nós dois participávamos da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisava os atos do Sr. Paulo César Farias. E foi, então, que surgiu a notícia de um possível envolvimento do Ministro Hargreaves em certa operação. Ele, então, licenciou-se. Veio à Comissão Parlamentar de Inquérito, e eu fui um dos Senadores que o arguiu, lembro-me muito bem. Em verdade, ele esclareceu os diversos pontos que ali foram perguntados. E, posteriormente, no relatório daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, não se viu motivo para, digamos, indiciar o Ministro Hargreaves. E, em decorrência disso, ele voltou ao Ministério do Presidente Itamar Franco, e aquele foi considerado um exemplo importante.

Eu citei isso. O Presidente José Sarney mencionou-me que ali se tratava de uma questão de desvio de recurso, muito diferente desses itens que estou aqui mencionando. E que, ao se afastar, poderia ser considerada uma diminuição para ele, como que uma humilhação, diante de tudo aquilo que ele havia feito em sua vida. E os fatos positivos que caracterizaram a vida do Presidente, Senador José Sarney, sempre aqui os reconheci e faço questão de, muitas vezes, reiterá-los, seja no que diz respeito a sua presença muito importante no processo de transição democrática como presidente da república, a instituição do SIAFI, diversos planos que foram implementados, citados no seu pronunciamento de 5 de agosto aqui no Senado, a implantação da **TV Senado**, que possibilita que eu esteja, neste momento, sendo ouvido por telespectadores de todo o Brasil, a Rádio Senado e inclusive as medidas, Senador Mão Santa, que a Mesa Diretora, com o meu apoio, tem tomado para disciplinar, por exemplo, as cotas de passagem, para colocar o Portal da Transparência com a relação dos servidores e respectiva função e lotação. Falta ainda colocar a remuneração, que o próprio Presidente José Sarney disse a mim, em pronunciamento aqui em julho, que era a favor dessa medida, e outras medidas de disciplina, de enxugamento das despesas da Casa, que contam com o meu apoio.

Entretanto, avaliei que seria próprio e eu próprio teria tomado uma atitude. Se eu estiver, algum dia, em situação semelhante, podem os Senadores, inclusive os do meu partido, ser os primeiros a dizer: "Eduardo, faça aquilo que você mesmo recomendou um dia para o Presidente José Sarney".

Pois bem, o Senado sofreu um desgaste incomensurável com o arrastar dessa situação. A Casa está paralisada desde...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nós estamos em 25 de agosto e, ainda que tenhamos hoje aprovado algumas proposições, acordos internacionais, requerimentos e proposições, nenhum deles requereu uma atenção profunda de todos nós, como o Senado e o País precisam. Inclusive, na reunião dos Líderes hoje, os Líderes da Oposição não compareceram, porque avaliam que a Casa não voltou ainda à sua normalidade.

As grandes questões nacionais não estão sendo suficientemente discutidas, inclusive e sobretudo com respeito aos projetos. Para citar um que está praticamente pronto para ser votado, o que atualiza a Lei nº 8.666, PLC nº 32, no sentido de agora dar a consideração devida à utilização da Internet, do pregão eletrônico, da inversão de fases. Então, é uma matéria de enorme importância e o projeto está pronto agora para ser vo-

tado. Eu mesmo fiz um entendimento com o Ministro Paulo Bernardo, com o Senador Francisco Dornelles, para caminharmos numa ótima direção. Pois bem, mas estamos paralisados. Parlamentares e partidos políticos estão como que enfrentando uma enxurrada de críticas severas junto à opinião pública.

Onde nós caminhamos, em qualquer lugar de São Paulo, de Porto Alegre – o Senador Pedro Simon, há pouco, relatava-me da reação das pessoas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Falta pouco.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos fazer uma negociação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Atentai bem. Há vários Líderes aqui inscritos, bem como alguns Senadores que têm a mesma grandeza dos Líderes inscritos; eu vi que dois pediram aparte, um Almeida Lima e depois o José Nery. Vamos dar a V. Exª cinco minutos para que resolva isso, para que eu possa chamar os outros Líderes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com todo respeito, Sr. Presidente, V. Exª é exemplo nesta Casa de que, sobre assuntos importantes, falam, e falam o tempo que for preciso. Agora, numa hora que nem esta, um assunto desta natureza, V .Exª limitar o tempo? Perdoe-me...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não; não limitei não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ficamos aqui, V. Exª fica aqui, ficamos aqui até 11 horas da noite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas aí, eu...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas deixe o orador encerrar, senão parece que V. Exª está cerceando a palavra dele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o que está parecendo. V. Exª está cerceando a palavra do orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Vou dizer o seguinte: estou respeitando o direito dos inscritos. Agora, submeto ao Plenário, porque os inscritos estão aí: há três Líderes aqui, com documentação, e há alguns inscritos, inclusive eu próprio estou inscrito, com discurso na mão, e Paulo Paim. Então, aqui, os inscritos vão ser prejudicados.

Cinco minutos são suficientes?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Cinco minutos para eu terminar aqui esta parte introdutória e daí...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. *Intervenção fora do microfone.*) – Eu estou inscrito, mas abro mão. Cedo minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Está aqui um que cedeu a inscrição dele. Ótimo. Avançamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Qual a sua opinião, José Nery?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, é exatamente igual...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para mim, não está.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª vai ser ouvido.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – O pleito que faço a V. Exª vai no mesmo sentido do que agora nos diz o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª vota com ele? Está certo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – E voto com o senhor para que nos conceda, tenha a generosidade que o senhor tem para os oradores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu acho que o Plenário é soberano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu voto com o Senador Mão Santa, como ele tem sido até hoje, e quer mudar agora, hoje, para o que ele nunca foi.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Torres...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador Mão Santa, Presidente, voto com o senhor para conceder o tempo necessário ao debate desse tema, como o senhor tem feito com tantos que vem à tribuna e, às vezes, ficam quatro, cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flávio Torres, dê a sua opinião aí.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – É só isto o que eu peço a V. Exª: isonomia de tempo para que possamos falar adequadamente de um tema tão importante para o Senado e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Flávio Torres.

O SR. FLÁVIO TORRES (PDT – CE.) – Minha opinião é a de que o senhor deixe o orador falar pelo tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Será ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE.) – Sr. Presidente, eu confesso que só pretendo participar do debate se houver tempo suficiente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está bom! Senador Papaléo.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – (...) para apartear e, depois, contra-apartear.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Meu caso é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para uma questão de ordem, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Volto a falar e não me canso de repetir... É isto que nós deveríamos estar repetindo aqui: nosso Regimento está rasgado há muito tempo. Não há interesse nenhum dos Srs. Senadores de, pelo menos, dar uma lida no resumo do Regimento.

Eu pediria a V. Exª, que preside esta Casa neste momento, que preside todas as sessões, que V. Exª ouvisse o clamor silencioso de muitos Senadores – eu acho que só eu tenho coragem de falar – quanto ao Regimento. Não se admite dar dez minutos para um, regimental, e outro, porque é mais antigo, tem mais mandato, mora em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, receber vinte, trinta, quarenta, cinquenta, sessenta minutos.

Isso é uma questão de ordem, Sr. Presidente. Ordem! Se não tivermos ordem, não temos progresso. Então, um dos sinais da desorganização da nossa Casa é cometido por nós mesmos.

Não sabemos se eu sou o segundo inscrito... Antigamente, quando cheguei aqui, eu sabia: por dez minutos, fala o Senador tal, mais dez minutos, outro, eu sou o terceiro e, daqui a vinte minutos, eu vou falar. Hoje, eu não sei. Um assume a tribuna e fica uma, duas, três horas.

Todo assunto, Sr. Presidente, é importante. Todo assunto é importante! O do Senador Suplicy é importantíssimo. O assunto que debati aqui hoje é importantíssimo. Todo assunto é importante, porque, se não fosse importante, nós não iríamos à tribuna.

Sr. Presidente, isso causa um prejuízo emocional muito grande, em nós todos, em quem nos assiste em casa, em que está trabalhando aqui. Outro dia, uma senhora da Mesa me disse: "Graças a Deus ainda consegui chegar em casa uma e meia da manhã!" Quem não sabe fique sabendo: esses servidores que estão aqui são os que aparecem nas câmeras; os demais estão lá, na Secretaria-Geral, aguardando terminar o serviço daqui para organizá-lo, Sr. Presidente. Essas pessoas, que foram tão condenadas por ganharem 18 horas extras por mês – frise-se: por mês –, foram sacrificadas para tentar aliviar um pouco a austeridade e não sei o quê, e estão aí, trabalhando fora dos seus horários.

Quero protestar veementemente, mais uma vez, porque já falei isso dez, quinze vezes. Enquanto uns repetem a mesma coisa, diferentemente desse assunto sério da Casa, eu estou repetindo o que é sério para a Casa: ninguém suporta mais isso. Aí chega segunda-feira – sempre terminou às seis e meia a sessão –, eu chego de viagem às sete horas da noite e venho para cá falar até dez! Entendeu, Sr. Presidente?

Peço a V. Exª, encarecidamente, que não dê punição a ninguém, mas que faça cumprir o Regimento da Casa. Não adianta V. Exª, por exemplo, dizer: "O fulano pode falar o tempo que quiser". Isso está errado. É errado, errado e errado! A gente acaba sendo benevolente com uns e injusto com outros. Então, se V. Exª deu o tempo que quiser para cada um, encerre a sessão dando o tempo que quiser para cada um; mas, de amanhã em diante, vamos tentar colocar ordem na Casa. É o pedido que faço. E é por isso, Sr. Presidente, que eu, que era acostumado a entrar aqui às duas horas e sair às seis e meia da tarde, não aguento mais. Eu venho, faço o meu pronunciamento, vou lá, para o meu gabinete, vou saber como é que está o resultado das medidas tomadas pela Diretoria da Casa etc.

Então, eu quero deixar isso registrado para não se fazer desta Casa um palco em que todo mundo faz o que bem entender. Tem que haver ordem, e a ordem é feita pelo Regimento, é dada pelo Regimento.

Então, Senador Suplicy, desculpe-me, é uma questão de ordem, não é nada contra V. Exª, nem contra o Senador José Nery, que pediu igualdade nos horários; não é nada disso. Mas, de amanhã em diante, me ponha aí...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu já entendi, Papaléo. Pronto.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – (...) amanhã, de amanhã em diante. Eu sento aí e aposto que às seis e meia eu encerro a sessão. Eu encerrava.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, eu só... Pronto, Papaléo. Com licença.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu só pediria bom senso, porque aqui, pelo Regimento, são vinte minutos, mas nós temos tido a tolerância. Aí ele passa 23, 24, 25. V. Exª está há trinta minutos.

Senador Pedro Simon, queremos ouvir a opinião de V. Exª. Então, é isso, porque tem outros inscritos. Quando não tem, eu boto aqui o espírito da lei de Montesquieu. Mas no exato momento...

Pedro Simon, queria ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se há alguém que mudou completamente esta Casa, foi V. Exª.

V. Exª, usando a Presidência, alterou completamente o espírito desta Casa, a tradição desta Casa. Oradores falaram duas horas, três horas, e V. Exª deixou. O que eu estranho é que, numa hora que nem esta, num assunto que tem a sua excepcionalidade, V. Exª venha trazer essa realidade. Eu não consigo entender.

Perdoe-me, mas V. Exª... Está me parecendo uma posição que eu não consigo entender.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu vou fazê-lo entender. Já tem tido aqui... Na história do Senado, Rui Barbosa fez um discurso de quatro horas aqui. Lá, do Rio Grande do Sul, Paulo Brossard fazia de três horas. Aí a Mesa Diretora resolveu limitar para uma hora devido a essas conveniências. E nós temos agido no espírito da lei: os que tem tido aqui são quando a honra pessoal é atingida. Aí, se ele está em defesa de sua honra, ele tem ficado aí. Assim eu tenho agido com a minha consciência. Agora, temos oradores aí. Está aqui um que está inscrito e quer saber que hora vai falar.

Então, eu pediria a V. Exª, que tem uma inteligência privilegiada, que use a capacidade sintética e veja... Mas V. Exª já está há 32 minutos, é um tempo muito bom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Meia hora só desse diálogo, Sr. Presidente. Mas estou sem som.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronto, trinta e três minutos, a idade... E eu só queria lhe lembrar que o melhor discurso do mundo foi de Cristo: o Pai-Nosso foi um minuto, 56 palavras. Use aí, pronto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – Se V. Exª ligar o som...

Então, as grandes questões nacionais não estão sendo discutidas. Os parlamentares e partidos políticos estão enfrentando o clamor das ruas na opinião pública. Ainda não conseguimos votar uma proposição importante no plenário do Senado e não se vislumbra, como hoje se viu, como isso será possível isso acontecer enquanto não for resolvida a questão relativa ao Presidente José Sarney. No meu entender, o arquivamento das representações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da maneira como foi feita, não resolveu, suficientemente, as questões suscitadas.

Por essas razões – disse ao Presidente José Sarney hoje, quando ele saiu, que eu iria falar a respeito disso –, quero transmitir aos meus colegas da bancada dos Partidos dos Trabalhadores e a todos os Senadores a minha conclusão de que, para voltarmos à normalidade de funcionamento do Senado, o melhor caminho é que S. Exª o Senador José Sarney renuncie ao cargo que exerce no Senado.

Sr. Presidente, é importante que as pessoas no Brasil todo possam compreender o significado disso. E se há uma forma de o povo brasileiro compreender bem o que isso significa é nós falarmos a linguagem do esporte mais popular no Brasil. V. Exª sabe que quando o juiz observar... Eu estava na função de juiz no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Eu era o terceiro suplente e não chegou a minha vez de dizer o meu voto, mas em virtude da maneira como foi feito, em virtude de o Presidente Sarney não ter aceitado a sugestão de explicar tudo e antes que ele o faça, nas circunstâncias presentes...

Sr. Presidente, o que faz o juiz nos campos de futebol do Brasil para que todos o entendam? Apresenta o cartão vermelho. É isso, Sr. Presidente. Avalio que, nessas circunstâncias, o melhor passo para a saúde do Senado Federal e do próprio Presidente José Sarney é o simbolizado neste cartão vermelho, ou seja, que ele deixe a Presidência do Senado e permita que o Senado volte aos seus trabalhos normais.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria transmitir aos Senadores nesta tarde e inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Você ainda tem mais tempo. Dei cinco minutos. Ainda tem dois minutos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador José Nery me pede um aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Suplicy, o senhor aborda com muita propriedade as questões que mereceriam ser esclarecidas no Conselho de Ética relacionadas com as denúncias que envolvem o Presidente José Sarney. O Conselho de Ética teve pouca preocupação com o exame de forma muita clara e transparente das denúncias contidas nas representações e preferiu arquivá-las. Quero louvar aqui a coragem de V. Exª, a sua coerência, que, desde o início, tem dito que, se tivesse condições de votar no Conselho de Ética, votaria pela abertura dos processos, porque o senhor tem a compreensão que todos nós temos aqui: a abertura dos processos não significa condenação antecipada de ninguém, nem do Presidente Sarney; significa a possibilidade de fazer uma investigação e buscar o esclarecimento de todos os fatos. Infelizmente, o Conselho de Ética negou ao Senado, negou aos partidos que ingressaram com aquelas representações e negou ao País...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estão os dois aqui querendo falar.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Bem, infelizmente o Conselho de Ética decidiu não apurar. Recorremos dessa decisão do Conselho à Mesa do Senado, que, na sexta-feira, foi muito rápida – eu nunca vi uma decisão tão célere –, em poucos minutos. Entre a apresentação

do recurso à Mesa e a decisão decorreu pouco tempo, e foi dito que o recurso era incabível e que não deveria ser apreciado pelo Plenário. Diante da posição da Mesa de negar o direito que entendemos estar contido e expresso no Regimento Interno que toda decisão...

(Interrupção de som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Presidente Mão Santa, eu reivindico de V. Exª não um minuto, porque preciso de dois ou três minutos para concluir o meu raciocínio e exijo e postulo...

(Interrupção de som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dois minutos. Há oradores inscritos...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Todas as vezes, Sr. Presidente Mão Santa, há oradores inscritos e são obrigados a ficar aqui duas ou três horas esperando. Muitas vezes realmente nós consideramos o pronunciamento relevante e não interrompemos o orador que está na tribuna, mas lamento que agora, quando vamos tratar de um tema rigorosamente necessário... Quem achar que a crise do Senado está encerrada, infelizmente está contando apenas com o fato do enterro das representações no Conselho de Ética e não está olhando para o quer boa parte deste Senado e o que quer quase 80% da população brasileira: ver esses fatos investigados e, ao final, definir se há culpabilidade ou não dos que são acusados de terem ferido a ética e o decoro parlamentar. Portanto, queria anunciar, Sr. Presidente, que um grupo de Senadores – e convido os que mais desejarem se associar a essa iniciativa – vai encaminhar ao Supremo Tribunal Federal amanhã um mandado de segurança para que a Mesa encaminhe ao plenário o recurso apresentado contra a decisão majoritária do Conselho de Ética, que decidiu não abrir as investigações postuladas nas representações apresentadas pelo PSOL e pelo PSDB. Nesse sentido, conclamo também V. Exª, Senador Suplicy, que, se estiver de acordo, também subscreva o mandado de segurança que trata do exame do recurso pelo plenário. A Mesa não nos concedeu esse direito, mas esperamos que o Supremo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª tinha pedido dois minutos. Foi-lhe concedido mais um.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Eu pedi três.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Exª pediu dois.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Pedi três.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aí, eu o levo para a Comissão de Ética.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª pediu dois e está gravado.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Olha, quem merece estar na Comissão de Ética, infelizmente, está zombando de nós todos aqui e da maioria do povo brasileiro. V. Exª sabe muito bem quem merece esse destino. Eu queria dizer, para encerrar...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não sou responsável pela Comissão de Ética.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Não, mas estou respondendo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª é membro da Comissão de Ética? Eu não sou.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Infelizmente, não. Se fosse, eu saberia como oferecer meu voto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sr. Presidente...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Eu queria, para concluir, Senador Suplicy, dizer que a manifestação...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Nery, eu queria que V. Exª não fosse injusto e prestasse um esclarecimento. O País todo o está ouvindo. V. Exª disse que foi uma decisão da Mesa. Não foi uma decisão da Mesa. Foi uma decisão monocrática e não da Mesa. Então, eu gostaria que, com a responsabilidade que V. Exª tem...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) –... de falar em nome da sua bancada, que esclarecesse se foi decisão da Mesa ou se foi decisão monocrática e a qual partido pertence quem tomou a decisão.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador, eu estou aparteando o Senador Suplicy, mas há essa solicitação de esclarecimento que faz o Senador Heráclito... O Presidente Sarney recebeu o recurso e despachou à 2ª Vice-Presidente da Casa, Senadora Serys Slhessarenko. Eu perguntei se havia sido uma decisão da Mesa e me disseram-me que havia sido consultada a Mesa. Então, nesse sentido, entendi que era uma decisão da Mesa. O que o senhor está afirmando agora é muito grave. Por quê? Se nós fizemos o recurso... Se onze Senadores desta Casa fazem um recurso à Mesa para examinar o recurso que dizia respeito à decisão do Conselho de Ética e o senhor me diz que a decisão foi uma decisão monocrática, pior ainda, por-

que nem sequer o Colegiado da Mesa Diretora teve a oportunidade para examinar o recurso. Por isso, eu diria que, agora, o senhor aduz mais uma razão para que possamos interpor, entrar com um mandado de segurança junto ao Supremo para rever aquela decisão. Se sequer a decisão foi da Mesa, é mais uma razão para tomarmos o encaminhamento.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não havia necessidade de ser da Mesa, Senador. Não havia necessidade, entendeu?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – O nosso entendimento é que...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não havia necessidade. Agora, não se pode acusar a Mesa.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Bem, o que me foi dito é que a Mesa havia sido consultada. Eu estou, aqui, manifestando a V. Exª que, no meu entendimento, o assunto é tão grave... É um recurso a que não caberia uma decisão monocrática. Caberia, então, recurso à Mesa para que se pronunciasse, e se pronunciou ali, pelo arquivamento. Portanto, Senador Suplicy, quero, finalmente, saudar a firmeza, a coragem de V. Exª que, mesmo divergindo de seus Pares, divergindo, aqui, claramente, da postura do Governo, do próprio Presidente Lula, tomou uma decisão, a meu ver, muito difícil de ser compreendida por nós e pelo País, que foi a de intervir na decisão de um outro Poder. Nós, aqui, deveríamos ter os instrumentos e os meios para tomar a melhor decisão em relação aos fatos que aqui ocorrem. Acho que, ali, houve uma interferência indébita do Presidente. Saúdo V. Exª pela coragem de dizer que, se tivesse a oportunidade de votar no Conselho, votaria pela abertura dos procedimentos investigatórios. Infelizmente, o senhor não teve essa possibilidade. Portanto, acho que o tema que o senhor traz nesta noite é relevante para o Senado e para o País, que não vai ficar paralisado porque o Senado, de repente, acha que a crise acabou. A crise só acaba quando houver a devida investigação. Os meus cumprimentos e parabéns a V. Exª.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite um aparte, Senador Suplicy?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu também preciso do aparte, curto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu permito.

Agradeço as palavras do Senador José Nery. Eu havia já concedido, antecipadamente... Havia pedido o Senador Almeida Lima e, depois, os Senadores Cristovam Buarque e Heráclito Fortes. Eu vou procurar ouvir com todo o respeito, se me permitir o Presidente, e não serei longo nas minhas respostas.

Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, V. Exª bem sabe do respeito, da admiração, da consideração que tenho por V. Exª. No entanto, permito-me, neste instante, ser até um pouco cáustico com V. Exª. Acho que o pronunciamento que faz na tarde, na noite de hoje é um abuso das prerrogativas de Senador e nos parece não movê-lo nenhum sentimento de brasilidade, de respeito ao Senado Federal, de patriotismo, diante da não aceitação do resultado legítimo e legal tomado pelo Conselho de Ética. Vejo-o até como uma falta de respeito à maioria, àquela maioria do Conselho de Ética que deliberou pelo arquivamento. Ali, nobre Senador Eduardo Suplicy, tem membros, conselheiros que não trazem na sua história a vontade de aparecer, de querer dar uma de oposição neste momento em que vive o País. E, mais ainda, ali existem conselheiros como eu, que me sinto com autoridade ética e moral à altura de lá estar, não pelos conhecimentos que tenho, pela minha formação acadêmica, mas pela minha história de vida pública. Tenho, aqui, neste Senado Federal, seis anos e oito meses. Nunca sofri uma reprimenda e nunca participei, aqui, de nenhum ato que desabonasse esse perfil moral que possuo. Senador Eduardo Suplicy, eu fui ordenador de despesas como prefeito, já fui ordenador de despesas como presidente de empresa pública municipal e como secretário, e nunca tive o desprazer de uma conta glosada, da devolução de recursos públicos, do uso de passagens indevidas.

(Interrupção do som.)

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nunca respondi a um processo diante de Tribunal de Contas nenhum, diante de Parlamento nenhum, diante de Judiciário nenhum. Mas, agora, como membro do Conselho de Ética, ser achincalhado pelos senhores? Chegam o Democratas e o PSDB, com pessoas que estão aquém da minha estatura moral, para dizer que estão renunciando ao Conselho de Ética porque esse Conselho não está à altura do julgamento dos seus Pares? Eu exijo respeito! E falo, aqui, com a autoridade moral que tenho. Eu não tive, recentemente, que devolver dinheiro ao Tesouro Nacional, pela conta do Senado Federal, por ato ilegítimo nenhum. Nenhum! Portanto, perdoem-me, mas tenho que ser sempre muito sincero. Os senhores estão enxovalhando a imagem do Senado Federal. O Presidente Sarney foi julgado, e o julgamento foi pelo não conhecimento das representações. Eu me recordo, e aqui estava, de quando o Senador José Sarney, aí da tribuna, apontou, item por item, as acusações que sofria, e não ouvi V. Exª fazer nenhum pronunciamento para contestar o que ele havia dito. E olhe que tenho condições aqui, agora, da

minha bancada, em relação a vários itens a que V. Exª se referiu, de descaracterizar todos eles. V. Exª falou do neto do Senador José Sarney, do HSBC. Senador Eduardo Suplicy, quando o neto do Senador foi contratado pelo HSBC, José Sarney não era Presidente. E que fosse! Os impedimentos a partir da diplomação e depois da posse do Senador são próprios do Senador e não de seus familiares. E que ele fosse Presidente! Quando ele deixou de pertencer aos quadros funcionais do HSBC e montou uma empresa, e essa empresa veio a ser contratada pelo HSBC para agenciar financiamentos consignados, e o HSBC contratou com o Senado Federal, o Presidente da Casa não era o Sr. José Sarney. Isso ele já disse às escâncaras, muitas e muitas vezes, e os senhores fazem questão de dizer que não ouviram as explicações dele! E que essa empresa saiu tão logo ele reassumiu a Presidência desta Casa. Só que eu vou mais além. Digamos, por exemplo, que tivesse havido concomitância entre os atos do neto do Presidente Sarney com o HSBC e o Senado Federal... concomitância com a Presidência do Sr. José Sarney. Não havia, como não há, nenhuma ingerência, nenhuma influência em captação de empréstimos consignados. V. Exªs precisam saber, tomar conhecimento como é que esses empréstimos consignados são efetivados. Eu sei, nobre Senador Eduardo Suplicy, que não precisa de diretor nenhum da Casa; não precisa de funcionário nenhum da Casa; muito menos de Senador membro integrante da Mesa. Posso fazer uma demonstração neste computador para V. Exª e para toda a Casa. O funcionário do Senado Federal, efetivo ou com cargo em comissão, pega o seu computador, vai à Intranet, na página do Senado, acessa o contracheque e, com a sua matrícula... Isso pode ser o funcionário do gabinete do Senador Pedro Simon lá no Rio Grande do Sul. Se ele tiver um cargo em comissão no gabinete dele, servindo no Estado, lá em Passo Fundo, ele, lá em Passo Fundo, sem precisar nunca ter vindo a Brasília, ele vai ao computador, acessa, retira ali os seus três últimos contracheques, vai lá e busca uma declaração, ali mesmo...

(Interrupção do som.)

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Sem pedir a interferência de diretor nenhum, obtém a declaração de quanto ele pode consignar, de quanto ele pode comprometer do salário dele mensalmente naquele financiamento. Então, ele retira ali, na Internet, sozinho, lá distante. De posse desse documento, ele o assina e procura um dos quinze bancos que têm o nome expresso nesse documento chamado margem consignável. Ele procura um banco dentre os quinze, entre eles o Banco do Brasil, Caixa Econômica e assim vai. Entre tantos, o HSBC. Qual a influência, mesmo que tivesse havido concomitância entre o exercício... entre o contrato assinado pelo neto do Presidente Sarney e o HSBC com o Senado Federal e ele na Presidência? E não houve concomitância. E mesmo que tivesse havido! Isto é um absurdo: chegar e sugerir que o Presidente precisa se afastar da Presidência para haver uma investigação! Nem precisa se afastar da Presidência, nem precisa haver investigação. Isso é inteligência mediana. Segundo aspecto, e poderei... Vou encerrar no segundo, mas poderia trilhar aqui um por um. Mas, se desejar, trilharei um por um. Fundação José Sarney: José Sarney emprestou o seu nome a uma fundação, e o patrimônio. Isso está no Código Civil: para todos aqueles que constituem fundação, o instituidor, automaticamente, se retira. Se eu perguntar a V. Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, qual o cargo que o Presidente José Sarney ocupa na Fundação José Sarney... Veja a Fundação José Sarney, com ele vivo, *mutatis mutandis*, o que existe na Fundação Roberto Marinho, ele falecido, e em tantas e tantas outras fundações! Ele não tem nenhum cargo de gerência, de administração, ele não é gestor. Apura-se uma questão na Fundação José Sarney no Maranhão e o responsável é ele aqui. Que absurdo! E aí os senhores pegam esses fatos, dão a dimensão que eles não possuem, e a imprensa multiplica essa dimensão, dá conhecimento a todo o Brasil...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, um minuto para concluir esse contundente aparte.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – E aí divulga para todo o Brasil, e o Senado está em crise. O Senado está em crise. Que coisa ridícula! Aí vamos aqui para o namorado da neta, o namorado da neta. Qual é o parentesco? Qual é o parentesco do namorado da neta com ele? Digamos que fossem casados. Sim, por afinidade, em linha reta, ou por consanguinidade, em linha reta, é impedido até o décimo grau, vigésimo, infinito. Mas é namorado, não é companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, V. Exª prova que tem uma das inteligências mais privilegiadas desta Casa. Vamos ser sintéticos.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Eu gostaria era de discutir e não ficar apenas blasfemando, negando a verdade, sem discutir fatos. Quero é discutir fatos. Os fatos são estes: não tem nenhum parentesco, não tem nenhum parentesco com ele. A neta e o namorado não estão em regime matrimonial, não são casados, não coabitam. Até já se afastaram. O rapaz

é competente. Alguém diz: "Mas o Presidente interferiu para pedir um cargo em comissão!". Gente, deixe de hipocrisia! O cargo é em comissão. E, a natureza da sua investidura, a natureza da investidura do cargo em comissão é por injunção política mesmo. E quando deixou de ser por injunção política? E qual a ilegitimidade disso? Eu queria olhar para a face, para o rosto do Senador José Nery, mas tão logo me foi concedido o aparte ele se ausentou. Eu gostaria de olhar rosto a rosto, face a face essas pessoas. E aí o Senado está em crise. Crise coisa nenhuma! A responsabilidade do Governo é colocar maioria aqui no plenário. Disse isso ao Presidente José Sarney. Não é responsabilidade dele, mas das lideranças da base do Governo colocar maioria. Compete à Casa discutir, debater e deliberar. Nós estamos discutindo e debatendo, falta deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Almeida Lima, um minuto para concluir o aparte; um minuto para o Suplicy encerrar; e um minuto para eu dar a vez para o próximo orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sou o primeiro inscrito.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Portanto,...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu creio que eu fui o primeiro. É ele quem escolhe...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – RS) – Ao Senador Cristovam Buarque eu havia concedido o aparte...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – ...o que se precisa – e já vou concluir – é respeitar o Senado Federal. O que está faltando é respeito a esta instituição. Os senhores estão abusando, agredindo, enxovalhando a dignidade do Senado Federal. E eu estou aqui a afirmar isso com a autoridade moral que tenho! Com a autoridade moral que tenho! Embora seja contrário a esses procedimentos que estão aí a quererem adotar, da ficha limpa, eu tenho ficha limpa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concluiu, não é? Apenas não saiu o som.

Gostaria que V. Exª concluísse para eu dar a palavra ao Flexa Ribeiro, que está inscrito, pacientemente, desde cedo, com a documentação, como Líder do PSDB.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Trinta segundos para agradecer a V. Exª. Como disse, pode ser cinco minutos. Portanto, acho inclusive que esse procedimento que estão falando aí, de ficha limpa, isso é fascismo também, está errado. E falo com a autoridade de quem tem ficha limpa. Agora, sinceramente, vamos terminar com essa postura de abuso, com essa tentativa de desmoralizar o Senado Federal, porque, como o outro disse ali, anteriormente, o Senado não vai sair desmoralizado, não; mas são os próprios Senadores que sairão desse imbróglio desmoralizados. Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Almeida Lima, quero dizer que respeito a defesa que faz, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, um minuto para encerrar. E eu convoco os dois, sexta-feira, para uma sessão de seis horas. Aí V. Exª será o promotor, e o advogado de defesa...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Suplicy, me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou conceder o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sexta-feira, eu convoco, como Presidente deste Estado, V. Exª para vir aqui. Vai ter três horas, e o advogado de defesa, três horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Preciso respeitosamente dizer ao Senador Almeida Lima que ele não me convenceu, porque os seus argumentos não foram suficientemente esclarecedores nos três pontos. Primeiro. Sim, o Presidente José Sarney não era ainda Presidente, era Senador, quando houve a contratação e a influência de um dos seus netos para... Conforme registrei, aconteceu que foi só após a contratação da empresa do seu neto...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, esse julgamento está maior do que o de Nuremberg, da última Guerra Mundial, do nazismo, lá na Alemanha. Não termina. Em vinte dias terminaram, e aí está demais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A maneira como uma após outra pessoa relacionada à família foi indicada, no meu entender, quebra padrões éticos. Então, foi por essa razão que eu apresentei o cartão vermelho para o Presidente José Sarney, avaliando que o melhor para o Senado é que ele agora renuncie.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Suplicy, em primeiro lugar, quero dizer, Senador Mão Santa, que fiquei muito impressionado com a defesa do Senador Almeida Lima e não consigo entender como é que os amigos e seguidores do Senador Sarney não deixaram os processos irem a julgamento para que todas essas explicações fossem dadas. Tenho certeza de que ele era capaz de convencer, com esses seus argumentos, com sua inteligência, Senador Almeida Lima, que essas denúncias são falsas. Por que esconder esses processos? Por que esconder as denúncias? Estão jogando, os seus amigos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para prorrogar a sessão por mais uma hora. Já foi prorrogada, mas ainda há alguns oradores inscritos.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – A sensação que eu tenho é de que os amigos do Senador Sarney jogam contra ele. E a prova é esta: têm todos os argumentos, mas não convencem, porque não foram apresentados no lugar certo. Nesse sentido, quero me solidarizar com o Senador Suplicy e dizer da sua felicidade em trazer esse assunto para mostrar que não acabou a crise no Senado. Mas, sobretudo, o senhor conseguiu hoje aqui mais do que todos que falaram nesse assunto ao longo dos últimos dois meses; o senhor conseguiu um símbolo da luta. Imagino, a partir de amanhã, as pessoas, no Brasil inteiro, carregando cartões vermelhos. Imagino as pessoas colocando cartão vermelho no bolso das suas roupas. Imagino as crianças, os jovens carregando cartão vermelho nos seus cadernos, graças a sua genialidade, Senador Suplicy. Há quanto tempo falo nesse assunto e não consegui pensar em uma maneira de despertar a opinião para o caso. O senhor, com um simples gesto, mais importante do que a fala, conseguiu trazer um símbolo nessa luta de todos para que os assuntos e as denúncias neste Senado sejam todos apurados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para que o Senado possa, então, apresentar aqui o cartão verde, a minha sugestão...

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...com todo respeito e amizade ao Senador José Sarney,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Depois do...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...é que ele renuncie.

Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vai participar, Heráclito, para encerrar?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Suplicy, V. Exª faz um belo discurso. Não aguentei, não resisti e saí do meu gabinete para assisti-lo. Aliás, gosto muito quando V. Exª fala. Agora, o discurso de V. Exª hoje peca por um aspecto: não é sincero. V. Exª está tentando se justificar pelo grande desgaste que involuntariamente caiu sobre as suas costas, no final de semana, na opinião pública de São Paulo. E V. Exª, um marqueteiro que é...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Exª tivesse prestado atenção... V. Exª pode sair às ruas de São Paulo comigo e saberá...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...como é que a população...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque V. Exª, ao começar a dizer já...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...de uma maneira que eu não estaria falando com sinceridade, V. Exª...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu entrei no fundo da questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...não está falando a verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Entrei no fundo da questão. Posso continuar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª não está dizendo a verdade, para começar, para começar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É muito simples, contra fatos não há argumentos. V. Exª não assinou o recurso que o Senador José Nery assinou! Por que V. Exª não assinou o recurso, se é tão sincero esse seu sentimento de agora?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador José Nery...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por que V. Exª não assinou, para ter legitimidade de estar dizendo aqui hoje o que está dizendo?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador José Nery sabia...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por que V. Exª não assinou?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Senador José Nery sabia do meu apoio ao recurso expresso...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por que V. Exª não assinou?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque ele foi expresso de uma maneira oral e expresso inúmeras vezes... V. Exª me ouviu! V. Exª sabe que eu falei a verdade naquele dia, como estou falando hoje de maneira consistente! V. Exª me ouviu falar aqui desde o começo de julho: Senador José Sarney, recomendo a V. Exª que se licencie. Falei com ele ali, conforme descrevi há pouco, olho no olho...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Posso continuar, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E minha posição continua essa de estar defendendo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Posso continuar, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou defendo aquilo que tantas vezes ouvi...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, V. Exª concedeu um aparte ao Heráclito...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Posso continuar, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva dizer a mim: para nós do Partido dos Trabalhadores a ética é muito importante. E é por essa razão e porque sempre tenho procurado agir de maneira a procurar a verdade para alcançar a justiça é que tenho recomendado ao Presidente José Sarney que faça a defesa em profundidade de todas as questões que foram assinaladas.

Senador Heráclito Fortes, V. Exª não estará sendo justo comigo, não está agindo de maneira correta ao querer dizer que não fui sincero! Cada pessoa, seja ali, andando no Parque Ibirapuera, na fila, na entrada do cinema, no restaurante, onde quer que eu estivesse, ao final da minha aula, onde meu professor antigo veio falar comigo...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "... Senador Suplicy, nós esperamos de você que fale..."

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nunca o vi tão nervoso. V. Exª é um homem calmo, um professor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É claro! Quando V. Exª não age com correção, quando V. Exª quer me acusar de algo que não é verdadeiro, eu aqui bato na mesa, eu aqui coloco o cartão vermelho para V. Exª! Se V. Exª não age com respeito a mim, V. Exª sabe que eu ajo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy, eu peço para encerrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... com a assertividade que se faz necessária neste Senado! V. Exª quer é desviar o assunto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª me permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª precisa agir com a altivez que muitas vezes o caracteriza e com o respeito que a mim tem tido. Mas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª permite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...se começa a desviar para não falar a verdade eu vou agir com essa determinação.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª permite que eu mostre que V. Exª não foi sincero? V. Exª permite? Para o Brasil ouvir que V. Exª não está sendo sincero? Vou mostrar por quê.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou sendo sincero.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou mostrar por quê. Vou mostrar por que V. Exª não está sendo sincero.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por quê? Vai dizer!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou mostrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E eu vou lhe explicar por quê!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou mostrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, diga!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou mostrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –Diga!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vou mostrar. Espere! Calma!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou esperando.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Zezinho, por favor, um suco de maracujá para o Senador. Urgente! Mas, Senador Suplicy, quando eu digo que V. Exª não está sendo sincero, eu digo com o maior constrangimento, porque eu tenho por V. Exª o maior apreço, o maior carinho. Mas V. Exª não está sendo sincero.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou sendo sincero.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não está sendo sincero.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Diga, então.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Calma, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu lhe direi.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Calma, calma. V. Exª se arvora de um direito de juiz que não é para dar cartão vermelho, inclusive a mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro! Se V. Exª não é justo, se V. Exª quer distorcer o fato, eu lhe apresento um cartão vermelho.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª devia guardar esse cartão vermelho para apontar para o Presidente Lula, que é o responsável por essa crise toda. E V. Exª não teve coragem de lhe apontar o cartão vermelho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu digo e direi...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Cartão vermelho para o Lula, porque foi quem invadiu o campo aqui, foi quem invadiu as dependências do Senado. Cartão vermelho para o Presidente Lula, que deu cartão amarelo para o Líder do seu Partido, o Senador Mercadante.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª não tem coragem de dar cartão vermelho a Lula. Por que não dá o cartão vermelho aí, para o País todo ver? Porque o responsável disso tudo, quem foi? Seja sincero. Quem foi o responsável por isso tudo?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu vou dizer, se V. Exª me der...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agora, o que a Nação brasileira espera é que V. Exª venha aqui falar sobre o escândalo que envolve o Governo de V. Exª e a Receita Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Em que doze funcionários de carreira e de confiança pediram demissão pela intromissão indevida de agentes do Governo na Receita Federal, fato nunca assistido e nunca visto, nem no período da revolução. V. Exª não está sendo sincero, porque V. Exª está desviando o foco...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou sendo sincero e vou provar a V. Exª...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Só há uma coisa que eu não acho...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E vou provar a V. Exª que estou sendo sincero inclusive com o Presidente Lula, se V. Exª esperar...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E peço a V. Exª: não queira ser juiz de futebol. Não é um exemplo para V. Exª.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A máfia do futebol está aí. A CPI, envolvendo corrupção e juízes, tramitou por esta Casa. Não queira ser V. Exª juiz de futebol. Queira ser um Senador da República que honra os milhões de votos que teve em São Paulo. Os juízes que decidem, muitas vezes, através da máfia, para beneficiar Partido A ou Partido B... Não use isso, que lhe diminui. Use a palavra e não o cartão; use o argumento e não o gesto. Esse gesto o diminui. Esse gesto envergonha São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De maneira alguma!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Até porque V. Exª não foi...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De maneira alguma!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª não foi escolhido por ninguém para ser juiz.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem... Quem...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu levo esse cartão vermelho que V. Exª me aplicou como um troféu. Um troféu indevido...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem me escolheu para juiz foi o Senado Federal. As regras do Senado Federal...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não para usar cartão vermelho aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu fui escolhido para ser membro do Conselho de Ética.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Exª não está sendo sincero. Porque V. Exª está tendo aqui...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – ...um comportamento antolhado, o que só vê em frente e não vê dos lados. Se cala com a corrupção que grassa no Governo. Vai para as CPIs para botar debaixo do tapete e obstruir as apurações dos fatos. Foi assim na CPI das ONGs. Quantas vezes V. Exª obstruiu aquela apuração! Portanto, não lhe dá autoridade, nem aqui nesta Casa, de impor cartão vermelho a ninguém. Pelo menos a mim eu não aceito. Não aceito, e digo isso com a sinceridade de um admirador de V. Exª. Agora, esse seu discurso insincero para fazer, para justificar meia dúzia de amigos que o criticaram, não está à altura dos milhões de votos que São Paulo lhe conferiu.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, necessito do tempo suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. O tempo suficiente usou. Tem um minuto.

Ô Suplicy, assim, eu desligo isso tudo, vou me embora e encerro. Vamos encerrar e acabou. Quem... Olha aí, quem está com o apito aqui sou eu. Eu encerro e acabo. E o seguinte: atentai bem, V. Exª estava no banco de reserva. Só quem dá cartão vermelho é quem está no campo, ou como juiz, ou pode pegar... V. Exª ou o seu Partido lhe colocou como suplente da coisa. Então, vamos ter paz e bem, entendimento... Assim, eu encerro a sessão, e está encerrada. E convoco para sexta-feira, V. Exª como promotor do caso e Almeida Lima como advogado. Aí tem o dia todo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Art. 14, eu preciso para…

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Mas V. Exª é que citou os outros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o Senador Heráclito Fortes fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª está na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...um libelo de tal ordem... E se V. Exª não permitir que eu aqui coloque...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Um minuto para concluir. Fica bonito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu resolvi, e com toda sinceridade, Senador Heráclito Fortes, aqui transmitir com veemência aquilo que disse, inclusive porque avalio que lá no Palácio do Planalto o Presidente Lula precisa saber que, da mesma forma como tantas vezes ele mencionou, que a ética para nós do Partido dos Trabalhadores é tão importante, que a minha ação hoje é de justamente levar em consideração a sua recomendação feita a mim tantas vezes...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vai levar o cartão vermelho para Lula ou não vai?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E portanto, Sr. Presidente,...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vai apontar o cartão vermelho para o Presidente Lula ou não vai?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Presidente Lula sabe muito bem aquilo que é a minha voz, com toda a sinceridade que ele está escutando hoje...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Merece o cartão vermelho o Presidente Lula, ou não merece?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Porque, ainda hoje pela manhã, na visita ao Senador Aloizio Mercadante, que estava acompanhando o Presidente Lula e que faria um pronunciamento com esse teor...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É, porque futebol tem fim também, não é? Nós não vamos botar nem prorrogação e nem pênalti neste jogo.

Convidamos para usar da palavra, como orador inscrito, Flexa Ribeiro.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, enquanto Flexa Ribeiro assume a tribuna, falando como representante e Líder do PSDB, conforme o documento.

Pela ordem, o Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, V. Exª deve se recordar que, por ocasião do aparte do Senador Cristovam Buarque, ele fez uma referência expressa ao meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª falará pelo art. 14, que dá direito a cinco minutos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Exª. E falarei daqui mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ou da tribuna. De onde V. Exª desejar.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Para dizer exatamente o seguinte: S. Exª, já que no momento não se encontra no plenário, o nobre Senador Cristovam Buarque, que tem tido um jeito todo especial e sábio de abusar e de agredir também o Senado Federal, em seus diversos pronunciamentos, mais uma vez ele o faz no aparte ao nobre Senador Eduardo Suplicy, quando disse que ficou surpreso pela condição que eu apresentei de estabelecer justificativas para os fatos objeto da representação ou das representações contra o Presidente Sarney. E com base nessa argumentação ele diz, conclui, que seria correto que as representações tivessem sido acatadas, porque a investigação aconteceria, e eu poderia muito bem, ou o Senador José Sarney poderia muito bem, estabelecer as explicações, e ele, Senador Cristovam Buarque, as ouviria, entenderia e poderia absolver o Senador José Sarney.

A minha palavra, em explicação pessoal, com base no art. 14, é para dizer que o Senador Cristovam Buarque falta com a verdade também. Está sendo insincero. Porque o Senador Cristovam Buarque não está com os ouvidos abertos para ouvir explicação de quem quer que seja. S. Exª tem o propósito de denegrir a imagem do Presidente José Sarney e tem o propósito de enxovalhar o Senado Federal.

Não diga agora que não fez a proposta ao Brasil para um plebiscito, visando à extinção do Senado Federal. S. Exª está em fim de carreira? O Senado Federal não mais lhe serve? S. Exª não imagina mais ser reeleito por Brasília, pelo Distrito Federal, e retornar a esta Casa? Então, depois de usá-la, vamos agora atirar pedras na Geni? O Senado Federal é a Geni do Senador Cristovam Buarque? Isso, Sr. Presidente, é abuso. Isso é enxovalhar a instituição Senado Federal.

É preciso que esses Senadores respeitem esta Casa – respeitem esta Casa! E não devemos admitir esse tipo de comportamento. Dizer que as representações poderiam ser aceitas para as explicações e que ele as ouviria? Não é verdade. Ele está pronto e preparado para ouvir; dizer que não ouviu? Entender

e dizer que não entendeu, para que o Senado Federal continue a sangrar, porque esse é o seu desejo; porque é um desejo voltado para as câmeras no dia de hoje, na perspectiva de uma tábua de salvação para a sua eleição em 2010. Isso não vamos mais aceitar.

Essa, Sr. Presidente, era a minha explicação pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço, porque V. Exª falou justamente em cinco minutos, conforme o Regimento.

Agora vamos ler:

> "Sr. Presidente, comunico a V. Exª que o Senador Flexa Ribeiro usará da palavra por delegação da Liderança do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, na sessão de 25/08, no período [...]
>
> Atenciosamente, Arthur Virgílio."

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro como Líder do PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, quero agradecer a V. Exª, porque esperava pacientemente, desde as 15 horas, para que pudesse usar da palavra pela Liderança do meu Partido.

E quero lamentar o que ocorreu aqui, ao longo dessas últimas horas. O telespectador da TV Senado, o ouvinte da Rádio Senado sabem muito bem avaliar a postura dos Senadores que aqui se apresentam diante das câmeras e dos microfones.

Vim aqui hoje, Presidente Mão Santa, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para fazer um pronunciamento que deveria ter feito desde a semana passada, sobre a viagem que fiz ao interior do meu Estado, visitando vários Municípios e vendo as dificuldades por que passam aquelas pessoas que lá habitam, para trazer depois, para a tribuna do Senado Federal, o pleito de milhares de paraenses que não são atendidos pelo Governo que lá está instalado.

Na semana passada, retrasada, melhor dizendo, saí daqui de Brasília, na quinta-feira, ao final da manhã. Chegando a Belém, desloquei-me até Paragominas, parando antes, em Mãe do Rio, importante Município do nordeste do meu Estado, onde tive a oportunidade de fazer uma reunião política com o ex-Prefeito Saraiva. E, continuando até Paragominas, com a presença do Prefeito Adnan, do Deputado Federal Geraldo Coutinho, do Deputado Estadual Bosco Gabriel, do ex-Governador Simão Jatene, de lideranças, do Vice-Presidente da Fiepa e Suplente de Senador Sidney Rosa, de lideranças empresariais daquele Município, fizermos uma reunião, para que Paragominas pudesse levar o exemplo que deu resultado: considerado hoje como um exemplo nacional de boa administração de um Município verde, era um daqueles Municípios que estavam incluídos na operação Arco de Fogo – indevidamente, porque estava incluído pelo seu passado e não pelo seu presente, ou seja, pelo estoque de desmatamento, Presidente Mão Santa, que ocorreu em décadas passadas. E ele, hoje, é um Município-modelo, reconhecido até por esse Ministro que gosta de pirotecnia – mas que reconhece isso, repito, como o fez na audiência, também de duas semanas atrás, na Comissão de Infraestrutura.

À noite, fizemos uma visita à 43ª Feira Agropecuária de Paragominas, talvez a mais importante feira agropecuária de dezenas que existem em vários Municípios do meu Estado, porque o Estado do Pará tem o quarto ou quinto rebanho bovino do Brasil. A Feira Agropecuária de Paragominas é ranqueada no nível nacional.

Na sexta-feira, retornando a Belém, paramos em Ipixuna do Pará e também fizemos uma reunião com o ex-Prefeito José Orlando. Quero mandar um abraço aos nossos amigos de Ipixuna do Pará e dizer que a justiça tarda, mas chega: brevemente, vamos ter o ex-Prefeito José Orlando assumindo a função de Prefeito daquele Município pela vontade do povo, porque os malfeitos durante o processo eleitoral do ano passado já estão em fase de julgamento pelos Tribunais Eleitorais.

Fomos também a São Miguel, Município que tem, na indústria cerâmica, seu polo de desenvolvimento. Lá conversamos com os nossos companheiros, o Presidente do Sindicer, Sindicato da Cerâmica de São Miguel, Raimundo Barbosa, e sua Diretora, a Márcia, e visitamos, Senado Flávio Arns, o laboratório que está sendo construído naquele Município, que vai fazer a análise das argamassas e preparar mão-de-obra para aquele polo ceramista.

O hoje já organizado Polo Cerâmico de São Miguel vai proporcionar ao Estado a exportação de cerâmica vermelha, sejam tijolos ou telhas. Já é autossuficiente em sua produção, diferentemente, como disse aqui, de quando saudei o encontro da indústria cerâmica nacional, que ocorreu em meu Estado. O Estado do Pará era importador do Piauí, Senador Mão Santa, Senador Claudino – era importador de tijolo e de cerâmica do Piauí. Hoje é autossuficiente em função do Polo Cerâmico não só de São Miguel, mas de outros Municípios.

Tive a oportunidade de fazer uma emenda de R$100 mil, para que esse laboratório de análise para melhorar a qualidade da cerâmica de São Miguel pudesse ser rapidamente concluído. Disse ao Presidente do Sindicato, Raimundo Barbosa, que esses recursos podem e devem ser liberados imediatamente pela Governadora Ana Júlia. Esses recursos dizem respeito às emendas de 2007. Repito aos meus companheiros de São Miguel do Guamá: de 2007! E esses recursos estão

disponibilizados no Tesouro do Estado desde aquela época, e a Governadora tem o dever de liberar imediatamente esses recursos para que possa ser concluído o laboratório de cerâmica lá de São Miguel.

No sábado, fomos a Santarém em companhia do Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves, do Deputado Estadual Megale, do Deputado Estadual Von.

De Santarém, depois de uma breve reunião, fomos até Trairão. E quero aqui me referir à reunião, lá em Trairão – na realidade, no distrito de Caracol, no Município de Trairão. Lá, nos deparamos com milhares de famílias na mesma situação que se encontram as famílias atingidas pela Flona do Jamanxim, a que aqui já me referi no Município de Altamira, Município de Novo Progresso, distrito de Castelo dos Sonhos.

Lamentavelmente, eu quero dizer que fico realmente preocupado de ver como a criação, Senador Inácio Arruda, de reservas, sejam elas de qualquer tipo, atinge diretamente a vida de milhares de brasileiros. É lamentável! É lamentável!

E há pouco, no início da sessão de hoje, o Senador Expedito Júnior fez um depoimento em que dizia que era necessário que nós aprovássemos um projeto, Senadora Rosalba, que não permitisse mais que a criação de reservas fosse feita por decreto do Executivo. Decisão monocrática: o Presidente define criar uma reserva, seja ela extrativista, seja ela de preservação, seja ela indígena, e nem os Estados, nem os representantes dos Estados no Congresso Nacional, e em especial no Senado Federal, são sequer ouvidos. Então, existe um projeto do Senador Mozarildo e um projeto do Senador Flexa Ribeiro nesta linha, de que, para que se criem novas reservas, Senador Inácio Arruda, seja ouvido o Senado Federal. E eu espero ter o apoio de V. Exª. Não somos contra a reserva. Apenas que o Senado Federal possa fazer o aprofundamento dos estudos para ver como é que serão atingidas aquelas pessoas.

A legislação diz que, para se criar uma reserva, é necessário que se façam audiências públicas. Essas audiências públicas são feitas para inglês ver. Ou seja, os resultados das audiências públicas não são levados em consideração por ocasião da assinatura dos decretos. Em todas as audiências públicas, o resultado é contrário à criação da reserva nos moldes como ela está sendo proposta. E, lamentavelmente, contra a decisão da população atingida, da população abrangida naquela área que deve ser preservada, o Presidente baixa esses decretos.

Depois de baixado o decreto, para que a reserva esteja legalizada, é preciso que seja feita a demarcação da área, e é preciso que se faça o levantamento das pessoas que lá estão habitando para reconhecer os direitos de terceiros. Isso também não é feito, Senador Inácio Arruda; também não é feito.

Então, o Governo cria a reserva e não dá a menor satisfação para aqueles brasileiros que lá estão. Senador Paulo Paim, V. Exª que é defensor aqui dos oprimidos, dos mais fracos, V. Exª precisa conhecer a realidade da Amazônia. V. Exª precisa ir até lá, a uma dessas reservas, ver as condições com que essas famílias que lá se encontram há décadas estão sendo aterrorizadas; estão sendo achincalhadas pelo Ibama, como um órgão repressor, e não como um órgão de orientação como deveria ser.

E, aí, o terceiro ponto: para que haja, realmente, a configuração da reserva deveria, Senador Almeida Lima, haver o pagamento dos valores corretos pela indenização das benfeitorias daquelas famílias. Nada disso é feito pelo Governo. Nada! O Governo só toma duas medidas: baixar o decreto e expulsar as famílias que lá estão. E não vai ser dessa forma. Não será dessa forma. O povo que lá se encontra não deixará aquela área se não houver, por parte do Governo, um entendimento para que, ou seja revista a demarcação das Flonas, livrando exatamente essas pessoas que lá estão, e que seja ampliado na direção em que não haja ocupantes, ou, então, nós vamos ter realmente um conflito muito sério, muito grave não só no Estado do Pará, como no Estado de Rondônia, como disseram aqui os Senadores Expedito Júnior e Valdir Raupp, e também em outros Estados da Amazônia brasileira.

Eu lamento – lamento só – que a Governadora que foi eleita por todos esses paraenses não dê atenção a essas pessoas e, muito pelo contrário, coloque a Polícia Militar, em apoio à Polícia Federal, à Força Nacional, como se já não bastassem essas duas forças, e a Polícia Civil, para bater nos trabalhadores, expulsar os trabalhadores das suas terras legitimamente ocupadas ao longo de décadas.

Quero dizer aos meus amigos de Trairão, do Caracol, à Vereadora Betona, aos Vereadores do Caracol, à Janete, que é Presidente da Câmara; aos empresários; a Bento Meneguine, Presidente da Associação de Agricultura do distrito de Santa Isabel; ao Prefeito, que é do PMDB, Danilo Miranda; ao Vice-Prefeito Izael Torres, que é do PT e que também não concorda com aquela situação; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, o Cícero; a todos eles, todos eles sem exceção de qualquer coloração partidária – PT, PSDB, PMDB, DEM –, qualquer um se coloca contrário à atuação do Governo Federal e estadual, da forma como eles se comportam em repressão, em opressão ao povo trabalhador lá de Caracol.

E quero aproveitar aqui, porque tenho certeza de que os nossos amigos de Caracol e de Trairão estão

assistindo à TV Senado ou ouvindo a Rádio Senado, porque me foi lá solicitado que pudesse fazer um contato com a Oi/Telemar. Os telefones fixos lá de Caracol não estavam funcionando a contento. Quero dizer que já fiz esse contato, e a Telemar já está providenciando... Há um acúmulo de ligações que ultrapassou a capacidade da central, e a Telemar me garantiu que está providenciando a ampliação da central, para que os amigos de Caracol possam usar a telefonia fixa e ter comunicação com o resto do mundo.

Com relação ao telefone público tanto da comunidade de Santa Luzia, quanto da comunidade de Tucunaré – também a Vereadora Betona –, esses telefones públicos estão sendo já verificados pela Telemar, para que possam ser instalados, porque as duas comunidades atendem à exigência da lei, porque uma tem 300 habitantes e a outra 200 habitantes. Diz a Lei Geral das Telecomunicações que, em comunidades de mais de 100 habitantes, é obrigado haver um telefone público para atender a comunidade.

Esta semana estivemos em Tomé-Açu, um Município importante que se prepara para comemorar agora, no próximo dia 16 de setembro, os oitenta anos da imigração japonesa para a Amazônia.

Comemoramos no ano passado, aqui no Congresso Nacional, o centenário da imigração japonesa para o Brasil – colocamos um grande mural composto por mais de mil e quinhentos *origamis* na Câmara. Este ano, a colônia japonesa comemora os oitenta anos da imigração japonesa para a Amazônia e, em especial, para o Pará.

O Pará tem o dever de agradecer à colônia japonesa por toda a ajuda dada ao desenvolvimento do nosso Estado, que tem a terceira maior colônia japonesa do Brasil. Tomé-Açu é um município que tem uma colônia da maior importância, tendo lá, além da pecuária, fruticultura e agricultura movimentadas pela colônia japonesa.

Estivemos lá também com o ex-Governador Jatene, com o Deputado Federal Zenaldo, com o Deputado Estadual Bosco Moisés, com o ex-Prefeito Eudes. Chegamos lá na sexta-feira para uma reunião, que aconteceria à noite, e saímos no sábado. Mostramos aos nossos amigos de Tomé-Açu o acórdão do TRE que cassa o prefeito que está lá indevidamente: o Prefeito Eudes vai poder voltar à prefeitura pela vontade do povo de Tomé-Açu.

Lamentavelmente, preciso aqui registrar algo que eu nunca tinha visto. Não sei se esse tipo de coisa ocorre no Nordeste, Senadora Rosalba. Eu assisti, em Tomé-Açu, a alguma coisa que me espantou, Senador Paulo Paim. O Ministério Público Estadual deveria até ir lá verificar isso. Existia um ginásio coberto, com arquibancada e tudo, que tinha sido feito na administração do Prefeito Eudes com recursos de emenda do Deputado Zenaldo Coutinho. O atual Prefeito, com o propósito de reformar o ginásio, derrubou o ginásio todo, simplesmente o derrubou! Ou seja, o dinheiro público, obtido junto à população através dos impostos pagos, foi ao chão com o ginásio só porque tinha o nome do Deputado Zenaldo Coutinho. Isso...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª sabe que é meu irmão camarada – e faço uma homenagem ao Roberto Carlos, cinquenta anos. Olha, o seu discurso está tão lindo, tão lindo, que tenho medo que V. Exª não continue tão inspirado, por isso, se fosse V. Exª, eu terminaria logo, neste minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu agradeço a V. Exª até pela motivação que dá não só a mim, mas a todos os Senadores que vêm à tribuna. Entretanto, V. Exª deveria deixar de usar de ironia para com seus pares e fazer valer o Regimento para todos os Senadores. Eu sou a favor do cumprimento do Regimento. Se o Regimento diz que eu tenho de falar vinte minutos, então que eu fale vinte minutos. Agora, V. Exª não pode querer impor a um Senador vinte minutos e a outro Senador dar três horas. Não faça isso! Não faça isso! V. Exª, que gosta de ler a Bíblia, faça como Salomão: seja justo, seja justo com todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu confesso que errei mesmo. Eu gostaria de ter dado três horas para V. Exª e três minutos para os outros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Exª não interromper o meu raciocínio, chegarei já à conclusão. Eu já estava próximo do fim. V. Exª vai fazer eu voltar ao começo se me interromper da forma como interrompe o raciocínio de quem está na tribuna.

Mas, como eu dizia, eu gostaria que o Ministério Público do Pará pudesse verificar esse assunto lá em Tomé-Açu e cobrar do Prefeito a responsabilidade – do Prefeito que hoje está à frente da prefeitura – por ter destruído um próprio municipal.

Estivemos também fazendo uma reunião em uma área de um bairro que, em apenas um ano, já tem mais de mil famílias, mas que não tem água. Esse bairro vai ter o nosso apoio – do Senador Flexa Ribeiro e do Deputado Zenaldo Coutinho – com uma emenda para que, pelo menos, possa ter água, porque nem água esse bairro tem para sua população.

Quero mandar um abraço, então, e agradecer aos Vereadores que lá estiveram conosco: Vereador Babo, Vereador Alírio, o Sena, o Vital; os Vereadores de Bujaru, o ex-Prefeito Emanuel; o Vereador Marcos e o Ito; o ex-

Prefeito de Concórdia, Renato; Vice-Prefeito e Vereadores de Aurora do Pará, de Bujaru e de Mãe do Rio. Todos os Municípios daquela região estiveram conosco naquele encontro bastante importante em que discutimos não só a questão política, mas também os pleitos para que Tomé-Açu possa voltar a ter dias melhores e o direito a melhor qualidade de vida para seus munícipes.

Ao encerrar, quero agradecer ao ex-Vice-Prefeito Nego Pancieri, que nos recebeu com sua esposa Tânia em sua casa de forma tão cordial.

Aos amigos de Tomé-Açu, aos amigos do Pará, eu quero mandar aqui, pela TV Senado, um grande abraço e dizer que o Senador Flexa Ribeiro está atento aos pleitos de todas as comunidades do nosso Estado.

Virei amanhã, Senador Mão Santa e Senadora Rosalba, fazer um pronunciamento sobre a Lei Kandir. O Presidente Lula vetou os recursos da Lei Kandir na LDO. Isso vai trazer um prejuízo insustentável para os Estados brasileiros exportadores, como é o Pará. E a nossa Governadora, até agora, não disse nenhuma palavra a respeito do assunto. Tentarei vir amanhã aqui para fazer esse pronunciamento. Se não puder, farei isso na próxima semana.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante e contundente pronunciamento de Flexa Ribeiro, que representa o Pará e o PSDB...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Presidente, pela ordem por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – (...) nós convidamos para tribuna um orador inscrito, Paulo Paim.

Enquanto Paulo Paim não chega, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rosalba, que já falou hoje muito bonito.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o quanto nós, norte-rio-grandenses, sentimo-nos felizes pela homenagem que será prestada amanhã, pelo Superior Tribunal Militar, sediado em Brasília, ao médico norte-rio-grandense Ernani Rosado, médico mossoroense que foi o idealizador da Faculdade de Medicina de Mossoró.

Nesses últimos cinquenta anos, todos os médicos formados no Rio Grande do Norte, com certeza, foram os seus alunos. O Dr. Ernani Rosado, por quem temos grande respeito e admiração, muito representa para o nosso Estado, como Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Doutor *Honoris Causa* da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, além de ser membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Ele, realmente, tem um trabalho muito importante, tanto na Medicina como na Literatura e orgulha a todos nós, norte-rio-grandenses. Nós, então, queremos dizer aqui que essa homenagem prestada ao Dr. Ernani é, também, uma homenagem prestada à força, ao trabalho e à luta dos norte-rio-grandenses, que o Dr. Ernani tão bem representa.

Gostaria ainda de fazer um convite ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e também ao Senador Mão Santa, membro da Comissão, para que amanhã tenhamos a votação do projeto relativo aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemia. É muito importante a presença de V. Exªs, como também a presença do Senador Inácio Arruda, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Flávio Arns. Estamos convocando todos porque o projeto é terminativo e precisa de um **quorum** diferenciado. Esse projeto é importantíssimo. Contamos, então, com a colaboração e com o apoio de todos e esperamos, amanhã, termos esse projeto aprovado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Rosalba Ciarlini, lembro também que amanhã vamos votar projeto de nossa autoria que garante a periculosidade e a aposentadoria especial para os vigilantes. São milhares e milhares de trabalhadores que estão na expectativa.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, como não estava aqui ontem, faço questão, no dia de hoje, de lembrar que, ontem, fez 55 anos que o maior Presidente que este País já teve, no meu entendimento, Getúlio Dornelles Vargas, gaúcho, saía da vida para entrar na História.

Vou sintetizar o meu pronunciamento. Gosto muito da célebre frase de Oswaldo Aranha, que anteviu o futuro quando disse, em seu discurso histórico, no enterro de Getúlio Vargas, tendo ao seu lado João Goulart, Leonel Brizola e Tancredo Neves: "Getúlio, quando se quiser escrever a História do Brasil, queiram ou não, tem-se de molhar a pena no sangue do Rio Grande do Sul. E ainda hoje, quem quiser escrever e descrever o futuro do Brasil, terá de molhar a pena no sangue do teu coração".

Creio, senhoras e senhores, que se queremos, de fato, ter um Brasil moderno e com justiça social, se sonhamos com um País com direitos e oportunidade para todos, temos, sim, a obrigação e o dever de reavivar diariamente o legado deixado pelo nosso inesquecível gaúcho Getúlio Vargas.

A economia, naquela época, saía do campo para ser industrializada, movida por braços de trabalhado-

res e trabalhadoras que, pela primeira vez, ganharam a proteção do Estado.

Por decisão de Getúlio, foi criada a Petrobras, e hoje estamos com o pré-sal, a Eletrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, o Ministério do Trabalho. Com Vargas no poder, o País conheceu a Justiça do Trabalho, a Previdência Social.

E aproveito este momento, ao falar em Previdência, para ver se efetivamente conseguimos construir um grande acordo que acabe com o fator previdenciário e garanta aos aposentados e pensionistas um aumento real que acompanhe o crescimento do salário mínimo. Houve reunião ontem, está havendo reunião hoje. Continuo firme com os quatro projetos e torcendo para que a Cobap, as centrais e as confederações, lembrando inclusive a data da morte de Getúlio, construam, em nome de todos os trabalhadores brasileiros, os que vão se aposentar um dia e os que estão aposentados, um acordo que garanta o fim do fator e o reajuste integral a todos os aposentados e pensionistas.

Lembro que foi com Getúlio que surgiu a CLT. Foi com Getúlio que surgiu o salário mínimo. Foi com Getúlio que surgiram as férias anuais. Foi com Getúlio que surgiu o descanso semanal remunerado. Enfim, foi com Getúlio, Sr. Presidente, que tivemos as maiores conquistas de todos os tempos da classe trabalhadora. Já disse várias vezes que a obra de Getúlio teve bons alicerces e, por isso, ela resiste até hoje, apesar da pressão de certos setores da sociedade.

Vargas é daqueles homens que nunca morrem, porque os seus ideais estarão sempre junto de nós. Tenho certeza de que muitos Senadores e Senadoras levam como eixo das suas vidas as propostas defendidas pelo grande e inesquecível Getúlio Vargas.

Ele lutou contra aqueles que não queriam que o Brasil se tornasse uma grande nação. Vargas queria que o povo brasileiro fosse o herói da sua própria história, ou seja, o povo não precisava procurar outros heróis. Vargas deu a sua vida em defesa do seu povo, da nossa gente. Quem hoje daria o seu sangue pela pátria? Quem encheria o peito e diria: "Pátria, pátria, pátria somos todos!".

É certo que, em nossos dias, o estampido daquele Colt 32 ainda ecoa. Quando falarmos em igualdade, quando falarmos em justiça, quando falarmos em aposentados e pensionistas, falaremos, com certeza, em brasilidade, como se fala neste momento como nunca, e na lembrança histórica do grande Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, hoje, tivemos, na Câmara dos Deputados, um grande debate sobre a redução de jornada sem redução de salário. Senador Inácio Arruda, tenho orgulho de dizer que fui eu e V. Exª que coletamos assinatura por assinatura, em 1995.

Cito isso para dizer àqueles que estão um pouco desanimados que não desanimem, pois está havendo negociações. Continuamos firmes na defesa dos aposentados, dos pensionistas e de todos os trabalhadores. Também percebemos que está avançando aquela proposta que apresentamos juntos. V. Exª e eu – repito, V. Exª e eu – coletamos assinatura por assinatura e, hoje, vemos que há um quadro positivo para a Câmara votar uma proposta de emenda que vai reduzir a jornada de 44 para 40 horas, gerando algo em torno de três milhões de novos empregos.

Termino, Sr. Presidente, somente dizendo a todos aqueles que sei que estão na expectativa: amanhã, às 16 horas, terei uma audiência com o Ministro Toffoli para conversar sobre o Aerus. Espero eu que, com o diálogo com o Ministro, tão sensível a esse tema, possamos contribuir para a construção de um grande acordo. Mas espero também que a Cobap, as centrais, as confederações e o Governo, que estão negociando aqueles projetos dos quais inclusive, Senador Mão Santa, V. Exª é Relator... Senador Inácio Arruda, quero dizer que a CTB ainda hoje me ligou dizendo que está firme contra o fator e buscando alternativa que garanta o aumento real para todos os aposentados e pensionistas. Falei com o Guiomar na tarde de hoje, que me disse que havia falado com o Wagner; falei também com as outras centrais e com o Presidente da Cobap, e ele me dizia que está difícil o acordo. No entanto, ainda tenho esperança de que o acordo aconteça para o bem de todos, e que seja um acordo bom, que termine com o fator e que garanta reajuste integral para todos os aposentados, acompanhando o crescimento do salário mínimo.

Era isso. Agradeço, Senador Mão Santa, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos e a nossa expectativa e esperança de derrubarmos juntos o fator redutor da Previdência do salário dos aposentados do Brasil. Essa é a nossa esperança, a nossa luta. Nós somos Relator do projeto do Senador Paulo Paim. Essa é também a grande expectativa do trabalhador aposentado do Brasil, que está sofrendo muito.

Agora, chamamos o Líder do PCdoB, Inácio Arruda, que representa o Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, devo me associar ao Senador Paulo Paim em três questões importantíssimas para o Brasil. Primeiro, as homenagens que V. Exª faz, Senador Paulo Paim, ao ex-Presidente Getúlio Vargas, ex-Senador, membro desta Casa, que foi difamado por todos os meios durante a sua trajetória

como Presidente e mesmo como Senador. É evidente que sempre alguma ressalva há de se fazer.

Nós temos um episódio muito significativo para a nossa trajetória, que foi a questão de Olga Benário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero dizer que comungo da visão de V. Exª. Encaminhamos juntos, inclusive, uma homenagem ao Prestes, com essa lógica.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, exatamente. Mas ninguém no Brasil que pense o seu desenvolvimento, que pense o crescimento da sua economia pode deixar de fazer referência a Getúlio Dorneles Vargas e àqueles que ajudaram a desenvolver o Brasil no período em que ele governou a nossa Pátria.

Lembro-me do episódio seguinte, quando Carlos Prestes acabou de sair da prisão. Na mudança do País daquele período discricionário, mas que associou o Brasil à Segunda Guerra Mundial, juntamente com o grupo de aliados, o que substituiu Getúlio não foram forças progressistas, mas forças reacionárias, mais atrasadas. Naquela hora, Prestes não teve dúvidas, e o Partido Comunista do Brasil não teve dúvidas: nosso lugar certo era ao lado de Getúlio. Mesmo com os episódios todos, com o período discricionário, nosso lugar certo era ao lado de Getúlio. Mesmo com os episódios todos do período discricionário, ele teve a visão mais adequada e ajustada para aquele momento.

O segundo é em relação ao fator previdenciário criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Tenho a opinião de que o Governo Lula não pode encerrar seu período na Presidência da República sem liquidar com esse instrumento, de atrofiamento dos salários dos aposentados brasileiros. Acho que é uma oportunidade e que V. Exª tem contribuído bastante nesse sentido.

O terceiro é a redução da jornada de trabalho. É uma meta importantíssima para os trabalhadores, que V. Exª abraçou. Associei-me a V. Exª, fizemos em conjunto. É muito importante que a gente consiga aprovar o projeto na Câmara e o traga para o Senado. Não acredito que hoje, com tanta automação, com tanta robótica, com tantos ganhos espetaculares de produtividade, algum Senador tenha a coragem de votar contra a redução da jornada de trabalho. Não considero que nenhum Senador deixe de votar essa redução da jornada de trabalho. Hoje, com os ganhos de produtividade, fruto da velocidade extraordinária das tecnologias novas, os trabalhadores poderiam trabalhar até muito menos do que 40 horas. Quarenta horas já é uma carga que a gente poderia dizer até excessiva para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu também quero fazer um agradecimento especial neste momento, no Senado da República. É que tivemos a oportunidade, no dia de ontem, de ter uma manhã muito significativa no Estado do Ceará, com a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, que esteve no nosso Estado para discutir com os comunicadores, os jornalistas que atuam nos jornais, na televisão, nos rádios, na imprensa alternativa. Esses jornalistas se reuniram com o Senador Antonio Carlos Valadares, autor de uma emenda constitucional, a PEC nº 33, que tramita no Senado da República, da qual tenho a satisfação de ser o Relator indicado pelo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Antonio Carlos Valadares, eu quero comunicar a V. Exª que as entidades dos profissionais de jornalismo, juntamente com os estudantes, os sindicatos, a Associação Cearense de Imprensa, a Federação Nacional dos Jornalistas e muitos profissionais que ali estiveram naquela reunião mandam-lhe os agradecimentos. Porque sabem que o seu gesto vai reparar uma decisão absolutamente equivocada do Supremo Tribunal Federal ao decidir que, para produzir a informação, transmitir a informação, não se precisa de um profissional adequadamente formado, preparado para conduzir o processo de transporte das informações para o povo brasileiro. Imagine que, com o preparo adequado, já e difícil o povo ter democracia nos veículos de comunicação, imagine-se se você puder colocar pessoa, qualquer profissional, sem ter essa relação com a produção correta, digna das informações para o conjunto da população brasileira!

Então, nós queremos transmitir esse agradecimento, que é do povo cearense, mas tem um vínculo direto com o povo brasileiro, porque ali estava uma dirigente da Fenaj – Federação Nacional dos Jornalistas. Então, é em nome também do povo brasileiro que nós agradecemos a iniciativa de V. Exª e esse desprendimento de se dispor a ir a outros Estados para debater esse tema, que não é um tema de Sergipe, é um tema do Brasil. V. Exª é representante do Estado de Sergipe, mas, nessa matéria, V. Exª é o representante do conjunto do povo brasileiro, em defesa de uma categoria muito importante para a nossa Nação.

Concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – CE) – Senador Inácio Arruda, eu é que tenho que agradecer a V. Exª pela forma generosa com que fui recebido em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará, uma das mais tradicionais do Norte e do Nordeste do nosso País, onde debatemos conjuntamente as perspectivas da aprovação desta matéria tão importante, que é o reconhecimento do diploma como condição indispensável ao exercício do jornalismo. Isso sem, entretanto, impedir que colaboradores, articulistas, possam ter a sua inserção, possam participar ativamente das atividades dos meios de comunicação,

dando a sua opinião, como sói acontecer hoje em dia, mas que agora será assegurado não por uma lei ordinária, mas pela nossa Carta Magna, pela Constituição Federal. E o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, com a qualificação e o espírito de visão que possui, soube escolher, com muito carinho, uma pessoa que tem uma sintonia com o jornalismo brasileiro, com aqueles que, no anonimato das redações, das reportagens, assumem riscos e produzem a notícia a todo tempo e a toda hora, procurando formar uma opinião pública consciente da sua responsabilidade. Portanto, Senador Inácio Arruda, o povo do Ceará está de parabéns em ter V. Exª como um dos seus Senadores.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o povo brasileiro está de parabéns em ter V. Exª como autor de uma matéria tão significativa, que corrige esse – considero – grande equívoco do Supremo Tribunal Federal em relação aos jornalistas brasileiros.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSDB – SE) – Pude sentir entre os estudantes, Senador Inácio Arruda, e entre os professores daquela Universidade o carinho e a confiança que têm em V. Exª. Meus parabéns! Muito obrigado pela forma como me recebeu em seu Estado. Haverei de retribuir quando V. Exª for ao Estado de Sergipe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado a V. Exª. Espero que V. Exª retorne o mais rápido possível a nossa terra.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Inácio Arruda, bem rápido, cumprimento V. Exª pela iniciativa de levar ao Ceará o Senador Valadares. Já fui cobrado, e ele vai ter que ir também ao Rio Grande do Sul com o mesmo tema. Quero também cumprimentar V. Exª. Tivemos lá, no Rio Grande do Sul, uma grande plenária estadual com o Ministério Público, e V. Exª foi muito elogiado pelo parecer que deu ao PL nº 248, da contribuição assistencial. É mais uma luta sua que posso dizer que tenho alegria de travar junto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma luta sua que tive oportunidade de relatar. Eu que agradeço, Senador Paulo Paim.

Mas, Sr. Presidente, um terceiro tema que quero abordar foi uma decisão muito importante que foi aprovada ao final da 19º edição do Cine Ceará, realizado neste mês de agosto. Foi aprovada uma carta de apoio à Petrobras assinada por cineastas, atores, produtores e diretores de cinema de todo Brasil. O documento obteve 288 assinaturas, que considero de grande significado. O teor da carta:

> Fortaleza, 4 de agosto de 2009.
>
> Os signatários presentes ao 19º Cine Ceará, Festival Ibero-Americano de Cinema, manifestam irrestrito apoio à Petrobras, que, através da sua política de patrocínios, transformou-se na maior empresa apoiadora da cultura brasileira.
>
> Após consolidar-se nessa posição com uma atuação que atravessou mais de duas décadas de patrocínios à cultura, em 2003 a empresa lançou o programa Petrobras Cultural, a maior e mais importante seleção pública de projetos culturais do país.
>
> Com essa medida, a Petrobras democratizou o acesso dos produtores culturais brasileiros às suas verbas de patrocínio, cobrindo espaços geográficos nunca anteriormente atendidos e destinando recursos a projetos de perfis diversificados. O Programa Petrobras Cultural dá a transparência e a democratização necessárias ao pleno alcance social e à afirmação da identidade brasileira.
>
> A Petrobras transforma a face da nossa cultura, estimulando a realização de projetos de interesse público e que contemplem a cultura brasileira em toda a sua diversidade étnica e regional, disponibilizando acesso às verbas e aos bens culturais gerados pelos projetos por ela apoiados. São ações de alcance social e articuladas com as políticas públicas para o setor.
>
> Reafirmamos a importância da Petrobras para o incremento e dinamização da cultura brasileira, sendo esta uma contribuição que vai além da atividade cultural, permeando também aspectos sociais e econômicos de inestimável importância. Esta é a confirmação da convicção da cultura como direito social básico da sociedade brasileira.

A carta, Sr. Presidente, vai assinada por mais de 250 cineastas, produtores, atores e diretores de cinema. Sei que posso cometer injustiça, mas destaco, pela relevância que essas personalidades têm tido na atuação do cinema no Estado do Ceará, porque foi de lá que partiu esta carta...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Fora do microfone.)*

Trata-se de uma carta nacional, mas essas personalidades têm percorrido os festivais de cinema, de longas, de curtas, que têm sido apresentados no Brasil e que têm-se destacado pelo mundo afora.

Destaco, então, as personalidades de Tizuka Yamasaki, Roberto Farias, Orlando Senna, Rosemberg Cariry, Hugo Carvana, Denise Dummont, Carla Camurati, Antonio Carlos da Fontoura, Fernando Birri, Heitor Dhalia, Lírio Ferreira, José Joffily, Maurice

Capovilla, Jorge Durán, Pedro Jorge de Castro. São figuras, Sr. Presidente, que honram o nosso cinema, que honram a produção de audiovisual no Brasil e que reconhecem, nesta sua carta, que peço que seja recebida na íntegra no Senado Federal, para destacar o papel especialíssimo em que joga a Petrobras na cultura brasileira.

Aqui é apenas um dos setores, que é a produção de audiovisual, mas a Petrobras apoia projetos diversos no Brasil inteiro. Terei oportunidade de destacar, futuramente, o seu empenho em projetos sociais na área cultural de largo alcance para o Brasil, mas aqui é apenas a manifestação dos produtores de audiovisuais, de artistas, de atores, atrizes, produtores de cinema no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

ÍNTEGRA DO DOCUMENTO

Fortaleza, 4 de agosto de 2009

Os signatários presentes ao 19. Cine Ceará, Festival Ibero-Americano de Cinema manifestam irrestrito apoio à Petrobras que, através da sua política de patrocínios, transformou-se na maior empresa apoiadora da cultura brasileira.

Após consolidar-se nesta posição com uma atuação que atravessou mais de duas décadas de patrocínios à cultura, em 2003 a empresa lançou o Programa Petrobras Cultural, a maior e mais importante seleção pública de projetos culturais do país.

Com esta medida, a Petrobras democratizou o acesso dos produtores culturais brasileiros às suas verbas de patrocínio, cobrindo espaços geográficos nunca anteriormente atendidos e destinando recursos a projetos de perfis diversificados. O Programa Petrobras Cultural dá a transparência e a democratização necessárias ao pleno alcance social e à afirmação da identidade brasileira.

A Petrobras transforma a face da nossa cultura estimulando a realização de projetos de interesse público e que contemplem a cultura brasileira em toda a sua diversidade étnica e regional, disponibilizando acesso às verbas e aos bens culturais gerados pelos projetos por ela apoiados. São ações de alcance social e articuladas com as políticas públicas para o setor.

Reafirmamos a importância da Petrobras para o incremento e dinamização da cultura brasileira, sendo esta uma contribuição que vai além da atividade cultural permeando também aspectos sociais e

econômicos de inestimável importância. Esta é a confirmação da convicção da cultura como direito social básico da sociedade brasileira.

ASSINAM A CARTA:

1. ABC- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEMATOGRAFIA (R. FAISSAL, ABC- PRESIDENTE)
2. ABCV - ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE CINEMA E VÍDEO
3. ABRAFIC - ALIANÇA BRASILEIRA DE FILM COMMISSIONS
4. ASSOCIAÇÃO CULTURAL CINE CEARÁ
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OBRAS AUDIOVISUAIS-APRO
6. ADRIANA PINTO BARROS - SP
7. ABI FEIJÓ - PORTUGAL
8. ADRIANA AMARAL-PRODUTORA-CE
9. AÍDA MARQUES - PRODUTORA – RJ
10. AÍDA QUEIROZ - ANIMA MUNDI
11. ALAN FRESNOT- CINEASTA-SP
12. ALBERTO SALVA
13. ALBERTO CORTÉS MÉXICO
14. ALÊ CAMARGO - ANIMADOR E PRODUTOR SP
15. ALEQUES EITERER
16. ALEXANDRE BERSOT - ILUSTRADOR-ANIMADOR RJ
17. ALEXANDRE DINIZ - 9D PRODUÇÕES RJ
18. ALEXANDRE VINÍCIOS SILVA COSTA-ANIMADOR MG
19. ALFREDO BERTINI PE
20. ANA CARIDAD SANCHEZ – PERU

21. ANA MUYLAERT - CINEASTA

22. ANDRÉ PERLINGUEIRO RJ

23. ANDRÉ BREITMAN- 2DLab RJ

24. ANDRÉ RISTUM - CINEASTA

25. ANDREA BRASIL-PRODUTORA - CE

26. ANDRÉA CAMARGO - MP2 PRODUÇÕES - RJ

27. ANIMA MUNDI - FESTIVAL INTERNACIONAL DE ANIMAÇÃO DO BRASIL

28. ANNA MUYLAERT - CINEASTA

29. ANTONIO CARLOS DA FONTOURA - CINEASTA – CANTO CLARO PRODUÇÕES - RJ

30. ANTONIO CELSO DOS SANTOS - DIRETOR FAM - SC

31. ANTONIO LEAL - DIRETOR FORUM DOS FESTIVAIS

32. ANTONIO MORENO- CINEASTA E PESQUISADOR

33. ANTONIO URANO

34. APRO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PRODUÇÃO DE OBRAS AUDIOVISUAIS

35. ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM - SP

36. ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS E PRODUTORES DE CINEMA DO CEARÁ

37. ASSOCIAÇÃO FILMES DE QUINTAL - BH

38. BEATRIZ LINDEMBERG - INSTITUTO MARLIN AZUL / GALPÃO PRODUÇÕES - ES

39. BETH FORMAGGINI- DOCUMENTARISTA - RJ

40. BETO RODRIGUES - PRODUTOR E REALIZADOR AUDIOVISUAL - RS

41. BETSE DE PAULA - CINEASTA - DF

42. BRENO FERREIRA - MARANHÃO

43. CALEBE PIMENTEL - CURTAMETRAGISTA E CINECLUBISTA - RIO CLARO, SP

44. CARLA CAMURATI - CINEASTA – RJ

45. CARLOS BRANDÃO - PESQUISADOR - RJ

46. CARLOS CARIDAD MONTERO - VENEZUELA

47. CAMILA CARROSSINI- ANIMADORA - SP

48. CAMILA GONZATO-RS

49. CAMILO VIVES-PRODUTOR-CUBA

50. CELSO GONÇALVES - PRESIDENTE ABD-SP- VICE-PRESIDENTE ABD NACIONAL

51. CESAR CAVALCANTI - DIRETOR / PRODUTOR - SC

52. CESAR COELHO - ANIMA MUNDI

53. CÍCERO ARAGON - DIRETOR E PRODUTOR - RJ

54. CIDA REIS - APARECIDA DOS REIS MARIA - DOCUMENTARISTA - BH

55. CID MAKINO-ANIMADOR RJ

56. CINEMAR PRODUÇÕES LTDA.

57. CIRCUITO ESPAÇO LTDA - SP

58. CONCEIÇÃO SENNA - RJ

59. CREC - CENTRO RIOCLARENSE DE ESTUDOS CINEMATOGRÁFICOS - RIO CLARO, SP

60. CRISTIANE FARIAH –ANIMADORA - MG

61. CRISTINA LEAL - BR

62. DANIELA CAPELATO – CINEASTA

63. DANIEL DE PAULA- CE

64. DANILO CARVALHO - BR

65. DAVID MEYER - CINEASTA - RJ

66. DAYANE QUEIROZ - PRODUTORA - CE

67. DEO CARDOSO-CINEASTA -CE

68. DENISE DUMMONT - BR

69. DIEGO CAMPOS AKEL - BR

70. DIEGO I. C. RIQUELME - PROD. DE VIDEO E TV-RTV-UNICAMP

71. DIEGO STOLIAR- RJ

72. DIFUSÃO CINECLUBE - SP

73. DODÔ BRANDÃO - RODOLFO BRANDÃO - CINEASTA

74. DOLORES MICONI-DOCUMENTARISTA-ARGENTINA

75. DOUGLAS DUARTE - BR

76. DOUG DE PAULA-PRODUTOR-CE

77. EDGARD DE CASTRO - VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO ABRAFIC

78. ÉDINA FUJII - SP

79. EDMUNDO ARAY-CINEASTA-VENEZUELA

80. EDUARDO BARIONI - CINEASTA-SP

81. EMILIANO RIBEIRO - CINEASTA - RJ

82. ERIC LAURENCE - CINEASTA- PE

83. ÉRICA VALLE- PRODUTORA - SP

84. ERICO PAIVA-TECNICO DE SOM-CE

85. ERNESTO DARANHAS - CUBA

86. ESDRAS C. RUBIM - RS

87. ESTÚDIOS KAISER DE CINEMA - SP

88. EUCLIDES MOREIRA NETO - MARANHÃO - MA

89. EUGÊNIO PUPPO - SP

90. EUNICE GUTMAN-CINEASTA-RJ

91. EUSÉLIO GADELHA-DIRETOR FOTOGRAFIA-CE

92. EVALDO MOCARZEL - CINEASTA - BR

93. FÁBIO YAMAJI- ANIMADOR - SP

94. FAM - FLORIANÓPOLIS AUDIOVISUAL MERCOSUL

95. FERNANDA HALLAK D'ANGELO - MG

96. FERNANDO BIRRI - CINEASTA ARGENTINO

97. FERNANDO CAVALCANTE-TECNICO DE SOM-DF

98. FERNANDO MARCONDES MACEDO- ANIMADOR-ROTEIRISTA-BR

99. FERNANDO MILLER-ANIMADOR-SP

100. FESTIVAL CURTA LENÇÓIS

101. FESTIVAL DE ATIBAIA INTERN. DO AUDIOVISUAL - SP

102. FESTIVAL GUARNICÊ DE CINEMA - MARANHÃO

103. FESTIVAL SANTA MARIA VÍDEO E CINEMA - SMVC

104. FIBRA CINE VÍDEO - RJ

105. FLORIANÓPOLIS AUDIOVISUAL MERCOSUL - FAM - SC

106. FORUMDOC. BH - MG

107. FRANCISCO COLOMBO - MA

108. FRANCISCO TADEU-CINEASTA

109. FREDERICO PINTO-RS

110. GALPÃO PRODUÇÕES - ES

111. GIANFRANCO ANIQUIM - CINEASTA PERUANO

112. GIL CASERTA - ANIMADOR- SP

113. GLAUBER SANTOS PAIVA FILHO - CINEASTA - CE

114. GOIÂNIA MOSTRA CURTAS ICUMAM - GO

115. GUIDO ARAUJO <JORNADABA@YAHOO. COM> - BA

116. HALDER GOMES - BR

117. HALINA AGAPEJEV - PRODUTORA - RS

118. HECO PRODUÇÕES - RJ

119. HEITOR DHALIA - CINEASTA - BR

120. HELENA SOLBERG - CINEASTA - RJ

121. HELOISA TOLEDO MACHADO, PROFA. DO CURSO DE CINEMA DA UFF

122. HENRI GERVAISEAU

123. HERALDO CAVALCANTI-CINEASTA-CE

124. HERMES LEAL - REVISTA DE CINEMA - SP

125. HILTON KAUFFMANN - CINEASTA - RJ

126. HUGO CARVANA - CINEASTA - RJ

127. HUMBERTO RIOS-CINEASTA-ARGENTINA

128. INSTITUTO ANIMATOGRAFO DE COMUNICAÇÃO

129. INSTITUTO CULTURAL CINEMA BRASIL

130. INSTITUTO MARLIN AZUL - ES

131. ÍTALO CAJUEIRO-CINEASTA-DF

132. ISABELA CRIBARI - PRODUTORA- PE

133. KIN-FOTOGRAFO-CE

134. JAIR JACOMINI- RS

135. JAL GUERREIRO - RJ

136. JESUS CHEDIAK - DIRETOR CULTURAL DA ABI (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA) - RJ

137. JOÃO BAPTISTA PIMENTEL - SP

138. JOÃO FERRAR - MAQUIADOR-RJ

139. JOÃO JARDIM - CINEASTA

140. JOÃO RONI - SANTACINE - SC

141. JOEL ZITO ARAÚJO – CINEASTA - RJ

142. JOE PIMENTEL-CINEASTA-CE

143. JORGE ALFREDO GUIMARÃES - CINEASTA - BA

144. JORGE DURÁN - CINEASTA - BR

145. JORGE SÁNCHEZ SOSA-DIR. GERAL FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE GUADALAJARA-MEXICO

146. JORGE MORENO - CINEASTA - MG

147. JONAS DE FARIA BRANDÃO-ANIMADOR-SP

148. JOSÉ ACEVEDO - CHILE

149. JOSÉ ANTONIO (TITO) AMEIJEIRAS - CINEASTA - RJ

150. JOSE ARARIPE JUNIOR - CINEASTA - BA

151. JOSÉ EDUARDO BELMONTE - CINEASTA - RJ

152. JOSÉ JOFFILY - CINEASTA - RJ

153. JOSÉ MAIA-RS

154. JOSÉ MURILO MORAES DOS SANTOS - MARANHÃO

155. JOSIMÁRIO FACANHA-ANIMADOR-CE

156. JUAN PADRON - CINEASTA CUBANO

157. JULIANA CARAPEBA - BR

158. JULIO BRAGA - ATOR/DIRETOR/PRODUTOR

159. JUNIA TORRES - DOCUMENTARISTA - PRES. ASSOCIAÇÃO. FILMES DE QUINTAL - MG

160. LARISSA CUNHA - RJ

161. LAZARA HERRERA- FESTIVAL SANTIAGO ALVARES-CUBA

162. LAURA RAMOS - ATRIZ - CUBA

163. LEA ZAGURY - ANIMA MUNDI

164. LÍRIO FERREIRA - PE - BR

165. LISANDRO SANTOS- DIRETOR DE ANIMAÇÃO - RS

166. LOURIVAL JUNIOR - PRODUTOR- PR

167. LUAH GARCIA - RJ

168. LUCAS LANDIM - CE

169. LÚCIA CAUS - INSTITUTO MARLIN AZUL / GALPÃO PRODUÇÕES- ES

170. LÚCIA MURAT - CINEASTA - RJ

171. LUCIANA DRUZINA-RS

172. LUCIANO CASTILLO RODRIGUEZ- CUBA

173. LUCIANO DAMI- ANIMADOR-SP

174. LUIS CARLOS SALATIEL-PRODUTOR-CE

175. LUÍS DANTAS - CINEASTA - RJ

176. LUIZ ALBERTO CASSOL - CINEASTA E CINECLUBISTA - RS

177. LUIZ ANTONIO GERACE (CHACRA) PRESIDENTE DO STIC

178. LUIZ BOLOGNESI - CINEASTA - RJ

179. LUIZA LINS - MOSTRA DE CINEMA INFANTIL DE FLORIANÓPOLIS

180. LUIZ R. VERA - CINEASTA-CHILE

181. LUIZ NAGUIL- CINEASTA - URUGUAY

182. MAIR TAVARES - EDITOR DE CINEMA - RJ

183. MALLÚ MORAES - CINEASTA - DF

184. MANFREDO CALDAS - CINEASTA - DF

185. MANUEL PEREZ ESTREMERA-PRODUTOR-ESPANHA

186. MANUAL PEREZ PAREDES-CINEASTA-CUBA

187. MARANHÃO VÍDEO DE BOLSO - MARANHÃO

188. MARCELO DÍDIMO - CE

189. MARCELO VIDAL-PRODUTOR-RJ

190. MÁRCIO CURI - CINEASTA - DF

191. MARCOS MAGALHÃES - ANIMA MUNDI

192. MARCOS MANHÃES MARINS - CINEASTA - RJ

193. MARCUS MOURA - CE

194. MARGARITA HERNÁNDEZ - CE

195. MARIA ABDALLA - DIRETORA GOIÂNIA MOSTRA CURTAS ICUMAM - GO

196. MARIA DOS ANJOS LOPES HASSELMANN - CINEASTA

197. MARIA FERNANDA MOTA - BR

198. MARIA LUIZA ABOIM - DOCUMENTARISTA, RJ

199. MARIANA BRAGA MEDINA - BR

200. MARTHA ALENCAR - PRODUTORA - RJ

201. MAURICIO BERÚ-CINEASTA-ARGENTINA

202. MAURÍCIO VIDAL-ANIMADOR- RJ

203. MAXWELL DUARTE - ANIMADOR-CE

204. MAURICE CAPOVILLA - CINEASTA

205. MICAELA CAJAHUARINGA - PERU

206. MICHELINNE HELENA - CINEASTA - BR

207. MOISES MAGALHAES - PRESIDENTE DA AEPCC - CE

208. MONIQUE GARDENBERG - CINEASTA - RJ

209. NILSON VILLAS BÔAS - BHIG - BR

210. NIRTON VENÂNCIO - CE

211. NORA DE IZCUE-CINEASTA-PERÚ

212. NÚCLEO DE CINEMA DE RIBEIRÃO PRETO

213. ORLANDO SENNA - CINEASTA - RJ

214. OSWALDO CALDEIRA - CINEASTA - RJ

215. PATRICIA BAÍA - CINEASTA - CE

216. PATRÍCIA DURÃES - SP

217. PATRÍCIA MARTIN - BR

218. PAULO MORELLI - ROTEIRISTA

219. PAULO MUNHOZ - CINEASTA - PR

220. PEDRO PABLO LAZZARINI - DIRETOR DE FOTOGRAFIA - SP

221. PEDRO JORGE DE CASTRO - DIRETOR DO INSTITUTO ANIMATOGRAFO

222. PEDRO LACERDA - PRESIDENTE DA ABCV

223. PETRUS BARRETTO - ADVOGADO - RJ

224. PETRUS CARIRY - CINEASTA - CE

225. PHILIPE BARCINSKI - CINEASTA - SP

226. QUIÁ RODRIGUES-ANIMADOR-RJ

227. QUINTINO VARGAS NETO - MG

228. RAFAEL ROSAL-CINEASTA-GUATEMALA

229. RAQUEL HALLAK D'ANGELO - MG

230. RENAN DE MORAIS - ANIMADOR- RJ

231. REVISTA DE CINEMA - SP

232. RICARDO PINTO E SILVA - CINEASTA - BR

233. RICARDO PIOLOGO - ANIMADOR-SP

234. ROBERTO BERLINER - CINEASTA

235. ROBERTO DUARTE DE SSA-BA

236. ROBERTO FAISSAL, DIRETOR DE FOTOGRAFIA

237. ROBERTO FARIAS - CINEASTA - RJ

238. RODRIGO LOPES SIQUEIRA - BR

239. RODRIGO PIOLOGO-ANIMADOR-SP

240. ROJER MADRUGA - PRODUTOR - DF

241. ROSEMBERG CARIRY - CINEASTA - CE

242. RUBENS REWALD - CRÍTICO DE CINEMA E PRODUTOR - SP

243. RUBENS XAVIER - CINEASTA - RJ

244. RUY LIMA - CINEASTA - BR

245. SANDRA WERNECK - CINEASTA - RJ

246. SANTACINE - SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DE SANTA CATARINA

247. SÃO PAULO FILM COMMISSION - SP

248. SAVIO LEITE E SILVA - BR

249. SEBASTIÃO MARIA NETO - CINEASTA - SP

250. SERGIO BLOCK-CINEASTA-RJ

251. SERGIO MARQUES - ROTEIRISTA

252. SERGIO MUNIZ- CINEASTA-SP

253. SÉRGIO ROIZEMBLIT - CINEASTA

254. SERGIO TRABUCCO PONCE-CINEASTA-CHILE

255. SERGIO SANZ - CINEASTA - RJ

256. SERGIO SILVEIRA - RJ

257. SETTIMIO PRESUTTO - ARGENTINA

258. SIAPAR - SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DO PARANÁ

259. SIDNEY MARTINS - PRODUTOR - BERLIM - ALEMANHA

260. SILVIA MARIA FORNASARO BARRETO PRADO PRODUTORA- SP

261. SILVIO S. TOLEDO - DIRETOR DE ANIMAÇÃO - PB

262. SIMONE PETRILLO-RJ

263. SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DO RS

264. SOLANGE LIMA - CINEASTA - BA

265. SUSANA MOLINA SOARES - CUBA

266. SYLVIA ABREU - PRODUTORA - BA

267. SYLVIO BACK (USINA DE KYNO)

268. TÂNIA LAMARCA - CINEASTA - BR

269. TARIK SOUKI FARIAS-CINEASTA-VENEZUELA

270. TATA AMARAL - CINEASTA - SP

271. TELMO CARVALHO - BR

272. TESSA HERNÁNDEZ PASCUAL - CUBA

273. TETA MAIA-PRODUTORA-CE

274. TETÊ MORAES, DIRETORA E PRODUTORA - RJ

275. TIZUKA YAMASAKI - CINEASTA - SP

276. THAIS QUINTELLA DE LINHARES-ROTEIRISTA-RJ

277. THIAGO SOUZA-FOTOGRAFO-CE

278. UNINFRA - UNIÃO NACIONAL DA INFRAESTRUTURA CINEMATOGRÁFICA

279. UNIVERSO PRODUÇÃO - MG

280. VAN FRESNOT - PRODUTORA - SP

281. VERONICA GUEDES-CINEASTA-CE

282. VÍVIAN BRITSCH - BELO HORIZONTE - MG

283. WALTER ACHUGAR- CINEASTA-URUGUAY

284. WALTER CARVALHO - DIRETOR DE FOTOGRAFIA E DIRETOR - RJ

285. WILSON CUNHA - CRITICO DE CINEMA - RJ

286. WILSON LAZZARETH - BR

287. WOLNEY OLIVEIRA - CINEASTA

288. ZITA CARVALHOSA-SP

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento de Inácio Arruda, Líder maior do PCdoB do nosso País, convidamos para usar da palavra – ele foi como Líder, V. Exª se ausentou – um orador inscrito; depois, João Ribeiro como Líder. Estamos alternando. Já foi chamado várias vezes, João Ribeiro.

Flávio Arns, como orador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Paulo Paim, enquanto chega Flávio Arns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, enquanto o Senador Flávio Arns vai à tribuna, só quero dizer que a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), que está assistindo à TV Senado, pediu que eu cumprimentasse V. Exª pela defesa firme que sempre fez do fim do fator e também do reajuste integral a todos os aposentados e pensionistas. A Cobap continua firme nessa caminhada e quer construir aquilo que seria o razoável para todos os aposentados e pensionistas, que seria o fim do fator e a aprovação do PL nº 1, que garante o mesmo reajuste dado ao salário-mínimo. Pediram que eu dissesse isso a V. Exª e que acreditam que a Câmara haverá de caminhar junto com a Cobap. Por isso, a Cobap reafirma a sua disposição de assegurar o reajuste integral para o aposentado, como também o fim do fator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendo que nosso Presidente Luiz Inácio tem que reconhecer que a página mais bonita de seu Governo foi a valorização do salário-mínimo. E foi aqui, sob a liderança de V. Exª, que o trabalhador, que ganhava menos de 70 dólares, passou a ganhar 250 dólares. Essa, sem dúvida, foi a obra de maior significação na divisão de riquezas do nosso País. E não poderia ele terminar este Governo – já está chegando ao fim – com essa nódoa, essa vergonha, que é o fator redutor previdenciário dos aposentados. Não existe em nenhum país civilizado. Somente os nossos velhinhos estão massacrados. Nós temos certeza de que o Presidente da República vai acompanhar, novamente, a inspiração do Senado pelo projeto de Paulo Paim, do qual fui Relator.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero lembrar que, neste período do ano, de 21 a 28 de agosto, comemora-se, no Brasil, o que se denomina Semana Nacional do Excepcional. Isso acontece desde o ano de 1964, portanto, pelos últimos 45 anos, e é uma promoção essencialmente desenvolvida pelas Apaes, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. As Apaes estão presentes em mais de 2.000 Municípios no Brasil. Existe uma Apae por Município, uma associação. Pode, eventualmente, essa entidade se dividir, no Município, em duas ou três entidades que prestam serviços para a pessoa com deficiência. Mas são mais de 2.000 Municípios no Brasil. É o maior movimento do mundo a favor da pessoa com deficiência. A própria Apae já existe, também, no Brasil, desde o ano de 1954, portanto, há 55 anos.

Esta Semana Nacional do Excepcional é uma semana que serve para reflexão, discussão, reunião de pessoas, olimpíadas, festivais, arte, música, esporte, legislação, reuniões nas Câmaras de Vereadores. Pode-se afirmar que há, neste momento, acontecendo no Brasil cerca de dez mil atividades relacionadas à pessoa com deficiência. Então, é o movimento das Apaes, é o movimento dos pais, dos amigos, das pessoas com deficiência, que lutam essencialmente por cidadania, que é o primeiro aspecto, lutar para que os direitos dos cidadãos com deficiência aconteçam no decorrer da vida. São os direitos sociais que devem acompanhar o ser humano da concepção até quando isto for necessário na vida. Então, é o direito à educação, à saúde, à assistência, ao esporte, à cultura, ao trabalho, ao amparo na velhice. Todas essas condições são consideradas neste primeiro grande objetivo: cidadania.

O segundo grande objetivo é apoio para as famílias. Muitas famílias que têm o filho com deficiência precisam ser ajudadas, amparadas, orientadas, particularmente se essas famílias têm filhos e filhas com deficiências mais acentuadas, com necessidades mais acentuadas de desenvolvimento.

Quantas famílias pelo Brasil afora têm dificuldade com os filhos de 15, 20, 25, 30 anos, sempre pensando o que fazer, que atividade desenvolver, no que essa pessoa pode trabalhar, o que pode ser feito? Eu, inclusive, costumo dizer às famílias que têm um filho ou uma filha com alguma dificuldade mais acentuada de desenvolvimento que a melhor solução é uma boa escola especial para haver aquela parceria tão necessária na educação entre escola e família, para que possam trabalhar juntas a favor do desenvolvimento do filho ou da filha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB –TO) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Pois não. Ouço, com prazer, o aparte do Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB –TO) – Nobre Senador Flávio Arns, eu ouço, com muita atenção, as ponderações que V. Exª traz a respeito de milhares de irmãos nossos portadores de necessidades especiais. V. Exª fala na semana dedicada a essas pessoas que realmente merecem atenção especial por parte da sociedade brasileira. Vejo que V. Exª tem uma ação destacada nessa área social. Vejo V. Exª e o Senador Paim permanentemente atentos, preocupados, diligentes e operosos, buscando dispensar, sobretudo a esse segmento da sociedade brasileira, as atenções necessárias que o Parlamento brasileiro deve dispensar-lhes. Nós podemos constatar, com alegria, que avançamos muito. Nós avançamos muito em conquistas, quer do ponto de vista Legislativo, quer do ponto de vista da prática e da aplicação de políticas públicas que possam mitigar as dificuldades e os problemas que essas pessoas apresentam, muitas delas podem, no exercício pleno de sua cidadania, ser aproveitadas no mercado de trabalho. Muitas delas são aproveitadas no mercado de trabalho, outras desenvolvem as suas atividades pessoais, inclusive desportivas, com muita habilidade, com muita força de vontade. Somos verdadeiros admiradores da disposição que essas pessoas têm de viver na plenitude como cidadãos comuns. V. Exª tem razão ao trazer as discussões que traz a esta Casa. Precisamos continuar avançando, tanto quanto possível, no que diz respeito ao apoio a essas pessoas portadoras de necessidades especiais. E um apoio que essa Casa, que o Poder Público, que as instituições públicas e as instituições privadas devem dar a instituições como a Apae, que procuram dar aporte, suporte e apoio

àqueles que são portadores de necessidades especiais e que não têm basicamente condições de auto-controlar sua própria vida, de dar prosseguimento as suas atividades normais. Então, V. Exª está de parabéns pela discussão que traz essa noite a essa Casa e espero poder participar com V. Exª e o Senador Paulo Paim das comemorações da semana dos portadores de deficiências especiais. Parabéns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, também amigo da área, como V. Exª e os demais Senadores.

O que quero dizer é que o Senado Federal, sem dúvida, é muito sensível e acolhedor às necessidades desses 24, 25 milhões de pessoas no Brasil que têm algum tipo de deficiência; quatorze e meio por cento da população, de acordo com os dados do IBGE.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flávio Arns, de forma muito rápida, na mesma linha do nobre Senador Quintanilha, que também trabalha na área das pessoas com deficiência, idosos e trabalhadores, quero dizer a V. Exª que sei da sua decisão, anunciada pela imprensa, de, provavelmente, sair do Partido dos Trabalhadores. Quero dizer a V. Exª que, independentemente da sua decisão, seja qual for, quero continuar sendo seu parceiro nessa luta em defesa das pessoas com deficiência. Sempre tenho muito orgulho em dizer que V. Exª, repito, foi o relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma bela obra, resultante do substitutivo que foi construído com a sociedade. Quero dizer também que é exemplar o trabalho que V. Exª faz com as Apaes – um trabalho, eu diria, universal, que beneficia milhões e milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Por isso mesmo cumprimento V. Exª. Tenho certeza de que a unidade entre nós vai continuar dando pelas obras que nós todos haveremos de ajudar a construir juntos para o bem do povo brasileiro. Um abraço a V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Não tenho dúvidas nesse sentido, Senador e amigo Paulo Paim, porque o que nos une e a outras pessoas de outros partidos políticos é a luta por cidadania, por dignidade, por direitos humanos para que a caminhada do ser humano pela vida, da concepção até quando for necessário, venha acompanhada de realização plena de direitos, para que nós no Brasil possamos valorizar a nossa maior riqueza, que é o ser humano. Que tudo seja feito em função do ser humano, que merece todo apoio, todo respeito, chances e oportunidades na vida, seja ele quem for, negro, branco, rico, pobre, da zona urbana, da zona rural, com deficiência ou não. Isso é o que nos une.

Sr. Presidente, se V. Exª me permitir uma pequena tolerância...

Eu estava dizendo antes que o movimento das Apaes realiza a Semana Nacional...

(Interrupção do som.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – do Excepcional, mas junto com outras entidades chamadas coirmãs: Pestalozzis, por exemplo, entidades que atendem crianças autistas, outras que atendem pessoas com deficiências múltiplas. Uma pessoa que tenha deficiência mental, intelectual, visual, física e que precisa ser bem atendida.

Eu dizia também quais são nossos grandes objetivos: luta por cidadania, e eu já mencionei isso; apoio às famílias. Isso é fundamental. A família, nesses 24 milhões de pessoas... Como o Senador Leomar Quintanilha disse antes, quantas pessoas estão fazendo concursos ou estão trabalhando pelo sistema de cotas em empresas privadas ou pelo sistema de reservas de vagas em concursos públicos? Quantas pessoas estão participando da sociedade? Isso é muito importante e fundamental.

Existe sempre um percentual de pessoas – crianças, jovens, adultos e idosos – que precisam de uma atenção especial, porque a necessidade é mais acentuada: distúrbio do comportamento severo, deficiência intelectual mais severa, deficiência múltipla.

Quantos casos existem de pessoas que precisam de um apoio, de um amparo e de serviços a sua disposição? Eu mesmo já fui Presidente de uma entidade nacional para pessoas com deficiência intelectual na área esportiva, e fomos a países da Europa levar o time de basquete, a equipe de natação e a de futebol, para que eles participassem de campeonatos mundiais na área do esporte. Então, muitas pessoas podem perfeitamente se engajar na sociedade, mas, além do apoio à família, prestação de serviços. Quando se diferencia o que o Brasil faz em relação aos países europeus, aqui temos mais de duas mil entidades, mais do que o dobro de países europeus, mas porque se presta serviços, luta-se por direitos, mas, ao mesmo tempo, procura-se concretizar direitos, fazer com que os direitos se transformem em realidade. Então, tudo isso está sendo pensado nesta Semana Nacional do Excepcional, 21 a 28 de agosto, iniciado em 1964, portanto há 45 anos. O Brasil inteiro vem participando dessa iniciativa.

Se V. Exª permitir, antes de encerrar, escutaria o Senador Eduardo Azeredo, que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos para Pessoas com Deficiência e uma pessoa batalhadora nessa área – não só S. Exª, mas toda a sua família.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Flávio Arns, quero, primeiro, agradecer-lhe as referências, mas quero cumprimentá-lo por trazer, hoje, esse assunto e cumprimentar todos aqueles que realmente, em todo o

Brasil, lutam pelas pessoas com deficiência. São avanços importantes que já se conseguiram no Brasil, são avanços para melhorar, sob o ponto de vista da educação, de saúde, sob o ponto de vista do trabalho. Especialmente, cumprimento-o e não posso deixar de repetir sempre que V. Exª é, como já brincamos aqui, nosso guru nessa área. É um momento importante, sim, de podermos lembrar, nesta semana, os avanços conquistados. É evidente que muito, ainda, precisa ser feito. Ainda hoje, eu conversava com o Líder do meu Partido, Deputado José Aníbal, pedindo-lhe que colocasse, na pauta da Câmara, projeto que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade para as mães que tiverem filhos com deficiência, porque é exatamente um período em que elas precisam, evidentemente, estar mais próximas. Nós já tivemos um avanço aqui: aquele projeto da Senadora Patrícia, mas que depende de incentivo fiscal. Neste caso, estou colocando pelo próprio INSS mesmo. V. Exª mesmo, na época, apoiou o projeto. Estou só citando esse para dizer que muita coisa precisa ser feita ainda, mas é evidente que se avançou muito. Ao mesmo tempo, quero lembrar as escolas especiais, sobre as quais nós conversávamos aqui. Houve um avanço da parte do Ministro da Educação, reconhecendo que o que estava sendo proposto, internamente, no Ministério, não era adequado com relação às escolas de ensino especial. Nós queremos a educação inclusiva, mas não excludente das escolas especiais.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Muito bem. Agradeço. São observações muito bem colocadas também, a exemplo das demais.

Realmente, são princípios essenciais a favor da inclusão. Não há conflito entre o fato de haver escola especial e escola comum e isso é muito bom, inclusive para que a família tenha opção e a própria pessoa com deficiência tenha opções a sua disposição.

Então, todo esse debate vem acontecendo nesta semana.

Agradecemos à sociedade pela grande contribuição que vem fazendo às Apaes, às Pestalozzi e coirmãs, a favor da cidadania da pessoa com deficiência.

Era isso que eu tinha a dizer. Eu gostaria, Sr. Presidente, que desse como lido e que constasse dos Anais da Casa o pronunciamento sobre o tema.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLÁVIO ARNS.

DO SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR)

Semana Nacional do Excepcional

Pronunciamento realizado pelo Senador Flávio Arns no Plenário do Senado Federal, no dia 25 de agosto de 2009.

Senhor Presidente

Senhores Senadores e Senhoras Senadoras

Há 45 anos o movimento Apaeano comemora, entre os dias 21 e 28 de agosto, a **Semana Nacional do Excepcional.** Com ânimo redobrado, devemos aproveitar desta ocasião para repercutir a mobilização em torno da Semana, que neste ano tem como tema "Quebre a resistência e tome uma atitude: construa acessibilidade para a pessoa com deficiência intelectual".

O tema da Semana corresponde muito bem à Declaração da **Década das Américas das Pessoas com Deficiência** (2006-2016), uma decisão dos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Mar del Plata, em novembro de 2005, na **IV Conferência das Américas,** quando instruíram a Organização dos Estados Americanos (OEA) a assumir um PROGRAMA DE AÇÃO pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência, sob o lema **Igualdade, Dignidade e Participação.**

A ideia surgiu do objetivo de fomentar o empenho dos governos, em sua força política, para uma cooperação internacional, atraindo recursos humanos, técnicos e econômicos para transformar a realidade das pessoas com deficiência que vivem no Subcontinente.

No transcurso desses dez anos – dos quais já se passaram três – devemos prosseguir em nossa busca pela ruptura das barreiras da discriminação, e construir um senso de humanidade de que todos estamos carentes. A qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla depende de uma atitude nova de cada cidadão e do Estado, pois lutamos por um convívio social efetivo e de valorização dessas pessoas.

Lutamos por acessibilidade: acessibilidade à educação, por meio de uma estrutura curricular adequada; acessibilidade à comunicação e à informação por meio da inclusão digital; acessibilidade ao mercado de trabalho, por meio do emprego formal – gerador de renda e promovedor de autoestima.

Mas isso somente será viável a partir do momento em que a pessoa com deficiência intelectual esteja preparada, dentro de suas possibilidades, para atuar na sociedade. A pessoa com deficiência intelectual deve ser educada para a vida em comunidade, de forma útil, participativa.

Essa missão de educar, que é difícil e requer dedicação, competência, amor e sensibilidade, tem sido desenvolvida no Brasil pelo movimento Apaeano, ao lado do qual incluo as Associações Pestalozzi, bem como demais entidades coirmãs. São instituições sérias, necessárias, porém infelizmente ainda desconhecidas e desconsideradas pelo Poder Público brasileiro.

É assim que, de minha parte, com espírito animado na defesa da pessoa com deficiência intelectual, que inicio as comemorações de data tão especial, para

pessoas igualmente especiais. São brasileiros iguais a nós em seus direitos.Crescem e amadurecem ao nosso lado; nos tornam mais humanos e menos competitivos. São filhos desta nação que fazem a diferença numa sociedade que devemos aprimorar.

Senhor Presidente, é admirável o material da Campanha da Semana Nacional do Excepcional deste ano. Olhem com atenção – há cartazes espalhados por diversos pontos das cidades brasileiras e em alguns dos nossos gabinetes no Congresso. Trazem crianças e jovens que sorriem e afirmam ações de uma existência absolutamente comum, como lhes é a vida sempre que estimulados desde a infância.

Isso lhes dá autonomia – eles brincam, estudam, são felizes e, SIM, na vida adulta trabalham! Justamente a Campanha nos chama para essa visão que eu diria "moderna": contribuir para que a pessoa com deficiência intelectual conquiste e assuma o papel que lhe cabe – o de sujeito na sociedade!

Finalizo, Senhor Presidente, dirigindo um apelo à sensibilidade de Vossa Excelência, para que seja incluído o quanto antes na pauta do Plenário o PLS Nº 358, de 2005, – Complementar, de minha autoria, que concede a aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao regime geral. A matéria está pronta para ser votada no Plenário desta Casa desde 2005.

Aqueles que conhecem a problemática do trabalho e emprego do trabalhador com deficiência sabem o quanto é preciso que a essas pessoas seja garantido o direito à aposentadoria antecipada. Não é um privilégio. Trata-se de uma necessidade.

Vamos todos, Senadores e Senadoras, afirmar a declaração de apoio mais direta, a esse grupo tão significativo de cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

Senador **FLÁVIO ARNS**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª será atendido de acordo com o Regimento. E V. Exª engrandece não só este Senado, mas a democracia do Brasil. V. Exª trouxe o significado e a importância da Apae.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos parabenizar a Apae, uma instituição das mais eficientes e necessárias ao País. Sou tranquilo porque, quando fui presidente do Rotary Club, fiz nascer em minha cidade uma Apae. Depois, como Prefeito e Governador do Estado, vi sua importância e fizemos nascer várias, em várias cidades piauienses. É, sem dúvida, uma das organizações mais importantes, que tem de ser apoiada em nosso Brasil.

Pela ordem, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar, com muito pesar, a perda, na madrugada de hoje, de um grande amazonense, um poeta, Anibal Bessa, membro da Academia Amazonense de Letras, ganhador do Prêmio Nestlé, uma pessoa extremamente reconhecida pelo que escreveu, pelas obras, com certeza inesquecíveis, ganhador de vários festivais de música no Amazonas, um grande ser humano, um grande pai.

Apresentei, hoje, um voto de pesar e quero registrá-lo, nesta noite, para que a viúva, a Drª Eugênia, e os seus filhos recebam desta Casa o nosso reconhecimento e o voto de pesar do Senado pela perda desse grande amazonense que foi Anibal Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós apenas queremos informar que é uma real perda para o seu Estado e para o Brasil. Já o nome, aqui, foi chorado pelos outros dois Senadores do Estado de V. Exª. Jefferson Praia e Arthur Virgílio somam-se a V. Exª, e nós, que representamos a Mesa Diretora, lamentamos a perda, para o Amazonas e para o Brasil, do poeta Anibal Bessa.

Convidamos, para usar da palavra, como Líder do PR, o Senador João Ribeiro, que representa o Tocantins. Em seguida, será o orador inscrito João Vicente Claudino.

Eu peço permissão apenas para prestar uma homenagem ao Deputado Federal do Piauí, Eliseu Aguiar, com perspectivas invejáveis na política do nosso Estado e do Brasil.

Ele é do PTB, lá liderado pelo Senador João Vicente Claudino, que em pouco tempo construiu, talvez, o mais poderoso partido dos dias de hoje, uma homenagem a Getúlio Vargas – e ontem fez 55 anos do seu falecimento. E V. Exª o fez renascer no Piauí com um forte partido, o PTB.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, eu venho à tribuna nesta terça-feira, dia 25 de agosto – e aguardei até agora, depois de debates bastante acalorados nesta tarde –, para fazer um registro que eu considero muito importante para o meu querido Estado do Tocantins.

Nesta noite, eu peguei um avião para Palmas, para a capital do nosso Estado, e fui, hoje, à cidade de Miracema. Miracema do Tocantins foi a capital provisória do nosso Estado. Miracema foi capital na fase de implantação do Estado do Tocantins, portanto foi a capital provisória do meu querido Estado do Tocantins.

Mas, como dizia, fui hoje a Miracema para participar do aniversário de emancipação da nossa querida

capital provisória. Fui a Miracema, Sr. Presidente, para poder, juntamente, com o Prefeito Júnior Evangelista, a primeira dama Andréia, o Vice Alberani, o Deputado Federal Eduardo Gomes, o Deputado Estadual Stalin Bucar, o Prefeito Silvino, de Tocantínia, o Prefeito Abrão Costa, que é seu colega médico, da cidade de Miranorte, outras autoridades importantes, ex-Prefeitos, Vereadores, a comunidade e profissionais da imprensa – lá estava o grande jornalista Cleber Toledo, que tem o *site* mais lido do nosso Estado, um jornalista respeitadíssimo que nós temos no Estado de Tocantins – para registrar os 61 anos de emancipação política da cidade de Miracema.

Fui, Sr. Presidente, para entregar, juntamente com o Prefeito, várias obras que são extremamente importantes para o progresso e o desenvolvimento da cidade de Miracema.

Como eu disse hoje, no meu pronunciamento, lá recebi o título de cidadania, concedido pela Câmara Municipal, pelos ilustres Vereadores de Miracema, mais por generosidade dos Vereadores daquela cidade que por merecimento da minha pessoa. Eu dizia que Miracema viveu um período de estagnação, um período de adormecimento quando de lá saiu a capital do Estado e foi para a nossa mais jovem capital do Brasil, Palmas. Miracema passou por um período muito difícil. Mas, com a eleição do Prefeito Júnior Evangelista, e agora com a sua reeleição, Miracema novamente vive um momento de progresso e desenvolvimento.

Sr. Presidente, hoje, entregamos obras importantíssimas para a nossa comunidade de Miracema. Dois postos de saúde – um deles com recursos por meio de emenda deste Senador que vos fala, e o outro, com recursos oriundos de emenda do Deputado Federal Eduardo Gomes e também com recursos municipais –; uma obra do CRAS, uma obra importantíssima, porque reúne todos os programas sociais do Governo Federal, tais como, o Bolsa Família, enfim, todos os programas são administrados pelo CRAS; além da entrega de 60 mil m² de asfalto, recursos vindos de emendas de minha autoria e do Deputado Eduardo Gomes, com contrapartida do Município. E mais uma obra importantíssima, Sr. Presidente, de macrodrenagem, uma obra que, na sua primeira etapa, vai embelezar a cidade e melhorar parte da cidade.

Autoridades presentes e o Prefeito diziam, em seus pronunciamentos, que aquelas pessoas já não tinham esperança. Muitos, ali, queriam entregar suas casas até pelo IPTU, o Imposto Predial Territorial Urbano. No entanto, hoje, estavam sorrindo ao verem pronto o serviço de macrodrenagem, com todo um paisagismo, e uma praça lindíssima que está sendo construída pelo Prefeito em volta dessa macrodrenagem, obra concluída em sua em primeira etapa.

Sr. Presidente, conseguimos colocar no PAC uma das obras. Dos R$35 milhões que conseguimos junto ao Governo Federal para a macrodrenagem, naquele pacote que o Presidente Lula anunciou há mais ou menos 60 dias, conseguimos mais R$6 milhões para a cidade de Miracema concluir essa obra de macrodrenagem, a fim de proporcionar para a nossa primeira capital do Estado do Tocantins, não só a valorização do ser humano, tal a importância dessa obra, mas sobretudo melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Sr. Presidente, como eu não pude permanecer lá em Miracema – por isso faço este registro – agora à noite para a solenidade, na Câmara Municipal, de entrega de títulos de cidadania a personalidades da comunidade e da política tocantinense, na qual eu estaria incluído, recebi o título antecipadamente, por volta do meio-dia. À noite, Presidente Mão Santa, além de uma missa que deve estar acontecendo neste momento, a população terá, agora, às 21 horas, um *show* sertanejo, reunindo toda a população de Miracema e de toda a região, que vai brindar o povo de Miracema com a dupla Rio Negro e Solimões.

Sr. Presidente, tendo em vista compromissos assumidos aqui em Brasília, não pude permanecer na melhor parte da festa de comemoração dos 61 anos da emancipação política de Miracema. Preferi ficar na fase da entrega das obras, o que se deu na parte da manhã, para que eu aqui estivesse, em Brasília, fazendo este registro importante desta tribuna.

Como disse, Sr. Presidente, uma cidade que viveu no ostracismo, que ficou adormecida por um período de sua história, uma cidade importante, passou a viver um momento diferente, um momento de progresso e de desenvolvimento; ressurgiu. E, principalmente, o Prefeito Júnior Evangelista reacendeu a autoestima das pessoas, o desejo de ver na cidade de Miracema o progresso e o desenvolvimento.

Então quero fazer este registro com muita alegria. O Prefeito Júnior Evangelista é do PSDB, mas é meu aliado, meu companheiro e não apenas isso. Independentemente da questão político-partidária, é um Prefeito correto, honesto, trabalhador, por isso foi reeleito com mais de 60% dos votos da população de Miracema, cidade de aproximadamente 13 a 15 mil eleitores. É uma das vinte maiores cidades do Estado de Tocantins.

Portanto, deixo aqui, Sr. Presidente, esse meu registro, e o faço com alegria nesta terça-feira, porque a população de Miracema, hoje, vive momento muito importante, inclusive pelos anúncios das obras realizadas pelo Prefeito e também por aquilo com que nós nos comprometemos a continuar fazendo pela população de Miracema e por todos os irmãos tocantinenses de

todos os Municípios que represento, com muito orgulho, aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, tenho vindo pouco à tribuna do Senado porque sou um Senador que tem procurado trabalhar bastante junto aos Ministérios, ao Governo Federal, na tentativa de ajudar o meu querido Estado do Tocantins, um Estado que vive momentos de profundas dificuldades políticas. Daí por que termos de ajudá-lo, sobretudo neste momento em que os Municípios vivem também suas dificuldades com a chegada da crise internacional ao Brasil. Parece que a crise já está indo embora, mas ela atingiu fortemente os Municípios, porque é lá que o cidadão vive – sempre falamos isso. Portanto, como Senador, tenho trabalhado muito no sentido de apoiar prefeitos e Municípios de modo geral, porque não podemos, Sr. Presidente, deixar de estar presente no Município.

Por isso, Sr. Presidente – vou encerrar minha fala –, saí ontem à noite, embora tendo chegado em Brasília depois de compromissos que eu tive no fim de semana, retornei ao meu Estado do Tocantins, por achar que a presença do parlamentar, do político na comunidade é extremamente importante, sobretudo no momento em que a população está comemorando. Algumas vezes a população não tem muito o que comemorar, mas, quando tem a oportunidade, temos de estar lá apoiando firme e fortemente aqueles que são corretos com o povo e com nossa população.

Encerro, portanto, minha fala, agradecendo V. Exª e a paciência que V. Exª tem tido como Presidente. Antes, porém, quero dizer algo: acho que eu não teria a paciência que V. Exª teve hoje nesta tarde. Sr. Presidente, vou fazer uma crítica construtiva. V. Exª tem sido muito complacente no sentido de até deixar as coisas andarem da forma como ocorreram hoje. Mas vou dar aqui um conselho a V. Exª, que tem muito mais experiência do que eu. Acho que V. Exª tem de ser mais rigoroso na questão do tempo, para que nós respeitemos aqueles que também desejam falar. A tribuna é livre, e cada um fala aquilo que acha melhor falar. Tem uns que tratam de tema nacional; outros, de temas internacionais; outros, da questão municipal ou estadual, enfim, cada um fala o que quer, não é? Mas, eu acho que temos de ser mais rigorosos, Sr. Presidente, na questão do tempo.

Hoje mesmo eu fiquei até agora há pouco, tinha compromisso, tive que sair e voltar, para tentar fazer uma fala. Às vezes a gente até desiste, Presidente, de falar.

Não quero ser aqui cansativo para também não incorrer no mesmo erro que os outros cometeram, mas quero dar, como amigo e admirador de V. Exª, este conselho: seja mais duro na questão do tempo. Sei que V. Exª tem tido todo o tempo do mundo para com esta Casa, está aqui na segunda, na sexta, é um dos Senadores mais presentes nesta Casa e tem presidido bastante as sessões em função da sua dedicação à causa do Brasil e do Senado Federal. Mas gostaria que V. Exª – é um pedido que faço como seu amigo e admirador – fosse mais rigoroso na questão do tempo. Os apartes não podem ser de dez, quinze minutos, como tem acontecido aqui na Casa. Um Senador não pode ficar duas, três horas na tribuna, porque prejudica o tempo do outro Senador que está aguardando para falar e que tem compromissos nos Ministérios e em seus gabinetes.

Portanto, esta é uma fala que faço no sentido de aconselhar o Presidente Mão Santa, que admiro e respeito muito, para que V. Exª seja mais duro no sentido de não permitir que os Senadores façam da maneira que quiserem. Aqui sempre tem aquele jogo de um ficar aconselhando, pedindo: "Ah, mas fulano de tal teve duas horas tal dia." Acho que está errado. Se meu tempo for de dez minutos, que eu fale dez minutos e que tenha dois ou três minutos de tolerância.

Eu até já falei mais do que deveria, mas considere que esta última parte da minha fala é só no sentido de fazer essa reclamação, mas uma reclamação de um admirador de V. Exª, Sr. Presidente. Seja mais rigoroso na questão da condução do tempo e tenho certeza de que V. Exª terá muito mais sucesso do que já tem na condução dos trabalhos nesta Casa.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós agradecemos e cumprimentamos V. Exª pelo brilhante pronunciamento e pelo nosso aconselhamento. Mas hoje houve aqui até negócio de cartão de futebol. O cartão é vermelho e o nobre Senador Eduardo Suplicy não poderia usá-lo. Primeiro, o Partido dos Trabalhadores nunca o colocou em campo: ele é suplente do Conselho de Ética. Então, esse negócio é para os que lá estão.

Eu deixaria para o fim, em solidariedade ao nosso companheiro Heráclito Fortes, que pegou cartão vermelho, que hoje é o Dia do Soldado. E eu, presidindo esta Casa, troco o cartão vermelho que foi dado ao Heráclito pela bandeira do Brasil. A cor não é o vermelho; as cores são o verde, o amarelo, o branco e o azul. E isso é bom no Dia do Soldado, hoje, eles que garantem a representatividade do nosso símbolo, que tem "Ordem e Progresso".

Cada Senador também tem que ter o bom senso. Nós, às vezes, aplicamos *O Espírito das Leis,* de Montesquieu. Mas esta Casa é assim mesmo. Rui Barbosa já fez discurso de quatro horas aqui. Paulo Brossard

fazia de três horas e meia. Aí, o Senador do Piauí Petrônio Portella limitou, no Regimento, para uma hora; ele vinha três vezes por semana.

Então, o homem é o homem e as circunstâncias. Aqui tem esse calor do momento. Mas achamos que o principal de nossa presença aqui é garantir a voz de cada um, porque sabemos que aqui é o tambor de ressonância da democracia.

Aprendi com Teotônio Vilela. Este é um grandioso Senado, não é preciso buscar os exemplos de outro senado. Moribundo, com câncer, ele morreu dizendo: "Resistir falando e falar resistindo". E a nossa presença até uma hora dessas é para garantir a voz de cada Senador, pois representamos o povo. Somos filhos da democracia e do voto. Nós reconhecemos a força que fez nascer o Presidente da República, 60 milhões de votos, aqui tem 80.

Convidamos para usar da palavra esse jovem senador, empresário brilhante, vitorioso, do Piauí, João Vicente Claudino, de tradição empresarial. Tive a felicidade de nomeá-lo Secretário de Indústria e Comércio e acho que foi um dos melhores acertos que fiz no meu governo. Ele implantou quase duas centenas de indústrias, dando perspectiva de trabalho e riqueza para o Piauí.

V. Exª poderá usar a tribuna quando achar conveniente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero me associar às homenagens que V. Exª acabou de realizar, neste Dia do Soldado, a essa valorosa guarnição de pessoas que prestam relevante serviço à segurança deste País.

Queria, Sr. Presidente, registrar alguns fatos do Piauí no dia de hoje e também destacar um pronunciamento que faria. Vou fazer apenas um resumo de um trabalho que vem sendo desenvolvido pela APL da Opala de Pedro II, o Inpi, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, e o Sebrae do Piauí. Até inspirado no Globo Repórter de sexta-feira, na TV Globo, que destacava as riquezas minerais do Brasil e a vida de mineiros de diversos recantos do Brasil, as nossas Minas de Opala de Pedro II.

No entanto, Senador Mão Santa, o inédito processo de certificação das opalas de Pedro II constitui hoje ponto de destaque na longa e íngreme escada de modernização do Estado.

Ao lado disso, também queremos aproveitar a mesma oportunidade e destacar a cajuína, bebida típica do Estado, também em processo de indicação geográfica nesse ponto tão importante, que tem sido realizado pelas equipes técnicas do estado do Piauí.

Antes de qualquer coisa, cabe assinalar que ambas as iniciativas integram a concepção de uma nova mentalidade desenvolvimentista no Piauí. Para desatrelar-se em definitivo de um modelo infecundamente arcaico de exploração econômica, ao Estado não restaria outra solução senão a incursão firme em setores econômicos menos explorados nos múltiplos mercados do País.

No caso recente de certificação de opalas, o reconhecimento de tão fabulosa e escassa riqueza natural no Piauí, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Inpi, enquadra-se como passo essencial para a retirada do Estado de sua lamentável condição de subdesenvolvimento. De fato, a transformação das opalas extraídas na Reserva Pedro II em artigo de propriedade industrial corresponde a uma mudança significativa no modelo local de exploração econômica.

Isso feito de uma maneira brava, determinada e persistente pelos nossos mineiros de Pedro II, onde essa indicação geográfica, Senador Mão Santa, Senador Leomar Quintanilha, tanto certificará a pedra preciosa como opala como as jóias que são produzidas em Pedro II, e esse projeto intitulado Indicação Geográfica da Opala trata de uma ação eminentemente econômica e comercial, orquestrada junto à Administração Pública do Piauí, comprometida com a ampliação da cadeia produtiva envolvida na exploração dessa pedra preciosa.

Segundo técnicos do Sebrae do Piauí, além de garantir um produto de qualidade, a iniciativa de fortalecer a extração da opala contribui para a geração de trabalho na região. Não por acaso, dotado de uma aguda consciência ecológica, o conjunto de lapidários, garimpeiros e joalheiros de Pedro II compartilham interesses preponderantemente coletivos, canalizados para a disseminação do conhecimento técnico, comum, estimulando novas oportunidades de negócio.

Encerrada a missão identificadora do Inpi, considerada a etapa mais espinhosa, segue-se a fase da elaboração dos documentos, visando à solicitação de registro junto ao órgão. Após análise desse pedido, o Inpi, à luz de norma vigente, decidirá sobre a adequabilidade, ou não, das reservas de Pedro II aos parâmetros definidos para a propriedade intelectual.

Ainda de acordo com o Inpi, os procedimentos relacionados à indicação geográfica são ainda pouco conhecidos no País. Presidente Mão Santa, enquanto na China há registro de mais de três mil indicações geográficas, no Brasil, o número não ultrapassa a módica casa de quatro únicos casos. Tamanha discrepância se explicaria pela ainda modesta circulação de informações sobre as vantagens de se obter o certificado do órgão. Na realidade, trata-se de uma forma inequívoca de agregação de valor ao produto sob análise, assegurando-lhe melhor qualidade de consumo.

Ainda estamos, Presidente Mão Santa, na pré-história, rumo ao registro da propriedade intelectual, da

regulação dessa propriedade, no reconhecimento dessa indicação geográfica. Só para citar como exemplo, se pegarmos um espumante, ele se chama champanhe porque é produzido em uma região da França que tem o nome de Champagne, e só quem produz lá pode usar esse nome. Em qualquer outro lugar do mundo, ele leva o nome de espumante, mesmo sendo o champanhe, mas, pela propriedade intelectual, pela propriedade industrial daquela região, e essa indicação geográfica registrada na região, só eles podem utilizar essa marca.

Então, não sabemos ainda quanto estamos perdendo do registro dessa propriedade, para que possamos agregar valor à nossa produção e, no momento de fazermos a comercialização desse produto, termos o valor desse produto agregado e aumentado na sua comercialização.

O mesmo caso, Presidente Mão Santa e Senador Quintanilha, é o da nossa cajuína. No País, pensa-se que outros Estados produzem mais caju do que o Piauí. E nós somos o maior produtor de caju. Transformamos a cajuína e vendemos a castanha. Segue o mesmo caminho a cajuína, um produto tipicamente piauiense, mas que, em pouco tempo, deverá ser conhecida em todo o território nacional dentro desse mesmo processo.

A cajuína é uma bebida sem álcool, clarificada, esterilizada, preparada a partir do suco de caju. Preparada de maneira artesanal, é uma bebida típica do Nordeste do Brasil e símbolo da cultura e da cidade de Teresina.

A indicação geográfica é uma importante ferramenta do desenvolvimento de produtos agroindustriais de uma região, colaborando para a organização de setores econômicos através do uso do nome da região de produção, e também incentiva os produtores a aprimorarem a qualidade desses produtos.

É um resumo do pronunciamento, que solicito, Senador Mão Santa, seja dado como lido, registrando todo esse processo que está sendo colocado em ritmo no Piauí.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Senador Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Permita-me participar com V. Exª das ponderações que traz a esta Casa nesta noite. Eu tive a alegria e a felicidade de, em determinado momento da minha vida, morar no seu Estado. Eu, à época, era empregado do Banco do Brasil e fui administrar uma de suas agências ao sul do Estado, na cidade de Corrente. E, à época, a distância de Corrente para Teresina, sua capital, era realmente enorme – talvez um dos gargalos, um dos fatores determinantes de se observar um nível maior de desenvolvimento no norte do Piauí e um nível menor de desenvolvimento ao sul do Piauí. Um Estado enorme, de dimensões continentais, o que, por essa e outras razões, dificulta sobremodo uma administração mais coerente do Estado. Vejo V. Exª falar com muita propriedade das riquezas do Piauí. Muitas delas conheci, como, por exemplo, a cajuína e o caju. Aliás, fiquei surpreso – e não me recordo mais onde – quando visitei uma das plantações de caju. Foi a maior que já vi. Cheguei a ver em um galpão uma montanha de cajus. Nunca tinha visto tanta castanha junta como vi no Piauí. E lá fiquei sabendo que o Piauí, realmente, era um dos maiores produtores de castanha do Brasil. E a castanha lá produzida era exportada. Fiquei muito feliz com aquilo, porque lá no sul do Piauí nós tratávamos basicamente de questões relacionadas à agricultura e à pecuária. Era algo incipiente. Depois que eu saí de lá, procedeu-se a uma verdadeira revolução com a plantação de soja. Tenho, de cá, ouvido a notícia e acompanhado com muita alegria, com muita satisfação, que o Piauí cresce muito e se revela como um dos importantes produtores de soja e outros cultivares em vários Municípios que tinham dificuldade de encontrar alternativas econômicas para se sustentarem, para dar oportunidade de emprego à sua gente. E hoje eu vejo que o Piauí tomou um novo rumo, uma nova direção, cresce firmemente, sobretudo com sua economia consubstanciada em uma atividade econômica extraordinária, que é a agricultura.

(Interrupção do som.)

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Então, eu cumprimento V. Exª e o ilustre Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, que aqui representam, com raro brilho, com muita determinação, este importante Estado da Federação, o nosso querido Piauí.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Eu agradeço o seu aparte, Senador Quintanilha.

O caju, como V. Exª ressaltou, tem uma importância imensa. O Senador Mão Santa sempre relembra, quando fomos Secretário, da quantidade de beneficiadoras de castanha. Ainda falta o acompanhamento, nos investimentos nessa região, da sensibilidade dos órgãos financiadores. V. Exª, como foi gerente de banco, sabe muito bem disso. A castanha, ela é intensiva de capital em uma época do ano. Para que se movimente... Você faz um estoque para que movimente a indústria durante o ano todo. Normalmente, em dois, três meses, que é o momento da compra da castanha. Mas nós temos que passar aquela regra, que normalmente se faz para diversas culturas, em que se coloca um volume para o capital de giro de um empreendimento em cima de um percentual de um investimento, sem separar as culturas que são mais intensivas de capital. E o caju é de suma importância para o Piauí – com a cajuína, com a casta-

nha, com todos os seus derivados, os doces, os vinhos de caju –, porque gera uma quantidade muito grande de empregos e é muito importante na economia localizada. E o sul, como V. Exª ressaltou, tem também essa particularidade, como tem toda a região do Estado do Piauí.

Mas, Senador Mão Santa, eu queria apenas fazer mais três registros.

Hoje, nós recebemos uma homenagem da Apae do Piauí – vi o Senador Flávio Arns registrando o início da semana dos excepcionais –, Apae que foi fundada pelo Professor João Porfírio de Lima Cordão, um paraibano também, cativante, que dedicou sua vida à defesa da Apae. Hoje, tem como Presidente a Drª Aurelinda Magalhães. Fomos homenageados. A Apae atende 423 pessoas com deficiências e foi inaugurado o atendimento odontológico e a reabilitação motora. Lá também foi reinaugurada uma quadra de esportes que leva o nome do meu avô, Joca Claudino. Não sei nunca se ele jogou futebol, mas a quadra serve para o lazer e a prática de esportes naquela região, e tenho certeza de que ele fica feliz com o seu nome naquela praça de esportes.

Queria também registrar um requerimento de voto de pesar pela morte do Dr. João França Filho, Dr. França, um dos pioneiros da medicina no Piauí,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Um dos pioneiros da medicina no Piauí, eu acho que o pioneiro no hospital particular do Estado. Foi quem construiu a Casamater. E hoje faleceu, aos 92 anos de idade, mas nós temos que registrar essa vida de trabalho dedicada à medicina e ao povo do Piauí.

E também um voto de aplauso à Fundação Padre Antonio Dante Civiero, tão bem idealizada, comandada e dirigida pelo padre Humberto Pietrogrande, que tem um trabalho maravilhoso a ser destacado na educação, principalmente através dos Centros de Educação Infantil, do Centro Comunitário de Aprendizagem Carlo Novarese, no Núcleo de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente, nas Escolas Famílias Agrícolas em diversos Municípios do Piauí; na área de saúde, principalmente ali no Socopo, no Posto de Saúde Socopo, e no Hospital São Carlos Barromeo; em propriedades agrícolas, na Fazenda Nova Esperança e no Bom Sossego; em várias comunidades de assentamento rural. Enfim, um trabalho gigantesco, maravilhoso. E nós fazemos parte também da Aspirar, Associação Piauiense para o Desenvolvimento Solidário, que é um braço da Funaci, para que essa idéia sempre se mantenha viva no seu princípio de levar a qualidade de vida, a educação, a cidadania ao povo do Piauí.

Agradeço a paciência.

Era o registro que tinha que fazer na noite de hoje.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO

Senhor Presidente, Sen. João V. Claudim

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

O Piauí tem sido objeto de injustos e inconvenientes chistes Brasil afora por força de suas, ainda que involuntariamente, precárias condições sociais e econômicas. No entanto, o inédito processo de certificação das opalas de Pedro II constitui, hoje, ponto de destaque na longa e íngreme escada de modernização do Estado. Ao lado disso, a cajuína, bebida típica do Estado, também está em processo de indicação geográfica. Ademais, nota-se o excepcional resultado das experiências tecnológicas na conversão dos desertos piauienses em áreas de alta produtividade agrícola. Sobre tais assuntos, pretendo, agora, debruçar-me mais detidamente.

Antes de qualquer coisa, cabe assinalar que ambas as iniciativas integram a concepção de uma nova mentalidade desenvolvimentista no Piauí. Para desatrelar-se, em definitivo, de um modelo infecundamente arcaico de exploração econômica, ao Estado não restaria outra solução senão uma incursão firme em setores econômicos menos explorados nos múltiplos mercados do País.

No caso recente da certificação de opalas, o reconhecimento de tão fabulosa e escassa riqueza natural no Piauí, pelo instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), enquadra-se como passo essencial para a retirada do Estado de sua lamentável condição de subdesenvolvimento. De fato, a transformação das opalas extraídas da reserva de Pedro II em artigo de propriedade industrial corresponde a uma mudança significativa no modelo local de exploração econômica.

Como é sabido, a cidade de Pedro II, localizada a cerca de 200 quilômetros da capital, possui a única reserva de opala nobre do País, e a segunda do planeta. Investimentos substanciais têm sido destinados a tal reserva, de modo a cumprir com as metas determinadas pelo projeto intitulado "Indicação Geográfica da Opala". Trata-se de uma ação eminentemente econômica e comercial, orquestrada junto à administração pública do Piauí, comprometida com a ampliação da cadeia produtiva envolvida na exploração dessa pedra preciosa.

Segundo técnicos do Sebrae do Piauí, além de garantir um produto de qualidade, a iniciativa de fortalecer a extração da opala contribui para a geração de trabalho na região. Não por acaso, dotado de uma aguda consciência ecológica, o conjunto de lapidários, garimpeiros e joalheiros de Pedro II compartilha de interesses preponderantemente coletivos, canalizados para a disseminação do conhecimento técnico comum, estimulando novas oportunidades de negócios.

Vale recordar que coube à equipe do Inpi realizar preliminarmente a identificação do potencial característico e econômico da região. Encerrada a missão identificadora do Inpi – considera a etapa mais espinhosa – segue-se a fase da elaboração dos documentos visando à solicitação de registro junto ao órgão. Após análise desse pedido, o Inpi, à luz da norma vigente, decidirá sobre a adequabilidade, ou não, das reservas de Pedro II aos parâmetros definidos para a propriedade intelectual.

Ainda de acordo com o Inpi, os procedimentos relacionados à indicação geográfica são ainda pouco conhecidos no País. Enquanto na China há registro de mais de 3 mil indicações, no Brasil o número não ultrapassa a módica casa de 4 únicos casos. Tamanha discrepância se explicaria pela ainda modesta circulação de informações sobre as vantagens de se obter o certificado do órgão. Na realidade, trata-se de uma forma inequívoca de agregação de valor ao produto sob análise, assegurando-lhe melhor qualidade de consumo.

Segue o mesmo caminho a cajuína, um produto tipicamente piauiense, mas que em pouco tempo deverá ser conhecida em todo o território nacional. O cantor e compositor Caetano Veloso foi um dos primeiros a exaltar o sabor e a beleza da cajuína. Imortalizada na expressão "a cajuína cristalina em Teresina", a bebida ganhou notoriedade e passou a ser um pouco mais conhecida a partir da canção de Caetano.

A cajuína é uma bebida, sem álcool, clarificada e esterilizada, preparada a partir do suco de caju, no interior da embalagem, apresentando uma cor amarelo-âmbar resultante da caramelização dos açúcares naturais do suco. Preparada de maneira artesanal, é uma bebida típica do Nordeste do Brasil e símbolo da cultura da cidade de Teresina.

Piauí, atualmente, tem o maior percentual de áreas plantadas no cultivo do caju. Segundo dados do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater, em 2005, o Piauí tinha 190.213 hectares de pés de caju, o que rendeu uma produção para o Estado de 24.497 toneladas de castanha.

Ainda com uma fabricação quase artesanal, toda a produção de cajuína do Piauí é comercializada no próprio Estado. Somente desde o ano passado é que a bebida passou a se vendida para São Paulo e Brasília.

A indicação geográfica é uma importante ferramenta de desenvolvimento de produtos agroindustriais de uma região, colaborando para a organização dos setores econômicos através do uso do nome da região de produção. A IG também incentiva os produtores a aprimorarem a qualidade desses produtos.

Senhor Presidente, outra iniciativa que merece nosso reconhecimento e aplauso é aquela vinculada à transformação do deserto de Gilbués em área fértil para a produção agrícola. Para aqueles que desconhecem o caso, a região sul do Piauí foi assolada por um fenômeno previsível no semi-árido brasileiro, que se traduz pelo desmanche sucessivo da terra vermelha em verdadeiras crateras. Por conta disso, a miséria da população carente se intensifica, impossibilitada de plantar sequer o mínimo para sobrevivência.

Mas, Senhor Presidente, não é que um projeto revolucionário se dispõe a mudar tão desassistida realidade?! Metáforas à parte, o desafio consiste, basicamente, em converter o sertão em mar, o deserto em oásis de fertilidade. Para a sorte dos piauienses, projetos experimentais têm demonstrado que o deserto de Gilbués pode, sim, virar superfície agrícola perfeitamente produtiva. Segundos os cientistas, o cenário do Piauí, em contraste com outras regiões desérticas, é, felizmente, livre das baixas precipitações, além de ser desprovido de solos rasos e pedregosos. Com solos ricos em nutrientes, a região reúne condições favoráveis para a reversão da aparente improdutividade.

Geograficamente falando, a região de Gilbués compreende, de fato, 15 Municípios, totalizando aproximadamente uma área de 8 mil quilômetros quadrados de área desertificada. Sem dúvida, equivale a um espaço excessivamente vasto para que se abandone à degradação e à devastação socioeconômica.

Contra tal situação, o projeto prevê a aplicação de técnicas que promovam a cobertura solo, a reciclagem de nutrientes e o acúmulo de matéria orgânica em uma determinada área de cinco hectares. De acordo com os técnicos envolvidos, com pouco tempo de trabalho, obteve-se redução significativa do índice de erosão, propiciando aumento na produção de massa verde, bem como aumento na infiltração da água no solo.

Diante do sucesso nessa modesta faixa de cinco hectares, a meta da coordenação do projeto é mobilizar a sociedade civil e a administração pública para a ampliação da área de produção. Na verdade, orçado em 3 milhões de reais, tramita, desde 2007, um projeto nesta linha, sob análise da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Piauí, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e da Fundação Agente, respectivamente.

Ora, com toda a procedência, a implementação de tal projeto tem caráter emergencial, uma vez que, caso seja postergado, pode correr risco de inviabilidade em virtude das deficiências naturais de um solo tão árido. Por isso mesmo, as autoridades, técnicos e sociedade civil envolvidos nesse projeto devem se apressar na tramitação, de sorte a retomar, em larga escala, as experiências agrícolas em áreas desérticas do Piauí.

Para concluir, Senhor Presidente, gostaria de reiterar nosso regozijo com empreitadas tão economicamente alvissareiras do Piauí, ensaiando descolar de vez seu território da zona do subdesenvolvimento brasileiro. Seja

mediante a certificação das opalas de Pedro II, seja mediante processos de fertilização e revitalização produtiva do sul do Estado, tais iniciativas atestam, desde já, mudanças irreversíveis da mentalidade empresarial do Piauí.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa.PMDB – PI) –Senador João Vicente, queria cumprimentá-lo e também ao Leomar Quintanilha, que, é sabido, foi lá e roubou uma das mulheres mais interessantes do Piauí, em Corrente, e construiu uma bela família com uma mulher do Piauí. Ele é inteligente.

Queria pedir ao João Vicente que assinasse aqui, porque tenho pronto um requerimento de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho, com apresentação de condolências à família.

Estão aqui seus filhos: Sônia Maria França Mendes de Carvalho, Renato Tajara, João França Neto; e o voto de pesar a Rosa Amélia França, que é a esposa.

O Piauí é uma referência em excelência em medicina, e isso se deve ao fato de Getúlio Vargas, quando da sua ditadura, ter colocado um interventor médico, Leônidas Melo, diferentemente de todos da região, que eram tenentes. Leônidas Melo construiu o grande Hospital Getúlio Vargas, ao qual fiz um anexo, o pronto-socorro, quando Governador. E, mais ainda, depois teve Clidenor Freitas. Ele, um líder, morreu recentemente, mas foi Deputado Federal, Presidente do Ipase, cassado pela revolução, exilado. Então, antes ele tinha construído o primeiro e mais avançado hospital psiquiátrico, Meduna, de tal maneira que isso fez com que deslanchasse. Havia uma faculdade de Medicina, e construímos, no nosso Governo, a segunda, a Uespi, do Estado. De repente, mais duas.

Lamentamos pelo Dr. João França Filho, uma perda imensa. Ele, associado com outros médicos, Dr. Diba e Dr. Angeli, construiu a Casamater, que hoje é o Hospital Aliança Casamater, que tem uma faculdade privada. Realmente, um dos hospitais privados pioneiros.

A medicina avançou tanto, que tivemos o privilégio, Leomar Quintanilha, de colocar o Piauí na era dos transplantes. Nós – o nosso Governo –, possibilitando bolsa à classe médica, colocamos o Piauí na era dos transplantes. No meu Governo, acompanhei os primeiros transplantes cardíacos com êxito.

Então, a classe médica do Piauí é referência e excelência no Brasil. E, quanto ao que V. Exª disse hoje, o sul é riquíssimo, e o nosso Governo é que plantou. Nós trouxemos, em um dia só, 300 famílias da Cotrirosa e as fixamos em Bom Jesus. Depois, junto com João Vicente, Secretário de Indústria e Comércio, fixamos a Bunge, a fábrica de cimento, a fábrica de bicicletas do grupo Claudino e 27 fábricas de castanhas.

Então, João Vicente demonstrou que, chegando ao Governo do Estado, continuará a desenvolver a riqueza, mostrando-se preocupado com a geologia e as riquezas, principalmente minerais, como a opala.

Com a palavra, Leomar Quintanilha, o último orador inscrito. S. Exª é Senador do Tocantins, feliz político pela mulher que tem e que conquistou no Piauí.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, meu caro Senador João Vicente Claudino, ambos representantes do nosso querido e ilustre Estado do Piauí, gostaria, antes de iniciar minha fala, de registrar entre nós a presença do Prefeito Rocha Miranda, da nossa Araguatins. Lembro que Araguatins é a cidade onde nasceu minha mãe. Ainda há pouco, estava conosco o Prefeito Joaquim do Posto, da cidade de Natividade, onde nasceu o meu pai. Então, os meus pais são do Tocantins, e estavam aqui conosco hoje os Prefeitos das cidades em que nasceram – Prefeitos que vêm lutando com as dificuldades enormes, com a escassez de recursos, para atender às demandas de suas respectivas populações.

O Prefeito Rocha Miranda tem um desafio muito grande, já que, no seu Município, com quase 40 mil habitantes, numa região de pouca produção, a pressão e a demanda das populações sobre a Prefeitura são enormes. E ele vem procurando atender às expectativas da sua população com muita competência – muito operoso e muito trabalhador.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no próximo 25 de setembro, estaremos comemorando o Dia Mundial do Turismo, e o fazemos no momento em que a atividade turística gera uma extraordinária expectativa ao povo brasileiro.

O Brasil amarga o 45º lugar no *ranking* mundial nessa importante atividade para a qual o mundo inteiro tem sua visão despertada – o Brasil que os brasileiros ainda pouco conhecem; o Brasil que ainda não está utilizando a atividade turística como um importante vetor de desenvolvimento social e econômico, um importante vetor na geração de empregos em face da sua capilaridade e da multiplicidade de segmentos econômicos que a ele estão agregados. Esse vetor é capaz de gerar milhares e milhares de empregos para uma população brasileira que está necessitando, que está carente de ter onde produzir, onde trabalhar, de onde tirar o sustento de sua família.

É ecologicamente correta a atividade ligada ao turismo, que não compromete o meio ambiente. Ao contrário, o turismo não polui, não destrói florestas. Ele vai no sentido contrário, o da sua preservação.

Então, estamos vivendo um momento de grande expectativa, sobretudo agora que o Governo do Presidente Lula deu autonomia ao Ministério do Turismo, que

sempre vinha em companhia de um outro Ministério: Indústria, Comércio e Turismo ou Esporte e Turismo. Porém, o Presidente Lula, numa visão de estadista, percebeu a tendência mundial e deu autonomia ao Ministério, no Brasil, que vai cuidar com exclusividade desse vetor muito importante para a nossa economia.

Também recentemente, depois de uma luta de dez anos, a Confederação Nacional do Turismo, criada em 1998, somente agora, em janeiro deste ano, graças à coragem, à determinação e à boa visão do Ministro Carlos Lupi, conseguiu seu registro como entidade sindical de terceiro grau. Ou seja, é uma entidade que vai contribuir com o balizamento, com a orientação, com a coordenação das atividades turísticas no Brasil, para que, nessa construção a muitas mãos, na associação com a iniciativa privada – com o empresariado, com os trabalhadores –; na associação com as instituições públicas – com o Governo Federal, com os Estados brasileiros, com os Municípios brasileiros –, possamos construir esta alternativa socioeconômica extraordinária, que é o turismo.

Não tem cabimento o Brasil, com tanta beleza natural... Do seu Piauí, meu caro Mão Santa, com as praias do Norte do Piauí, com as belezas do Gurgueia e com tantas outras ocorrências geográficas que encantam a tantos quantos possam visitá-la; a Serra da Capivara, lá em São Raimundo Nonato. Enfim, são ocorrências que se destacam como um destino turístico extraordinário e subaproveitado, no Brasil inteiro.

É um Brasil pouco conhecido pelos próprios brasileiros. É preciso que nós desenvolvamos ações que venham a eliminar esses gargalos, diminuir essas dificuldades, rever as questões relacionadas às nossas rotas aéreas e ao aprimoramento das nossas estações rodoviárias, ferroviárias, dos nossos portos...

Por isso, o surgimento da Confederação Nacional do Turismo vem em um momento muito importante, porque é preciso que uma instituição de vanguarda, de liderança, de caráter nacional, possa tratar com exclusividade esse tema tão importante e tão necessário para o desenvolvimento do Brasil.

O Sr. João Vicente Claudino (PTB – PI) – Senador... Queria pedir um aparte, Senador Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Senador Claudino, ouço com muito prazer V. Exª.

O Sr. João Vicente Claudino (PTB – PI) – Olha, o tema que V. Exª traz esta noite é muito importante, porque o registro que faz da prioridade que o Governo do Presidente Lula... Eu acompanhei bem o momento em que se desmembrou o ministério e se deu prioridade ao turismo, com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, que iniciou esse processo, essa caminhada, e temos muito de caminhar para chegar como destino turístico importante.

E nossas belezas naturais que V. Exª elencou tão bem aí: a do Piauí, somando ao Parque de Sete Cidades, Serra das Confusões, a nossa querida Barra Grande, praia do norte do Estado, Luís Correa. Enfim, a indústria que mais gera emprego hoje no mundo é o turismo. Isso faz com que nós tenhamos no Brasil a perspectiva de enfrentarmos a geração de emprego, principalmente por meio do turismo, em que ele participe mais na formação do Produto Interno Bruto deste País de uma maneira mais efetiva. Então, nós ficamos muito felizes quando começam a aparecer mais investimentos, e o Nordeste é pródigo nessas belezas naturais, principalmente em segmentos turísticos também, como o ecoturismo. V. Exª citou aí a Serra da Capivara e outras belezas que tenho certeza de que o Tocantins, como o Jalapão, tem também e é um destino hoje importante no País. Eu acho que nós temos de profissionalizar e cada vez mais melhorar a nossa infraestrutura na área turística, porque será muito importante para economia brasileira. E essas entidades têm que cada vez estar mais próximas, participando do planejamento efetivo na discussão do turismo nacional. Então, V. Exª está de parabéns nesta noite pela colocação que faz do turismo brasileiro, que tenho a convicção plena de que tem um papel importante no Brasil do futuro, com mais renda, com mais qualidade de vida, com mais oportunidade de desenvolvimento neste País.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – V. Exª tem razão, Senador Claudino, e a descentralização das ações é o caminho a ser utilizado. Nós precisamos realmente construir um novo arcabouço turístico no Pais, e isso será feito a muitas mãos: descentralizando as ações, delegando atribuições, cada um na sua área, dando essa contribuição conjuntural para que o Brasil possa aproveitar esse enorme potencial que tem, essa enorme possibilidade que tem de transformar a atividade turística em um dos mais importantes vetores de desenvolvimento social e econômico.

Eu apresentei recentemente um projeto de lei que está sob apreciação agora na Comissão de Assuntos Econômicos e que cria o braço social da Confederação Nacional do Turismo. Eu não estou trazendo nada de novo, não estou reinventando a roda, mas simplesmente acompanhando a tendência de ações que deram certo. Foi assim com a CNC, a Confederação Nacional do Comércio, que constituiu o seu braço social – o Sesc e o Senac; foi assim com a CNI, que constitui o Sesi e o Senai; foi assim com a Confederação dos Transportes, com a Confederação da Agricultura. O sistema S é conhecido no Brasil como uma ação exitosa, positiva, contributiva, e nós apresentamos um projeto para criar o sistema S do turismo.

Quem é que pode ser contra a oferta de milhares de vagas novas de capacitação profissionalizante que o Senatur vai oferecer? Quem é que pode ser contra o oferecimento de estruturas aos trabalhadores do *trade* turístico, num apoio as suas demandas de recreação cultural e desportiva?

Então, o sistema S do turismo, da Confederação Nacional do Turismo, é algo fundamental, importante, inadiável e imprescindível, para que neste momento possamos dar a contribuição para que o setor turístico do Brasil possa crescer. E isso compete a nós. A aprovação dessa lei compete a nós, Senadores, que vamos analisá-la, e está fácil fazer a comparação. Deram certo o Sesc e o Senac para a CNC, deram certo o Sesi e o Senai para a indústria, por que não vai dar certo? É claro que vão dar certo o Sestur e o Senatur para a Confederação Nacional do Turismo!

Eu tenho consciência plena de que os eminentes Pares, meus colegas, haverão de dar a sua contribuição, de dar a sua participação para que o Brasil possa realmente avançar, e avançar a passos largos, para que nós possamos, aproveitando essa grande condição que o Brasil tem...

Olha que nós vamos, em 2014, receber aqui e realizar o maior evento esportivo de todos os tempos, que é a Copa de Futebol do Mundo. Quando foi que o Brasil realizou sua Copa? Senador Claudino, V. Exª não havia nascido; foi nos idos de 50. De lá para cá, apesar de o Brasil estar capitaneando o *ranking* de melhores do mundo, nos últimos 15... O Brasil é o melhor do mundo no futebol! O Brasil conquistou já por cinco vezes o campeonato mundial, conquistou inúmeros campeonatos regionais realizados. O Brasil é a principal referência do futebol mundial, exerce um apelo popular muito forte no Brasil e fora dele. E, no entanto, nós só vamos conseguir realizar uma outra copa do mundo em 2014.

É preciso, Senador Mão Santa, é preciso, Senador Claudino, que nós estejamos preparando o receptivo, que nós já estejamos trabalhando desde agora, para que o Brasil vá se preparando para sempre receber muito mais do que cinco milhões de pessoas nos visitando; que nos aproximemos do que acontece na Europa com a Espanha e com a França, que recebem mais de 60 milhões de pessoas por ano. É preciso, dentre outras ações, nós capacitarmos e prepararmos o nosso receptivo, os nossos trabalhadores.

Então, estou consciente de que este é um projeto também exitoso, que haverá de contar com a participação efetiva da maioria dos membros desta Casa. Nós temos razões de sobra, Senador Mão Santa, para agora, a 27 de setembro, comemorar com muita alegria a realização das homenagens que serão prestadas pela passagem do Dia Mundial do Turismo. Então, conto com a presença dos senhores, a manifestação dos senhores e, mais do que isso, a participação efetiva na contribuição que cada um de nós poderá dar ao País, ao Brasil e aos brasileiros para transformar efetivamente essa atividade numa das mais importantes atividades econômicas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua deferência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leomar Quintanilha, eu, João Vicente e Heráclito Fortes vamos fazer uma exigência a V. Exª, uma exigência. V. Exª é o Presidente da Comissão de Turismo do Senado. Eu já fiz parte dela com Paulo Octávio. Nós fizemos um encontro no Pantanal, no Sesc. Eu fui organizador desse encontro junto com o Senador Paulo Octávio, que hoje é o Vice-Governador do Distrito Federal. Eu lhe faço um convite agora. Aliás, um convite não, uma intimação, uma cobrança.

A natureza do Piauí é a mais bela: verdes mares bravios; brancas dunas; sol que nos tosta o ano inteiro; vento que nos acaricia; rios que nos abraçam; cem lagoas; dezenove rios, seis deles perenes. Mas o que há de mais maravilhoso é sua gente, e V. Exª roubou uma das maravilhas do Piauí: a encantadora Márcia Maria de Araújo, hoje Quintanilha, que lhe deu três grandes frutos, o Leomar Júnior, o Leonardo e a Naila, que nos encanta lá em casa de vez em quando.

Então, eu queria fazer uma exigência.

Lá, o Presidente é Valdeci Cavalcante, que acabou de concluir o mais moderno centro de convenções do Piauí. O grupo Claudino tem também uma pousada moderna. É bom, porque V. Exª vai aprender para ensinar os empresários a ter uma função social, de lazer e de felicidade com o funcionário.

Então, queremos intimar V. Exª... Olhe lá, V. Exª nos roubou a Márcia Maria de Araújo, lá de São Raimundo...

Tão sério que, hoje, estão comemorando lá os festejos. Então, isso aqui tem as bênçãos de São Raimundo, esse compromisso, e V. Exª está devendo ao Piauí e ao turismo, e eu, João Vicente e Heráclito avalizamos e temos a certeza...

E para terminar bonito: hoje é o aniversário do Município de Santa Filomena, que completa 144 anos. O seu prefeito é do PTB, do Partido Trabalhista, é o Esdras Avelino Filho; o Presidente da Câmara Municipal é João Lustosa Avelino; e lá tenho um grande amigo, Almérico Lustosa.

Santa Filomena é uma cidade extraordinária do sul, agradável, onde o rio Parnaíba tem sua pureza. Ele anda 1458 km, Eliseu Martins, para chegar lá na nossa Parnaíba; então, lá, a água é transparente. Eu queria mandar um abraço a esse extraordinário líder político Almérico Lustosa. A família Avelino é tão grandiosa que se irradiou para Tocantins e deu um filho do Piauí que governou, com muita grandeza, aquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2009

(nº 4.153/2008, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Itagiba)

Dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do Dia Nacional da Imigração Judaica e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei tem por objetivo instituir data para a comemoração da contribuição do povo judeu na formação da cultura brasileira.

Art. 2° Fica instituído o dia 18 de março como o Dia Nacional da Imigração Judaica.

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.153-B, DE 2008

Dispõe sobre a instituição do dia 18 de março como data comemorativa do "Dia Nacional da Imigração Judaica" e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por objetivo instituir data para a comemoração da contribuição do povo judeu na formação da cultura brasileira.

Art. 2° Fica instituído o dia 18 de março como o "Dia Nacional da Imigração Judaica".

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É inegável a importância, em todos os setores da vida nacional, da contribuição dos imigrantes judeus para a formação social, política, econômica e cultural do Brasil.

Aliás, os imigrantes judeus escreveram, desde o descobrimento, importante parte da nossa história, a começar com Gaspar da Gama, intérprete oficial da frota de Cabral, dentre tantos outros que supervenientemente ajudaram a formar a nossa nação. Também, nos tempos atuais, permanece viva e forte a influência judaica no nosso dia-a-dia. Citam-se, aqui, por exemplo, alguns nomes em brevíssima lista de pessoas que representam essa marcante influência em todas as áreas da vida brasileira.

Na política, o Senador Aarão Steinbruch, que quando Deputado ficou célebre por aprovar diversas leis trabalhistas, e coube-lhe a autoria da lei que instituiu o 13º salário; os Deputados Horácio Lafer, Rubem Medina, de oito mandatos, Celso Lafer, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e ministro das Relações Exteriores em duas ocasiões, em 1992 e de 2001 a 2002, além de embaixador do Brasil junto à OMC, e embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de 1995 a 1998, e mais recentemente, Alberto Goldman e Fábio Feldman.

Na indústria, por exemplo, são da comunidade judaica as famílias Klabin, Lafer, Feffer e Steinbruch. Nas finanças, as famílias Safra e Safdié. No comércio, os fundadores das Casas Bahia, do Ponto Frio, das Lojas Marisa, da Renascença Móveis, H. Stern, Samuel Klein, Monteverde, Bernardo Goldfarb, Jacob Voloch e Hans Stern. Na construção civil, Rogério Schor, Rogério Jonas Zylbersztajn, Elie Horn e Jacob Steinberg.

No setor de mídia, Nelson Sirotsky, Victor e Roberto Civita, Adolfo Bloch e Sílvio Santos. Na televisão, Cláudio Besserman Vianna, mais conhecido pelo nome artístico Bussunda, e Maurício Sherman Nizenbaum. No esporte, o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman e Bernard Rajzman, o Bernard do Jornadas nas Estrelas.

No cinema, Leon Hirszman, cineasta expoente do cinema novo, Silvio Tendler, renomado documentarista brasileiro, Sura Berditchevsky, Eva Todor, Débora Block, Dina Sfat e Ida Szafran, conhecida como Ida Gomes, atrizes. Nas artes plásticas, Lasar Segall e Carlos Scliar, e, na música, Jacob Pick Bittencourt, o nosso Jacob do Bandolim, Jacqes Klein, virtuose do piano e o maestro Isaac Karabtchevsky.

Na ciência, Mário Schenberg e Otto Richard Gottlieb. Na educação, Samuel Malamud. Nas profissões liberais, Jacob Kligerman, médico; na arquitetura, Rino Levi; e Bernard Dain, advogado. Na literatura, José Mindlin, Clarisse Lispector e Arnaldo Niskier, ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras, dentre tantos outros que não deixam esgotar a lista, como o líder comunitário Osias Wurman.

Essa forte força cultural não pode, portanto, deixar de ser festejada e difundida, principalmente entre a parcela mais jovem de nossa população. Foi com este espírito, aliás, que, no dia 13 de dezembro de 2007, a Câmara dos Deputados teve a feliz e justa iniciativa de comemorar o 60º aniversário da criação do Estado de Israel, momento em que, representando o meu Partido, o PMDB, registrei que a paz para os judeus vem sendo escrita à custa de toda sorte de provações, mas que, apesar disso, a comunidade judaica mantém viva a tradição de celebrar seus heróis, homens e mulheres que deixaram registrados para a eternidade.

Não foi fácil, pois, escolher uma data que representasse tão importante contribuição, mas elegemos o dia 18 de março, dia da reinauguração, em 2002, do Templo fundado na rua dos Judeus, em Recife, à época do domínio holandês, no Século XVII, a Sinagoga Kahal Kadosh Zur Israel (Santa Comunidade Rochedo de Israel), a primeira das Américas, não só porque é testemunha da presença dos imigrantes judeus no Brasil, mas, também, porque sobre suas ruínas restauradas surgiu um museu que visa a preservar a memória da vida judaica na história colonial brasileira.

O museu, de atividades exclusivamente culturais, é resultado de um trabalho conjunto da Associação para a Restauração da Memória Judaica nas Américas, Federação Israelita de Pernambuco, Prefeitura de Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional e Ministério da Cultura, patrocinado pela Fundação Safra.

Para esta empreitada intelectual, vale registrar, foram consultados mais de 60 mil documentos relativos ao período em que se construiu referido Templo, marco da imigração judaica no novo mundo, guardados no Arquivo Municipal da Prefeitura de Amsterdã, e que agora fazem parte do acervo da Sinagoga Kahal Kadosh Zur Israel, aberta à visitação pública.

Assim, por todo o exposto, tomamos a iniciativa de propor a instituição do dia 18 de março como o "Dia Nacional da Imigração Judaica", em efetivo reconhecimento nacional da contribuição dos imigrantes judeus na formação histórica, sócio-econômica, política e cultural brasileira, para o quê se espera total apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2008.

MARCELO ITAGIBA
Deputado Federal – PMDB/RJ

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso IV, § 1º, do art. 91 do Regimento Interno, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, *c*, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.052, DE 2009

Requer voto de aplauso ao judoca amazonense Daniel Santos, destaque no Campeonato Brasileiro de Judô Sub-23, com a conquista da Medalha de Ouro para o Minas Tênis Clube, de Belo Horizonte, no dia 15 de agosto de 2009.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao judoca amazonense Daniel Santos, destaque no Campeonato Brasileiro de Judô Sub-23, com a conquista da Medalha de Ouro para o Minas Tênis Clube, de Belo Horizonte, no dia 15 de agosto de 2009.

Justificação

Com extrema dedicação e determinação, Daniel Santos, judoca amazonense e integrante do Minas Tênis Clube, de Belo Horizonte, em 15 de agosto de 2009, foi considerado destaque quando da conquista do Ouro no Campeonato Brasileiro de Judô Sub-23.

É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.053, DE 2009

Requer voto de aplauso para a atleta amazonense Valéria Santarem, pela conquista de medalha de prata no Meeting Internacional de Natação, realizado no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 2009.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à para-atleta amazonense Valéria Santarem, pela conquista de medalha de prata no Meeting Internacional de Natação, realizado no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 2009.

Justificação

Foi a primeira participação em um campeonato de grande dimensão. E Valéria Santarém, do Amazonas, brilhou, conquistando a Medalha de Prata, competindo com rivais de peso, do Canadá e dos Estados Unidos.

Valéria é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.054, DE 2009

Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça, ocorrido em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça, ocorrido hoje, dia 25 de agosto de 2009, em Manaus.

Justificação

Morreu, esta madrugada, em Manaus, um dos mais consagrados nomes da cultura amazonense, o professor, compositor e poeta Aníbal Beça. Especialista em tecnologia educacional na área de Comunicação Social, Aníbal era, até aqui, consultor da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado do Amazonas.

Estudou em diversos colégios de Manaus (Aparecida, Dom Bosco e Brasileiro) e em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul (Colégio São Jacó). Em Porto Alegre, manteve amizade com o poeta Mário Quintana, de quem recebeu os primeiros ensinamentos, estímulo e técnicas de poesia.

Como jornalista, foi repórter, redator, colunista, copy-desk e editor, em todas as redações dos jornais de Manaus, do início da década de 60 até final da década de 80. Foi, também, diretor de produção da Televisão Educativa do Amazonas – TVE. Atualmente, era consultor da Secretaria de Cultura e Turismo do Amazonas, onde idealizou e era editor do suplemento literário "O Muhra", de circulação bimestral, editado pela Secretaria.

Foi na música popular que a presença de Aníbal Beça se faz mais efetiva como compositor, letrista e produtor de espetáculos e de discos. Desde 1968, vitorioso no I Festival da Canção do Amazonas, foi colecionando prêmios com mais de 18 primeiros lugares em festivais em sua terra, no Brasil e no exterior. Representou o Brasil no VIII Festival de Joropo de Villa Vicencio, Colômbia (1969).

Foi o único artista amazonense a se classificar e se apresentar no Festival Internacional da Canção FIC, em 1970, com a música "Lundu do Terreiro de Fogo", defendida pela cantora Ângela Maria.

Tem músicas gravadas por vários artistas brasileiros, como: As Gatas, Coral JOAB, Felicidade Suzy, Nilson Chaves, Eudes Fraga, Lucinha Cabral, Dominguinhos do Estácio; Bira Hawaí, Aroldo Melodia, Jander, Raízes Caboclas, Mureru, Roberto Dibo, Célio Cruz, Torrinho, Arlindo Junior, Paulo Onça, Paulo André Barata, Almino Henrique, Pedrinho Cavalero, Pedro Callado, Delço Taynara, Grupo Tynbre e outros.

Tamanha foi sua abrangência na área artística que ele pode, sem dúvida, se incluir na categoria, hoje muito difundida, de Multimídia.

No âmbito de entidades de classe, foi diretor do Sindicato dos Escritores, Presidente da ACLIA – Associação de Compositores, Letristas e Intérpretes do Amazonas, Presidente do Coletivo Gens da Selva (ONG), Vice-Presidente da UBE-AM – União Brasileira de Escritores, seção Amazonas.

Foi, ainda, destacado membro da Ala dos Compositores das Escolas de Samba Reino Unido da Liberdade e Sem Compromisso, dando a esta última, seu único título pela autoria do enredo e do samba enredo "Joana Galante – Axé dos Orixás", e classificou a referida escola entre as três primeiras colocações com os samba enredo: "Hotel Cassina – Apoteose Boêmia", "Hoje tem Guarany", "Vento e sol, passa cerol – A Arte de empinar papagaios" ; "Sol de Feira – O pregão da Alegria".

Seu primeiro livro, *Convite Frugal*, data de 1966 (este ano, comemora 33 anos de atividade literária e 35 de produção musical).

Sobre sua poesia, Carlos Drummond disse, em 31 de julho de 1987 – pouco antes de morrer: "Li Filhos da Várzea, os poemaspôster e os haicais afetuosamente a mim dedicados. Obrigado por tudo, meu caro poeta. É de coração aberto que lhe desejo a maior receptividade pública e compreensão para a bela poesia que está elaborando e que, espero, marcará seu nome como um dos que engrandeceram o cultivo artístico do verso". Em 1994, com o livro *Suíte para os Habitantes da Noite*, sagrou-se vencedor, dentre 7.038 livros de todo o País, do 6º Prêmio Nestlé de Literatura Brasileira – categoria poesia. O livro, lançado sob o selo da editora Paz e Terra, saiu em 1995.

Entre os livros escritos por Aníbal, incluem-se: *Filhos da Várzea*, ed. Madrugada, 1984, abrigando o livro *Hora Nua*; *Marupiara* – Antologia de Novos Poetas do Amazonas, (organizador) Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1985; *Quem foi ao vento, perdeu o assento* (Teatro) Ed. SEMEC, 1986; *Itinerário poético da Noite Desmedida à Mínima Fratura,* Ed. Madrugada, 1987; Banda de Asa – poesia reunida – Ed. Sette Letras, 1998; contendo o livro inédito Ter/na colheita.

Foi Membro da UBE , União Brasileira de Escritores, do Coletivo Gens da Selva (ONG) e do Clube da Madrugada, entidade instauradora dos movimentos renovadores no campo literário e artístico do Amazonas.

Recentemente, em junho de 99, Representou o Brasil no VIII Festival Internacional de Poesia de Medellín, e em agosto de 99, no Encontro Internacional de Escritores da Associação Americana para o desenvolvimento cultural, em Bogotá.

Registre-se, ainda, sua participação em diversas antologias: *A Nova Poesia Brasileira,* de Olga Savary; *A Poesia do sec. XX – Amazonas* de Assis Brasil; *Poesia Sempre,* da Fund. Biblioteca Nacional.; *Antologia FUI EU,* de Eunice Arruda; *Saciedade de Poetas Vivos: erótica e de haicais*, de Leila Miccollis e Urhacy Faustino.

Aníbal Beça é, pois, merecedor desse preito em homenagem a sua saudosa presença no meio literário brasileiro.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.055, DE 2009 – PLEN

Nos termos do inciso I, do art. 279, combinado com inciso I do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006,** com o objetivo de acrescentar Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências, seja ouvida também a **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.**

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – **Kátia Abreu.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.056, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor a TV Amazonas, que inaugurará, no próximo dia 31 de agosto, o sistema de transmissão digital em Manaus e comemorará, no dia primeiro de setembro do corrente, 37 anos de sua fundação.

Requeiro, ainda, que este voto de louvor seja levado ao conhecimento da TV Amazonas na pessoa de seus diretores.

Justificação

A TV Amazonas é uma empresa do grupo da rede Amazônica no setor de comunicação, que desempenha um importante papel de elaboração e disseminação da informação, integrando a população amazônica aos acontecimentos em âmbito nacional e mundial.

Nestes quase 37 anos de existência, a TV Amazonas vem elaborando um trabalho ético em defesa dos interesses da sua região, acompanhando e registrando fatos e as principais questões, nos aspectos político, social econômico e cultural, divulgando a Amazônia e seu povo, aproximando-os do mundo globalizado.

Hoje, no século XXI, a TV Amazonas continua vencendo desafios para continuar alinhada ao seu setor e alcançar o telespectador com a fidelidade dos acontecimentos contemporâneos e a alta qualidade de transmissão, iniciando o seu processo de integrar, na revolução digital, com uma programação dinâmica.

Assim, como marco regional, inaugura, no próximo dia 31 de agosto, o seu canal digital em Manaus, com o propósito de oferecer meios importantes de informação e entretenimento, de forma interativa e inserir a região amazônica na oferta de padrões de serviços equiparados aos mais recentes padrões de qualidade.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Jefferson Praia**, PDT-AM.

REQUERIMENTO Nº 1.057, DE 2009

Requer voto de pesar pelo falecimento do poeta e jornalista Aníbal Bessa.

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado as seguintes homenagens pelo falecimento no dia de 25 de agosto do corrente, do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça:

– a inserção em ato de voto de profundo pesar pelo falecimento;

– a apresentação de condolências à família; e

– ao poeta Thiago de Melo, presidente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Manaus-Manaus-Cult .

Justificação

Faleceu em, 25 de agosto do corrente, aos 62 anos, o poeta, compositor e jornalista amazonense Aníbal Beça, considerado um dos expoentes máximos da cultura do Estado do Amazonas. Homem múltiplo, ele se destacava tanto na vida contemplativa da inspiração poética quando no dinamismo de seu papel de grande animador cultural amazonense.

Ser humano singular, dotado de brilho próprio e carisma inigualável, dirigiu a produção da TV Cultura do Amazonas e atuou como consultor da Secretaria de Cultura do Estado, contribuindo, sobremaneira, para a divulgação dos valores culturais da região.

Não só o Amazonas, mas todo o Brasil reveste-se de luto pela perda imensurável do grande homem e poeta Aníbal Beça.

Sala das Sessões, em de 2009. – Senador **Jefferson Praia.**

REQUERIMENTO Nº 1.058, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 215, III, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do poeta, jornalista e escritor amazonense Aníbal Beça, ocorrido na madrugada de hoje, em Manaus, no hospital Beneficência Portuguesa. Aníbal Beça estava internado havia trinta dias para tratamento renal causada por diabetes, quadro que veio a se complicar causando a sua morte. O Amazonas perde um dos seus mais expressivos talentos artísticos.

Justificação

Aníbal Augusto Ferro de Madureira Beça Neto nasceu em Manaus, Amazonas, no dia 13 de setembro de 1946. Ele dividiu os seus primeiros estudos entre colégios do Amazonas e do Rio Grade do Sul. Em Porto Alegre conheceu e conquistou a amizade do poeta Mário Quintana, de quem recebeu os primeiros conselhos para caminhar pelo mundo da poesia.

No Amazonas, Aníbal Beça fez intensa agitação cultural, com presença em instituições culturais governamentais e não-governamentais. Foi diretor de produção da Televisão Educativa do Amazonas – TVE, Conselheiro do Conselho Estadual de Cultura, Consultor da Secretaria de Cultura do Amazonas, Vice-Presidente da União Brasileira de Escritores – UBE, presidente da ONG Gens da Selva, Presidente do Sindicato de Escritores do Amazonas e Presidente do Conselho Municipal de Cultura. Pertenceu à Academia Amazonense de Letras (AAL) e ao Clube da Madrugada.

Em 1994, Aníbal Beça ganhou o 6º Prêmio de Literatura Brasileira, categoria poesia, com o livro "Suíte para os Habitantes da Noite". Mais de sete mil poetas participaram desse concurso.

Envolveu-se ainda com teatro, artes plásticas e música popular, como compositor, letrista e produtor de discos. Tem músicas gravadas por Ângela Maria, As Gatas, Coral JOAB, Felicidade Suzy, Nilson Chaves, Eudes Fraga, Lucinha Cabral, Dominguinhos docEstácio; Bira Hawaí, Aroldo Melodia, Jander, Raízes Caboclas, Mureru, Roberto Dibo, Célio Cruz, Arlindo Junior, Paulo Onça, Paulo André Barata, Almino Henrique, Pedrinho Cavalero, Pedro Callado, Delço Taynara e Grupo Tymbre.

Aníbal Beça deixou os seguintes livros publicados:

Convite Frugal, Edições Governo do Amazonas (1966), Filhos da Várzea, Editora Madrugada (1984), Hora Nua, Editora Madrugada (1984), Noite Desmedida, Editora Madrugada (1987), Mínima Fratura, Editora Madrugada (1987), Quem foi ao Vento, Perdeu o Assento, Edições Muraquitã (teatro, 1988), Marupiara – Antologia de Novos Poetas do Amazonas, Edições Governo do Amazonas (organizador, 1989), Suíte para os Habitantes da Noite, Paz e Terra (1995), Terna Colheita, Sette Letras (1999), Banda da Asa – poemas reunidos, Sette Letras, (1999), Terna Colheita, Editora Valer (2006, segunda edição), Noite Desmedida, Editora Valer (2006, segunda edição), e Folhas da Selva, Editora Valer (2006), Chá das Quatro, Editora Valer (2006), Águas de Belém, Editora Muhraida (2006); Águas de Manaus, Editora Muhraida (2006), Palavra Parelha, reunindo os livros Cinza dos Minutos, Chuva de Fogo, Lâmina Aguda, Cantata de Cabeceira e Palavra Parelha, no prelo Editora Topbooks 2007, 50 Poemas Escolhidos pelo Autor, Edições Galo Branco, 2007.

Trata-se de um intelectual polifônico, que produziu para uma platéia diversificada que se espraia do gosto popular quanto ao espírito erudito. Aníbal Beça deixa um imenso legado à cultura do Amazonas e do Brasil, por meio do qual será sempre lembrado pelas atuais e futuras gerações. Sua obra o torna imortal.

Requeiro, de igual modo, que a deferência deste Senado Federal a esse ilustre amazonense seja comunicada aos seus familiares, amigos e leitores por intermédio da sua viúva, a senhora Eugênia Turenko Beça, no seguinte endereço: Rua B, Quadra 2, Casa 2, Conjunto Iolanda, bairro Parque Dez de Novembro, Manaus, Amazonas.

Diante do exposto, reitero a Vossas Excelências que aprovem este requerimento.

Sala das Sessões, 25 de agosto. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.059, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Fundação Padre Antonio Dante Civiero – FUNACI, em Teresina, no Estado do Piauí.

Justificação

A Fundação Padre Antonio Dante Civiero – FUNACI iniciou suas atividades em 12 de outubro de 1989. É uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial, educacional e cultural de defesa e promoção da saúde Composta por profissionais e voluntários, buscam promover atividades filantrópicas na área de saúde e prevenção de doenças, além de executar projetos na área da saúde de forma assistencial, educativa e cultural visando à conscientização da população em geral quanto à necessidade de melhoria da qualidade de vida.

A Fundação também contribui para a integração do ser humano na sua realidade como sujeito ativo na superação dos problemas que lhe afetam, tendo como inspiração a prática da fé e a promoção da justiça.

Por estas razões, a Fundação Padre Antonio Dante Civiero – FUNACI, na pessoa de seu presidente Pe. Humberto Pietrogrande, é merecedora desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **João Vicente Claudino,** PTB/PI.

REQUERIMENTO Nº 1.060, DE 2009

Requer voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho, no Estado do Piauí.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho, ocorrido ontem, dia 24 de agosto de 2009, no Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Rosa Amelia Tajara França, com quem ele era casado e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao Dr. João França Filho, pelo que representou como figura humana e por suas atividades em prol do Estado do Piauí.

Era um exemplo, devido ao seu comprometimento, retidão e honestidade com o qual conduziu toda sua vida no Estado do Piauí, após deixar sua cidade natal, Ribeirão Preto.

Pediatra, foi um dos responsáveis pela construção do Hospital Casamater.

Por estas razões, o Dr. João França Filho é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **João Vicente Claudino,** PTB/PI.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.061, DE 2009

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 24 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Justificação

O Dia Mundial do Turismo é comemorado anualmente em 27 de setembro. Sua finalidade é promover a conscientização entre a comunidade internacional da importância do turismo e suas vertentes sociais, cultural, política e de valor econômico.

No Brasil, o Turismo é cada vez mais entendido como fator decisivo para a promoção do desenvolvimento econômico e social, em especial para a geração de renda e empregos nas regiões menos favorecidas, e para diminuição das desigualdades regionais.

Os estados brasileiros, em trabalho articulado com o Ministério do Turismo, têm realizado grande esforço para a promoção de seus destinos turísticos e para a dotação de infraestrutura básica e turística, voltadas para a incorporação de novas áreas turísticas e atração de investimentos privados. Também é de se destacar o esforço que vem sendo desenvolvido em todo o País no sentido da qualificação de nossos destinos e da mão-de-obra empregada na atividade, voltada ao aumento da competitividade dos produtos brasileiros.

Dada a importância do tema é que submetemos à aprovação o presente Requerimento.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Leomar Quintanilha,** PMDB/TO.



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será publicado e apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.062, DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 132, de 2009, com o PLS nº 264, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – Senador **Romero Jucá.**

REQUERIMENTO Nº 1.063, DE 2009

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2006, que "Dispõe sobre a gratuidade na apresentação da Declaração Anual de Isento e dá outras providências", seja apreciado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009. – **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os requerimentos lidos serão publicados e incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.064, DE 2009

Exmo. Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do **Dr. João França Filho**, apresentando condolências à família.

Justificação

O Dr. João França Filho, era médico cirurgião e ginecologista com atuação renomada não somente no Piauí, mas em toda região Nordeste. Dedicou-se de forma exemplar toda a sua vida no exercício da medicina sendo um dos fundadores do Hospital Casamater, em Teresina, hoje Hospital Aliança Casamater, referência em saúde no Piauí.

Diante de tão expressiva carreira profissional, dedicação e serviços prestados ao Piauí e ao Nordeste requeiro por perda tão significativa, solicitando o encaminhamento de votos de profundo pesar e tristeza aos familiares.

Sala das Sessões, 25 de Agosto de 2009. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza Mão Santa.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES
Nºs 1.377 E 1.378, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei nº 248, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências; e as Emendas nº 4 e 5-PLEN.

PARECER Nº 1.377, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)
(Em Audiência, nos Termos do Requerimento nº 333, de 2007)

RELATOR: Senador Inácio Arruda

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, em análise, é de autoria do eminente Senador PAULO PAIM e acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

A iniciativa, conforme aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, estabelece que a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais e será descontada de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não.

Além disso, estipula-se que o percentual da contribuição e a forma de rateio serão fixados por intermédio de assembléia geral dos trabalhadores, ficando vedados percentuais que extrapolem um por cento do salário bruto anual do trabalhador em atividade.

Há, também, previsão de que serão consideradas como crime as fraudes, desvios ou recusa arbitrária do empregador em efetuar os descontos da contribuição da folha de pagamento.

Finalmente, determina-se que será vedada - a concessão de empréstimos ou financiamentos por entes públicos e proibida a participação em concorrências públicas de todas empresas que estiverem em situação irregular com as obrigações relativas à contribuição assistencial.

Na justificação de sua iniciativa, o autor afirma que, atualmente, "as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou Convenção Coletiva, e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical".

Ainda, segundo ele, a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada, em decorrência de obstáculos impostos pelas empresas. E registra, ainda, que essas contribuições revertem em benefício de todos os trabalhadores, não apenas os sindicalizados.

A Comissão de Assuntos Sociais, em 14 de fevereiro de 2007, aprovou a proposição e três emendas a ela (Parecer nº 104, de 2007 – CAS); posteriormente, foi interposto recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas nº 4 e nº 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Em 30 de maio de 2007, foi aprovado o requerimento nº 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que fosse ouvida sobre a matéria em questão a Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto veio para exame desta Comissão, após o que retornará à de Assuntos Sociais, para análise das emendas de Plenário.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria submetida à sua apreciação, nos termos regimentais.

Os sindicatos estão investidos de diversas funções, dentre as quais se destacam a negocial, a assistencial e a postulatória. Desse modo, o sindicato não é apenas o responsável pela busca de melhores condições de trabalho, mas também possui as prerrogativas de celebrar convenções e acordos coletivos, instaurar dissídios coletivos. Além disso, atua na substituição processual da categoria, na assistência jurídica, na conferência e na homologação de rescisões contratuais, e ainda desenvolve outras atividades.

Trata-se aqui da contribuição assistencial, que não deve ser confundida com outras contribuições do gênero sindical. A contribuição sindical, propriamente dita, "é a prestação pecuniária, compulsória, tendo por finalidade o custeio de atividades essenciais do sindicato e outras previstas em lei". Por sua vez, a "contribuição confederativa é a prestação pecuniária, espontânea, fixada pela assembléia geral do sindicato, tendo por finalidade custear o sistema confederativo" (os conceitos são de José Pinto Martins, em seu "Contribuições Sindicais: Direito comparado e internacional" – São Paulo: Atlas, 2004).

Por sua vez, a contribuição assistencial, tema desta proposição, também é chamada de taxa assistencial, taxa de reversão, contribuição ou quota de solidariedade, ou ainda, desconto assistencial. É uma prestação pecuniária devida pelos integrantes de categorias econômicas e profissionais ao sindicato, visando, essencialmente, ao custeio da participação da entidade nas negociações coletivas e ao financiamento de atividades assistenciais.

Atualmente, a contribuição assistencial é estabelecida com fundamento no art. 513, alínea *e*, da CLT. Sua fonte é sempre uma norma coletiva, seja acordo ou convenção coletiva, ou, ainda, sentença normativa.

A iniciativa pretende preencher uma lacuna que, segundo o autor da proposta, tem gerado insegurança jurídica e permitido que haja resistência empresarial no momento do desconto da contribuição dos empregados. Na prática, cremos que a aprovação desta proposta irá colaborar enormemente para o fortalecimento dos sindicatos, principalmente nas negociações coletivas. E não se pode negar que as tendências para o futuro são no sentido da fixação dos direitos em acordos ou convenções coletivas, dada a incapacidade da legislação de acompanhar a evolução das diversas situações do mercado de trabalho.

Como os benefícios conseguidos em negociações coletivas revertem para toda a categoria, todos devem contribuir, garantindo-se aos sindicatos os recursos necessários aos avanços que interessam a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não.

Analisemos, finalmente, as emendas apresentadas pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, apresentadas em Plenário.

A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição. Em nosso entendimento, essa

alteração descaracterizaria o projeto e permitiria que, muitos empregados, auferissem vantagem decorrente das negociações coletivas, sem oferecer aos sindicatos uma compensação mínima pelos gastos havidos durante o processo.

Por sua vez, a Emenda nº 5, prevê que a contribuição será devida somente uma vez ao ano, não será fixada em percentual superior a um por cento e incidirá sobre o salário-base do trabalhador. Esses aspectos serão, cremos, melhor definidos em Assembléias sindicais. Afinal, ninguém melhor que os próprios trabalhadores para saber os valores necessários de contribuição assistencial e a periodicidade de sua cobrança.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, nos termos em que foi aprovado na CAS, e pela rejeição das emendas nºs 4 e 5 – PLEN.

Sala da Comissão, 11 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248 DE 2006 E EMENDAS Nºs 04 E 05-PLEN
NÃO TERMINATIVOS

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 08 / 09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SEN. DELCÍDIO AMARAL, VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	2-RENATO CASAGRANDE (PSB)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	3-JOÃO PEDRO (PT)
TIÃO VIANA (PT)	4-IDELI SALVATTI (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-EXPEDITO JÚNIOR (PR)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GILVAM BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
VAGO	7-VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 1.378, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)
(Sobre as Emendas nºs 4 e 5 – PLEN)

RELATOR: Senador Inácio Arruda

I – RELATÓRIO

Retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 248, de 2006, para análise das Emendas nºs 4 e 5 – PLEN, que lhe foram apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro.

A proposição, que foi aprovada nesta Comissão em 14 de fevereiro de 2007, estabelece que a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais e será descontada de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não.

Posteriormente, foi interposto recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas nº 4 e nº 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição.

Já a Emenda nº 5 prevê que a contribuição será devida somente uma vez ao ano, não será fixada em percentual superior a um por cento e incidirá sobre o salário-base do trabalhador.

Em 30 de maio de 2007, foi aprovado o requerimento nº 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que a Comissão de Assuntos Econômicos fosse ouvida sobre a matéria em questão.

Em 11 de agosto de 2009, relatamos o PLS nº 248, de 2006, na Comissão de Assuntos Econômicos, que deliberou pela sua aprovação nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com a rejeição das Emendas nºs 04 e 05 – PLEN.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso I do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as Emendas nº 4 e 5 – PLEN, que passamos a examinar.

A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição.

A contribuição assistencial é uma proposta moderna. A cobrança de uma quota dos membros de uma categoria profissional vem se generalizando em muitos países, com algumas diferenças, como na Argentina, Colômbia, Espanha, Grécia e Reino Unido, que já a adotaram, exigindo-a dos não-associados beneficiados pela negociação ou pela arbitragem.

Ressalte-se que o Comitê de Liberdade Sindical, a quem, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cabe o exame das queixas por violação de direitos sindicais, admite, para reforçar as finanças do sindicato, a instituição de uma quota de solidariedade, ou cânon de participação, na convenção coletiva por ele ajustada, como decorrência da aplicação *erga omnes* das vantagens estabelecidas no instrumento negociado ou arbitrado, a ser paga também pelos não-associados.

Sobre essa modalidade de contribuição, Benito Pérez observa, acertadamente, que *não é justo que um grande número de trabalhadores sejam beneficiados pelas conquistas logradas pelo sindicato com o esforço dos seus filiados, que contribuíram para conquistá-las e permaneçam à margem das organizações profissionais sem contribuir de alguma forma para elas* ("El património sindical", in "Trabajo y Seguridad Social", Buenos Aires, 1986, pág. 1065).

Ao se admitir, portanto, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição, descaracteriza-se completamente o projeto, permitindo que muitos empregados se beneficiem das vantagens obtidas nas negociações coletivas, sem que ofereçam aos sindicatos uma compensação mínima pelos esforços e gastos despendidos durante o processo.

Por sua vez, a Emenda nº 5 prevê que a contribuição será devida somente uma vez ao ano, não será fixada em percentual superior a um por cento e incidirá sobre o salário-base do trabalhador.

Registre-se, primeiramente, que a expressão *salário-base*, poderá suscitar mal-entendidos, porquanto alguns defendem que ela equivale a *piso salarial*, previsto nas Convenções Coletivas. Outros já preferem o entendimento de que *salário-base* é o *salário contratual do empregado*, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros de empresa.

Acreditamos que esses e outros aspectos serão melhor definidos nas assembléias sindicais. Afinal, ninguém melhor que os próprios interessados para saber os valores necessários de contribuição assistencial e a periodicidade de sua cobrança.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5 – PLEN.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

, Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o relatório, do Senador Inácio Arruda, que passa a constituir Parecer da CAS, pela rejeição das emendas nº 4 e nº 5 – PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006. Na oportunidade foi também aprovado o Requerimento de Urgência.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 04 E 05 AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR INÁCIO ARRUDA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
FLÁVIO ARNS (PT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	**MAIORIA (PMDB E PP)**
(vago)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
MÃO SANTA (PMDB)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- MARISA SERRANO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

TÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO SINDICAL

SEÇÃO I

DA ASSOCIAÇÃO EM SINDICATO

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos :

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos á atividade ou profissão exercida;

b) celebrar contratos coletivos de trabalho;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categaria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como orgãos técnicos e consultivos, na estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo Único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

CAPÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

CAPÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

SEÇÃO I

DA FIXAÇÃO E DO RECOLHIMENTO DA IMPOSTO SINDICAL

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição assistencial, é de autoria do eminente Senador PAULO PAIM.

A iniciativa, conforme aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, estabelece que:

- a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais;
- ela será descontada de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não;
- o percentual da contribuição e a forma de rateio serão fixados por intermédio de assembléia geral dos trabalhadores, ficando vedados percentuais que extrapolem um por cento do salário bruto anual do trabalhador em atividade;

- serão consideradas como crime as fraudes, desvios ou recusa arbitrária do empregador em efetuar os descontos da contribuição da folha de pagamento;
- será vedada a concessão de empréstimos ou financiamentos por entes públicos e proibida a participação em concorrências públicas de todas empresas que estiverem em situação irregular com as obrigações relativas à contribuição assistencial.

O autor afirma que, atualmente, as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou Convenção Coletiva, e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

A proposição foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, em 14 de fevereiro de 2007, havendo sido interposto recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas nº 4 e nº 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Em 30 de maio de 2005, foi aprovado o requerimento nº 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que fosse ouvida sobre a matéria em questão a Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto veio para exame desta Comissão, após o que retornará à de Assuntos Sociais, para análise das emendas de Plenário.

II – ANÁLISE

Os sindicatos estão investidos de diversas funções, dentre as quais destacam-se a negocial, a assistencial e a postulatória. Desse modo, o sindicato não é apenas o responsável pela busca de melhores condições de trabalho, mas também é sua prerrogativa a celebração de convenções e acordos coletivos, instauração de dissídios coletivos, substituição processual da categoria, assistência jurídica, conferência e homologação de rescisões contratuais, além de outras atividades.

A contribuição assistencial, também chamada de taxa assistencial, taxa de reversão, contribuição ou quota de solidariedade, ou

ainda, desconto assistencial, é uma prestação pecuniária devida pelos integrantes de categorias econômicas e profissionais ao sindicato, visando, essencialmente, ao custeio da participação da entidade nas negociações coletivas e ao financiamento de atividades assistenciais.

Atualmente, a contribuição assistencial é estabelecida com fundamento no art. 513, alínea *e*, da CLT. Sua fonte é sempre uma norma coletiva, seja acordo ou convenção coletiva, ou, ainda, sentença normativa.

A iniciativa pretende dar regramento legal minucioso à matéria ao argumento de que a alegada lacuna tem criado um ambiente de insegurança jurídica no que se refere a essas contribuições, o que faz com que as entidades sindicais tenham que enfrentar enormes dificuldades para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou em Convenção Coletiva, observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

Argumentamos que o trabalhador não sindicalizado beneficia-se da atividade sindical. Como os benefícios conseguidos em negociações coletivas revertem para toda a categoria, deve ser garantida a possibilidade de dar a devida contraprestação mínima ao sindicato. É a esse objetivo que se presta a discutida contribuição.

Justa, portanto, a contribuição assistencial, desde que não seja exorbitante, e evidente a demonstração dos benefícios alcançados pelos não associados.

Assim, concordamos com o eminente autor quando afirma que *as contribuições sindicais são fundamentais para o funcionamento e o desenvolvimento das entidades sindicais. Sem esses recursos a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada. Ainda mais, essas contribuições revertem em benefício de toda a categoria, inclusive dos trabalhadores não filiados a uma entidade sindical.*

Finalmente, devemos dizer que as emendas apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro são detentoras de mérito, na medida em que aprimoram a iniciativa.

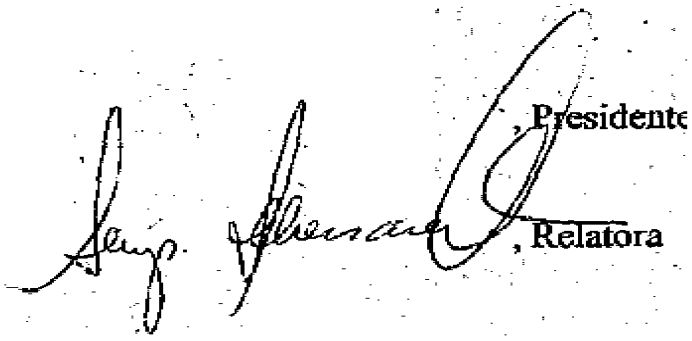
A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição. Essa ressalva vem a salvaguardar os princípios da liberdade de associação e de sindicalização, inscritos no art. 8º da Constituição Federal.

A emenda nº 5 esclarece que a contribuição é devida somente uma vez ao ano e incide sobre o salário-base do trabalhador, excluindo-se do cálculo toda e qualquer parcela a ele estranha, tais como horas-extras, adicionais, gratificações etc.

III – VOTO

Em face do exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, e das emendas de Plenário nº 4 e nº 5.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relatora

RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição assistencial, é de autoria do eminente Senador PAULO PAIM.

A iniciativa, conforme aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, estabelece que:

- a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais;
- ela será descontada de todos os trabalhadores e servidores membros da categoria profissional, sindicalizados ou não;
- o percentual da contribuição e a forma de rateio serão fixados por intermédio de assembléia geral dos trabalhadores, ficando vedados percentuais que extrapolem um por cento do salário bruto anual do trabalhador em atividade;

- serão consideradas como crime as fraudes, desvios ou recusa arbitrária do empregador em efetuar os descontos da contribuição da folha de pagamento;

- será vedada a concessão de empréstimos ou financiamentos por entes públicos e proibida a participação em concorrências públicas de todas empresas que estiverem em situação irregular com as obrigações relativas à contribuição assistencial.

O autor afirma que, atualmente, as entidades sindicais enfrentam verdadeira maratona para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou Convenção Coletiva, e observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

A proposição foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, em 14 de fevereiro de 2007, havendo sido interposto recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas nº 4 e nº 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Em 30 de maio de 2005, foi aprovado o requerimento nº 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que fosse ouvida sobre a matéria em questão a Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto veio para exame desta Comissão, após o que retornará à de Assuntos Sociais, para análise das emendas de Plenário.

II – ANÁLISE

Os sindicatos estão investidos de diversas funções, dentre as quais destacam-se a negocial, a assistencial e a postulatória. Desse modo, o sindicato não é apenas o responsável pela busca de melhores condições de trabalho, mas também é sua prerrogativa a celebração de convenções e acordos coletivos, instauração de dissídios coletivos, substituição processual da categoria, assistência jurídica, conferência e homologação de rescisões contratuais, além de outras atividades.

A contribuição assistencial, também chamada de taxa assistencial, taxa de reversão, contribuição ou quota de solidariedade, ou

ainda, desconto assistencial, é uma prestação pecuniária devida pelos integrantes de categorias econômicas e profissionais ao sindicato, visando, essencialmente, ao custeio da participação da entidade nas negociações coletivas e ao financiamento de atividades assistenciais.

Atualmente, a contribuição assistencial é estabelecida com fundamento no art. 513, alínea *e*, da CLT. Sua fonte é sempre uma norma coletiva, seja acordo ou convenção coletiva, ou, ainda, sentença normativa.

A iniciativa pretende dar regramento legal minucioso à matéria ao argumento de que a alegada lacuna tem criado um ambiente de insegurança jurídica no que se refere a essas contribuições, o que faz com que as entidades sindicais tenham que enfrentar enormes dificuldades para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembléia da categoria ou em Convenção Coletiva, observados os estatutos fixados em decorrência da autonomia sindical.

Argumentamos que o trabalhador não sindicalizado beneficia-se da atividade sindical. Como os benefícios conseguidos em negociações coletivas revertem para toda a categoria, deve ser garantida a possibilidade de dar a devida contraprestação mínima ao sindicato. É a esse objetivo que se presta a discutida contribuição.

Justa, portanto, a contribuição assistencial, desde que não seja exorbitante, é evidente a demonstração dos benefícios alcançados pelos não associados.

Assim, concordamos com o eminente autor quando afirma que *as contribuições sindicais são fundamentais para o funcionamento e o desenvolvimento das entidades sindicais. Sem esses recursos a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada. Ainda mais, essas contribuições revertem em benefício de toda a categoria, inclusive dos trabalhadores não filiados a uma entidade sindical.*

Finalmente, devemos dizer que as emendas apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro são detentoras de mérito, na medida em que buscam aprimorar o projeto, entretanto não podemos acatar a Emenda nº 4, por indicar direção oposta ao do projeto.

Ao aventar a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição assistencial, estamos voltando à situação atual, na qual todos os trabalhadores da categoria são beneficiados pela atuação d

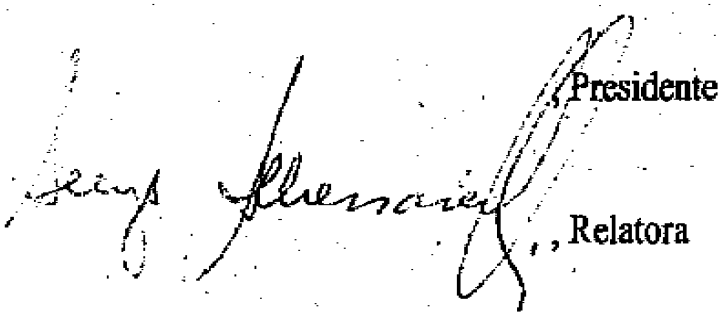
sindicato, mas apenas os sindicalizados arcariam com o ônus para a obtenção de tal benefício.

A emenda nº 5 esclarece que a contribuição é devida somente uma vez ao ano e incide sobre o salário-base do trabalhador, excluindo-se do cálculo toda e qualquer parcela a ele estranha, tais como horas-extras, adicionais, gratificações etc.

III – VOTO

Em face do exposto votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, e da emenda de Plenário nº 5 e pela rejeição da emenda de Plenário nº 4.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relatora

Publicado no DSF, de 26/8/2009.

PARECER Nº 1.379, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008 (nº 320/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a opinar sobre o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

O ato internacional em apreço foi encaminhado ao Congresso Nacional em 19 de dezembro de 2006, por meio da Mensagem nº 1.143, da mesma data, do Presidente da República, para aprovação, consoante o que dispõe o art. 49, inciso I, da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou o Acordo na forma do Projeto de Decreto Legislativo em análise.

A proposição foi, em seguida, distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde recebeu pareceres favoráveis, sendo, então aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 15 de maio de 2008.

Por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, mesmo tendo sido aprovada em Plenário, a matéria foi ao exame da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, cumprindo um procedimento transitório para as matérias que tiveram tramitação já iniciada antes da formalização da Representação. Naquele colegiado, a proposição foi aprovada em 23 de junho de 2009.

O Projeto de Decreto Legislativo em tela foi, em seguida, encaminhado ao Senado Federal, onde foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores em 3 de julho de 2009 e ao Relator signatário no dia 13 de julho subseqüente, após prazo regimental durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Segundo esclarece a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, do ponto de vista jurídico, o ato internacional em apreço dá cumprimento ao Artigo 1° do Tratado da Bacia do Prata, de 23 de abril de 1969, pelo qual as Partes se comprometem a identificar áreas de interesse comum e realizar estudos, programas e obras, e formular entendimentos operativos e instrumentos jurídicos destinados à conservação e utilização racional dos recursos hídricos.

Com esse espírito, subsidiado pelos avanços ambientalistas que se consolidaram ao longo desses 40 anos de vida do precursor Tratado da Bacia do Prata de 1969, desenhou-se esse acordo entre Brasil e Paraguai para gestão integrada da bacia do rio Apa.

O ato internacional está composto de um preâmbulo e oito artigos, cujos dispositivos mais importantes assinalamos nesse parecer.

O preâmbulo, além de ressaltar a importância da gestão coordenada das águas transfronteiriças, ressalta que o Acordo dá cumprimento ao mandato do Tratado da Bacia do Prata, de 1969, já mencionado.

O Artigo I registra que os Estados Partes comprometem-se a promover a gestão integrada da bacia hidrográfica do rio Apa. Esse simples comando na verdade encerra um conceito moderno, de gestão integrada de bacia hidrográfica, que é detalhado no Artigo II, em todos os seus aspectos.

O Artigo III delimita a área geográfica para a aplicação do Acordo, que segue o padrão de bacia hidrográfica, incluindo-se as áreas de influência direta e indireta.

O Artigo IV cria a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, composta por representantes das chancelarias e dos órgãos de gestão de recursos hídricos dos dois países, que deverá pautar suas ações pelo Estatuto, que é parte integrante do Acordo.

As atribuições desta comissão (que funcionará como o comitê de bacia do sistema de política ambiental brasileiro) estão listadas no Artigo V, enquanto o dever de conservação e uso sustentável dos recursos hídricos está expresso no Artigo VI.

No Artigo VII estabelece-se a possibilidade de as Partes designarem entidades públicas ou privadas, organismos internacionais ou organizações não-governamentais para desenvolverem atividades previstas no Acordo.

Por fim, as cláusulas formais sobre vigência e denúncia do tratado estão no Artigo VIII.

Cabe registrar no parecer o escopo do Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia. Com 22 artigos e mais detalhado que o próprio Acordo, o documento disciplina o funcionamento dessa instância, incluindo glossário, objetivos, sedes permanentes e operacionais, relacionamento com as chancelarias e suas competências relativas ao cumprimento das tarefas do Acordo, como os estudos e avaliações e recomendações referentes à gestão dos recursos hídricos do rio Apa.

O Estatuto diz ainda sobre a estrutura administrativa e funcionamento da Comissão, sua forma de deliberação, da possibilidade de criação de subcomissões e comissões temporárias, das dotações orçamentárias e da responsabilidade de cada uma das seções nacionais.

O Acordo insere-se no arcabouço institucional que tem se construído recentemente no campo do direito ambiental, tanto internamente como no plano internacional, balizado pelo conceito do desenvolvimento sustentável, que implica o entendimento de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, entre os quais os hídricos, objeto do presente Acordo.

Aliás, é particularmente a água o recurso que se torna cada vez mais escasso a nível mundial e que precisa cuidados intensivos da sociedade e dos governos. No caso em apreço, trata-se de águas doces transfronteiriças – a bacia hidrográfica do rio Apa –, a exigirem sistemas consentâneos de uso e gestão pelos diferentes Estados que as compartilham.

A bacia hidrográfica do rio Apa está situada na porção superior da bacia do rio da Prata, na região denominada Alto Paraguai, que se estende desde as nascentes do rio Paraguai, na região de Cáceres, até a foz do rio Apa.

A bacia do Alto Paraguai apresenta uma superfície de 490.000 km2, dos quais 380.000 km2, ou seja, 77,55% encontram-se em território brasileiro, área extremamente importante do ponto de vista ambiental, uma vez que integrante do sistema do Pantanal Matogrossense.

O Acordo resulta, portanto, em uma das mais importantes ações de governo para a gestão integrada de bacia hidrográfica comum ao Brasil e ao Paraguai. Abrigando-se ainda no aparato institucional do Mercosul, certamente contribuirá para o fortalecimento do bloco e para a consolidação de uma cultura inovadora de gestão de recursos hídricos que já vinha se arraigando em nosso direito interno.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.



, Presidente



, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 2008

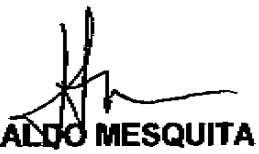
IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Pedro Simon, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Geraldo Mesquita Júnior (presidente em exercício), Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.



Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 12, DE 2008.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26 / 08 /2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR Geraldo Mesquita Júnior	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Presidente em exercício)	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

DECRETO Nº 67.084, DE 19 DE AGÔSTO DE 1970.

Promulga o Tratado da Bacia do Prata.

ARTIGO I

As partes contratantes convêm em conjugar esforços com o objeto de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável.

Parágrafo único - Para tal fim promoverão, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que propendam:

a. À facilitação e assistência em matéria de navegação.

b. À utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo.

c. À preservação e ao fomento da vida animal e vegetal.

d. Ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.

e. À complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia.

f. À complementação econômica de áreas limítrofes.

g. À cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra as enfermidades.

h. À promoção de outros projetos de interesse comum e em especial daqueles que se relacionam com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área.

i. Ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

PARECER
Nº 1.380, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009 (nº 400/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009 (PDC nº 400, de 2007, na origem), acima ementado.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pelo Plenário, em 4 de junho de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 232, de 10 de abril de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado, composto de 19 artigos, ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 64 (DOM-I/DAI/DACESS/MRE-PAIN-BRAS-ISRA), de 14 de março de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Chanceler informa que "acordos dessa natureza, que estabelecem o intercâmbio de informações entre Aduanas, representam hoje importante instrumento de facilitação comercial, além de significarem valiosa ferramenta na luta contra a fraude no comércio internacional". Afirma, também, que o instrumento sinaliza "o interesse mútuo do Brasil e de Israel de estabelecer mecanismo institucional de cooperação nesse domínio, o que vai ao encontro do processo de estreitamento dos laços de amizade entre as duas nações".

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O tratado em apreciação justifica-se pela circunstância de as infrações contra a legislação aduaneira serem prejudiciais à segurança dos Estados, bem como aos seus interesses econômicos, comerciais, fiscais e sociais. Nesse sentido, o acordo segue as orientações sobre assistência mútua administrativa da Organização Aduaneira Mundial, organização internacional sediada em Bruxelas. Iniciativas dessa natureza buscam, como indicado nos *consideranda;* o estabelecimento de equilíbrio entre a facilitação e o controle para assegurar a livre circulação do comércio lícito e satisfazer as necessidades dos governos para a proteção da sociedade e das receitas.

Nessa ordem de idéias, o acordo em análise contempla o compromisso bilateral de prestação de assistência por intermédio das respectivas Administrações Aduaneiras objetivando a correta aplicação da legislação aduaneira e a prevenção, investigação e combate às infrações aduaneiras e garantia da segurança do conjunto de procedimentos pertinentes aos movimentos transfronteiriços de mercadorias do lugar de origem ao destino final.

O texto acordado não destoa de tratados celebrados pela República na mesma área temática. Assim, o instrumento cuida da troca de informações sobre procedimentos aduaneiros, com especial atenção para o tráfico de produtos entorpecentes e substâncias psicotrópicas (art. 3º, c); preserva o sigilo de informação, em conformidade com as prescrições do ordenamento jurídico pátrio (art. 14); e resguarda a soberania do País ao prever que, em determinadas circunstâncias, a prestação de informações poderá ser recusada (art.15).

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Romeu Tuma, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 483, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (Presidente)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER
Nº 1.381, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009 (nº 497/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

RELATOR "AD HOC": Senador **PEDRO SIMON**

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 702, de 20 de setembro de 2007, veiculadora do tratado em epígrafe.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi recebida em 21 de setembro de 2007 e encaminhada à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para relatório, seguindo depois para as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Educação e Cultura; de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Finanças e Tributação.

Na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, a Mensagem foi aprovada, na forma do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 11 de março de 2008. Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a proposição foi aprovada em 2 de julho de 2008; na de Educação e Cultura, em 13 de agosto de 2008; na de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 7 de outubro de 2008; e na de Finanças e Tributação, em 13 de maio de 2009. Finalmente, no Plenário da Câmara dos Deputados, o Acordo foi aprovado em 4 de junho de 2009.

Em 22 de junho subseqüente, o Projeto de Decreto Legislativo em análise foi encaminhado ao Senado Federal, onde foi designado para ser analisado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Neste órgão técnico, após o prazo regimental, durante o qual não foram apresentadas emendas, a proposição foi distribuída ao Relator signatário.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui de um importantíssimo acordo do sistema Mercosul, um dos mais sensíveis e geradores de efeitos no âmbito da integração sub-regional. Pela Decisão 33, de 2004, o Conselho do Mercado Comum aprovou a criação do Fundo Educacional do Mercosul (FEM), que ora se aprecia.

Esta Decisão está composta de 4 (quatro) artigos e acompanha-a um anexo, que a integra.

O art. 1º cria o FEM e determina que seu objetivo é financiar os programas e projetos do setor educacional do Mercosul, com vistas ao fortalecimento do processo de integração regional.

O art. 2º estabelece que o Fundo está aberto à participação dos Estados Associados, mediante troca de notas entre o Estado interessado e o Conselho do Mercado Comum.

O art. 3º define a Reunião de Ministros de Educação como o órgão responsável pela distribuição dos recursos para os programas e projetos, seguindo as diretrizes do Plano Operacional Anual para o Setor Educacional do Mercosul.

Por fim, o art. 4º estipula que o Fundo será constituído pelas contribuições nacionais dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados, dos rendimentos, contribuições extraordinárias de terceiros países, de outros organismos e do setor privado.

A Decisão traz, como parte integrante, um anexo com o Regulamento do Fundo e a tabela de contribuições por Estado Parte ou Associado. Fica estabelecida uma contribuição mínima de cada Estado Parte, de 30 mil dólares por ano, e uma contribuição variável, proporcional ao número de matrículas escolares de cada Estado Parte. A contribuição variável atual está na tabela constante do anexo, que aponta a parcela variável do Brasil em 132 mil dólares, a maior do bloco, e a do Uruguai em 2.000 dólares, a menor. O Fundo total, com esses dados, perfaria a quantia de 360 mil dólares anuais.

Como já mencionado, a distribuição dos recursos será de responsabilidade da Reunião de Ministros de Educação do bloco e sua administração ficará a cargo de um organismo especializado selecionado pela Reunião de Ministros.

É de se registrar que o escopo do Fundo contribui substantivamente para as tarefas da integração do Mercosul e se ajusta também às demais instâncias institucionais do Mercosul, inclusive às do Parlamento do Mercosul, por meio de sua Comissão de Educação e Cultura e de suas competências fiscalizadoras para todos os fundos do bloco.

Segundo a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o ato internacional, o Ministério da Educação já dispõe de dotação orçamentária suficiente, não apenas para honrar a quota nacional, como também para investir em contribuições específicas previstas no Fundo, como, por exemplo, para a Universidade do Mercosul e para as Escolas de Fronteira.

Com o presente acordo, portanto, o Mercosul está criando mais uma estrutura orçamentária supranacional, a exemplo do Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM), ampliando, assim, as condições institucionais necessárias para a edificação do bloco.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

, Relator "Ad Hoc"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 487, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Pedro Simon, Relator "Ad Hoc", que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 487, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON (Relator "Ad Hoc")	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (Presidente)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Publicado no DSF, de 26/8/2009.

PARECER Nº 1.382, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009 (nº 667/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2007.

RELATOR: Senador **FERNANDO COLLOR**
RELATOR "AD HOC": Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009, que resulta da Mensagem nº 41, de 31 de janeiro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição, para apreciação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2007.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 4 de junho de 2009.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24 de junho de 2009 e a

este Relator em 2 de julho de 2009, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos nº 346, de 7 de novembro de 2007, assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

II – ANÁLISE

O acordo que ora se submete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é a substituição, acertada por troca de notas entre as chancelarias do Brasil e da Grã-Bretanha, do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em 8 de julho de 1987 e expirado em junho de 2005.

O presente instrumento tem idêntica natureza ao acordo anterior. Ele visa a permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Partes Contratantes designado para exercer uma missão oficial na outra, como membro de missão diplomática ou repartição consular ou missão junto a uma organização internacional, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido País e uma vez obtida a devida autorização nos termos do presente Acordo.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: o cônjuge, o companheiro ou a companheira permanentes; os filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; os filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral; e os filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

O ato internacional permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares e de pessoal técnico e administrativo

que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

O Acordo estipula que a Embaixada do Estado acreditante deverá solicitar autorização para o exercício da atividade remunerada em nome do dependente ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado.

A autorização poderá ser negada nos casos em que o empregador for o Estado acreditado, inclusive por meio de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou em que afetem a segurança nacional.

Fica acordado que a autorização para o exercício da atividade remunerada terminará na data do término da missão do indivíduo a quem a pessoa em questão esteja vinculada.

Estabelece também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com seu emprego. O Acordo também sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação aplicável naquele País em matéria tributária e de previdência social decorrentes da referida atividade.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator
"Ad Hoc"

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 493, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, Relator "Ad Hoc", que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 493, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 /2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

Legislação citada anexada pela Secretaria-Geral da Mesa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.383, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009 (nº 791/2008, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009, que resulta da Mensagem nº 42, de 31 de janeiro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, para apreciação do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O ato internacional foi finalmente aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 4 de junho de 2009.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24 de junho de 2009 e a este Relator em 2 de julho de 2009, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

O ato internacional em tela visa a permitir que os familiares dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico das missões diplomáticas e repartições consulares da República Federativa do Brasil na Espanha e do Reino da Espanha no Brasil exerçam atividades remuneradas no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado, uma vez obtida a respectiva autorização nos termos do presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: o cônjuge, companheiro ou companheira com quem mantenha uma união análoga à conjugal; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estejam frequentando cursos universitários em horário integral; e filhos e filhas solteiros portadores de necessidades especiais.

O Acordo estipula que a Embaixada do Estado acreditante deverá solicitar autorização para o exercício da atividade remunerada no Estado acreditado, em nome do dependente, ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado.

A autorização poderá ser negada nos casos em que, por exercício do poder público ou salvaguarda dos interesses do Estado ou das administrações públicas, possa empregar-se somente nacionais do Estado acreditado; quando o empregador seja o Estado; ou quando a atividade afete a segurança nacional.

Fica acordado que a autorização para o exercício da atividade remunerada terminará em um prazo máximo de dois meses depois da data do término da missão do indivíduo a quem a pessoa em questão esteja vinculada.

Especifica também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas diretamente com seu emprego.

Para os dependentes que, em conformidade com a mencionada convenção ou outro ato de direito internacional aplicável, gozem de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado, o Estado acreditante considerará qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade. Na hipótese de que não haja a renúncia à imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação aplicável naquele Estado em matéria trabalhista, tributária e previdenciária decorrentes da referida atividade.

O ato internacional permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos, consulares e de pessoal técnico e administrativo que se

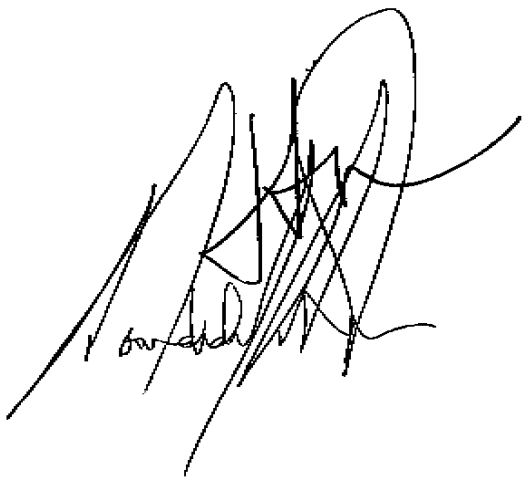
encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

III – VOTO

Por todo o exposto, e visto que está observada a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2009.



, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 494, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Geraldo Mesquita Júnior (presidente em exercício), Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR
Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 494, DE 2007.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR Geraldo Mesquita Júnior	
RELATOR: SENADOR FLEXA RIBEIRO	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER
Nº 1.384, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009 (nº 799/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional, em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 6 de agosto de 2007.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 505, de 2009, que resulta da Mensagem nº. 993, de 20 de dezembro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no artigo 49, inciso I, combinado com o artigo 84, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, para apreciação do Acordo acima ementado.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo, em análise.

A proposição passou, em seguida, pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação, de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O projeto de decreto legislativo veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 29 de junho de 2009, e a este Relator, em 24 de junho de 2009, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o instrumento foi firmado com o propósito de tornar mais eficaz a aplicação da lei de ambos os países, no que respeita a investigação, a ação penal e a prevenção do crime, por intermédio da cooperação e da assistência jurídica mútua, entre os Estados do Brasil e do México, sendo ultimado em observância à compatibilidade com as leis internas das Partes e com outros acordos sobre assistência jurídica mútua.

II – ANÁLISE

O acordo, que ora se submete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pretende disciplinar todos os pedidos de cooperação jurídica bilateral a serem submetidos a partir da sua entrada em vigor – ainda que relativos a ações ou omissões ocorridas anteriormente–, inclusive aqueles que versem sobre ações ou omissões não consideradas delitos pela legislação interna da Parte Requerida. Excepcionando-se quanto a esses últimos pedidos se referirem a medidas acautelatórias – assecuratórias – como, por exemplo, a busca, apreensão e perdimento de bens e/ou direitos.

O propósito da proposição em análise é acelerar as investigações e tornar mais eficaz a aplicação da lei em ambos os países, mitigando a impunidade.

A cooperação não escusa o exercício de funções reservadas às autoridades nacionais pelas autoridades da outra Parte contratante e não será aplicável nos casos de: detenção de pessoas para extradição, para a execução de sentenças penais e para a prestação de cooperação jurídica a terceiros Estados

Referida cooperação poderá ser denegada quando se referir a:

- motivos de ordem pública e segurança nacionais - que se contrastarem com a legislação interna da Parte Requerida ou com obrigações internacionais por ela pactuadas;

- referir-se a ações pelas quais a pessoa processada na Parte Requerente já foi condenada ou absolvida, pelos mesmos fatos, na Parte Requerida ou a ação penal tenha sido prescrita;

- referir-se a delitos propriamente militares, a crimes políticos assim definidos na legislação da Parte Requerida;

- houver razões para que se acredite que o pedido foi solicitado no intuito de processar alguém por razões de raça, sexo, religião, nacionalidade, origem étnica ou ao fato de pertencer a grupo social determinado ou em função de suas opiniões políticas, quando o delito for punível com a pena de morte;

- quando a pessoa sujeita à investigação tiver sido definitivamente absolvida ou condenada pela Parte Requerida; ou

- quando o pedido não reunir os quesitos arrolados no Tratado.

Prevê-se, ainda, a confidencialidade das informações e a participação de representantes da Parte Requerente; a possibilidade de se aventar imunidades, direitos e incapacidades em momento anterior à execução do pedido; o comparecimento de pessoas na Parte Requerente como testemunhas, vítimas ou peritos - desde que acedam -, resguardas de garantias contra medidas cominatórias ou sanção, processamento, detenção ou restrição de liberdade pessoal, obrigação de pronunciar-se; a audiência por videoconferência, também sob a condição da anuência da pessoa da qual se espera declaração; a transmissão espontânea de meios de prova e informações; a localização e medidas assecuratórias a respeito de bens e ativos; e perdimento de bens e ativos e sua devolução; despesas com a cooperação; solução de controvérsias.

Tem-se, com isso, que o Acordo aborda os principais aspectos de uma cooperação jurídica internacional, em matéria penal, e impõe cláusulas de praxe, a respeito das quais não se impõe nenhuma observação ou ressalva.

Recomenda-se, apenas, que a tradução oficial ou certificação pela Autoridade Central da Parte Requerente ao idioma da Parte Requerida, dos documentos anexos e informações adicionais do pleito de cooperação jurídica internacional, a que se refere o artigo 7 do Tratado em análise, seja realizada por tradutores públicos e intérpretes comerciais juramentados, devidamente matriculados na Junta Comercial. É que o Decreto nº. 13.609/43, incluindo o Código Comercial, o Código de Processo Civil, o Código Penal e a Lei nº. 8.934/94 (Lei do Registro Público das Empresas Mercantis) atribuem aos tradutores públicos e intérpretes comerciais juramentados têm a atribuição legal de efetuarem traduções juramentadas, sob sua responsabilidade pessoal, dotadas de fé pública no território nacional.

No mais, todas as disposições do texto do Tratado de Cooperação Jurídica Internacional, em matéria penal, entre os Estados Soberanos do Brasil e México, não agridem as Constituições daqueles países soberanos.

Não há óbice à aprovação da matéria.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Romeu Tuma, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

PARECER
Nº 1.385, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009 (nº 856/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Resoluções MSC. 180 (79); MSC. 203 (81); MSC. 209 (81); STCW. 6/Circ. 3; STCW. 6/Circ. 4; STCW. 6/Circ. 5; STCW. 6/Circ. 7; STCW. 6/Circ. 8; STCW. 6/Circ. 9; STCW. 6/Circ. 10, adotados nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).

RELATOR: Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto dos atos internacionais acima referidos.

Esta Comissão é, pois, chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009 (PDC nº 856, de 2008, na origem). Na Câmara dos Deputados, os acordos foram aprovados pelo Plenário, em 10 de junho de 2009, após passarem pelo crivo das Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 32, de 29 de janeiro de 2008, do Poder Executivo, que encaminha os textos dos tratados ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 428, de 27 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores em exercício. Desse documento, merece transcrição a seguinte passagem:

> 2. Em junho de 1984, pelo Decreto Presidencial nº 89.822 (DOU 22/06/84), foi promulgada em nosso país a Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, estabelecendo padrões mínimos de formação e treinamento para os tripulantes dos navios mercantes. Por força de suas tarefas, as tripulações dos navios mercantes estão inseridas em ambiente de elevada interatividade internacional, o que torna crítico o aspecto principal da padronização de seus procedimentos de trabalho. A necessidade desta padronização, propósito principal da Convenção, torna-se evidente quando se examinam causas de acidentes e encontra-se, freqüentemente, o erro humano como causa direta ou fator de contribuição. Em uma investigação pouco aprofundada, verifica-se a má, ou incompleta, formação e treinamento do marítimo envolvido, como origem destes erros.
>
> 3. Tendo em vista a constante evolução tecnológica e a experiência colhida durante a investigação de acidentes ocorridos, fazem-se necessárias adaptações e/ou alterações no anexo da Convenção onde estão contidas as Regras para formação e treinamento, e no seu Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto. Esse Código, que, em última análise, é a regulamentação das diversas Regras, é composto de uma parte obrigatória, onde estão contidas diversas recomendações para a implementação dos diversos dispositivos da Convenção. Dentro deste espírito, as Partes Contratantes da Convenção, incluído o Brasil, chegaram às emendas a seguir, que necessitam ser aprovadas pelo Legislativo para atualizar o referido Ato Internacional do qual somos signatários.

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Os documentos internacionais em análise contemplam emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos (STCW-1978), adotadas nas Sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviços de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional (OMI). São eles:

- Emenda de 9 de Dezembro de 2004, adotada pela Resolução MSC.180(79) da OMI, que incorpora à Convenção aperfeiçoamentos nas especificações de conhecimentos mínimos relativos à operação de embarcações salva-vidas;
- Emenda de 18 de maio de 2006, adotada pela Resolução MSC.203(81) da OMI, que incorpora à Convenção a nova regra para

formação e treinamento do tripulante que irá exercer as tarefas de oficial de proteção do navio;

• Emenda de 18 de maio de 2006, adotada pela Resolução MSC.209(81) da OMI, que incorpora ao Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, os padrões para a formação e treinamento do tripulante que irá exercer as tarefas de oficial de proteção do navio;

• Emenda de 22 de maio de 1998, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.3 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para atualizar as recomendações relativas à criação de programas para prevenção de uso indevido de drogas e álcool;

• Emenda de 22 de maio de 1998, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.4 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para renumerar as seções relativas a recomendações para formação de pessoal lotado em navios de passageiros;

• Emenda de 30 de maio de 2000, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.5 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para atualizar as recomendações relativas a capacidade física mínima para marítimos e à criação de bancos de dados para registro de certificados;

• Emenda de 6 de junho de 2003, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.6 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para complementar às recomendações para formação e treinamento de pessoal lotado em navios de passageiros;

• Emenda de 20 de maio de 2005, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.7 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para atualizar as recomendações relativas ao serviço de quarto de máquinas;

• Emenda de 1º de janeiro de 2006, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.8 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para atualizar as recomendações relativas aos modelos de certificados;

• Emenda de 22 de maio de 2006, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.9 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de

Quarto, para complementar as recomendações relativas a formação do oficial de proteção do navio; e

• Emenda de 20 de maio de 2006, adotada pela Circular da STCW.6/Circ.10 da OMI, que emenda a parte não obrigatória do Código de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto, para atualizar as recomendações relativas a treinamento em embarcações salva-vidas de queda livre.

Do total das onze emendas consignadas, as três primeiras são relativas ao anexo da Convenção e à parte obrigatória do seu Código. As seguintes são relativas à parte não obrigatória do Código. Constata-se da leitura do inteiro teor dos documentos, bem como da prática no tocante tanto à aplicação dos dispositivos da Convenção quanto às lições oriundas das investigações de acidentes levadas a efeito pelos órgãos competentes da OMI, a necessidade de adoção das modificações propostas.

Trata-se, portanto, de aperfeiçoamento dos instrumentos internacionais relativos ao tema à vista das inovações tecnológicas verificadas desde a entrada em vigor da Convenção, como também do aprendizado concreto na aplicação do texto convencional.

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 507, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Renato Casagrande, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 507, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR RENATO CASAGRANDE	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA–GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

~~VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~

VI - dispor, mediante decreto, sobre:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;(Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....

PARECER
Nº 1.386, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009 (nº 1.352/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

Relator: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009, que aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional. O texto em apreço foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 539, de 22 de julho de 2008, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, autora do Projeto de Decreto Legislativo que a aprova, tendo passado também pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Viação e Transportes. Aprovado pelo Plenário daquela Casa em 10 de junho de 2009, foi o projeto enviado ao exame do Senado Federal.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 23 de junho de 2009, tendo vindo a este Relator em 2 de julho de 2009, após cumprimento do prazo regimental durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

O ato internacional em tela vem acompanhado da Exposição de Motivos nº 245, de 27 de junho de 2008, do Ministério das Relações Exteriores, que explica que a Convenção da Organização Hidrográfica Internacional (OHI) foi concluída em 3 de maio de 1967 em Monte Carlo e recebeu a adesão de setenta e seis países. A adesão do Brasil à referida Convenção recebeu a aprovação do Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 45, de 28 de novembro de 1967, promulgado pelo Poder Executivo mediante o Decreto nº 65.106, de 25 de janeiro de 1971.

O Protocolo em exame foi aprovado em 2005 pelos países signatários da OHI e contém uma série de emendas à Convenção que alteram a estrutura institucional da Organização, atualizando, ademais, a sua visão, missão e objetivos. Do processado que me coube relatar constam a Resolução da Terceira Conferência Hidrográfica Internacional Extraordinária que aprova o Protocolo de Emendas à Convenção e a Versão Consolidada da Convenção Modificada pelo Protocolo de Emendas ora em exame. Consta ainda, em anexo, o Certificado de Registro da Convenção e Regulamento Geral da OIH na Secretaria das Nações Unidas, em conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

As alterações aprovadas pela Terceira Conferência Hidrográfica Internacional Extraordinária e agora submetidas ao Congresso Nacional referem-se, algumas, à redefinição dos objetivos da Organização e outras à sua estrutura institucional.

No Preâmbulo são inseridos novos parágrafos sobre a natureza da Organização, definindo-a como organização internacional que coordena, em escala mundial, o estabelecimento de normas para a produção de dados e fornecimento de serviços hidrográficos, tendo por vocação ser a autoridade hidrográfica mundial que trabalha no sentido de fazer com que os países aumentem a segurança e eficiência do setor marítimo e que apóia a proteção e o uso sustentável do ambiente marinho, tendo por missão criar um ambiente global em que os países membros forneçam dados, produtos e serviços hidrográficos apropriados e em tempos oportunos e assegurem sua mais ampla utilização.

O Artigo 2 amplia a missão da OHI, ressaltando a utilização da hidrografia para a segurança da navegação e outros propósitos marítimos; buscando aumentar, em nível mundial, a abrangência, a disponibilidade e a qualidade dos dados, informações, produtos e serviços hidrográficos e facilitar o acesso aos mesmos; melhorar as capacidades, meios, formação, ciências e técnicas hidrográficas; organizar o desenvolvimento de normas internacionais para dados, informações, produtos e serviços hidrográficos para alcançar maior uniformidade na sua utilização; fornecer orientação abalizada sobre os assuntos relacionados à Hidrografia aos países e organizações internacionais; facilitar a coordenação das atividades hidrográficas dos países membros e aumentar a cooperação em matéria de atividades hidrográficas entre os países.

No que diz respeito às mudanças propostas para a estrutura institucional da Organização, cabe assinalar tratar-se esta, possivelmente, da mais importante alteração introduzida pelas emendas em apreciação. Assim, ao invés dos dois únicos órgãos que compunham anteriormente a sua estrutura organizacional, a OHI passa a contar com quatro instituições, secundadas por órgãos subsidiários. O Artigo 4 define, portanto, a nova estrutura institucional da organização, composta pela Assembléia, Conselho, Comitê de Finanças, Secretariado e todos os órgãos subsidiários.

O Artigo 5º detalha a composição e atribuições da Assembléia, que deverá ser composta por todos os países membros, reunir-se a cada três anos em sessão ordinária ou excepcionalmente, em sessão extraordinária, sendo que o quórum para a abertura das reuniões é a maioria dos países membros. Suas atribuições são, entre outras, as de estabelecer o programa de trabalho da Organização; examinar os relatórios apresentados pelo Conselho; examinar as observações e recomendações apresentadas pelos países membros, pelo Conselho ou pelo Secretário-Geral; examinar despesas e aprovar o orçamento trienal da organização; criar órgãos subsidiários; eleger seu Presidente e Vice-Presidente, Secretário-Geral e Diretores.

A composição e atribuições do Conselho estão definidas no Artigo 6º, segundo o qual o órgão é composto por um quarto dos países membros, mas não menos de trinta, sendo que dois terços em representação regional e um terço representando interesses hidrográficos. As reuniões do Conselho são anuais, portanto mais freqüentes do que as da Assembléia, sendo suas principais atribuições: coordenar as atividades da Organização e informar à Assembléia sobre elas; examinar os cálculos financeiros e previsões orçamentárias preparados

pelo Secretário-Geral e submetê-los à aprovação da Assembléia; examinar as propostas apresentadas pelos órgãos subsidiários e propor à Assembléia a criação desses órgãos; examinar os projetos de acordo entre a Organização e outras organizações e submetê-los à aprovação da Assembléia.

O Secretariado, outro novo órgão criado pelo Protocolo de Emendas ora em apreciação, compreende um Secretário-Geral, Diretores e o pessoal necessário ao cumprimento das tarefas da Organização. O Secretário-Geral, o mais alto funcionário da Organização, está encarregado de manter todos os registros necessários à realização das tarefas da Organização e de preparar, coletar e distribuir toda a documentação que se fizer necessária. Ademais, estabelece e apresenta ao Comitê de Finanças e ao Conselho os cálculos financeiros anuais e as previsões orçamentárias trienais. O Secretário-Geral, os Diretores e seu pessoal não solicitam e nem aceitam instruções dos países membros da Organização, que por sua vez se obrigam a respeitar a natureza internacional de suas funções.

O processo decisório da Organização está estipulado no Artigo 9º, que prevê que na falta de consenso dos países quanto a alguma decisão, prevalecerá a regra da maioria dos membros presentes e votantes, com desempate pelo voto do Presidente. Cada país membro tem direito a um voto, exceto no caso da eleição do Secretário-Geral e dos Diretores, para a qual os membros dispõem de um número de votos determinado por escala estabelecida em função da tonelagem das suas frotas. Também as decisões referentes ao programa de ação ou finanças da Organização deverão ser aprovadas por maioria de dois terços dos países membros presentes e votantes.

O Artigo 12 dispõe sobre a personalidade jurídica da Organização e ao direito a privilégios e imunidades, no território dos países membros, necessários ao exercício de suas funções e consecução de seus objetivos conforme o acordado entre aquela e o país interessado.

Os artigos seguintes versam sobre o processo de emenda à Convenção, adesão e denúncia, designando como Depositário do original da Convenção o Governo de Sua Alteza Serena o Príncipe de Mônaco. Finalmente, o Artigo 20 determina que as emendas ora em apreciação entrarão em vigor, para todas as Partes Contratantes, três meses após o recebimento pelo Depositário das notificações de aprovação de dois terços dos países membros.

A Exposição de Motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores assinala que o Brasil faz parte da OHI desde seus primórdios, em 1921, sendo que durante os seus mais de oitenta anos de existência "(...) a OHI tem

promovido o avanço da Hidrografia e da Cartografia Náutica mundiais (...)". Suas resoluções e recomendações constituem importantes requisitos que devem ser observados pelos países cujo desenvolvimento e soberania dependem, em grande medida, do transporte marítimo.

No que diz respeito à sua conformidade com a Carta Magna, o presente Protocolo de Emendas coaduna-se perfeitamente com as disposições constitucionais vigentes.

III – VOTO

Por todo o exposto, e considerando não haver na proposição qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Geraldo Mesquita Júnior (presidente em exercício), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 509, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20 / 08 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR Geraldo Mesquita Júnior	
RELATOR: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) (Relator)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Presidente em exercício)	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇAO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA – GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....

DECRETO LEGISLATIVO N.º 45, DE 1967.

Aprova a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967.

Art. 1º É aprovada a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967.

Art. 2º Êste decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se na disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, 28 de novembro de 1967.

AURO MOURA ANDRADE

PRESIDENTE do SENADO FEDERAL

.....

Publicado no DSF, de 26/8/2009.

PARECER
Nº 1.387, DE 2009

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (Em audiência nos termos do Requerimento nº 737, de 2009).

RELATOR: Senador **GERSON CAMATA**

RELATOR "AD HOC": Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 315, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que trata da criação da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O PLS nº 315, de 2003, propõe que a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul seja constituída pelas Sub-Regiões de Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Litoral, Vale do Rio Pardo e Sul. Também autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Mesorregião e a instituir o correspondente Programa Especial de Desenvolvimento.

O Autor da proposição justifica sua iniciativa recordando que o Rio Grande do Sul, ao longo da história, assistiu à degradação econômica e social de considerável parte de seu território, a Metade Sul. Além disso, atribui essa tendência à política da União, que temia a ambição de países vizinhos sobre as áreas de fronteira, circunstância que resultaria de especificidades da história da Região Sul.

Por fim, o Senador Pedro Simon assinala que o Mercosul ainda não significou as mudanças esperadas e que o projeto de lei que apresenta se inspira nas Leis Complementares nº 64, de 1998, e nºs 112 e 113, de 2001, que autorizaram o Poder Executivo a criar, respectivamente, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e a Região Administrativa Integrada do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Inicialmente, a proposição foi distribuída somente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi apreciada e aprovada em 22 de abril de 2009, com duas emendas de ajuste na denominação, que passou de Mesorregião Metade Sul para Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul.

A proposição foi, então, incluída na pauta do Plenário do Senado Federal, onde foi apresentado e aprovado o Requerimento nº 737, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o projeto seja ouvida a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ação que se realiza nesta ocasião, cabendo a mim a relatoria da matéria.

II – ANÁLISE

A proposição em análise coincide, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, com diversos temas da área de competência desta Comissão, como são os assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, assim como são os temas relativos às agências e organismos de desenvolvimento regional.

Sem sombra de dúvidas, o projeto em análise é meritório, já que a criação de região integrada de desenvolvimento é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico de regiões em situação desfavorável quanto aos indicadores sócio-econômicos, como é o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul quando comparada com as demais mesorregiões da Região Sul do País.

Certamente a criação de uma Região Integrada de Desenvolvimento trará muitos benefícios para sua área de influência e ajudará a reduzir a marcante desigualdade entre as regiões brasileiras, além de contribuir para a consolidação do MERCOSUL.

No entanto, apesar de ser favorável à aprovação do PLS nº 315, de 2003, cabe considerar a sua natureza de projeto de lei autorizativa. Ressalto que o Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa.

De acordo com esse Parecer, "o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência". Desse modo, creio que o PLS nº 315, de 2003, deve ser entendido como uma sugestão ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Em síntese, a proposição é meritória e não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, tal como já foi objeto de atenção na CCJ, requer alguns ajustes para atualizar a denominação do programa de desenvolvimento regional almejado pelo Autor do PLS nº 315, de 2003. Assim, cabe apoiar e ratificar o aprimoramento aprovado na CCJ.

Adicionalmente, cabe apresentar a sugestão de uma emenda para adequar a proposição às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos constantes do Voto, que apresento a seguir.

III – VOTO

Pelo exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003 – Complementar, com as duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 3 – CDR

(PLS nº 315, de 2003 - Complementar)

Dê-se nova redação ao art. 6º e acrescente-se ao PLS nº 315 – Complementar, de 2003, o art. 7º, com a seguinte redação:

Art. 6º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a despesa decorrente desta Lei, a qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias, e a incluirá no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois de decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 1º só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subseqüente àquele em for implementado o disposto no art. 6º.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

, Presidente em exercício
Sen Cesar Borges

, Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003-Complementar

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Tasso Jereissati (Relator *ad hoc*), que passa a constituir Parecer da CDR favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, com as Emendas nºs 01-CCJ/CDR, 02/CCJ/CDR e 03-CDR.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

César Borges (Presidente em exercício), Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Jayme Campos e Tasso Jereissati.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Senador CÉSAR BORGES

Presidente em exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 - COMPLEMENTAR

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 08 / 2009 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO - CÉSAR BORGES

RELATOR: "AD HOC" TASSO JEREISSATI

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3-VAGO
JOSÉ NERY (PSOL)	4-VAGO
MAIORIA (PMDB, PP)	
LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)	1-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALTER PEREIRA (PMDB)	2-PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	4-GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB)	6-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7-TASSO JEREISSATI (PSDB) - RELATOR "AD HOC"
PTB	
GIM ARGELLO	1- MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

Atualizada em 11.03.09

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990

Mensagem de veto

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Subseção I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001

Mensagem de veto
Regulamento

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Teresina e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001

Mensagem de veto
Regulamento

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA

.....

Publicado no DSF, de 26/8/2009.

PARECER
Nº 1.388, DE 2009

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

RELATOR "AD HOC": Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

De autoria da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que formulou a proposição em decorrência do relatório final da Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2009, objetiva disciplinar a implantação de equipamentos urbanos, assim considerados os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, rede de telecomunicações e gás canalizado. Para tanto, a norma proposta visa alterar a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências".

Justifica a iniciativa o argumento de que, na ausência de uma legislação específica, o uso do solo urbano por parte das prestadoras de serviços públicos tem se tornado "fonte de inúmeros conflitos, que comprometem tanto o urbanismo municipal quanto a adequada prestação dos serviços".

Para o colegiado que formulou o projeto, a instalação de redes de infraestrutura, desvinculada de um adequado ordenamento territorial, "contribui para a ocupação irregular do solo urbano e coloca em risco os investimentos realizados, uma vez que estes permanecem sujeitos a multa, embargo ou demolição por parte do poder público municipal".

Em síntese, o PLS nº 183, de 2009, a par de aprimorar a definição vigente de equipamentos urbanos, pretende estabelecer, em favor das prestadoras de serviços públicos, o direito à utilização compartilhada das áreas destinadas, pelos municípios, a esses equipamentos. Por outro lado, o poder público deverá estabelecer os locais adequados, agir "de forma não discriminatória" em relação às diversas prestadoras e impor condições "justas e razoáveis" para a utilização do espaço público.

Nos termos da lei proposta, a implantação dos equipamentos urbanos ocorrerá mediante a instituição de servidão, considerada um bem reversível, caso a operadora seja concessionária de serviço público.

Por fim, determina-se que as prefeituras mantenham cadastros georreferenciados das redes de infraestrutura instaladas na respectiva jurisdição.

O projeto foi distribuído com exclusividade a esta Comissão, não tendo havido oferecimento de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso XX do art. 21 da Constituição Federal, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. Nesse sentido, qual seja, o de estabelecer diretrizes para a ação municipal no tocante ao parcelamento do solo, opera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, norma que a proposição em pauta pretende alterar.

A deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, não havendo restrição à iniciativa parlamentar.

Não há, assim, reparo a fazer quanto à constitucionalidade e a juridicidade do projeto, expresso em adequada técnica legislativa. No mérito, concordamos com os argumentos que ensejaram a proposição. De fato, urge regrar o regime jurídico a ser adotado para a implantação de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços públicos. Suprir essa lacuna normativa, como pretende o projeto em análise, significa, de um lado, trazer a necessária segurança jurídica para as prestadoras desses serviços e, de outro, vincular a implantação das redes ao planejamento da ocupação territorial.

Quanto à forma, contudo, cabe ligeiro reparo. A expressão "condições justas e razoáveis", utilizada como parâmetro dos eventuais ônus a serem suportados pelas prestadoras em relação ao uso dos espaços públicos, contém

demasiado grau de imprecisão. Compete aos municípios, como parte da prerrogativa de ordenar o território e controlar o uso do solo urbano — fixada no art. 30, VIII, da Constituição Federal —, regrar as condições a serem exigidas nesses casos. A lei federal, portanto, ao estabelecer o princípio da razoabilidade, como quer a norma proposta, deve remeter aos municípios a incumbência de conferir-lhe materialidade e eficácia.

A impropriedade é sanada nos termos de emenda adiante formulada.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela aprovação do PLS nº 183, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CDR

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

Art. 2º A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

> "**Art. 53-B.** As prestadoras de serviços públicos terão direito à utilização compartilhada das áreas destinadas a equipamentos urbanos, atendidas as normas técnicas pertinentes, de forma não discriminatória e sob condições justas e razoáveis, definidas estas na lei municipal.
>
> § 1º A implantação de equipamento urbano far-se-á exclusivamente nas áreas destinadas a essa finalidade, mediante a instituição de servidão, que será considerada um bem reversível, caso a prestadora seja concessionária de serviço público.
>
> § 2º A Prefeitura manterá cadastro georreferenciado das redes de infraestrutura instaladas no território municipal, que ficará disponível para consulta do público em geral. (NR)"

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

, Presidente em exercício Cesar Borges

, Relator

Sen. Tasso Jereissati Relator "Ad Hoc"

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Tasso Jereissati (Relator *ad hoc*), que passa a constituir Parecer da CDR favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, com a Emenda nº 01-CDR.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

César Borges (Presidente em exercício), Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Jayme Campos e Tasso Jereissati.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Senador CÉSAR BORGES

Presidente em exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/2009 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO - SEN. CÉSAR BORGES	
RELATOR: "AD HOC" - SEN TASSO JEREISSATI	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3-VAGO
JOSÉ NERY (PSOL)	4-VAGO
MAIORIA (PMDB, PP)	
LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)	1-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALTER PEREIRA (PMDB)	2-PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	4-GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB)	6-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7-TASSO JEREISSATI (PSDB) – RELATOR "AD HOC"
PTB	
GIM ARGELLO	1- MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

Atualizado em 1.03.09

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 21. Compete à União:

.....

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

.....

Art. 30. Compete aos Municípios:

.....

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

.....

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

.....

CAPÍTULO X
Disposições Finais

Art. 53 - Todas as alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependerão de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano, se houver, onde se localiza o Município, e da aprovação da Prefeitura Municipal, ou do Distrito Federal quando for o caso, segundo as exigências da legislação pertinente.

Art. 53-A. São considerados de interesse público os parcelamentos vinculados a planos ou programas habitacionais de iniciativa das Prefeituras Municipais e do Distrito Federal, ou entidades autorizadas por lei, em especial as regularizações de parcelamentos e de assentamentos. *(Incluído pela Lei nº 9.785, 29.1.99)*

Parágrafo único. Às ações e intervenções de que trata este artigo não será exigível documentação que não seja a mínima necessária e indispensável aos registros no cartório competente, inclusive sob a forma de certidões, vedadas as exigências e as sanções pertinentes aos particulares, especialmente aquelas que visem garantir a realização de obras e serviços, ou que visem prevenir questões de domínio de glebas, que se presumirão asseguradas pelo Poder Público respectivo." *(Incluído pela Lei nº 9.785, 29.1.99)*

.....

Publicado no DSF, de 26/8/2009.

PARECER
Nº 1.389, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009 (nº 36/1999, na Casa de Origem, do Deputado Paulo Rocha), que altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que expecifica.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 101, II, *d*, do Regimento do Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2009, de autoria do Deputado Federal Paulo Rocha.

A proposição pretende modificar a disciplina para a persecução penal da injúria consistente na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, prevista no § 3º do art. 140 do Código Penal.

A regra geral para o processamento dos crimes contra a honra prevê que a ação penal será privada, dependendo do ajuizamento de queixa-crime por advogado constituído pelo ofendido. Com a aprovação da presente proposição, o

próprio Ministério Público promoverá o processo buscando a condenação do autor da injúria racial ou discriminatória, cujo início ficará condicionado apenas à provocação da vítima.

Na justificação da proposta, argumenta o autor:

> Recentemente foi editada a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, que introduziu o § 3º no art. 140 do Código Penal, com vistas à definição típica da injúria caracterizada "na utilização de elementos referente a raça, cor, etnia, religião ou origem".
>
> De certo, tal iniciativa se traduz em avanço, quando procura majorar a pena, que passa a ser nesta hipótese, de reclusão de um a três anos, além da multa.
>
> Não obstante, a referida inovação legal não considerou o fato de que, em geral, os agredidos ali referidos são pobres, não tendo condições de exercitar plenamente o direito de queixa pela impossibilidade de contratação do advogado ou mesmo desconhecimento dos serviços de assistência judiciária ou da Defensoria Pública.

À vista do constante do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e conforme decisão da reunião de Líderes ocorrida em 24 de março deste ano, a análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria tratada no PLC nº 37, de 2009, insere-se no campo da competência privativa da União para legislar sobre direito penal e processual penal, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal (CF). Também possui seu autor competência para iniciar o processo legislativo na hipótese, nos termos do art. 61, *caput*, também da Constituição Federal (CF). Não se vislumbram, pois, óbices de natureza constitucional.

Quanto ao mérito, temos que a aprovação da matéria realmente contribui para o aperfeiçoamento da legislação penal.

É que no caso da injúria racial, embora a doutrina tradicional continue a apontar a pessoa física determinada como único sujeito passivo do crime, dado que a honra constitui direito personalíssimo, vislumbramos em tal conduta também alguma lesão aos direitos dos demais indivíduos da mesma raça, religião ou origem, que figurariam como espécie de sujeitos passivos mediatos.

Na esteira desse posicionamento, temos como plenamente justificada a atuação do Ministério Público na persecução penal da injúria qualificada do § 3º do art. 140 do Código Penal, até porque em defesa dos interesses das vítimas indeterminadas da conduta.

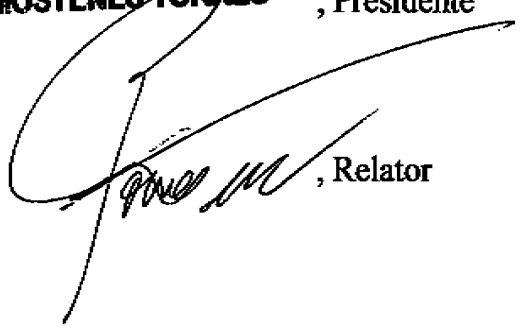
Ademais, procedimento muito semelhante já é adotado pela legislação quando, em razão de suas funções, o ofendido é funcionário público, ou, quando da injúria real resultam lesões corporais. Registre-se, aliás, que tendo em mente a cominação abstrata das penas, tais condutas podem ser consideradas menos graves que a injúria racial ou discriminatória.

III – VOTO

Por essas razões, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente



, Relator

PARECERES
Nºs 1.390 E 1.391, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007 (nº 761/2003, na Casa de origem, do Deputado Roberto Pessoa), que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000 (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf).

PARECER Nº 1.390, DE 2009
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2007, de autoria do Deputado Federal Roberto Pessoa, que dispõe sobre alteração da área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), mediante alteração da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, que, por sua vez, modificou a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.

O art. 1º da proposição altera o art. 2º da Lei nº 9.954, de 2000, para incluir o Estado do Ceará no conjunto de estados brasileiros inseridos na área de atuação da Codevasf e, em seu parágrafo único, estabelece que o órgão de representação da Empresa seja instalado em Crateús.

O art. 2º corresponde à cláusula de vigência.

No Senado Federal, o PLC nº 14, de 2007, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios. A Constituição Federal prevê competência privativa da União para legislar sobre águas e energia, e há, ainda, a previsão de competência administrativa da União para elaborar e executar planos regionais de desenvolvimento econômico e social. As atividades previstas na Lei nº 6.088, de 1974, que o presente Projeto de Lei pretende estender ao Estado do Ceará, se enquadram nos ditames constitucionais mencionados.

A proposição também não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, requer alguns ajustes para preencher os requisitos de boa técnica legislativa, pois altera a Lei nº 9.954, de 2000, que, por sua vez, altera a Lei nº 6.088, de 1974. O correto seria promover a alteração desta última, que é a lei básica da Codevasf, cuja ação se pretende estender ao Ceará, e não a lei modificadora.

A proposição visa ampliar a área de atuação da Codevasf mediante a inclusão do Ceará. Em 2000, por meio de iniciativa das lideranças políticas do Piauí, sua atuação foi estendida ao Vale do Parnaíba, com a Lei nº 9.954, de 6 de janeiro daquele ano. Originalmente, apenas o vale do rio São Francisco era objeto de atenção da Empresa, mas o reconhecimento do sucesso de seus empreendimentos motivou a expansão do território sujeito à sua intervenção, voltada, principalmente, ao aproveitamento dos recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento social e econômico.

Conforme o Autor do PLC nº 14, de 2007, ressaltou na Justificação, o Vale do Parnaíba abrange, além do Piauí e do Maranhão, uma porção do Estado do Ceará, pois das 27 Micro-Regiões Homogêneas que compõem o Vale do Parnaíba, três estão localizadas no Ceará.

A Bacia do Rio Parnaíba abrange cerca de 343 mil km² e envolve os Estados do Piauí (com 75% da área ou 249 mil km²), Maranhão (19% da área ou 70 mil km²) e Ceará (6% da área ou 21 mil km²). Ainda 2.614 km² dessa bacia estão localizados na área litigiosa entre Piauí e Ceará.

A Região Hidrográfica do Poti-Longá/Pirangi é a única do Ceará que drena suas águas para outro Estado da Federação, no caso o Piauí. Vários rios, como o Poti, o Jaburu e o Lontra, nascem no Ceará e, devido à topografia da região, correm para o Piauí, e isso configura o Rio Parnaíba como rio de domínio federal, ou seja, corpos d'água que são de interesse de mais de um Estado da Federação.

Dos 184 municípios cearenses, os seguintes 18 municípios compõem a Bacia Hidrográfica do Parnaíba: Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croata, Poranga, Ararendá, Ipaporanga, Crateús, Quiterianópolis, Novo Oriente, Independência, Ipueiras, Tamboril, Granja, Tianguá, Viçosa do Ceará.

Vale, ainda, ressaltar a relevância que tem o presente Projeto de Lei. Com efeito, a Codevasf tem protagonizado o desenvolvimento econômico e social dos vales onde atua, sendo a grande responsável pelo aumento da produtividade agrícola em tais regiões. A ampliação de sua área de atuação para incluir o Ceará, como propõe o Deputado Roberto Pessoa, certamente contribuirá em muito para o desenvolvimento de uma região de extrema necessidade, que é a porção cearense da Bacia do Rio Parnaíba.

Assim, quanto ao mérito, apoio integralmente a iniciativa. No entanto, para atender à boa técnica legislativa, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresento duas emendas para promover os ajustes necessários, sem qualquer alteração de mérito. Por meio das emendas, modificar-se-á a Lei nº 6.088, de 1974, e não a legislação que a modificou.

III – VOTO

Em face do exposto, recomendo a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1- CCJ

Dê-se a ementa do PLC nº 14, de 2007, a seguinte redação:

Altera o art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Ceará na área de atuação da Codevasf, e dá outras providências.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 14, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, modificado pela Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí, Maranhão e Ceará, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação.

Parágrafo único. No Ceará, o órgão de representação da Codevasf, de que trata o *caput* deste artigo, será instalado no município de Crateús. (NR)"

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 14 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO: WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
RELATOR: ANTONIO CARLOS JUNIOR ("AD HOC")	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

PARECER Nº 1.391, DE 2009
(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2007, de autoria do Deputado Federal Roberto Pessoa, que dispõe sobre alteração da área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), mediante alteração da Lei nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, que, por sua vez, modificou a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.

A proposição altera o art. 2º da Lei nº 9.954, de 2000, para incluir o Estado do Ceará no conjunto de estados brasileiros inscridos na área de atuação da Codevasf e, em seu parágrafo único, estabelece que o órgão de representação da Empresa seja instalado em Crateús.

O art. 2º corresponde à cláusula de vigência.

No Senado Federal, o PLC nº 14, de 2007, foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Na CCJ, a proposição foi apreciada e aprovada em 14 de maio do corrente exercício, com duas emendas de redação. Nesta Comissão, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A proposição em análise coincide, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, com diversos temas da área de competência desta Comissão, como são os assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, assim como são os temas relativos às agências e organismos de desenvolvimento regional.

A proposição também não fere qualquer tipo de preceito constitucional. No entanto, tal como já foi objeto de atenção na CCJ, requer alguns ajustes para preencher os requisitos de boa técnica legislativa, pois altera a Lei nº 9.954, de 2000 que, por sua vez, alterou a Lei nº 6.088, de 1974. O correto seria promover a alteração desta última lei, que é a lei básica da Codevasf, cuja ação se pretende estender ao Ceará.

Originalmente, apenas o Vale do Rio São Francisco era objeto de atenção da Empresa, mas o reconhecimento do sucesso de seus empreendimentos motivou a expansão do território sujeito à sua intervenção, voltada, principalmente, ao aproveitamento dos recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento social e econômico. Deste modo, em 2000, por meio de iniciativa das lideranças políticas do Piauí, sua atuação foi estendida ao Vale do Parnaíba, com a Lei nº 9.954, de 6 de janeiro daquele ano.

Nesse contexto, o objetivo da proposição em análise é o seguinte: a Lei nº 9.954, de 2000, que incluiu o Vale do Parnaíba, limitou a atuação da Empresa às porções do Vale localizadas nos Estados do Piauí e do Maranhão, deixando excluída a parte cearense localizada no mencionado Vale. O PLC nº 14, de 2007, visa corrigir essa exclusão do Ceará da área de atuação da Codevasf.

Conforme o autor do PLC nº 14, de 2007, ressaltou na justificação, o Vale do Parnaíba abrange, além do Piauí e do Maranhão, uma porção do Estado do Ceará, pois das 27 Micro-Regiões Homogêneas que compõem o Vale do Parnaíba, três estão localizadas no Ceará.

A Bacia do Rio Parnaíba abrange cerca de 340 mil km² e envolve os Estados do Piauí (com 75% da área ou 249 mil km²), Maranhão (19% da área ou 70 mil km²) e Ceará (6% da área ou 21 mil km²). Ainda 2.614 km² dessa bacia estão localizados na área litigiosa entre Piauí e Ceará.

A Região Hidrográfica do Poti-Longá/Pirangi é a única do Ceará que drena suas águas para outro Estado da Federação, no caso o Piauí. Vários rios, como o Poti, o Jaburu e o Lontra, nascem no Ceará e, devido à topografia da região, correm para o Piauí, e isso configura o Rio Parnaíba como rio de domínio federal, ou seja, corpos d'água que são de interesse de mais de um Estado da Federação.

Dos 184 municípios cearenses, os seguintes 18 municípios compõem a Bacia Hidrográfica do Parnaíba: Ubajara, Ibiapina, São Benedito, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croata, Poranga, Ararendá, Ipaporanga, Crateús, Quiterianópolis, Novo Oriente, Independência, Ipueiras, Tamboril, Granja, Tianguá, Viçosa do Ceará.

Vale, ainda, ressaltar a relevância que tem o presente Projeto de Lei. Com efeito, a Codevasf tem protagonizado o desenvolvimento econômico e social dos vales onde atua, sendo a grande responsável pelo aumento da produtividade agrícola em tais regiões. A ampliação de sua área de atuação para incluir o Ceará certamente contribuirá em muito para o desenvolvimento de uma região de muita potencialidade, que é a porção cearense da Bacia do Rio Parnaíba, cujo pólo regional é a Cidade de Crateús.

Assim, quanto ao mérito, apoiamos integralmente a iniciativa, bem como acolhemos as emendas de redação aprovadas na CCJ, que visam promover os ajustes necessários ao texto do projeto para atender à boa técnica legislativa.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, e das emendas de redação nºs 1 e 2, aprovadas na CCJ.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

, Presidente em Exercício
Sen. César Borges

, Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2007

(PL. nº 00761 de 2003, na origem)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Tasso Jereissati, que passa a constituir Parecer da CDR favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007, de autoria do Deputado Roberto Pessoa, com as Emendas nºs 01-CCJ/CDR e 02-CCJ/CDR.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

César Borges (Presidente em exercício), Antonio Carlos Valadares, Leomar Quintanilha, Rosalba Ciarlini, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Jayme Campos e Tasso Jereissati.

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Senador CÉSAR BORGES

Presidente em exercício da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DE CÂMARA Nº 14, DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/2009 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO - CÉSAR BORGES

RELATOR: TASSO JEREISSATI

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3-VAGO
JOSÉ NERY (PSOL)	4-VAGO
MAIORIA (PMDB, PP)	
LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)	1-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALTER PEREIRA (PMDB)	2-PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	4-GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB)	6-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7-TASSO JEREISSATI (PSDB) - RELATOR
PTB	
GIM ARGELLO	1- MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 6.088, DE 16 DE JULHO DE 1974.

Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - e dá outras providências.

.....

~~Art 2º A CODEVASF terá sede e foro no Distrito Federal e atuação no vale do Rio São Francisco nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação.~~

Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação. (Redação dada pela Lei nº 9.954, de 2000).

.....

LEI Nº 9.954, DE 6 DE JANEIRO DE 2000.

Autoriza o Poder Executivo a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf, nos termos que especifica e dá outras providências

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a razão social da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf para Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, passando os arts. 2º e 4º e o inciso III do art. 9º da Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Codevasf terá sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Piauí e Maranhão, podendo instalar e manter, no País, órgãos e setores de operação e representação." (NR)

.....

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à adaptação do Estatuto da Codevasf às alterações decorrentes desta Lei.

.....

Publicado no **DSF**, de 26/8/2009.

PARECER
Nº 1.392, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, entre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão passa a examinar, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2008, o qual se compõe de dois artigos, propondo alterar, se aprovado, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para impor o regime da separação de bens apenas às pessoas que se casarem com idade superior a setenta anos.

Originalmente, a proposição foi apresentada pela ilustre Deputada Solange Amaral na Câmara dos Deputados, onde foi registrada como Projeto de Lei (PL) nº 108, de 2007. Da justificação, depreende-se que a proponente tem por objetivo adequar a legislação aos avanços da medicina prestando observância, desse modo, ao aumento da expectativa média de vida do brasileiro, com manutenção da higidez física e mental, mesmo com idade superior a setenta anos. Para tanto, ela propôs alterar a redação do inciso II do art. 1.641 do Código Civil.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, foi aprovado, por unanimidade, o PL nº 108, de 2007, nos termos do Parecer do Relator Deputado José Genuíno. Certamente, sustenta ele, *com o aumento da*

esperança de vida do nosso povo, afigura-se necessária a atualização do art. 1.641, do inciso II, do Código Civil, trazendo-o à realidade dos tempos atuais.

A proposição permaneceu, desse modo, composta de dois artigos, sendo que seu **art. 1º** indica alteração da redação do inciso II do art. 1.641 do Código Civil, de modo a aumentar de sessenta para setenta anos a idade núbil a partir da qual se torna obrigatório o regime de separação de bens no casamento; e o **art. 2º** carreia a cláusula de vigência, estipulando que a Lei oriunda do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Em 10 de janeiro de 2008, a proposição veio ao Senado Federal, onde passou a ser identificada como PLC nº 7, de 2008, havendo sido distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

O PLC nº 7, de 2008, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas, especialmente, no mérito, sobre as que digam respeito ao direito civil.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 7, de 2008, tendo em vista que: *i)* compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição; *ii)* cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (Constituição, art. 48, *caput*); *iii)* os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea (Constituição, art. 60, § 4º); e *iv)* não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) dotado de potencial *coercitividade*; e *v*) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, pugnamos somente pela necessária adequação da ementa da proposição aos ditames do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, de modo a revesti-la de caracteres que realcem e explicitem, de modo conciso e sob a forma de título, a inovação alvitrada pelo texto legal.

No mérito, cabe destacar, desde logo, que vigora no ordenamento jurídico brasileiro a regra da livre escolha pelos nubentes do regime de bens pelo qual se pautará o casamento. Na falta de estipulação, contudo, vigorará, por força do art. 1.640 do Código Civil, o regime da comunhão parcial de bens, desde que os nubentes não preencham as hipóteses do art. 1.641. Isso porque é obrigatório o regime da separação de bens no casamento: *i*) aos nubentes que o contrariem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento previstas no art. 1.523 do Código Civil; *ii*) do nubente com idade superior a sessenta anos; *iii*) de todos os nubentes que dependerem para casar de suprimento judicial.

Como bem sustentando pela ilustre Senadora Maria do Carmo Alves, relatora inicial da proposição, para justificar a alteração do inciso II do art. 1.641 do Código Civil, que ora se pretende fazer, *o fato é que nos parece anacrônico impor à pessoa maior de sessenta anos, haja vista sua plena capacidade para exercer os atos da vida civil, a norma encartada no inciso II do art. 1.641 do Código Civil, que obriga o regime da separação de bens no casamento, até porque os bens da pessoa idosa, e que foram por ela conquistados, não só podem – como devem – ser partilhados na forma que ela entender ser a melhor, ainda que o futuro casamento não persista por muito tempo.*

III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008, com a apresentação da seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008, a seguinte redação:

"Altera a redação do inciso II do art. 1.641 do Código Civil, para aumentar para setenta anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento."

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

Senador DEMÓSTENES TORRES, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 7 **DE** 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 08 / 09 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: Senador DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC"; SENADOR ALVARO DIAS	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/08/2009

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....

LIVRO IV
Do Direito de Família

TÍTULO I
Do Direito Pessoal

SUBTÍTULO I
Do Casamento

.....

CAPÍTULO IV
Das causas suspensivas

Art. 1.523. Não devem casar:

I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;

III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;

IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

.....

TÍTULO II
Do Direito Patrimonial

SUBTÍTULO I
Do Regime de Bens entre os Cônjuges

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

.....

Art. 1.640. Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.

Parágrafo único. Poderão os nubentes, no processo de habilitação, optar por qualquer dos regimes que este código regula. Quanto à forma, reduzir-se-á a termo a opção pela comunhão parcial, fazendo-se o pacto antenupcial por escritura pública, nas demais escolhas.

Art. 1.641. É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:

I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento;

II - da pessoa maior de sessenta anos;

III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimento judicial.

.....

DOCUMENTO ANEXADO, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATORA: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 7, de 2008, apresentado, em 12 de fevereiro de 2007, pela Deputada Solange Amaral (PL 163, de 2007, na origem).

Composto de apenas dois artigos, o projeto propõe alterar o texto da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que [i]*nstitui o Código Civil*, para impor o regime da separação de bens apenas às pessoas que se casarem com mais de setenta anos.

O **art. 1º** da proposição altera a redação do inciso II do art. 1.641 do Código Civil, de modo a aumentar de sessenta para setenta anos a idade núbil a partir da qual se torna obrigatório o regime de separação de bens.

O **art. 2º** encerra a cláusula de vigência, para determinar que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

O PLC nº 7, de 2008, não apresenta vício de regimentalidade. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, especialmente, no mérito, sobre direito civil.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 7, de 2008, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa parlamentar.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nele vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v*) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Quanto à técnica legislativa, entendemos necessários dois pequenos reparos, consistentes: *i*) na alteração da ementa do projeto, que deve expressar, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da inovação alvitrada; e *ii*) na supressão da expressão *da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002* da ementa do projeto, já expresso na forma do art. 1º da proposição.

No mérito, cabe destacar que a regra é a livre escolha pelos nubentes do regime pelo qual se pautará o casamento. Na falta de estipulação, contudo, vigorará, por força do art. 1.640 do Código Civil, o regime da comunhão parcial de bens.

O fato é que nos parece anacrônico impor à pessoa maior de sessenta anos, haja vista sua plena capacidade para exercer os atos da vida civil, a norma encartada no inciso II do art. 1.641 do Código Civil, que obriga o regime da separação de bens no casamento, até porque os bens da pessoa idosa, e que foram por ela conquistados, não só podem – como devem – ser partilhados na forma que ela entender ser a melhor, ainda que o futuro casamento não persista por muito tempo.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 7, de 2008, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 7, de 2008, a seguinte redação:

"Dá nova redação ao inciso II do art. 1.641 do Código Civil, para aumentar para setenta anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento."

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

PARECER
Nº 1.393, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

RELATOR: Senador **ROMEU TUMA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado, de autoria da "Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia", visa a conceder à autoridade diplomática o poder de negar visto de entrada e permanência no Brasil a estrangeiro que, em outro país, tenha sido indiciado pela prática de crime contra a liberdade sexual de criança ou adolescente ou correspondente aos descritos nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que abrangem as seguintes condutas: produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, e vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Na justificação consta, entre outros argumentos: *revela-se impossível à autoridade diplomática identificar, no momento da concessão do visto, quem pretende ingressar no País com objetivos escusos* e que, *em razão da natureza grave de tais delitos, somada à prioridade absoluta que a Constituição Federal reservou a proteção da infância e da juventude, não devemos correr risco algum de que abusadores sexuais ingressem em nosso País.*

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – ANÁLISE

O alto índice de reincidência no crime de pedofilia e a conhecida prática do turismo sexual levada adiante por estrangeiros em países de terceiro mundo aconselham a que a proposta em tela seja aprovada nesta Comissão e avance seu trâmite legislativo com a maior rapidez possível.

Entendemos louvável o Projeto em análise *vis-à-vis* as relações internacionais brasileiras, uma vez que se reafirma com ele o projeto soberano nacional de desenvolvimento social e a promoção da interlocução com outras nações priorizando o bem-estar da nossa população, as boas práticas e condutas.

O inciso XV do art. 5º da Constituição Federal prescreve que todos (nacionais e estrangeiros) são livres para entrar, permanecer ou sair do território nacional, mas "nos termos da lei". É legítima a proibição, pautada em critério de segurança pública, segundo a qual quem responde a crime de pedofilia no seu país de origem não pode entrar no território nacional.

O justo desejo das autoridades de estimular o turismo, importante fonte de renda de diversas localidades nacionais, não pode se sobrepor à responsabilidade estatal de proteger a infância contra as mazelas físicas e psicológicas que lhe poderão comprometer a formação da personalidade e a autoestima.

III – VOTO

À luz do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 2009.

, Presidente

, Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Romeu Tuma, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia.

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (presidente), Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Cristovam Buarque.

Sala da Comissão, em 20 de agosto de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 235, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 00/ 08/ 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

.....

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980.

Regulamento

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

.....

Art. 7º Não se concederá visto ao estrangeiro:
I - menor de 18 (dezoito) anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa;
II - considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais;
III - anteriormente expulso do País, salvo se a expulsão tiver sido revogada;
IV - condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição segundo a lei brasileira; ou
V - que não satisfaça às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Vide texto compilado

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agencia, facilita, recruta, coage, ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o agente comete o crime: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

I – no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la; (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

II – prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; ou (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

III – prevalecendo-se de relações de parentesco consangüíneo ou afim até o terceiro grau, ou por adoção, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela, ou com seu consentimento. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)

Publicado no **DSF**, de 26/8/2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres lidos serão publicados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 233/09 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de agosto de 2009

Excelentíssimo Senhor
Senador **José Sarney**
Presidente Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, §2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009, que "altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que especifica", de autoria do Deputado Paulo Rocha.

Aproveito a oportunidade para renovar protesto de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 1.388, de 2009, de inciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado

nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O Sr. Presidente (Mão Santa. PMDB-PI) – Com referência ao ofício lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foram encaminhados à publicação os Pareceres nºs 1.390 a 1.393, de 2009, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2007** (nº 761/2003, na Casa de origem, do Deputado Roberto Pessoa), que *dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000* (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf);

– **Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008** (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil* (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescente inciso VI ao artigo 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 2009

Dispõe sobre o planejamento das atividades do Senado Federal e a realização das sessões deliberativas.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º:

"**Art.154.** .....

.....

§ 7º Ao término de cada mês, a Comissão Diretora divulgará a agenda de trabalho do mês seguinte, com a previsão das matérias a serem apreciadas em Plenário, a indicação das três semanas em que haverá sessão deliberativa de segunda-feira a sexta-feira e a indicação de uma semana isenta de sessões deliberativas.

§ 8º Na hipótese de a agenda prevista não ser integralmente cumprida, sessões deliberativas adicionais serão realizadas na semana restante." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal prevê, na sua forma presente, a realização de sessões deliberativas ordinárias de "segunda a quinta-feira às quatroze horas e às sextas-feiras às nove horas, quando houver Ordem do Dia previamente designada". Na prática, o que se verifica é a concentração das sessões às terças, quartas e quintas-feiras e um esvaziamento relativo do Senado às segundas e sextas-feiras. Nesses dias, Senadores permanecem, muitas vezes, em seus Estados, dedicados ao contato com os eleitores e ao trabalho político local.

A presente proposta tem por objetivo sanar essa situação, que implica prejuízo para a eficácia legislativa e fiscalizadora do Senado Federal. Propõe a divulgação antecipada da agenda de trabalho do mês, inclusive com previsão das matérias a serem votadas em Plenário e a indicação de três semanas consecutivas de trabalho para cumprimento dessa agenda. Restaria uma semana para o trabalho político concentrado nas bases. O uso dessa semana com essa finalidade está, contudo, condicionado ao sucesso em atingir os objetivos definidos, uma vez que, a remanescer matéria não apreciada, novas sessões deliberativas serão realizadas na semana restante.

O recurso ao planejamento das atividades e a definição do tempo necessário a sua execução contribuirão para o aumento da eficiência do Senado Federal.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

A MESA DO SENADO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no art. 402 regimental, **faz publicar o texto do Regimento Interno do Senado Federal, devidamente consolidado em relação ao texto editado em 10 de janeiro de 2003 (ao final da 51ª – Legislatura), com:**

- as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 22, de 2004; 1 e 2, de 2005; 30, 35 e 42, de 2006;
- as modificações decorrentes das Emendas Constitucionais nºs 45, de 2003, e 50, de 2006; e
- correções de redação, sem alterações de mérito.

Sala de Reuniões da Mesa, em 22 de dezembro de 2006.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente
Senador **Tião Viana**, Primeiro Vice-Presidente
Senador **Antero Paes de Barros,** Segundo Vice-Presidente
Senador **Efraim Morais**, Primeiro-Secretário
Senador **João Alberto Souza**, Segundo-Secretário
Senador **Paulo Octávio**, Terceiro-Secretário
Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Quarto-Secretário.

PARTE I
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I
DA SEDE

Art. 1º O Senado Federal tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Parágrafo único. Em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Senado poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Mesa, a requerimento da maioria dos Senadores.

.....

(...)

.....

TÍTULO VII
DAS SESSÕES

CAPÍTULO I
DA NATUREZA DAS SESSÕES

Art. 154. As sessões do Senado podem ser:

I – deliberativas:

a) ordinárias;

b) extraordinárias;

II – não deliberativas; e

III – especiais.

§ 1º Considera-se sessão deliberativa ordinária, para os efeitos do art. 55, III, da Constituição Federal, aquela realizada de segunda a quinta-feira às quatorze horas e às sextas-feiras às nove horas, quando houver Ordem do Dia previamente designada.

§ 2º As sessões deliberativas extraordinárias, com Ordem do Dia própria, realizar-se-ão em horário diverso do fixado para sessão ordinária, ressalvado o disposto no § 3º.

§ 3º O Presidente poderá convocar, para qualquer tempo, sessão extraordinária quando, a seu juízo e ouvidas as lideranças partidárias, as circunstâncias o recomendarem ou haja necessidade de deliberação urgente.

§ 4º As sessões não deliberativas destinam-se a discursos, comunicações, leitura de proposições e outros assuntos de interesse político e parlamentar, e realizar-se-ão sem Ordem do Dia.

§ 5º A sessão especial realizar-se-á exclusivamente para comemoração ou homenagem.

§ 6º A sessão não se realizará:

I – por falta de número;

II – por deliberação do Senado;

III – quando o seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;

IV – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência. (NR)

Publicado no **DSF**, em 26/08/2009.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 696, DE 2009

Susta o *caput* do art. 3º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, que regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.

CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado o *caput* do art. 3º do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 91, de 1935, trata do procedimento a ser observado para a concessão do título de utilidade pública a sociedades civis, associações e fundações que sirvam desinteressadamente à coletividade. O *caput* do art. 3º do Decreto nº 50.517, de 1961, que a regulamenta, determina que o pedido de concessão do título denegado não poderá ser renovado antes de decorridos dois anos da publicação do despacho denegatório.

Ocorre que a referida norma é autônoma, já que não encontra amparo na Lei nº 91, de 1935, e, portanto, constitui ato do Poder Executivo que exorbita do poder regulamentar.

Por essa razão, oferecemos o presente projeto de decreto legislativo, com o fim de sustar, com base no art. 49, V, da Constituição Federal, o dispositivo mencionado. Afinal, a expedição de decretos visa tão-somente à fiel execução das leis, nos termos do art. 84, IV, da Constituição Federal.

Convictos da importância dessa iniciativa, esperamos a acolhida do projeto pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009.

Senador SÉRGIO ZAMBIASI

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

.....

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO
Seção I
DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

.....

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

LEI Nº 91, DE 28 DE AGOSTO DE 1935.

Regulamento

Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sancciono a seguinte lei:

Art 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituidas no paiz com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á collectividade podem ser declaradas de utilidade publica, provados os seguintes requisitos:

a) que adquiriram personalidade juridica;

b) que estão em effectivo funccionamento e servem desinteressadamente á collectividade;

c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados. (Redação dada pela Lei nº 6.639, de 8.5.1979)

Art. 2º A declaração de utilidade publica será feita em decreto do Poder Executivo, mediante requerimento processado no Ministerio da Justiça e Negocios Interiores ou, em casos excepcionaes, *ex-officio* .

Paragrapho unico. O nome e caracteristicos da sociedade, associação ou fundação declarada de utilidade publica serão inscriptos em livro especial, a esse fim destinado.

Art. 3º Nenhum favor do Estado decorrerá do titulo de utilidade publica, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flammulas, bandeiras ou distinctivos proprios, devidamente registrados no Ministerio da Justiça e a da menção do titulo concedido.

Art 4º As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade publica ficam obrigadas a apresentar todo os annos, excepto por motivo de ordem superior reconhecido,a criterio do ministerio de Estado da Justiça e Negocios Interiores,relação circumstanciada dos serviços que houverem prestado á collectividade.

Paragrapho unico. Será cassada a declaração de utilidade publica, no caso de infracção deste dispositivo, ou se, por qualquer motivo, a declaração exigida não for apresentada em tres annos consecutivos.

Art 5º Será tambem cassada a declaração de utilidade publica, mediante representação documentada do Orgão do Ministerio Publico, ou de qualquer interessado, da séde da sociedade, associação ou fundação, sempre que se provar que ella deixou de preencher qualquer dos requisitos do art. 1º.

Art. 6º Revogam as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1935; 114º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS
Vicente Ráo

DECRETO Nº 50.517, DE 02 DE MAIO DE 1961.

Lei nº 91, de 1935

Regulamenta a Lei nº 91, de 28 de agôsto de 1935, que dispõe sôbre a declaração de utilidade pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

.....

Art 3º Denegado o pedido, não poderá ser renovado antes de decorridos dois anos, a contar da data da publicação do despacho denegatório.

.....

NOTA TÉCNICA Nº 3.011, DE 2009

Referente à STC nº 2009-06807, mediante a qual o Senador SÉRGIO ZAMBIASI solicita a análise da viabilidade de apresentação de proposição que harmonize a legislação sobre concessão de título de utilidade pública com a legislação sobre organizações da sociedade civil de interesse público.

O Senador Sérgio Zambiasi solicita análise da viabilidade de apresentação de proposição que harmonize a lei sobre concessão de título de utilidade pública com a lei que trata de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), visto que, enquanto os pedidos indeferidos de qualificação como Oscip podem ser reapresentados a qualquer tempo, os de utilidade pública só podem ser renovados após dois anos.

Inicialmente, registramos que a concessão dos títulos acima mencionados demanda o preenchimento de requisitos distintos e visa a finalidades diversas.

O título de utilidade pública está disciplinado pela Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. Pode ser concedido a sociedades civis, associações e fundações que tenham personalidade jurídica, fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade e cargos de diretoria, conselhos fiscais deliberativos ou consultivos não remunerados. A concessão do título pode gerar a concessão e gozo de benefícios como: a) concessão do Certificado de Entidade

Beneficente de Assistência Social (CEAS), pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e, a partir desse, isenção da respectiva cota patronal previdenciária; b) recebimento de bens apreendidos pela Receita Federal; c) recebimento de doações de pessoas jurídicas, dedutíveis do imposto de renda do doador[1].

Por sua vez, o título de Oscip é disciplinado pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e pelo Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Podem receber essa denominação pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que atendam às normas previstas na citada Lei quanto à elaboração dos estatutos e fixação dos objetivos sociais. Além disso, desde 23 de março de 2004, a Oscip não pode acumular outros títulos federais. Os benefícios que podem advir da qualificação são: a) recebimento de doações de pessoas jurídicas, dedutíveis do imposto de renda do doador; b) recebimento de bens móveis considerados irrecuperáveis; c) recebimento de bens apreendidos pela Receita Federal; d) formalização de Termo de Parceria com o Poder Público, para o fomento e execução de atividades de interesse público, mediante o qual a entidade pode receber recursos e bens públicos[2].

Analisando a Lei nº 91, de 1935, e o Decreto nº 50.517, de 1961, verificamos que a norma que veda a renovação do pedido denegado de concessão do título de utilidade pública antes de decorridos dois anos do indeferimento consta apenas do art. 3º do referido Decreto, não havendo dispositivo sobre o tema na Lei nº 91, de 1935.

---

[1] Nesse sentido, Paes, José Eduardo Sabo. *Fundações e entidades de interesse social. Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. 5ª ed. Brasília Jurídica, 2004. p. 559.

[2] Conforme consignado no Manual de Entidades Sociais do Ministério da Justiça, organizado por José Eduardo Elias Romão. 1ª Ed. Brasília, dezembro de 2007.

Trata-se, pois, de decreto que exorbita do poder regulamentar, razão pela qual entendemos que o meio adequado para a supressão da norma acima mencionada é a aprovação de decreto legislativo que suste o referido dispositivo, nos termos do art. 49, V, da Constituição, que assim preceitua:

> **Art. 49**. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
>
> .....
>
> V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
>
> .....

Diante do exposto, enviamos em anexo minuta de projeto de decreto legislativo, conforme sugerido. Permanecemos à disposição do Senador solicitante para quaisquer outras informações.

Consultoria Legislativa, 13 de agosto de 2009.

Flávia Cristina M. Magalhães
Consultora Legislativa

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 26/08/2009.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, com sede no município de Balsas, no Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Sul Maranhense, com sede no município de Balsas, no Estado do Maranhão.

Art. 2º A universidade terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da universidade serão definidas em estatuto e nas normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º A criação da universidade subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre os objetivos fundamentais e permanentes da República Federativa do Brasil, a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais apresentam tamanha relevância que se encontram previstos no art. 3º da Constituição Federal.

A expansão da oferta de vagas no ensino superior público e de qualidade é estratégia que auxilia o Estado brasileiro a atingir tais desideratos, sobretudo nas ocasiões em que a referida diretriz constitucional seja pensada a partir da perspectiva das desigualdades regionais brasileiras, com vistas a se compensar as populações de unidades federativas em maiores dificuldades socioeconômicas.

O Maranhão, portanto, na qualidade de Estado com baixa renda *per capita* e histórica dívida socioeconômica, apresenta todas as condições para ser o destinatário privilegiado da União em todo e qualquer projeto de expansão da rede pública de ensino superior.

O município de Balsas herdou seu nome do antigo município de Santo Antônio das Balsas, mediante o decreto-lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943. Com 13.141 Km2 e cerca de 80 mil habitantes nos dias atuais, Balsas apresenta excelente perfil para a instalação de nova universidade federal que auxilie no desenvolvimento da sociedade local.

Vale ressaltar que o município localiza-se na mesorregião sul maranhense, com 19 municípios distribuídos em três microrregiões: a) Chapadas das Mangabeiras, englobando Benedito Leite, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Nova Colinas, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas e São Raimundo das Mangabeiras; b) Geraldo de Balsas, em que Balsas figura ao lado de Alto Parnaíba, Feira Nova do Maranhão, Riachão e Tasso Fragoso; e c) Porto Franco, que congrega Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Porto Franco, São João do Paraísoe São Pedro dos Crentes.

O surgimento de uma universidade federal em Balsas, portanto, resultará tanto na melhoria de vida dos balsenses quanto na dos tantos munícipes da mesorregião, em um Estado que necessita de fomento para que os marenhenses tenham melhores oportunidades de formação pessoal e de emprego formal no mercado de trabalho.

Há, portanto, necessidade de uma nova universidade federal autônoma no sul maranhense, amparada na política de interiorização e descentralização do Ministério

da Educação, manifesta na criação de diversas novas instituições em condições semelhantes à que vislumbramos para a região.

Contamos, portanto, com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do projeto de criação da Universidade Federal do Sul Maranhense.

Sala das Sessões,

Senador **LOBÃO FILHO**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal - Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 26/08/2009.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 360, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, no Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de São Miguel do Guamá, no Estado do Pará.

Parágrafo único. Com o objetivo de exercer a atribuição prevista no caput, o Poder Executivo fica autorizado a:

I - criar os cargos de direção e funções gratificadas necessárias à instituição da entidade;

II - dispor sobre a organização, competências, atribuições, denominação das unidades e cargos, suas especificações, funções e funcionamento da Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, inclusive sobre o processo de sua implantação;

III - lotar na Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá, mediante criação, transferência e transformação de cargos efetivos vagos dos quadros de pessoal dos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, aqueles que se fizerem necessários ao funcionamento da instituição.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de São Miguel do Guamá será uma instituição de ensino profissionalizante de nível médio, destinada à formação de técnicos do setor Oleiro-Cerâmico e de técnicos na área de meio ambiente para atender às necessidades socioeconômicas da região do Guamá.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Município de São Miguel do Guamá tem forte tradição Oleiro-Cerâmica, com a presença de cinqüenta indústrias do setor, gerando aproximadamente 3.000 empregos diretos e inúmeros indiretos. É o maior parque oleiro-cerâmico da região norte do país; Faz-se extremamente necessária a diversificação da produção local, voltando-se também para revestimentos, pisos, louças, panelas, etc. O artesanato cerâmico é pouco explorado e possui grande potencial de expansão.

A extração de argila, matéria prima para tijolos e telhas, causa um grande impacto ambiental, na forma de vastas áreas alteradas e degradadas. Essas áreas poderiam ser utilizadas para produção aqüicola. As indústrias utilizam também grande quantidade de lenha, o que contribui para a devastação ambiental do município e da região. Contudo, o setor tem buscado alternativas ambientalmente corretas, utilizando pó de madeira e caroço de açaí para a queima de seus produtos.

Diante de tais circunstancias se faz extremamente necessária a criação de uma escola técnica profissionalizante no município, para formar profissionais capacitados, em condições de contribuir e enfrentar as grandes demandas e os desafios regionais, e que

possam colaborar para um setor oleiro-cerâmico muito mais produtivo e diversificado e para a mitigação dos sérios problemas ambientais do município e da região.

A Escola Técnica Profissionalizante São Miguel do Guamá terá como objetivo a formação de técnicos do setor oleiro-cerâmico e de técnicos com qualificação em Gestão Ambiental para atuar em programas e projetos de recuperação e reaproveitamento das áreas degradadas e alteradas, assim como para atender a demanda regional do manejo e recuperação de florestas. Vale ressaltar que a região é potencial produtora e exportadora de madeira, que poderia ser industrializada e transformada em moveis e artefato de madeira, destinando-se somente o subproduto (lenha e serragem) para queima dos produtos do setor oleiro-cerâmico.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos Pares a este projeto.

Sala das Sessões,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, 26/08/2009.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 361, DE 2009

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para isentar do imposto de renda das pessoas físicas o ganho de capital obtido na alienação de imóvel residencial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 39.** Fica isento do imposto de renda o ganho auferido por pessoa física residente no País, na venda de imóvel residencial." (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O contribuinte é onerado pelo imposto de competência municipal sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (CF, art. 156, II), toda vez que aliena um imóvel residencial.

A incidência do imposto de renda sobre o diferencial entre a aquisição e a alienação desse imóvel acaba sendo, na prática, uma bitributação, embora juridicamente sejam impostos distintos, com diferentes fatos geradores.

A alienação de imóvel residencial dificilmente se traduz em aumento patrimonial, pois ela acontece para que o cidadão adquira outro imóvel ou para saldar compromissos, dívidas, despesas com saúde, com educação dos filhos etc.

Não é raro que o produto da venda de um imóvel seja usado para atender a tais contingências, ficando o contribuinte obrigado a adquirir, afinal, um imóvel de menor valor onde possa residir.

Releva ainda dizer que, por força do congelamento do valor de aquisição do imóvel, o lucro obtido na venda nada mais é que a inflação acumulada no período. A alteração trazida pela Lei nº 11.196, de 2005, embora tenha representado um pequeno alívio nessa injustiça, ainda é insuficiente para que o diferencial observado no momento da venda seja realmente lucro e não parcela de inflação acumulada.

Por outro lado, a extinção do imposto de renda sobre esse suposto ganho de capital abrirá margem para que os municípios, tão sacrificados na divisão do bolo tributário, possam, eventualmente, aumentar a taxação do imposto de transmissão – embora em proporção bem menor que o ônus representado pelo imposto de renda.

Sala das Sessões,

Senador **EXPEDITO JÚNIOR**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal, de 1988

.....

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

.....

II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

.....

Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005

.....

Art. 39. Fica isento do imposto de renda o ganho auferido por pessoa física residente no País na venda de imóveis residenciais, desde que o alienante, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da celebração do contrato, aplique o produto da venda na aquisição de imóveis residenciais localizados no País.

§ 1º No caso de venda de mais de 1 (um) imóvel, o prazo referido neste artigo será contado a partir da data de celebração do contrato relativo à 1ª (primeira) operação.

§ 2º A aplicação parcial do produto da venda implicará tributação do ganho proporcionalmente ao valor da parcela não aplicada.

§ 3º No caso de aquisição de mais de um imóvel, a isenção de que trata este artigo aplicar-se-á ao ganho de capital correspondente apenas à parcela empregada na aquisição de imóveis residenciais.

§ 4º A inobservância das condições estabelecidas neste artigo importará em exigência do imposto com base no ganho de capital, acrescido de:

I - juros de mora, calculados a partir do 2º (segundo) mês subseqüente ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido; e

II - multa, de mora ou de ofício, calculada a partir do 2º (segundo) mês seguinte ao do recebimento do valor ou de parcela do valor do imóvel vendido, se o imposto não for pago até 30 (trinta) dias após o prazo de que trata o caput deste artigo.

§ 5º O contribuinte somente poderá usufruir do benefício de que trata este artigo 1 (uma) vez a cada 5 (cinco) anos.

Art. 40. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada

por pessoa física residente no País, serão aplicados fatores de redução (**FR**1 e **FR**2) do ganho de capital apurado.

§ 1º **A** base de cálculo do imposto corresponderá à multiplicação do ganho de capital pelos fatores de redução, que serão determinados pelas seguintes fórmulas:

I - **FR**1 = $1/1{,}0060^{m1}$, onde "m1" corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre a data de aquisição do imóvel e o mês da publicação desta Lei, inclusive na hipótese de a alienação ocorrer no referido mês;

II - FR2 = $1/1{,}0035^{m2}$, onde "m2" corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre o mês seguinte ao da publicação desta Lei ou o mês da aquisição do imóvel, se posterior, e o de sua alienação.

§ 2º Na hipótese de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, o fator de redução de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será aplicado a partir de 1º de janeiro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 26/08/2009.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2009

Acrescenta § 2º ao art. 87 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que a pena pelo cometimento de crime hediondo será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até a progressão para o regime semiaberto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 87 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, tornando-se o atual parágrafo único em § 1º:

"**Art. 87**.....

§ 2º No caso de condenação por crime hediondo, a pena será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até que ocorra a progressão de regime." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A realidade que vivenciamos em relação ao sistema carcerário brasileiro é a de que os bandidos continuam atuantes mesmo estando atrás das grades. Diversos crimes como homicídios, sequestros e comércio de drogas e armas são tramados a partir das unidades prisionais, com a utilização de aparelhos de telefonia celular móvel, levados por visitantes.

Um dos fatores que contribui para essa indesejável situação é, sem dúvida, a proximidade das penitenciárias em relação aos grandes centros urbanos. A solução que nos parece viável é estabelecer que, no caso de condenação por crime hediondo, a pena será cumprida inicialmente em penitenciárias federais, geralmente edificadas em locais distantes dos grandes centros.

Cabe registrar que não há óbice ao estabelecimento dessa regra, visto que o art. 86 da Lei de Execução Penal prescreve que "as penas privativas de liberdade aplicadas pela Justiça de uma Unidade Federativa podem ser executadas em outra unidade, em estabelecimento local ou da União".

Acreditamos que essa medida legislativa contribuirá efetivamente para o combate à violência e à criminalidade, especialmente ao crime organizado, comandado a partir das cadeias, razão pela qual conclamamos os nobres Pares a votarem pela aprovação do Projeto que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 26/08/2009.

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 363, DE 2009

Insere artigo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir seleção unificada para os cursos de graduação nas instituições públicas de educação superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inclua-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte artigo:

"Art. 44-A A seleção de candidatos para o ingresso nos cursos de graduação das instituições federais de educação superior será efetuada mediante a aprovação e classificação em exames unificados, realizados semestralmente, no mesmo dia e hora, em todo o País.

§ 1º Os exames previstos no *caput* serão formulados e aplicados por órgão competente do Poder Executivo da União.

§ 2º Os candidatos aprovados poderão, observada a preferência por ordem da classificação obtida, escolher a instituição em que pretendem se matricular, de acordo com o número de vagas previamente ofertadas no respectivo curso." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei em exame trata de uma das questões mais graves da educação brasileira, qual seja, a do acesso aos cursos superiores públicos e gratuitos.

Evidentemente, quem dispõe de recursos financeiros tem praticamente garantido seu ingresso no curso de sua preferência, uma vez que a oferta das instituições privadas abrange todas as áreas de conhecimento e está disseminada em todos os cantos do País.

Já os estudantes oriundos de famílias de menor renda, que constituem atualmente a grande maioria dos concluintes do ensino médio, têm enormes dificuldades em pagar os estudos superiores, bem como de disputar as vagas nas universidades públicas, cujos exames vestibulares são cada vez mais competitivos e elitizados, por conta dos conteúdos exigidos, como conhecimento profundo de língua estrangeira, praticamente inacessível aos brasileiros pobres.

O atual sistema de exames vestibulares de iniciativa de cada universidade pública, ou de grupos delas, resulta em duas claras incongruências. Primeiro, a sobra de vagas, pois nem sempre as datas de matrícula se alinham às escolhas dos candidatos aprovados em mais de uma instituição, de modo que os ingressantes forçosamente abrem mão de seus direitos.

Segundo, o sistema dá azo à concorrência desleal, pois os candidatos de maior poder aquisitivo acabam tendo oportunidade de prestar exames consecutivos, no mesmo semestre, em várias instituições geograficamente distantes, enquanto os outros se limitam a se submeter a um único processo seletivo, no seu Estado de origem.

É bem verdade que o Ministério da Educação está maturando a ideia de transformar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em prova de acesso aos cursos de graduação, o que poderia, na opinião de alguns, reduzir a importância do presente projeto.

Penso exatamente o contrário. Cabe ao Poder Legislativo, que teve a iniciativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1988, com base no capítulo da Constituição sobre a educação, o dever de discutir suas questões e também de coordenar o debate nacional sobre assunto de tal relevância.

Está em jogo a democratização do acesso ao nível superior de nossa educação pública, cujas vagas em cursos mais nobres ainda são maciçamente ocupadas pela elite econômica de nosso País. O presente projeto de lei quer colocar em prática o

princípio da igualdade de oportunidades para o acesso e permanência na educação superior, em respeito ao art. 206 da Carta Magna.

Associado o presente projeto ao necessário aumento de vagas nas universidades e instituições federais de ensino, bem como nos estabelecimentos gratuitos mantidos por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, temos certeza de que estamos contribuindo não somente para o debate, como pela construção da educação brasileira de qualidade, tanto no nível básico quanto no superior.

Sala das Sessões,

Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

.....

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 26/08/2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos lidos serão publicados.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2009

Da nova redação ao inciso IV. do art. 37 da Constituição, para determinar o direito à posse no cargo público da pessoa aprovada em concurso público dentro do número de vagas determinado pelo edital.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O inciso IV do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. .....

.....

IV – durante o prazo de validade previsto no edital de convocação do concurso público, aquele aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos, dentro do número de vagas definido no edital, tem direito à nomeação para assumir cargo ou emprego público, na carreira, vedada a convocação de aprovado em novo concurso enquanto o anterior não houver expirado;

..... (NR)

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das principais contribuições da Constituição de 1988 à construção da democracia brasileira e, no processo democrático, para a edificação de um Estado eficiente, que supere a pesada herança do patrimonialismo e de todas as suas mazelas, é, sem qualquer dúvida, o instituto do concurso público como o caminho único e exclusivo por meio do qual se pode alcançar a titularidade de um cargo público efetivo.

O Estatuto Magno previa originariamente – e o seu texto formal ainda prevê – que o aprovado em concurso público será convocado para assumir o cargo com prioridade sobre aquele que vier a ser aprovado em concursos posteriores, e sempre será respeitada a ordem de colocação dos aprovados.

Mas a aprovação em concurso público conferia à pessoa apenas a expectativa de direito, não o direito subjetivo à posse no cargo, conforme o entendimento pacífico tanto da doutrina como da jurisprudência.

Entretanto, e após duas décadas de amadurecimento, o Poder Judiciário vem alterando o seu entendimento, mediante algumas decisões do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, para definir que o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, desde que situado dentro das vagas estabelecida no edital convocatório do certame, tem direito subjetivo à posse no cargo, e que tal direito deve ser exercido até o último dia de validade do concurso público respectivo.

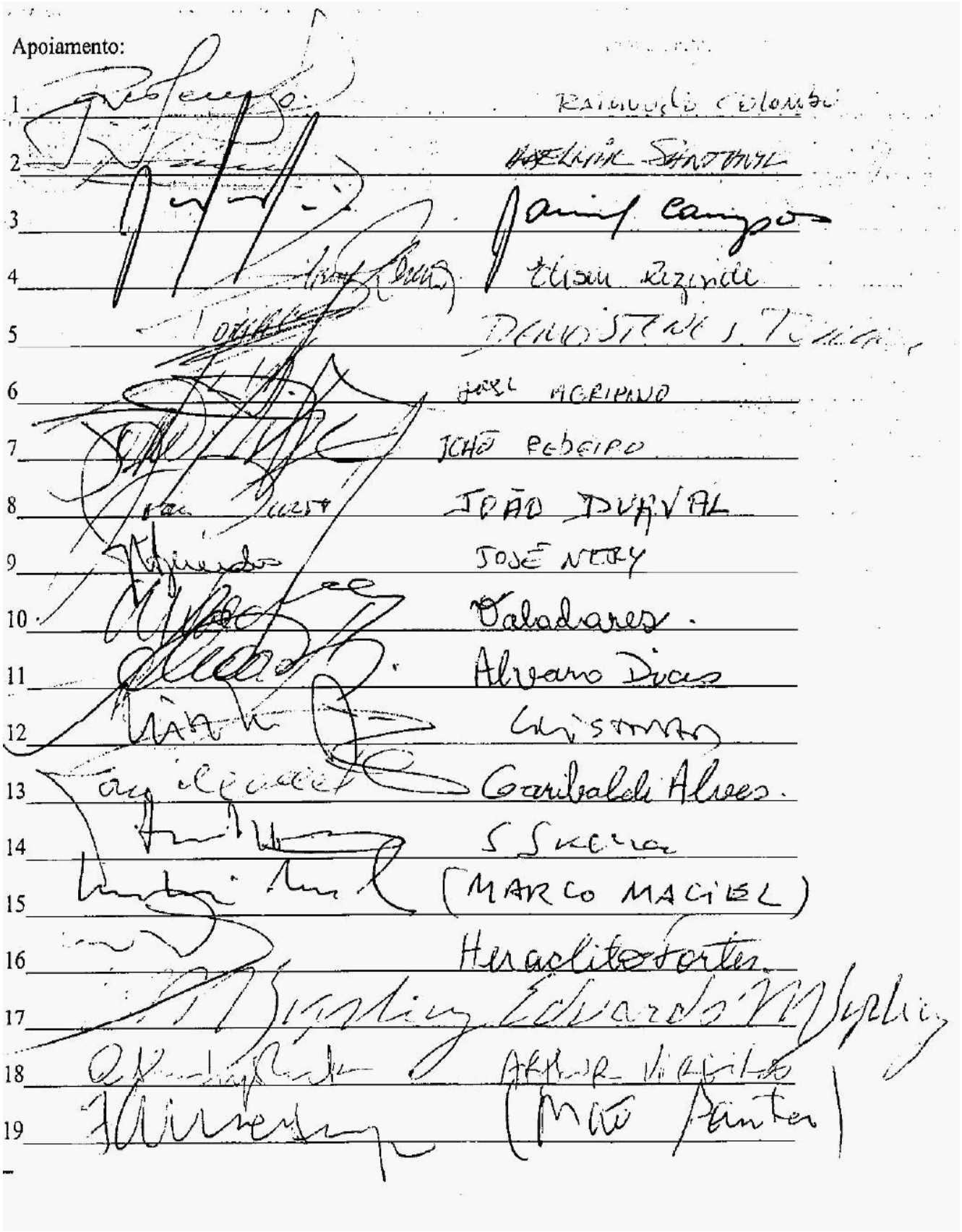
Com efeito, a administração pública, ao lançar um edital convocatório de concurso público, pode fazê-lo para constituir um quadro de reserva de determinado órgão, ou para preencher uma determinada quantidade de vagas existentes em um órgão ou qualquer ente de sua estrutura. Nesse último caso, em que o número de vagas é estipulado no edital convocatório e, de fato, encontram-se desprovidas quando da divulgação do edital, torna-se razoável o entendimento de que a administração, ao assim proceder, obriga-se à convocação de alguns dos aprovados no concurso. Não de todos, por evidente, mas daqueles que lograram situar-se nas posições correspondentes ao número de vagas anunciado.

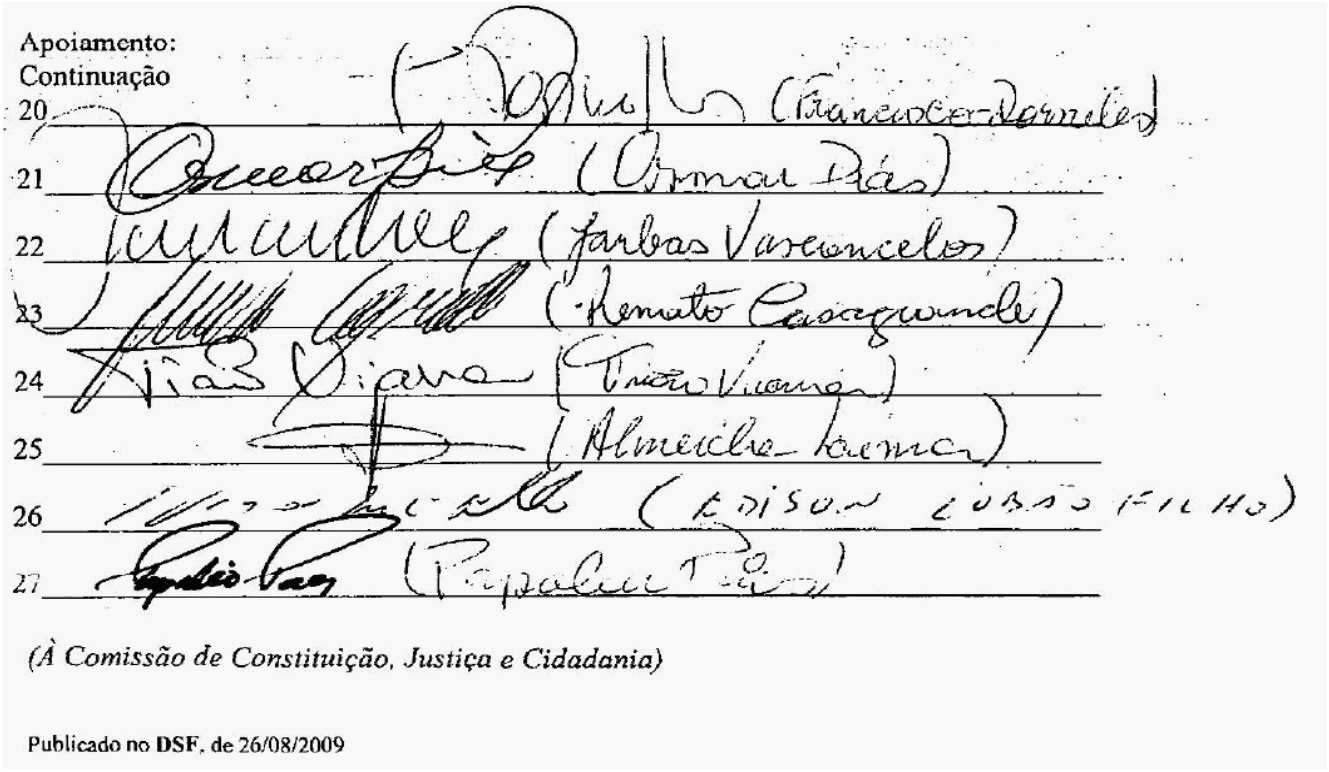
Parece-nos igualmente razoável o entendimento no sentido de que o direito subjetivo do aprovado em concurso público à posse no cargo, ainda que vago, não é de ser exercido de imediato, mas dentro do prazo de validade do concurso público, prazo esse que é igualmente definido no edital convocatório do certame.

Apresentamos esta proposta de emenda à Constituição com o objetivo de assegurar os direitos dos aprovados em concurso público, nos termos aqui definidos, e solicitamos aos eminentes pares a necessária participação e crítica para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2009.

Senadora **ROSALBA CIARLINI**


Apoiamento:
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
(MARCO MACIEL)



(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 26/08/2009

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 51, de 2009**, lido anteriormente, nos termos do art. 235, II, "a", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 150/2009/CE

Brasília, 25 de agosto de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Aprovação de Substitutivo

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Marco Maciel, ao Projeto de Lei Senado Nº 118, de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Hélio Costa, que "Acrescenta o inciso IV ao §4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância."

2. A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art.92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Flávio Arns,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência a expediente lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência a expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2009, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Senadores Alvaro Dias, Mário Couto e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e §2º , do Regimento Interno.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, "Em carta, oposição pede que senador se afaste", publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo,* em sua edição de 07 de agosto de 2009.

A matéria destaca que os partidos de oposição enviaram uma carta ao presidente do Senado, José Sarney, (PMDB), pedindo seu afastamento do cargo para apuração de denúncias contra ele, que vão de nepotismo à contratação de aliados por atos secretos, além do desvio de verbas de uma fundação que leva seu nome. Embora o PT tenha defendido a licença de Sarney em várias ocasiões, o líder do partido no Senado, Aloizio Mercadante (SP), não assinou o manifesto contra o peemedebista.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em carta, oposição pede que senador se afaste

Embora tenha defendido licença de Sarney em várias ocasiões, PT não assinou manifesto

Vera Rosa
Christiane Samarco
BRASÍLIA

Em mais um dia de troca de ofensas e bate-boca no plenário, os partidos de oposição enviaram ontem uma carta ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB), pedindo seu afastamento do cargo para a apuração das denúncias contra ele, que vão de nepotismo à contratação de aliados por atos secretos, além do desvio de verbas de uma fundação que leva seu nome. Embora o PT tenha defendido a licença de Sarney em várias ocasiões, o líder do partido no Senado, Aloizio Mercadante (SP), não assinou o manifesto contra o peemedebista.

A carta de nove linhas foi subscrita pelo PSDB, DEM, PDT, PSOL e também por senadores de partidos da base aliada, como os dissidentes do PMDB Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcellos (PE), os petistas Tião Viana (AC) e Flávio Arns (PE), além de Renato Casagrande (ES), do PSB.

À noite, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) leu o texto na tribuna, diante de Sarney. O documento enfatiza a necessidade do afastamento de Sarney, durante as investigações do Conselho de Ética, "para iniciar a recuperação da dignidade do Senado" e apurar "com credibilidade" todas denúncias.

A oposição convidou Mercadante a assinar a carta, mas ele se recusou, sob o argumento de que as últimas notas do partido, sugerindo a licença de Sarney, eram públicas. Na quarta-feira, o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, chamou Mercadante para uma conversa e pediu a ele que não jogasse mais combustível na crise.

"Não marchamos com a oposição porque temos divergências históricas", disse Mercadante. "Há setores que querem fazer dessa crise um ataque ao presidente Lula para fragilizar a aliança governista e nós não vamos nos prestar a esse papel." O líder do PT negou que o PSDB e o DEM tenham lhe sugerido para engrossar o coro em favor da renúncia de Sarney.

FRASES

Aloizio Mercadante
Senador (PT-SP)

"Não marchamos com a oposição porque temos divergências históricas"

"Há setores que querem fazer dessa crise política um ataque ao presidente Lula para fragilizar a aliança governista e nós não vamos nos prestar a esse papel"

Ao ler a nota na qual a oposição pede a Sarney "um gesto histórico em defesa do Senado e de sua biografia pessoal", Cristovam irritou o peemedebista ao destacar que os aliados dele não queriam a paz. "Eles querem massacrar, destruir e não pensam na história. Pensam apenas na política", bradou. Visivelmente contrariado, Sarney respondeu com ironia: "Obrigado à Vossa Excelência pela sua isenção e pelo zelo que tem com a minha biografia."

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Cargos de afilhados crescem mais", publicada pelo jornal *O Globo,* em sua edição de 07 de junho de 2009.

A matéria destaca que profissionais sem vínculo com o serviço público aumentaram 27,3% no governo Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cargos de afilhados crescem mais

Profissionais sem vínculo com o serviço público aumentaram 27,3% no governo Lula

Regina Alvarez
BRASÍLIA

O discurso de que é preciso reforçar a máquina pública com funcionários de carreira, usado pelo governo para justificar o aumento do quadro e das despesas com pessoal, não se aplica no preenchimento dos cargos de confiança. O número de profissionais sem vínculo com o serviço público com DAS (cargos de Direção e Assessoramento Superior) cresceu 27,3% na atual gestão, passando de 4.250 para 5.411. É bem mais que o crescimento total desses cargos, que passaram de 18.632 em 2002 para 20.616 em 2009, um aumento de 10,6%.

No mesmo período, o número de servidores públicos federais efetivos ocupantes de cargos de confiança cresceu 8,8%. Os concursados eram, em 2002, 12.371 ocupantes de DAS, e passaram para 13.465 em 2009, segundo registros do Boletim Estatístico de Pessoal, editado mensalmente pelo Ministério do Planejamento.

A estatística mostra também que o número de profissionais sem vínculo com o setor público cresceu mais nos cargos mais altos (DAS 3, 4, 5 e 6), cujos salários variam de R$ 4,5 mil a 8,6 mil. Em sete anos, o número de ocupantes de DAS-3 pulou de 580 para 948, um aumento de 63,4%. Os ocupantes de DAS-4 sem vínculo passaram de 652 para 960, aumento de 47,2%. São cargos destinados a coordenadores de áreas nos ministérios. Já os ocupantes de DAS-5 (assessores especiais de ministros, chefes de gabinete) passaram de 240 para 331, aumento de R$ 37,9%. No caso dos DAS-6 (secretários e dirigentes de autarquias), o número de ocupantes sem vínculo passou de 60 para 89, crescimento de 48,3%.

O secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Marcelo Vianna, não vê no preenchimento de cargos de confiança com pessoas de fora do serviço público qualquer contradição em relação à política do governo Lula para o funcionalismo. Na sua visão, o fato de não pertencerem ao setor público não desqualifica os ocupantes desses cargos.

— O cargo é de livre provimento. Nem todo mundo que vem de fora vem para se pendurar num cabide. Tem gente que chega e faz um trabalho excelente, e tem também funcionário público que não quer nada com a hora do Brasil — afirma.

Estudo recente sobre o perfil dos ocupantes de cargos da alta administração no governo Lula — apresentado pela pesquisadora Camila Lamelrão, da Fundação Getulio Vargas, no 2º Congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), em Brasília — identificou um forte engajamento social, político e sindical nesses profissionais. Viana também defende isso:

— É normal que a direção estratégica do governo tenha pessoas vinculadas ao programa político-partidário da coligação que ganhou a eleição — defende.

Boa parte é ligada a partidos e sindicatos

• Baseado em uma amostra dos ocupantes de DAS 5 e 6 e de cargos de Natureza Especial (NE), o estudo mostra que 25,9% desses profissionais são filiados a partidos políticos, sendo que 80% deles declaram ser do PT. No primeiro mandato, os filiados eram 24,8%. A pesquisa mostra também que há um grande contingente de profissionais com filiação sindical — 45% no primeiro mandato e 42,8% no segundo.

A participação desses profissionais em movimentos sociais também é elevada. No primeiro e no segundo mandato, 46% dos pesquisados se declaram militantes desses movimentos. A amostra englobou 302 ocupantes de cargos de confiança no primeiro mandato e 417 no segundo.

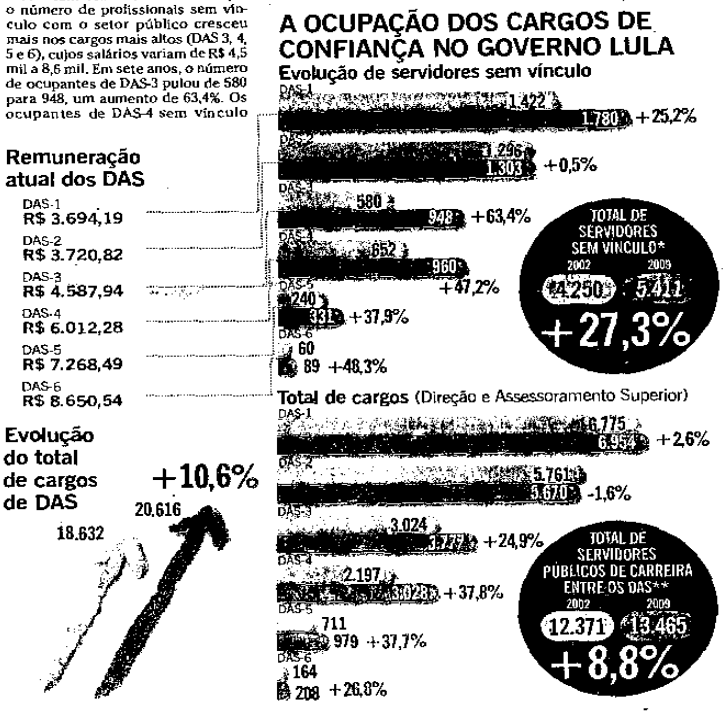
"São diferentes formas de engajamento cívico que, no cômputo geral, fazem desses dirigentes pessoas com forte interface com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil se comparada com a sociedade brasileira em geral. Esta interface deve nos remeter a preocupações teóricas importantes na questão das relações entre Estado e sociedade", afirma o estudo.

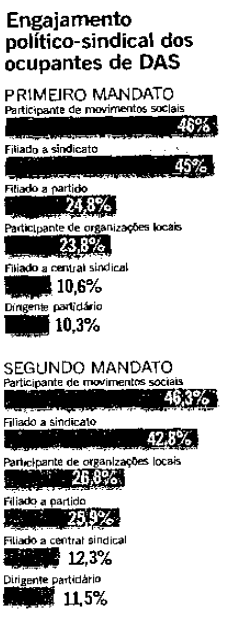
A seguir, expõe as preocupações sobre esse modelo de ocupação dos cargos: "De que forma esse tipo de participação no governo aumenta de fato a presença das demandas da sociedade frente ao Estado? Ou se, ao contrário, esta presença pode representar uma captura da sociedade por representantes junto às esferas estatais, instrumentalizando interesses e necessidades desses grupos em troca de benefícios eleitorais ou de permanência no poder".

A pesquisa mostra que a escolaridade dos integrantes das amostras do primeiro e do segundo governo Lula apresenta semelhanças. "Em torno de 95% de cada amostra é composta por pessoas com nível superior ou pós-graduação. Cerca de 16% possuem como título máximo o terceiro grau, cerca de 30% cursaram alguma especialização e 50% fizeram mestrado ou mestrado e doutorado", revela o estudo.

No segundo governo houve um ligeiro aumento de ocupantes dos cargos da alta administração com escolaridade até o nível médio: eram cinco no primeiro mandato e passaram para 11 agora.

Nas conclusões do seu estudo, Camila Lamelrão afirma que o preenchimento desses cargos se faz recorrendo a lógicas que vão desde competência e confiança até padrões clientelistas: "Como são cargos importantes para o desempenho da máquina pública, assumem papel crucial no sistema decisório. De outra parte, são formas de prestigiar alianças partidárias e sindicais, no caso dos dois governos Lula".





O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não existe melhor maneira de induzir à criação de tensões raciais onde elas não existem que separar as pessoas pela cor da pele ou etnia, criando diferenças de tratamento que ferem os direitos constitucionais dos cidadãos. Não há, na história da humanidade, exemplo de Estado racializado que tenha conseguido promover a harmonia entre seus habitantes e contribuído para a justiça social ao apartá-los em função de tal critério.

Solidariedade, igualdade e equanimidade só podem ser construídas sem divisões raciais. Na verdade, o conceito de raça está hoje totalmente ultrapassado. Pertence ao início do século 20, quando virou moda entre os cientistas, que se dedicavam a elaborar as chamadas "teorias eugênicas", supostamente destinadas a promover o "aperfeiçoamento da raça". No ano 2000, um estudo publicado pelo geneticista Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais, comprovou que, entre os brasileiros, quase não há brancos que não tenham traços negros em seus genes, nem negros que não tenham traços brancos.

Somos, portanto, uma sociedade quase totalmente miscigenada. É óbvio que não faltam formas de racismo em nosso país, algumas delas veladas, mas nenhuma violenta ou radical. Nunca experimentamos, como nos Estados Unidos, até os anos 1960, e na África do Sul, até o fim do apartheid, formas de segregacionismo, sancionadas ou não pelo Estado.

Pois é neste país de mestiços que se quer implantar algo de que, felizmente, fomos poupados até agora – o sistema de cotas raciais. Tramita no Senado um projeto confuso, que mistura cotas sociais e raciais, resultado de anos de acréscimos e modificações que o tornaram praticamente inaplicável.

Distribuir direitos com base na raça não é uma idéia com origens autenticamente brasileiras. A verdade é que as ONGs que lutam pelo sistema de cotas ganham apoio financeiro de fundações norte-americanas, como a Fundação Rockefeller, a Fundação Ford e a Fundação MacArthur. Só a Fundação Ford teria destinado, este ano, segundo noticiaram os jornais, dez milhões de dólares para projetos vinculados à instituição do sistema de cotas no Brasil. São organizações que têm uma visão distorcida do nosso país, por serem oriundas dos Estados Unidos, onde ainda se acredita no conceito de raças, e onde os negros sofreram na pele a dureza da segregação racial, durante muitos anos.

O sentimento de identidade racial não faz parte de nossa cultura, mas corremos o risco de introduzi-lo, e este risco não é pequeno. Os defensores das cotas partem da concepção equivocada de que a cor da pele, e não a pobreza, é o fator que impede o acesso à educação e a melhores empregos. Ao instituirmos o sistema de cotas, estaremos criando um novo contingente de excluídos, o dos brancos pobres. Como os pardos e pretos pobres, eles frequentam péssimas escolas, quando conseguem, e poucos deles alcançam o ensino universitário. Se chegam lá, estão despreparados e, mesmo se formados, enfrentarão um mercado de trabalho competitivo em condições claramente desfavoráveis.

O que estamos fazendo, então? Simplesmente desviando o olhar do foco do problema, e importando um sistema oriundo de um país com formação histórica totalmente diferente do nosso. Como disse há pouco o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, "o negro não entra na universidade por ser negro, mas por ser pobre". Jogamos no lixo o conceito de igualdade determinado pela Constituição, fechamos os olhos para o fato de que a dificuldade de acesso à educação provém da desigualdade social – que não discrimina entre brancos, pardos, pretos e índios – e instituímos uma perigosa ferramenta de tensão social na sociedade brasileira. Será que é isso mesmo o que queremos?

Ações cujo objetivo central seja o de melhorar a qualidade da educação para os brasileiros pobres, não importa a cor da sua pele, são merecedoras de todo tipo de incentivo. Medidas que tenham como meta central facilitar o acesso ao ensino superior, embasado por uma formação prévia de qualidade, para quem não dispõe de recursos, devem ser adotadas sem demora. Mas importar a segregação racial será um desastre do qual teremos muitos motivos para arrependimento no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de 25 de agosto do Senado da República do Brasil, iniciada às 14h, toda ela coordenada pelos nossos Secretários Executivos, Dr. José Roberto e João Paulo., lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 26, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia

Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).*

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

2
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

5
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1995

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995 (nº 3.171/97, naquela Casa), do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.215, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

6
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004 (nº 4.852/2005, naquela Casa), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Exploração Sexual, que *altera o art. 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congênere que reiteradamente hospede criança ou adolescente desacompanhados ou sem autorização).*

Pareceres sob nºs 479 e 480, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com adequações, que apresenta; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide, favorável, acatando as adequações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, consolidadas em texto final que encaminha.

7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2000 (nº 121/99, na Casa de origem, do Deputado Cunha Bueno), que *estabelece a disciplina legal para a propriedade, a posse, o transporte e a guarda responsável de cães.*

Parecer sob nº 1.089, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, fa-

vorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões:

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2003 (nº 1.550/96, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 1.055, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer nº 1.085, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Lobão Filho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2006 (nº 4.681/2004, na Casa de origem, do Deputado Fernando Coruja), que *altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, para adequá-lo à Constituição Federal em vigor (dispõe sobre a vigência das leis estaduais, a homologação das sentenças estrangeiras declaratórias do estado das pessoas e o divórcio realizado no estrangeiro).*

Parecer favorável, sob nº 698, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renato Casagrande.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.*

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, de redação, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.*

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.*

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer nº 1.087, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea "o" do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).*

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei n° 5.700, de 1° de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento).*

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Neuto de Conto.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.*

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

26
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator "ad hoc": Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.230, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Jose Nery), que *altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o inciso I do art. 6º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para atribuir legitimidade às pessoas jurídicas sem fins lucrativos para ajuizarem ações nos juizados especiais cíveis.*

32

REQUERIMENTO Nº 1043, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.043, de 2009, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (isenção*

do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 03 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Ilustre Senador João Pedro, que preside a presente sessão; Srs. Senadores Alvaro Dias, representante do Paraná, e Antonio Carlos Valadares, representante do Estado do Sergipe, Estado do Nordeste, região à qual pertenço, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o ex-Deputado Federal Osvaldo Coelho, que muito perlustrou o Congresso Nacional no exercício de sucessivos mandatos na Câmara dos Deputados, trouxe à minha consideração que colocasse, na agenda do Governo Federal, a execução de uma obra fundamental para o Nordeste brasileiro – a irrigação do chamado Canal do Sertão.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema específico, o Projeto Canal do Sertão Pernambucano, gostaria de referir-me ao Nordeste para cotejá-lo com outras regiões do País.

Sabemos que o Nordeste ainda é, infelizmente, uma região de menor nível de desenvolvimento relativo. O Nordeste possui 28% da população brasileira e responde por somente 12% do PIB Nacional. A população do semiárido é de 41% da população nordestina, e sua economia é inferior a 22% da economia do Nordeste. O PIB do Brasil é de R$13.517,00; o do Nordeste é de R$6.324,00; e o do semiárido é de R$3.828,00 (dados de 2007). O semiárido concentra a maior taxa de analfabetos do Brasil, 22,5%, enquanto a média nacional é de 11,5%. No Sudeste são 6% e no Sul, apenas 5,7%.

O mapa do fim da fome, com dados do Censo de 2000 do IBGE, revela que a pobreza extrema do Brasil é de 33%. No Rio de Janeiro é de 19%; em Pernambuco, 53%; em Petrolina, 40%; e, na região semiárida de Pernambuco, é de 62%, segundo dados também que me foram enviados por intermédio do Deputado Osvaldo Coelho, um grande conhecedor dos problemas do semiárido nordestino e que, a exemplo do seu irmão, o Senador Nilo Coelho, aqui, teve ocasião de defender a necessidade de fazermos obras de irrigação no semiárido nordestino, aproveitando as disponibilidades hídricas do São Francisco, o rio da unidade nacional, como, certa feita, definiu o grande historiador brasileiro, João Ribeiro. De fato, o rio São Francisco praticamente pervaga três grandes regiões do País: começa em Minas Gerais; prossegue, atravessando parte do Centro-Oeste; e, finalmente, o Nordeste do País.

Dos 184 Municípios de Pernambuco, 69 estão localizados no Vale do São Francisco, onde vivem cerca de 3 milhões de pessoas com a renda média menor que R$88,00 por mês.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tão conhecido por todos nós, como sabe V. Exª, Sr. Presidente, é uma média da renda, da educação e da expectativa de vida. Coordenam-se esses três indicadores para que se obtenha daí um índice de desenvolvimento humano, de acordo com as novas metodologias de organismos internacionais, inclusive a ONU, para dar um exemplo

Na região semiárida do Vale do São Francisco, os Municípios apresentam IDH abaixo da média, estando os valores mais altos nas áreas onde há irrigação, e os mais baixos, onde não há irrigação – acho que V. Exª, Senador João Pedro, que é do Amazonas, sabe que essas diferenças ocorrem também na sua região infelizmente. Basta dizer que a expectativa de vida, onde há irrigação, é de 70 anos; onde não há irrigação, é de apenas 56 anos.

É de se perguntar até quando o Governo Federal vai continuar ignorando o semiárido? Até quando vai permitir no País a continuação dessa desigualdade de renda entre pessoas e regiões? Até quando vai ignorar como vivemos?

Diante de tanta dificuldade, o que seria do sertanejo, não fosse a esperança por melhores dias. A propósito da esperança, invoco, da mitologia grega, a estória de Pandora. Diz o mito, como presente de casamento ao marido, Pandora chega trazendo em suas mãos um grande vaso que trouxera do Olimpo. Pandora abre-o diante dele e de dentro, como nuvem negra, escapam todas as maldições e pragas que assolam o planeta. Desgraças que até hoje atormentam a humanidade (no caso do Semiárido nordestino, a ocorrência de secas, falta de trabalho para o sertanejo, a fome, falta d'água, crédito agrícola inadequado para as condições climáticas da região, o êxodo rural, etc.). Pandora ainda tenta fechar o vaso, mas era tarde demais: ele estava vazio com exceção da esperança, que permaneceu presa junto à borda da caixa. Única forma de o homem não sucumbir às dores e ao sofrimento da vida.

Apesar da inclemência da seca, das desigualdades sociais, dos desníveis econômicos, o sertanejo – como disse certa feita Euclides da Cunha, a quem

semana passada homenageamos – é, sobretudo, um forte e, apesar disso, portanto, ele não perde a esperança. E o que nos cabe, como diz o Deputado Osvaldo Coelho, é lutar para que consigamos fazer com que a obra a que estou me referindo, o Canal do Sertão, seja efetivamente iniciada.

Até hoje o nosso sertanejo – recorda com propriedade o Deputado Osvaldo Coelho – vive das expectativas, das esperanças ainda existentes na região de dias melhores, única forma de vencer a adversidade.

O Deputado Osvaldo Coelho foi e é um líder político na região do submédio São Francisco que nunca se acomodou e dedicou praticamente, toda a sua vida à defesa do semiárido, ou seja do seu desenvolvimento, do seu progresso. É dele um projeto em plena execução, que foi a criação da Univasf (Universidade do Vale do São Francisco), a primeira Universidade Federal situada no semiárido, que vem prestando um notável serviço para a melhoria da educação na região, dando condições para que sertanejos possam melhorar o seu nível de renda. . Nada promove mais o homem do que o acesso à educação, e isso permite que o sertanejo possa ter acesso ao ensino superior de boa qualidade e, por esse caminho, melhorar a renda na região. Não podemos, por isso mesmo, deixar de reconhecer esse trabalho do Deputado Osvaldo Coelho realizou, no qual teve – à ocasião eu era vice-Presidente da República – nosso total apoio, e o fato de que a Univasf é hoje uma grande realidade.

Volto, Sr. Presidente, antes de terminar, ao problema do Projeto Canal do Sertão, da Codevasf, que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico social da região oeste do Estado, tendo como vetor a disponibilização da água do rio São Francisco para múltiplos usos, entre os quais, cabe destacar, abastecimento humano, dessedentação animal, agricultura de sequeiro sustentável, pecuária moderna, piscicultura, agroindústria, mineração, turismo e, especialmente – friso novamente –, agricultura irrigada.

De acordo com o mapeamento detalhado de solos, a implantação do projeto vai viabilizar a irrigação de uma área de 200 mil hectares, em um prazo de dez a quinze anos, em uma região que se caracteriza por excelentes terras, e que não estão sendo devidamente aproveitadas para o uso agropecuário.

Sabemos que o valor bruto da produção média anual no perímetro irrigado Senador Nilo Coelho, em Petrolina, é de cerca de R$11 mil e três empregos diretos e indiretos por hectare. Quando em operação, o projeto Canal do Sertão Pernambucano vai gerar uma renda de, aproximadamente, R$2 bilhões por ano e cerca de 600 mil empregos diretos e indiretos.

De acordo com o traçado do sistema adutor, os Municípios a serem beneficiados seriam os seguintes: Casa Nova, na Bahia; Petrolina, Afrânio, Dormentes, Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Santa Cruz, Araripina, Santa Filomena, Ipubi, Bodocó, Exu, Granito, Moreilândia, Cedro e Serrita, todos em território pernambucano.

Sob o ponto de vista histórico, o projeto Canal do Sertão foi concebido, portanto, a partir de um projeto que mereceu prévio tratamento do Presidente da Codevasf, que, na época, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, era o Dr. Airson Lócio. Inspirado nessa idéia do Deputado Osvaldo Coelho e também nos estudos feitos pelo Dr. Eudes de Souza Leão Pinto e com minha participação também, o que se objetiva é justamente melhorar a fisionomia do sertão: as perenizações dos rios Pontal, Garças, São Pedro, Brígida e Terra Nova.

O Projeto – é importante destacar – já conta com um estudo de viabilidade técnico-econômica dos 577 quilômetros do canal e projeto básico dos primeiros 50 quilômetros e da Estação de Bombeamento Principal, o que permite a licitação da obra, a qual ainda não foi realizada pela Codevasf em função da indisponibilidade de limites orçamentários e financeiros.

Sr. Presidente, o Projeto Canal do Sertão tem a característica, de plena viabilidade técnica, econômica e social, e deve, por isso, merecer apoio do Governo Federal para sua execução. Daí também a razão do meu apelo, juntando a minha à voz do Deputado Osvaldo Coelho, porque, embora o Projeto haja sido contemplado no PPA 2004/2007 , sem o ser, contudo, constou do PPA 2008/2011, nada se fez nesse sentido.

Sr. Presidente, a agricultura irrigada tem sido responsável pela dinamização econômica do polo Petrolina-Juazeiro.

O que acontece na região mostra o acerto dos Governos que se empenharam na realização dessas obras. Eu gostaria de lembrar que não somente o Presidente Ernesto Geisel, mas o Presidente Garrastazu Médici, o Presidente João Figueiredo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, também criaram meios para que se desenvolvesse a região do submédio São Francisco, como uma área de grande vocação para a agricultura irrigada e, consequentemente, para melhorar a vida do sertanejo, possibilitando exportar produtos de alta qualidade, elevando, portanto, não somente a renda, mas a condição de vida de todo um sertão que ainda aguarda essas providências.

Sr. Presidente, desejo que o Governo de Pernambuco possa se associar ao Projeto do Sertão, e também lutar pela continuação das obras do Projeto

Pontal e expansão, consequentemente, da área irrigada do Estado.

Quando o Projeto do Sertão for implantado na região oeste do Estado de Pernambuco, a pobreza se transformará em oceano de prosperidade. É o melhor projeto de irrigação, segundo especialistas no assunto.

Eu gostaria de lembrar, encerrando, Sr. Presidente, que a área irrigada pela Codevasf do São Francisco, até o final do Governo do Presidente Figueiredo, correspondia a 46 mil hectares; no Governo do Presidente Sarney, foram irrigados 21 mil hectares; nos Governos Collor e Itamar, foram irrigados sete mil hectares; no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram irrigados 31 mil hectares; no Governo do Presidente Lula, nada foi implantado até a presente data, o que nos faz, portanto, mostrar a necessidade de darmos prioridade ao processo de irrigação no rio São Francisco, para vermos o Nordeste se transformar não somente numa região produtora, mas também produtiva, com condições de o País ser menos desigual e, consequentemente, ter um crescimento mais vertebradamente homogêneo, como aspira a sociedade brasileira.

Muito obrigado a V. Exª.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JARBAS VASCONCELOS NA SESSÃO DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é difícil ter de retornar a esta tribuna, para falar dos absurdos e das tolices que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva insiste em repetir pelos palanques montados no Brasil afora. Palanques montados com o dinheiro público e que a Justiça Eleitoral já deveria ter proibido, há muito tempo.

Mas, também, Sr. Presidente, é extremamente necessário combater as mentiras e os devaneios do atual ocupante do Palácio do Planalto. O problema é que a proximidade do ano eleitoral tem derrubado o nível dos discursos presidenciais, que despencam a olhos vistos. Devo admitir que fica até complicado devolver, na mesma moeda, as sandices lulistas, jogadas ao vento em atos eleitorais travestidos de inaugurações, sob pena de infringir o decoro parlamentar. A última do Presidente foi atacar a Oposição, afirmando: "A Oposição, quando não tem argumento para fazer oposição, é pior do que doença que não tem cura".

O Presidente Lula tem uma memória curta, curtíssima e bastante seletiva, pois ele mesmo foi oposição por 24 anos, das greves do ABC até a sua vitória nas eleições presidenciais de 2002 – já faz tempo. Nesse período, disputou sempre como Oposição e foi contra a Constituição de 1988, combateu o Plano Real e tentou barrar, de todas as formas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para citar apenas esses três exemplos. Em nenhum desses casos, o PT e Lula apresentaram alternativas viáveis. Era sempre a estratégia do "quanto pior, melhor". Mais grave ainda, foram os ataques extremamente agressivos com os quais o candidato Lula atingiu todos os Presidentes da República da década de 1980 até o início deste século. Por isso, chocaram tanto a opinião pública os elogios que Lula, Presidente, fez, recentemente, aos antigos adversários, que hoje são considerados por ele cidadãos incomuns e injustiçados.

Eu tenho aqui, em mãos, Sr. Presidente, frases, colocações e denúncias que o Presidente Lula fez contra o ex-Presidente Sarney, o ex-Presidente Collor e o ex-Presidente Itamar Franco. Não posso repetilas aqui, porque são impublicáveis, e a TV deve estar sendo assistida por menores ou por pessoas idosas, que ficariam profundamente chocadas com o que Lula disse sobre Sarney, Collor e Itamar Franco. Deixo de ler, porque são impublicáveis.

Foram necessários, Sr. Presidente, apenas sete anos no Poder, para o Presidente Lula descobrir a cura para a "doença" da qual ele sofreu por mais de duas décadas. Mas não desejo essa receita, pois o tratamento do Presidente da República inclui esquecer os princípios éticos do passado e ser conivente com irregularidades dos seus aliados. Esse remédio milagroso eu rejeito.

O Presidente Lula, é necessário que se diga desta tribuna, precisa respeitar a Oposição. Não siga os passos dos seus aliados, Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, que tentam, de todas as formas, esmagar a oposição democrática em seus países. Não se esqueça de que muitos daqueles que o senhor hoje agride estiveram ao seu lado em períodos obscuros da sua vida e da vida do Brasil. V. Exª, Senhor Presidente Mão Santa, vez por outra, tem dito aqui que já votou, inclusive, em Luiz Inácio Lula da Silva, em um dos pleitos à Presidência da República.

É extremamente preocupante, quando vemos o Presidente da República reiteradamente criticar os Tribunais de Contas, a imprensa e os Partidos de Oposição. O sentimento que passa é o de que ele gostaria de ser um ditador, sem qualquer questionamento, sem qualquer crítica.

Repito o que já disse em outras oportunidades: a unanimidade é burra, e a busca por ela escreveu algumas das páginas mais negras da história da humanidade.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Presidente Lula é o principal responsável pela mediocridade da política brasileira neste momento. Não é coincidência o fato de o Congresso Nacional enfrentar as suas maiores e mais profundas crises exatamente durante a passagem de Lula pelo Palácio do Planalto.

Nunca antes na história deste país um Presidente interferiu tanto no Legislativo quanto Luiz Inácio Lula da Silva. Foi ele quem chegou a afirmar que existiam lá na Câmara dos Deputados trezentos picaretas.

O Presidente Lula afirma que a oposição não tem projeto. E qual foi o projeto do PT, Senador Mão Santa? A verdade é que as duas pernas do Governo Lula vieram do Governo Fernando Henrique Cardoso. Falo da política macroeconômica, que ele seguiu de forma até obstinada, e do Programa Bolsa Família, que nada mais é do que a união das diversas políticas de renda mínima criadas todas na década de 1990.

Sr. Presidente, outro exemplo da forma cínica – não faz mal nenhum dizer esta palavra – com a qual o Presidente da República faz seus discursos é a citação dele sobre Pernambuco, afirmando que "por décadas e décadas" as mesmas famílias dominam a política do meu estado. Mentira, cinismo, lorota do Presidente da República. Repito: Mentira, cinismo e lorota do Presidente da República. É uma mentira deslavada. Pernambuco sempre teve uma política polarizada, na qual um mesmo grupo nunca passou mais de oito anos à frente do Governo, com exceção do período autoritário pós-1964.

Por providencial coincidência, Lula se esqueceu de citar o Maranhão, que é o caso mais exemplar de um Estado dominado por uma única família. A amnésia presidencial também fez com que ele não lembrasse que os Estados citados no seu discurso, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, todos são governados por aliados seus.

No entanto, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Presidente Lula está correto ao afirmar que "quanto mais as pessoas sérias se afastam da política, mais picaretas vão entrar nela". O problema todo, o Presidente Mão Santa sabe disso, o Senador Cristovam sabe disso, Mozarildo Cavalcanti sabe disso, o problema é que os picaretas hoje estão na base de apoio do Governo Lula e são responsáveis por alguns dos episódios mais grotescos da história recente da política brasileira.

V. Exª quer apartear, Senador Cristovam? Com muita honra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Na hora que V. Exª quiser.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Agora, pode ser agora.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Jarbas, seus discursos sempre são contundentes e de uma lógica difícil de rebater. Eu lamento que não haja aqui Senadores – que eu esteja vendo – ligados de fato ao Governo para contestarem ou tentarem contestar. Eu quero dar aqui duas opiniões favoráveis. De trás para frente, primeiro, em relação às políticas do Governo Lula serem a continuação de políticas anteriores. Não há dúvida alguma. E, por um lado, correto! E temos de elogiar o Presidente Lula quando ele manteve a responsabilidade econômica, que, até um ou dois anos antes da eleição, o PT não defendia. Eu quase fui expulso do PT – era seu filiado – quando disse em 1998 que, se o candidato Lula fosse eleito, deveria manter o Malan por 100 dias no Ministério da Fazenda, para garantir uma transição sem a qual a desconfiança levaria à quebra da economia nesse mundo em que se vive, das ilusões da economia, o que provou a crise do ano passado, que dura até hoje. Quando acabou a ilusão, houve uma quebra. Então, ele teve a responsabilidade. No caso das políticas sociais, eu queria fazer um esclarecimento. De fato, o que ele fez foi juntar as políticas que existiam, o que foi muito negativo, como eu vou dizer; e ampliar o número dos beneficiados, o que foi positivo. Ou seja, é um governo mais generoso, do ponto de vista das massas pobres, do que o anterior. Mas nem um pouquinho mais transformador, e até, em certo ponto, retrógrado, porque o Bolsa Escola era um programa educacional; funcionava como uma escada de ascensão social para os pobres. O Bolsa Família é uma rede de proteção social: impede que os pobres caiam na miséria, mas não permite a ascensão, porque ninguém vai ascender com R$150,00 R$200,00, R$300,00, R$500,00 por mês. Você vai ascender é com o Segundo Grau completo. Então, houve um retrocesso na concepção dos programas sociais. Daí eu ter dito, numa troca de ideias com a Senadora Marina, quando ela disse que saiu errada uma frase dela de que o Presidente Lula não tinha sensibilidade social: "Você não está errada. O Presidente Lula não tem sensibilidade social. Ele tem uma alta sensibilidade assistencial".

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – E eleitoral.**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Eu nem vou entrar nesse detalhe. Mas, mesmo se não houvesse o eleitoral, o que existe realmente é assistencial. Isso não é negativo, mas não é suficiente; é positivo, mas não é progressista, não é revolucionário, não é transformador. Então, de fato, ele continuou de

uma maneira maior, mas de uma maneira pior. Veja bem: em termos de quantidade, muito bem; em termos de qualidade, não. Só o fato de tirar a escola e botar família já foi um desastre, porque, antes, Senador Jarbas, a mãe ia buscar o dinheiro, dizendo "eu recebo este dinheiro porque meu filho vai à escola". Agora, ela vai, pensando "eu recebo este dinheiro porque minha família é pobre". Houve uma mudança no caminho que a gente seguia, de dizer que a escola era importante para as camadas pobres. Outro ponto com o qual estou de acordo também com o senhor é que o Presidente Lula assumiu a posição como se estivesse acima dos três Poderes, acima dos partidos, acima das ideias. Aí, ele provocou um retrocesso ideológico muito sério neste País. Nós vamos levar 10 ou 20 anos para recuperar o clima de debate que nós tivemos nos anos 60, nos anos 70, até os anos 90. Hoje, os intelectuais não propõem, não contestam, estão no que a Marilena Chauí chamou de "silêncio reverencial", o que, para mim, é uma contestação. Silêncio não combina com intelectual. Intelectual silencioso é intelectual morto e se não escreveu nenhum livro, porque, se ele escreveu um livro, nem depois de morto ele silencia. Então, ele conseguiu paralisar os sindicatos, os movimentos sociais, desmoralizar os partidos, inclusive o mais forte de todos e o que carregava mais esperança de todos, que era o PT. Acho que a gente tem de reconhecer isso. Hoje, para concluir, ele está criando um problema sério: está sendo tratado como um semideus, ou um deus. Ele não é tratado mais como um líder. Quando a gente vê o Senador Mercadante aqui, dizendo: "Não posso recusar nada ao Presidente Lula.", é porque ele está tratando o Presidente Lula como um deus. Até aos líderes a gente recusa coisas. E a minha sensação é a de que o Senador Mercadante não renunciou porque o PT não quer renunciar ao presente. É um Partido prisioneiro do presente, não consegue olhar a longo prazo, o futuro. É prisioneiro de um presente chamado governabilidade. O Mercadante – é triste – apenas refletiu o que é o PT hoje: um partido prisioneiro do presente. Nem carregou os princípios que tinha no passado, nem manteve os sonhos que tinha para o futuro; ficou preso no presente – dos cargos, das vantagens, da governabilidade. Ficou preso. E eles não vão conseguir... Quando assisti ao discurso de Mercadante, no começo, eu fiquei entusiasmado achando que ele iria dizer: "renuncio à Liderança e vou assumir, agora, a liderança de um movimento para mudar o PT, para retomar os princípios do passado e carregar os sonhos do futuro". No final, foi aquela decepção, em que ele disse que não podia renunciar porque o Presidente Lula pediu. Então, parabenizo a ênfase de seu discurso e faço esses dois comentários. No que se refere à figura do Presidente Lula na política: ele provocou um retrocesso ideológico e político pela desmoralização do Congresso, basta dizer que o nosso Presidente aqui é Ministro hoje, não é Presidente, é Ministro – isso aqui está virando um anexo do Planalto. Ao mesmo tempo, os partidos se desmoralizaram, os movimentos sociais se acomodaram, os intelectuais se calaram, os estudantes são patrocinados. Vai ser muito difícil a gente retomar o clima de debate que tivemos durante os últimos cinquenta anos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – V.Exª como sempre toca em pontos importantes. Primeiro, dá ênfase à questão da mediocridade que toma conta do País. E faz isso com muita competência, com muita clareza. Segundo, nunca vi V.Exª se colocar em posição diametralmente oposta à questão da inclusão social promovida por Lula, ou ao aumento da inclusão social; só que ela vem sendo feita de maneira assistencialista. O Bolsa Escola tinha um sentido e tinha um objetivo; o Bolsa Família tem um sentido muito mais assistencialista. Eu não questiono que o sentimento do Presidente de querer ajudar, pode ser verdadeiro. Em terceiro lugar, Senador Cristovam, a questão que Lula fez com relação a manutenção da política econômica do governo, que foi importante, pois o País não foi submetido a nenhuma aventura. Aquela coisa de não pagar dívida externa que era bandeira do PT, ele deixou de lado. E seguiu, algumas vezes, de forma mais ortodoxa do que a política econômica do Ministro Pedro Malan, no governo de Fernando Henrique Cardoso. De forma que seu aparte, como sempre, é muito oportuno e enriquecerá o nosso pronunciamento.

Ouço, com alegria, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Jarbas, como sempre, V. Exª faz um pronunciamento sereno, mas profundo, no que tange à análise do comportamento do Presidente Lula, seja como político, seja como administrador, seja em sua trajetória de sindicalista até chegar à Presidência da República.

Eu quero me ater a um ponto que V. Exª colocou, até porque, em parte, eu o vivenciei: eu fui Constituinte e me surpreendi quando ouvi o Presidente Lula se referir a uma Constituição que ele não assinou e que, ao assumir a Presidência, ele jurou, e jurou novamente no segundo mandato. Como entender a ideia dele de fazer uma homenagem aos ex-Constituintes? Eu não fui, Senador Jarbas...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Fez muito bem.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Não fui porque não me incluía e não sou parte daqueles trezentos picaretas que ele mencionou. Mas, como ele

não nominou os trezentos picaretas, eu me recusei a receber essa medalha. Eu considerei essa premiação uma falsidade: se ele não acreditou na Constituição que foi feita, se ele disse que, dos 513 Deputados, trezentos eram picaretas, por que a medalha? Mas o Presidente Lula tem, realmente, uma capacidade de comunicação maior que a do Chacrinha. Aliás, ele capta frases interessantes. Ele, pegando uma do Raul Seixas, disse que agora ele é uma metamorfose ambulante. Só que ele está confundindo essa metamorfose ambulante: o Raul Seixas queria dizer que queria sempre melhorar, evoluir, não ficar apegado a ideias preconcebidas. Mas o Presidente Lula, não. É um negócio bipolar: um dia ele diz uma coisa, amanhã ele diz outra; hoje ele está num sentido, amanhã está noutro. É um zigue-zague mental que eu não sei se é proposital ou se decorre de algum tipo de anomalia. O certo, como disse o Senador Cristovam, é que essa confusão que ele faz nas suas falas funciona para as pesquisas, mas é um prejuízo enorme para o País, é um prejuízo enorme para as gerações jovens que querem ver este País realmente avançar e não apenas patinar em torno de uma ideia só, que é a ideia assistencialista.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Muito obrigado Senador Mozarildo, V. Exª que tem sempre, com atenção, com assiduidade aqui no Plenário, combatido esses desvios de prática e de conduta do Governo Lula. Sempre tem feito de forma oportuna e de forma também contundente. A verdade é que o País passa por um período de muita mediocridade e o Presidente da República tem todo o interesse de manter essa mediocridade, porque dela, ele tira proveito.

Senador Alvaro Dias, com muita alegria.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Jarbas Vasconcelos, eu gostaria de aplaudi-lo pelo pronunciamento, como sempre fruto de reflexão. Quando o discurso é escrito, ele é maduro e refletido. Esta é, sobretudo, a razão do discurso escrito: para evitar eventuais arroubos. V. Exª tem maturidade política e muita consciência e escreve porque sabe o que está escrevendo. E considero um ponto alto da reflexão de V. Exª a referência que faz à mentira. A mentira foi se transformando, no Governo Lula, em arma para a blindagem dos equívocos governamentais, dos ilícitos governamentais praticados. O sonho do Governo é ver a mentira como uma espécie de sentença judicial de absolvição para os ilícitos praticados. Esse império da mentira é um desrespeito à população brasileira. É surpreendente ver a passividade de certos segmentos em relação a esse comportamento do Governo, que é um comportamento absolutamente insincero, é um comportamento farisaico, um comportamento desrespeitoso. Temos o dever de denunciá-lo, e V. Exª faz isso com muita competência. Parabéns a V. Exª.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Senador Alvaro Dias, fora todos os seus atributos, V. Exª tem sido aqui, sem nenhuma dúvida, uma das pessoas que, com mais clareza, com mais perseverança, tem enfrentado a questão das mentiras do Governo Lula – que engloba tanto o Lula, quanto a Chefe da Casa Civil, a candidata Dilma Rouseff. V. Exª sempre tem mostrado as entranhas do Governo, abordando assuntos como os excessivos gastos com o cartão corporativo e as irregularidades cometidas pela Petrobras, além de tantas outras questões que V. Exª tem perfilado desta tribuna. V. Exª tem colocado com toda clareza os desvios de conduta do Governo Lula. Isso é mérito de V. Exª.O Presidente Lula tem o toque de Midas ao contrário quando se trata de política. Sua passagem de oito anos pelo Governo vai legar um quadro político-partidário mais fragmentado e, o pior de tudo, com a implosão ética do único partido brasileiro que merecia esta classificação: o Partido dos Trabalhadores. O PT foi sacrificado no altar da aliança do Presidente Lula com o PMDB para apoiar a candidatura da Ministra Dilma Roussef. Para manter os espaços dos "companheiros" na máquina pública federal, o PT abriu mão das suas virtudes e jogou no lixo da história sua trajetória de luta e de combate à corrupção, como disse na semana passada o Senador Flávio Arns.

O PT hoje é uma sublegenda do lulismo. O PT hoje vai a reboque do seu líder maior, seguindo os passos do Partido Justicialista da Argentina, que durante décadas se confundiu com os interesses de Juan Domingos Perón.

Infelizmente, Senador Mão Santa, esse comportamento do Presidente Lula o aproxima dos caudilhos latino-americanos.

Resta torcer para que os brasileiros não aceitem passivamente esse estado de coisas; que percebam que o futuro do Brasil não depende apenas dos bons resultados da economia e da implantação de políticas compensatórias.

A política é o terreno da esperança, da mudança de práticas e de costumes ultrapassados. É por essa razão que a herança política do Presidente Lula é tão perversa e tão negativa, em especial para as gerações mais novas.

Os jovens devem saber que a política não é o terreno da esperteza, da mentira e do cinismo, como sugere o comportamento do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
S/PARTIDO - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,22)	1. João Pedro (PT-AM) (19)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (24)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (23)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:
1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 15/05/2009
Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (1)
Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:
1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
2. Eleito em 14.07.2009.
3. Designado em 14.07.2009.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo final: 31/08/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3511
Fax: 3303-1176
E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (S/PARTIDO) (1)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) (2)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PT)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) (3)	1. Senador Gerson Camata (PMDB) (3)
Senador Neuto De Conto (PMDB) (3)	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (3)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3)	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) (3)
Senador Valter Pereira (PMDB) (3)	4. Senador Paulo Duque (PMDB) (3)
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:
1. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PMDB) (1)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (2)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Tião Viana (PT)
Senador Renato Casagrande (PSB)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres (1,2)

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009, QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

PRAZOS[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER FINAL: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.
[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (38)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)
Delcídio Amaral (PT) (36)	2. Renato Casagrande (PSB) (33)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (41)	4. Ideli Salvatti (PT) (39)
Marcelo Crivella (PRB) (40)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Expedito Júnior (PR) (4,28)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (31)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) (58,61)
Gerson Camata (PMDB) (67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (55)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) (57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
VAGO (68)	7. VAGO (68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,42)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (49)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) (45)
Jayme Campos (DEM) (13,47)	6. José Agripino (DEM) (5,51)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	7. Alvaro Dias (PSDB) (26)
João Tenório (PSDB) (24)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27)
Tasso Jereissati (PSDB) (23)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (25,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,17,26)	1. Fátima Cleide (PT) (33)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (34)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (31)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (28,59,61)	6. VAGO (28)
Renato Casagrande (PSB) (28,60,64)	7. José Nery (PSOL) (28,63,65)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (56,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (52)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (57)
Paulo Duque (PMDB) (6,49)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (50)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (53)
Mão Santa (PMDB) (48)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (41)	1. Heráclito Fortes (DEM) (37)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	2. Jayme Campos (DEM) (40)
Efraim Morais (DEM) (12,15,42)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,39)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,44)	5. Marisa Serrano (PSDB) (20,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (23,66)	6. João Tenório (PSDB) (25)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (22,45)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (18,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
29. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
37. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
40. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)
VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (6)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4)
Papaléo Paes (PSDB) (11)	2. João Tenório (PSDB) (2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (5)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (8)	1. Paulo Duque (3)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marina Silva (S/PARTIDO) (39,70,81)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,31)
Aloizio Mercadante (PT) (10,33)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (39)	3. Marcelo Crivella (PRB) (30)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,75)
Ideli Salvatti (PT) (39)	5. César Borges (PR) (35,52)
Expedito Júnior (PR) (37,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,32,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,64)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (55,63)
Gilvam Borges (PMDB) (62,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,65,78)
Francisco Dornelles (PP) (56,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,67,76)
Valter Pereira (PMDB) (3,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,59,69)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,57,66)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (46)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,45)
Alvaro Dias (PSDB) (27,71)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Sérgio Guerra (PSDB) (26,74)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (29,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,73)
PTB (7)	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (11,13,22)	1. Flávio Torres (12,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
12. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (73,74)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Flávio Arns (PT) (38)	1. João Pedro (PT) (1,32)
Augusto Botelho (PT) (38)	2. Ideli Salvatti (PT) (30)
Fátima Cleide (PT) (38)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,35)
Paulo Paim (PT) (38,48,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (37,67)
Marina Silva (S/PARTIDO) (36,76)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Expedito Júnior (PR) (31)	7. VAGO (37)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (58)	1. Romero Jucá (PMDB) (56)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,59,70,72)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (56)
Gilvam Borges (PMDB) (55)	3. Pedro Simon (PMDB) (56)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (64)	4. Neuto De Conto (PMDB) (60)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (57)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,53)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63)
VAGO (54,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (62)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (47)
Marco Maciel (DEM) (44)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,46)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,43)	3. Jayme Campos (DEM) (41)
Heráclito Fortes (DEM) (45)	4. Efraim Morais (DEM) (49)
José Agripino (DEM) (13,52)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (42)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (23)	7. VAGO (25,69,75)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	8. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (24)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (29)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,50)	1. João Vicente Claudino (50)
Romeu Tuma (50)	2. Mozarildo Cavalcanti (50)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
32. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
50. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (S/PARTIDO) (7,26,43)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Adelmir Santana (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,29)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (S/PARTIDO) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. João Ribeiro (PR)
João Pedro (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Flávio Arns (PT) (20)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,26)
Aloizio Mercadante (PT) (2,22,48,49)	4. Marina Silva (S/PARTIDO) (24,45,50)
José Nery (PSOL) (21)	5. Magno Malta (PR) (24,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (34,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (38)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
VAGO (40,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (37)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	4. Mão Santa (PMDB) (42)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (41)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (29)
Rosalba Ciarlini (DEM) (27)	2. Jayme Campos (DEM) (32)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (31)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:
1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,9)
Valter Pereira (PMDB) (14)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,4,7)	1. Adelmir Santana (DEM) (10)
Mário Couto (PSDB) (12)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (13)
PTB	
Sérgio Zambiasi (11)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (41)	1. Flávio Arns (PT) (38,67)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43,74)	2. Marina Silva (S/PARTIDO) (46,83)
João Ribeiro (PR) (45,69)	3. Renato Casagrande (PSB) (42,73)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (39)
Tião Viana (PT) (44,54,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,40,49,66)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,61)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (63)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,71,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (37,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (33)
Eduardo Azeredo (PSDB) (37)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,36,72)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (34)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Flávio Torres (32,59,81,82)	1. Cristovam Buarque (20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
37. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
40. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
43. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
44. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.

45. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
46. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:
1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (S/PARTIDO) (16,66)
Delcídio Amaral (PT) (18,29,57)	2. Paulo Paim (PT) (19,29,58)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (25)	4. Expedito Júnior (PR) (21)
Fátima Cleide (PT) (23)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (24)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (44,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,47)
Gilvam Borges (PMDB) (50)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,43)
Paulo Duque (PMDB) (53)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,54)
Mão Santa (PMDB) (5,9,45)	4. Valter Pereira (PMDB) (49)
Valdir Raupp (PMDB) (46,60)	5. VAGO (48,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (52)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,59,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (31)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (33)
Eliseu Resende (DEM) (37)	2. Efraim Morais (DEM) (32)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (30)
Jayme Campos (DEM) (28)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (36)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (14,55,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,61)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (38)	1. Gim Argello (38)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
33. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
João Pedro (PT) (21)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,18)
Augusto Botelho (PT) (20,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) (19)
César Borges (PR) (17,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,47)	1. Romero Jucá (PMDB) (44,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,48)	2. Valdir Raupp (PMDB) (35,42)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (38,43)
Valter Pereira (PMDB) (41,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (37,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,30)
Raimundo Colombo (DEM) (26)	2. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Kátia Abreu (DEM) (25)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (29)
Arthur Virgílio (PSDB) (16,53,55)	5. Mário Couto (PSDB) (15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,24)	1. Sérgio Zambiasi (24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
46. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) [1]	
VAGO [2]	1. Paulo Paim (PT)
VAGO [4]	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) [3]
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO [4]
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PT) (19)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18,45)
Roberto Cavalcanti (PRB) (18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (38)
Lobão Filho (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (35)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) (34,44)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,24)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,31)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,42)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (23)	1. Fernando Collor (23)
PDT	
Flávio Torres (13,33,50,51)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
24. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
45. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PMDB-PI)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)
Eliseu Resende (DEM-MG)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP)

Atualização: 19/08/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (2)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) (3)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO (1)
PDT
Flávio Torres (CE) (4)
PR
Expedito Júnior (RO)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 07/08/2009

Notas:

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	**1º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Marco Maia (PT-RS)	Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Deputado Odair Cunha (PT-MG)	Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
Deputado André de Paula (DEM/PE)	Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**
Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.
[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL SEVERIANO ALVES PDT-BA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX–61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900



EDIÇÃO DE HOJE: 396 PÁGINAS